

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA EM EVORA 1964-2024

**HERANÇA
DESENVOLVIMENTO
E PERSPETIVAS**

EDITORES

Maria Manuel Serrano

Rosalina Pisco Costa

Bruno Dionísio

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA EM EVORA 1964-2024

**HERANÇA
DESENVOLVIMENTO
E PERSPETIVAS**

EDITORES

Maria Manuel Serrano

Rosalina Pisco Costa

Bruno Dionísio

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA EM ÉVORA (1964-2024):

Herança, desenvolvimento e perspetivas

Editores: Maria Manuel Serrano | Rosalina Pisco Costa | Bruno Dionísio

Capa: Sal Studio

Paginação: Pedro Panarra

© EDIÇÕES HÚMUS, 2024

End. postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão, V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

ISBN: 978-989-9213-46-3

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2024

Depósito legal: 538961/24

Apoios:

Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora)

Este livro foi alvo de arbitragem científica.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

ÍNDICE

- 7 **NOTA DE ABERTURA**
Joana Lima
- 9 **CONVERSAS À VOLTA DA SOCIOLOGIA. NOTAS DE LEITURA DE UM
GEÓGRAFO RECÉM-CHEGADO À UNIVERSIDADE DE ÉVORA**
André Carmo
- 13 **SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA EM ÉVORA (1964-2024):
HERANÇA, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS**
Rosalina Pisco Costa | Maria Manuel Serrano | Bruno Dionísio
- 23 **NO PRINCÍPIO ERA DURKHEIM!**
Eduardo Jorge Esperança
- 39 **PENSAR SOCIOLOGICAMENTE A AÇÃO EXPRESSIVA HOJE
SEM DEIXAR DE OLHAR PARA ONTEM**
José Manuel Resende | José Maria Carvalho
- 65 **O QUE É O “SOCIAL”? AS ESTRUTURAS ELEMENTARES
DA SOCIALIDADE**
José Rodrigues dos Santos
- 97 **A EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA BASEADA EM MECANISMOS:
UM ESQUEMA DE INTELIGIBILIDADE POLIVALENTE**
Maria da Saudade Baltazar | Marcos Olímpio dos Santos | Ana Balão
- 113 **SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA EM ÉVORA.
UM CONVITE RENOVADO**
Maria da Graça David de Moraes | Rosalina Pisco Costa
- 143 **A SOCIOLOGIA ECONÓMICA. BREVE RELATO DE UM LONGO
PERCURSO A PENSAR SOCIOLOGICAMENTE A ECONOMIA**
Maria Manuel Serrano

- 179 A TERCEIRA IDADE PLURAL**
J. Manuel Nazareth
- 199 ESTUDOS DE FUTURO E PROSPETIVA: MAIS DE 25 ANOS DE CONTRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**
Marcos Olímpio Santos | Ana Balão | José Saragoça | Maria da Saudade Baltazar | Carlos Alberto da Silva
- 225 SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, OPTATIVA ENTRE OBRIGATÓRIAS**
Rosalina Pisco Costa | Alexandra Batista
- 251 LIÇÕES APRENDIDAS NO PASSADO, REPENSADAS NO PRESENTE, PARA UMA MELHOR PREPARAÇÃO NO FUTURO: APLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTERVENÇÃO NO SOCIAL**
Marcos Olímpio Santos | Maria da Saudade Baltazar
- 273 REVISITANDO O TEMA DA REGIONALIZAÇÃO (DESTA VEZ) NA PERSPETIVA DO TURISMO**
Mónica Moraes de Brito
- 293 ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA AO ESTUDO SOBRE TRÁFICO DE SERES HUMANOS**
Filipa Alvim
- 313 TROCAS CULTURAIS E INTERAÇÃO NO ÂMBITO DO TURISMO RURAL**
Áurea Rodrigues
- 335 A SOCIOLOGIA E AS ABELHAS. ESTÓRIAS CONECTADAS**
Ema Pires | Ricardo de Campos | Daniel Rodrigues

NOTA DE ABERTURA

Celebrar o 60º aniversário da Licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora, obriga a olharmos para trás com orgulho e admiração pela trajetória que nos trouxe até este momento.

O Departamento de Sociologia da Universidade de Évora teve o privilégio de acolher o sucessor do primeiro curso de Sociologia criado em Portugal, fundado no ISESE (Instituto Superior Económico e Social de Évora), em 1964. Este curso, pioneiro em Portugal, impulsionou a criação da própria Universidade de Évora (a par do curso de Economia) e a criação de um Departamento dinâmico que se tem consolidado cientificamente, atualizando e expandindo as suas áreas disciplinares de forma inovadora no contexto nacional.

As evoluções sociais e institucionais obrigaram a que o plano de estudos da Licenciatura em Sociologia tenha sofrido alterações, mantendo-se a opção inicialmente assumida de oferecer sempre uma formação de carácter mais abrangente, multidisciplinar e interdisciplinar, que pode ser posteriormente complementada por formações especializadas, em domínios específicos. Esta evolução foi sendo sempre reconhecida pelos estudantes, continuando a nossa Licenciatura a preencher todas as vagas abertas, por estudantes de várias partes do país e do mundo que a procuram.

O percurso construído, e agora celebrado, em muito se deve à colaboração de professores e investigadores altamente qualificados e motivados, que se dedicam independentemente das contrariedades enfrentadas ao longo destas décadas. Por esse motivo, a organização do presente livro, levada a cabo da atual Comissão de Curso, procura oferecer uma perspetiva abrangente sobre a criação e a evolução da Sociologia na UÉ durante

esse período, dando voz a alguns dos atores diretamente envolvidos, e contribuir para um maior conhecimento da história da afirmação desta área científica em Portugal.

Este livro comemorativo do 60º aniversário da Licenciatura em Sociologia integra contributos de atuais e antigos docentes do Departamento de Sociologia, que se organizam em três partes. A primeira parte integra um conjunto de textos que remontam às origens da Sociologia em Évora ou se propõem a (re)pensar a Sociologia a partir de alguns dos seus conceitos-chave, fundamentos teóricos e mecanismos de inteligibilidade. Numa segunda parte encontramos textos que exploram temas e campos disciplinares que percorrem os sessenta anos de docência de Sociologia em Évora: a família, a economia e a demografia. Por fim, a terceira parte reúne um último conjunto de textos com contributos que se distanciam dos domínios consolidados da Sociologia, e até das suas fronteiras disciplinares “clássicas”, quer por corporizarem unidades curriculares optativas relativamente recentes na oferta formativa, quer por aproximarem a Sociologia da sociedade, refletindo sobre a experiência de extensão universitária.

Pretende-se que este livro materialize e documente a celebração das conquistas de todos aqueles que passaram por este curso e se dedicaram à construção de uma história marcante em inovação e excelência académica. São seis décadas de compromisso com o conhecimento, com a ciência e com o desenvolvimento de uma visão atenta e crítica do mundo em que vivemos. Esta data marca não apenas um feito institucional, mas o legado de gerações de estudantes, professores e investigadores que moldaram a Sociologia na região Alentejo e em Portugal, contribuindo para uma sociedade mais conhecedora, inclusiva e reflexiva.

Joana Lima

Diretora do Departamento de Sociologia

CONVERSAS À VOLTA DA SOCIOLOGIA. NOTAS DE LEITURA DE UM GEÓGRAFO RECÊM-CHEGADO À UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Primeiro, as felicitações da praxe (embora nada tenham que ver com essa abominável prática académica): 60 anos de sociologia na Universidade de Évora (UÉvora) são um marco notável pelo que revelam de perseverança, resistência (que vai muito para além da tão banalizada “resiliência”), capacidade de reinvenção, construção de redes e laços que perduram e imbricação sócio-institucional. A existência de uma “comunidade sociológica” activa na UÉvora que, ao longo de tantos anos, produziu conhecimento científico, formou inúmeras gerações de estudantes e prestou serviços à comunidade é sem dúvida um sinal de grande vitalidade.

Mas não me compete a mim tecer considerações sobre a história e a memória da sociologia portuguesa nem do lugar que nela ocupa a sociologia que tem o seu epicentro em Évora. Não apenas porque me falta a arte e o engenho para concretizar um desafio de tamanha envergadura, mas também porque sobre sociologia eborense os trabalhos escritos por Augusto da Silva, a título individual ou em co-autoria, traçam já um retrato bastante minucioso sobre os caminhos trilhados e as transformações verificadas.

Para além disso, a recente publicação de *Sociologia em Portugal: da Pré-História à institucionalização avançada* (2022), da autoria de Fernando Luís Machado, oferece também uma visão panorâmica desta ciência social onde não falta, logo a abrir, uma aproximação ao pioneirismo de Évora (ver Capítulo 2. Primeiros passos (1962-1974): o Gabinete de Investigações Sociais, o caso de Évora e outros desenvolvimentos).

Aquilo que me parece mais adequado e exequível, como de resto o título deste texto deixa claro, é assumir a minha condição de geógrafo

(humano) que, desde o dia 1 de abril de 2019, trabalha na UÉvora, e, a partir destes cinco anos de experiência, levar a cabo um brevíssimo exercício reflexivo, em jeito de testemunho, sobre este meu “encontro” com a sociologia praticada nesta instituição de ensino superior e alguns dos seus protagonistas.

Apesar da sua invulgar localização (a UÉvora é a única instituição de ensino superior portuguesa onde a geografia se encontra numa Escola de Ciências e Tecnologia), o facto de a geografia ocupar uma posição de charneira entre as ciências naturais e as ciências humanas, com todas as vantagens e desvantagens que se conhecem, obriga qualquer geógrafo a ter de construir espaços de encontro e diálogo que, não raras vezes, por atravessarem fronteiras de vária ordem (ex: disciplinares, institucionais, funcionais, científicas, metodológicas, simbólicas e/ou culturais) geram incompreensão e algumas tensões.

[Instituições seculares como as Universidades fazem da inércia e do imobilismo atributos fundamentais para a sua durabilidade. Estou certo que já se devem ter escrito tratados sociológicos sobre o tema.]

Foi por isso com naturalidade que, acabado de chegar à UÉvora e com vontade de me inserir numa instituição que me era relativamente desconhecida, encontrei no seu pólo do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora) a unidade de investigação mais adequada à prossecução da minha actividade científica. Proveniente do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, onde o principal contraste existente é aquele que diferencia a geografia física da geografia humana (para além da distinção entre aqueles que privilegiam a alegada objectividade e cientificidade dos números e consideram quaisquer subjectividades descartáveis irrelevâncias e aqueles que o não fazem), a interdisciplinaridade, que sempre seduziu o meu imaginário de cientista social, revelar-se-ia decisiva para esta opção.

Seja pela necessidade de criação de um “chão comum” que possibilite a inteligibilidade mútua, como pela adopção de uma postura de modéstia intelectual e uma permanente disponibilidade para errar e vontade de (re)aprender, a possibilidade de cruzar saberes e articular conhecimentos provenientes de múltiplos campos é tão desafiante quanto entusiasmante. Por conseguinte, desde que ingressei no CICS.NOVA.UÉvora não mais parei de “conversar” com colegas da UÉvora que fazem da sociologia o seu ofício de todos os dias.

Foi assim no trabalho desenvolvido no âmbito da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027; na criação do Gabinete para a Igualdade de Género da Universidade de Évora, no seio do qual se produziu um diagnóstico e respectivo plano de ação; na criação de um pequeno núcleo eborense da Associação Portuguesa de Economia Política, responsável pela obra *(Re)visitar a regionalização 25 anos depois* (2023, ed. Almedina); na coordenação de um número temático da revista *Desenvolvimento & Sociedade* subordinado aos territórios de baixa densidade; mas também na co-orientação de vários estudantes de Projeto de Investigação em Geografia (unidade curricular obrigatória que “encerra” o plano de estudos da licenciatura em geografia); na concepção de uma nova proposta de mestrado designada Natureza, Sociedade e Sustentabilidades; e na fundação do Laboratório de Estudos do Futuro do Alentejo (Futur_Lab Alentejo).

Desde meados de 2023, também enquanto coordenador do CICS.NOVA. UÉvora tenho tido oportunidade de estreitar laços e forjar afinidades com algumas das mais destacadas figuras da sociologia da UÉvora, para além daquelas que, estando ligadas ao Instituto Politécnico de Beja e à Universidade do Algarve, encontram nesta unidade de investigação o seu espaço de realização científica.

Em todas estas ocasiões, que não esgotam tudo aquilo que fiz em cooperação com colegas da sociologia, nem todos/as ligados/as ao CICS.NOVA.UÉvora, a pedra de toque foi quase sempre a disponibilidade para o encontro e para a criação de possibilidades para dar continuidade ao nosso trabalho colaborativo. Num tempo de competitividade académica exacerbada, e em jeito de evocação de alguma da sociologia que me tem inspirado, é importante salientar esta disposição contra-hegemónica.

Com efeito, tenho para mim que a sociologia constitui hoje, sobretudo aquela que é feita na esteira de figuras tão marcantes como Bourdieu, Burawoy, Wacquant, um refúgio fundamental para a preservação de um espírito crítico tão indispensável quanto necessário para enfrentar os grandes desafios das sociedades contemporâneas. Das alterações climáticas à perda de biodiversidade, passando pela ascensão galopante da extrema-direita e do neofascismo, pela acelerada digitalização do trabalho e da vida, ou das desigualdades económicas geradas pelo capitalismo neoliberal, sem esquecer os fenómenos do racismo, do patriarcado e outros regimes de opressão, exploração e discriminação, a sociologia

é indispensável. Não apenas para quem quer compreender o mundo mas, acima de tudo, para quem, como nos ensinou aquele velho barbudo que a sociologia reivindicou como um dos seus pais-fundadores, o pretende transformar.

A construção de uma sociedade melhor, mais justa e mais fraterna, não dispensa a sociologia. E é também por isso que a pequena comunidade sociológica existente na UÉvora tem um papel tão importante a desempenhar. Se tudo correr bem, estarei ao seu lado, para continuar a conversar.

André Carmo

Geógrafo e Professor Auxiliar na Universidade de Évora
Coordenador do CICS.NOVA.UÉvora

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA EM ÉVORA (1964-2024): HERANÇA, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS

Rosalina Pisco Costa*

Maria Manuel Serrano**

Bruno Dionísio***

A criação da primeira licenciatura em Sociologia em Portugal, pelo Instituto Superior Económico e Social (ISESE) em 1964, em Évora, é um facto histórico, cultural e político, que mudou para sempre a história da cidade, da região e do país. Como sociólogos, não podemos deixar de ver aqui as características de um facto social total (Mauss, 1925), de múltiplas dimensões, capaz de mobilizar a sociedade como um todo, envolvendo e integrando de forma normativa diversas esferas da vida social, instituições e atores e com implicações profundas no tempo passado, presente e futuro.

A par da fundação do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), em 1962, por Adérito Sedas Nunes, a criação da primeira licenciatura em sociologia, em 1964 no Instituto Superior Económico e Social – uma instituição privada de ensino superior reconhecida pelo Estado – e a publicação, na mesma instituição, da Revista *Economia e Sociologia* em 1968, a partir da anterior *Estudos Eborenses*, iniciada em 1965, abriu em definitivo uma “nova fase” (Machado, 2022b, p. 35) no processo de institucionalização da sociologia em Portugal. Se com o GIS passa a haver “pela primeira vez, uma entidade formalmente constituída para se dedicar à realização de estudos sobre a sociedade portuguesa numa perspetiva sociológica” (Machado, 2022b, p. 35),

* Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). E-mail: rosalina@uevora.pt

** Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS-CSG/ISEG-ULisboa). E-mail: mariaserrano@uevora.pt

*** Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). E-mail: bmdionisio@uevora.pt

estudos esses que são tornados públicos através da revista *Análise Social*, fundada no ano seguinte; a criação da licenciatura em Évora e a publicação da revista *Economia e Sociologia*, historicamente a primeira a ostentar a palavra “sociologia” na sua designação nominal, constituem “desenvolvimentos indiscutivelmente importantes no contexto da afirmação da sociologia no país” (Machado, 2022b, p. 36).

A licenciatura do ISESE em 1964 significou “uma subida de patamar na afirmação da disciplina” (Machado, 2022b, p. 43), já que até aí a presença da sociologia no ensino superior se restringia a cadeira complementar de outras formações académicas (Silva, 1986). Atendendo ao contexto político de então, indissociável do regime ditatorial que vigorou até 1974, o reconhecimento de que a primeira licenciatura em sociologia em Portugal surgiu em Évora dez anos antes – ocorrência que a publicação da obra *Sociologia em Portugal: Da pré-história à institucionalização avançada* veio definitivamente reconstituir e analisar perante a comunidade sociológica portuguesa –, não deixa de ser “surpreendente, até mesmo desconcertante” (Machado, 2022b, p. 44), como a apelidou Fernando Luís Machado.

A constituição do ISESE foi iniciativa da Companhia de Jesus, particularmente de um grupo de jesuítas formados no estrangeiro, com destaque para Lúcio Craveiro da Silva, que viria a ser o primeiro diretor do Instituto Superior Económico e Social (Silva & Costa, 2013) e contou com o apoio da Fundação Eugénio de Almeida, criada em Évora em 1963 por Vasco Maria Eugénio de Almeida, Conde de Vill’Alva. Segundo Augusto da Silva, os jesuítas sempre tinham sonhado com a reabertura da sua antiga Universidade em Évora (1559-1759) (Silva & Costa, 2013, p. 187). Conscientes das dificuldades que se colocavam a tal desiderato, empenharam-se na criação de um Instituto de Estudos Superiores no domínio do social que, “sem ferir suscetibilidades nem suscitar obstáculos intransponíveis, embora em forma diversa, responderia ao espírito do projeto que em 1559, fizera surgir a Universidade de Évora.” (*Ibidem*). No contexto de relativa euforia económica que Portugal então vivia, a aposta foi na empresa e no planeamento socioeconómico, acreditando-se que assim “se poderiam estabelecer relações mais humanizadas entre as pessoas e os grupos e conseguir, para todos, níveis de vida e de participação cívica condizentes com a dignidade da pessoa humana” (*Ibidem*). O Instituto foi criado com dois cursos: um de Economia (Direção e Administração de Empresas) e outro de Sociologia (Ciências Sociais) e a 24 de Outubro de 1964 “a Direção

dos Estudos Superiores anunciava que o ano escolar abriria a 26” (Silva, Segurado, Oliveira, & Costa, 2013, p. 41).

O curso de sociologia, reconhecido pela então Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (Ministério da Educação Nacional, 1966), funcionou no ISESE durante 10 anos, de 1964 até 1974. Este percurso foi interrompido com a Revolução de 1974, por força de um conflito entre os estudantes e a direcção do Instituto que na sequência do 25 de abril levou os jesuítas “a suspender *sine die*, as atividades letivas” (Silva & Costa, 2013, p. 193). Em 1975 foi criada a Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça (Decreto-Lei n.º 513/75, de 20 de setembro), uma instituição de carácter transitório com o propósito de contribuir para a resolução da crise interna no ISESE e, ao mesmo tempo, permitir aos antigos estudantes, que assim o pretendessem, prosseguir e terminar os seus cursos num estabelecimento de ensino estatal. O curso de sociologia que antes funcionou no ISESE (1964-1974) e na Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça (1975-1978) foi integrado, mais tarde, no Instituto Universitário de Évora (IUE), criado em 1973 (Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto) e posteriormente na Universidade de Évora, em 1979 (Decreto-Lei n.º 482/79, de 14 de dezembro). No ano letivo de 1976/1977, entrou em funcionamento, no Instituto Universitário de Évora, um bacharelato em Ciências Sociais, com opções em Economia e Sociologia que assim recolhia os frutos dos pioneiros que ao tempo tinham constituído em Évora as licenciaturas do ISESE. Em paralelo foi formalmente criado, em 1976, o Departamento de Sociologia, constituído, à data, por nove elementos (sete docentes e dois técnicos) (*Ibidem*).

Num artigo publicado em vésperas da comemoração dos cinquenta anos de sociologia em Évora, Silva e Costa (2013) distinguem quatro fases de desenvolvimento desde o momento da fundação do curso de Sociologia em Évora: a primeira de iniciativa privada (1964-1974); uma segunda fase designada de revolucionária, desestruturação e estruturação (1975-1978); uma terceira fase de consolidação e aperfeiçoamento (1979-1994); e, finalmente, desde 1995, uma fase de reestruturação e integração na perspetiva de Bolonha. Sem prejuízo de uma necessária revisão e atualização dessa periodização para a já longa fase em curso desde 1995, a licenciatura em sociologia que a Universidade de Évora oferece até hoje é, portanto, “herdeira pública da licenciatura privada iniciada no ISESE, em 1964” (Machado, 2022b, p. 48).

Se outras razões não houvesse, a comemoração da efeméride que em 2024 assinala sessenta anos sobre esse curso seminal neste *novo* contexto de reconhecimento académico público, dentro e fora de Évora, é motivo de orgulho, pretexto de regozijo e oportunidade para prestar tributo. A edição de um livro evocativo serve todos esses propósitos. Em contexto académico, a escrita propositada de um texto científico é uma forma de comemoração de um marco histórico, que traz visibilidade ao tema e aos autores envolvidos, ajudando a preservar e perpetuar a memória desse evento para além do tempo presente. Serve também como um registo duradouro que pode ser consultado por futuras gerações, ao mesmo tempo que oferece uma oportunidade de reflexão crítica sobre o impacto e o significado do evento que se assinala. De dentro para fora, a organização deste livro contribui ainda para a disseminação de conhecimento especializado, permitindo a homenagem às pessoas, ideias e acontecimentos que se comemoram com as contribuições de autores que prestam tributo ao legado que se assinala, reunindo diferentes perspetivas e abordagens, enriquecendo o debate académico e cultural afim. Não menos importante, tanto para os organizadores, quanto para os autores e eventuais leitores, a organização deste livro permite a revisão e atualização do discurso em torno do tema, introduzindo, eventualmente, novas interrogações e debates contemporâneos relevantes e possibilitando, mesmo que indiretamente, o fortalecimento de um sentido de pertença e identidade entre todos quantos compartilham alguma forma de ligação com a sociologia em Évora, desencadeando memórias e suscitando emoções a que mesmo uma “sociologia sem adjetivos” (Silva, 2000) não pode escapar.

É nesta perspetiva – enquanto ponto de encontro intelectual e emocional – que este livro foi pensado e organizado. No conjunto, reúne um total de catorze artigos escritos por atuais e antigos docentes do curso de sociologia em Évora, a partir daquilo que é a sua experiência necessariamente diversificada de docência, investigação e extensão à comunidade, mas também das perspetivas que se colocam perante um futuro em aberto. E é tanto nas linhas quanto nas entrelinhas e notas de rodapé desses textos que se encontram os tempos e os modos em que se efetivou, assim como os rostos de quem a protagonizou ao longo de sessenta anos de herança.

Tomando como inspiração uma perspetiva simultaneamente histórica e analítica (Machado, 2022a), procuramos organizar o conjunto de textos recebidos a partir, primeiramente, dos domínios da investigação

sociológica. Esta metodologia revelou-se insatisfatória perante o material em presença, porquanto não permitia abarcar os textos que não encaixavam diretamente nos domínios consolidados e não consolidados de investigação sociológica em Portugal. Ensaíamos, depois, uma estratégia diferente e consequentemente mais operacional e profícua: a de conjugar o conteúdo com o propósito dos textos reunidos.

Assim, o primeiro conjunto de textos situa-se num espectro fundacional, seja porque remontam literalmente às origens da sociologia em Évora, como acontece com o texto “No princípio era Durkheim!”, de Eduardo Jorge Esperança, seja porque se propõem, todos eles, (re)pensar a sociologia a partir de alguns dos seus conceitos-chave, fundamentos teóricos e mecanismos de inteligibilidade.

O texto “Pensar sociologicamente a ação expressiva hoje sem deixar de olhar para ontem”, da autoria de José Manuel Resende e José Maria Carvalho, é um “ensaio teórico em torno do lugar que a ação expressiva ocupou e ocupa em algumas das mais proeminentes e influentes obras pertencentes ao património sociológico”. Trata-se de um texto, com fins científicos e pedagógicos, destinado a apoiar os alunos no estudo das teorias sociológicas.

José Rodrigues dos Santos encontra na ausência de uma definição consistente do campo das ciências sociais e na falta de uma “definição rigorosa” do “social” o motivo para a produção do texto intitulado “O que é o ‘social’? As estruturas elementares da socialidade”. O autor segue uma estratégia metodológica inspirada na que Durkheim usou para estudar os fenómenos religiosos no seu estudo, *As formas elementares da vida religiosa*. Este texto propõe “dar um contributo para a identificação e a descrição das *estruturas elementares da socialidade*”.

A sociologia analítica fornece o quadro teórico de base para a explicação sociológica baseada em mecanismos “causais precisos e rigorosos”, na explicação dos fenómenos sociais. Este é o tema do texto da autoria de Maria da Saudade Baltazar, Marcos Olímpio Santos e Ana Balão, intitulado “A explicação sociológica baseada em mecanismos: um esquema de inteligibilidade polivalente”.

O segundo conjunto de textos agrega contribuições que exploram temas e campos disciplinares que atravessam estes sessenta anos de docência de sociologia em Évora: a família, a economia e a população, com reflexo imediato na sociologia da família, sociologia económica e demografia enquanto disciplinas científicas.

No texto “Sessenta anos de Sociologia da Família em Évora. Um convite renovado”, as autoras Maria da Graça David de Moraes e Rosalina Pisco Costa, colocam em perspetiva o lugar e o papel da sociologia da família, ao longo de 60 anos (1964 – 2024), no ensino superior em Évora. Neste período temporal, as “mudanças sociais e políticas” provocaram importantes alterações na instituição familiar e renovam permanentemente o convite “de uma disciplina científica dedicada a estudar a família e as famílias em perspetiva sociológica”.

A emergência e consolidação da sociologia económica como campo de estudo é abordado no texto de Maria Manuel Serrano – “A sociologia económica. Breve relato de um longo percurso a pensar sociologicamente a economia”. O texto traça o percurso histórico desta disciplina, desde 1900 à atualidade, visitando os principais contributos teóricos e empíricos que marcaram presença na tarefa de pensar sociologicamente sobre a economia. A finalizar apresenta-se a perspetiva dos estudantes da unidade curricular sociologia económica, passados 10 anos sobre a primeira vez que foi lecionada na Universidade de Évora.

J. Manuel Nazareth, no texto intitulado “A terceira idade plural”, aborda as causas e consequências do processo de envelhecimento populacional, ao longo dos últimos cinquenta anos. Face ao cenário de irreversibilidade da evolução do envelhecimento demográfico, há que abandonar o dilema “crescer ou envelhecer” e encetar um novo paradigma que abra espaço ao debate sobre “as soluções alternativas possíveis para gerir as consequências do envelhecimento demográfico”.

Um terceiro e último conjunto de textos reúne contributos que se distanciam dos domínios consolidados da sociologia, e até das suas fronteiras disciplinares “clássicas”, seja porque corporizam unidades curriculares optativas relativamente recentes na oferta formativa – como a sociologia prospetiva e a sociologia da infância – seja porque, no quadro da terceira missão, aproximam a sociologia da sociedade, a partir, designadamente, da reflexão sobre a experiência de extensão universitária no domínio do desenvolvimento local e intervenção no social ou de temas mais amplos e transversais, como seja a regionalização e as trocas e interação cultural na perspetiva do turismo, o tráfico de seres humanos a partir da antropologia ou as relações entre sociologia e abelhas que uma perspetiva transdisciplinar coloca a nu. O livro termina com um convite – que é também uma provocação intelectual – a pensar

os desafios e limites que se impõem, sessenta anos volvidos, ao ofício de ensinar sociologia, hoje.

Marcos Olímpio Santos, Ana Balão, José Saragoça, Maria da Saudade Baltazar e Carlos Alberto da Silva, produziram o texto “Estudos de Futuro e Prospetiva: mais de 25 Anos de Contribuições do Departamento de Sociologia” com o objetivo de documentar as incursões pela prospektiva na Universidade de Évora, desde finais dos anos 80 do século XX. Apresentam a trajetória das iniciativas e dos estudos já realizados, bem como do ensino de conteúdos de prospektiva leccionados por docentes do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, no âmbito da área científica designada de prospektiva.

O texto “Sociologia da infância, *optativa entre obrigatórias*”, da autoria de Rosalina Pisco Costa e Alexandra Batista, documenta o “recente” processo de institucionalização da sociologia da infância, clarifica o conceito de infância, o qual, do ponto de vista sociológico, é uma construção social e não uma condição natural ou inevitável de preparação para a vida adulta. Este é um texto pedagógico através do qual as autoras argumentam sobre a “pertinência, interesse e desafio intelectual” que a unidade curricular sociologia da infância pode oferecer aos alunos de licenciatura, ao lançar pistas para a compreensão de temas e debates “desafiantes e complexos”.

“Lições aprendidas no passado, repensadas no presente, para uma melhor preparação no futuro: aplicações no desenvolvimento local e intervenção no social” é um texto onde os autores, Marcos Olímpio Santos e Maria da Saudade Baltazar, se propõem identificar as “aprendizagens alcançadas, testar as ferramentas utilizadas em contexto de investigação-ação e de docência e refletir sobre a pertinência das competências não técnicas” exigidas aos atores do desenvolvimento local e da intervenção social”. O texto relata os últimos 28 anos de experiência de trabalho em contexto de cooperação entre academia e comunidade, com foco sobre a experiência dos autores em matéria de extensão universitária.

O texto de Mónica Morais de Brito – “Revisitando o tema da Regionalização (desta vez) na perspetiva do turismo” – reflete sobre o tema da regionalização a partir do papel que o turismo pode/deve assumir no processo de tomada de decisão. Assim, a autora revisita o contexto político-administrativo português, desde o 25 de abril de 1974 aos nossos dias, e mostra o lugar que o turismo foi assumindo na orgânica governamental, bem como os instrumentos de política pública que surgiram no período em análise.

O texto da autoria de Filipa Alvim oferece-nos uma “Abordagem antropológica ao estudo sobre tráfico de seres humanos”. A autora começa por revisitar as origens e afirmação da antropologia enquanto ciência e progride, de seguida, para o esclarecimento do conceito de cultura, o qual está presente em todas as formas de organização e estratificação social, em todas as sociedades. À laia de prelúdio para o tema central do texto – o tráfico de seres humanos – são definidos e relacionados os conceitos de cidadania, desenvolvimento e direitos humanos universais, à luz dos quais se procuram ler os vários fins do tráfico humano.

O tema da cultura é retomado por Áurea Rodrigues no texto “Trocas culturais e interação no âmbito do turismo rural”. A autora debruça-se sobre o impacto das trocas culturais e da interação social, no âmbito das comunidades onde se opera o turismo rural. Apresenta algumas teorias que permitem a “compreensão abrangente das dinâmicas envolvidas na troca cultural e interações sociais no turismo rural” e explora a natureza das interações entre as populações rurais e os turistas, através da identificação dos tipos de interação e dos fatores que facilitam a sua emergência.

A perspetiva antropológica marca o texto de Ema Pires, Ricardo Campos e Daniel Rodrigues, “A Sociologia e as abelhas”, no qual se discutem os “processos sociais de transformação de paisagens e seus impactos sociais”. Os autores apresentam um conjunto de “micro-estórias” como ilustração da encruzilhada entre crise ambiental e paisagens em transformação, onde as abelhas são seres inspiradores para as pessoas defenderem “mundos sociais e ecossistemas socio-bio-diversos e equilibrados”.

A terminar, queremos agradecer reconhecidamente a todos quantos tornaram possível este livro. A nossa primeira palavra de agradecimento vai para os autores e autoras, antigos e atuais colegas de departamento, que pronta e entusiasticamente responderam ao nosso desafio. Agradecemos também ao Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e ao pólo da Universidade de Évora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora) que apoiaram institucional e financeiramente a publicação. O nosso agradecimento especial vai também para a Húmus que aceitou publicar este livro, assim como para o conjunto de revisores que garantiram a arbitragem científica. A todos o nosso muito obrigado.

Não podemos encerrar este texto de apresentação sem prestar uma justa e devida homenagem a todas as pessoas que ajudaram a construir

a sociologia em Évora, mas também a todas quantas a conjugam no presente, de formas diversas e em contextos diversificados. Em primeiro lugar, prestamos o nosso tributo reconhecido aos fundadores da sociologia em Évora, aos seus apoiantes e mecenas, pelo pioneirismo, visão de futuro e alguma dose de audácia, num contexto em tudo adverso. Destacamos neste percurso o primeiro diretor do Instituto Superior Económico e Social, Lúcio Craveiro da Silva (1914 – 2007), a Companhia de Jesus e a Fundação Eugénio de Almeida, que por iniciativa de Vasco Maria Eugénio de Almeida (1913 – 1975) interveio ativamente no processo de criação do ISESE pelos jesuítas, ao mesmo tempo que disponibilizou o espaço e financiou a respetiva instalação. Em fase posterior sublinhamos o papel de António da Silva (1927 – 2006), que em 1971, aquando da nomeação de Craveiro da Silva para diretor da Faculdade de Filosofia de Braga, assumiu a direção do ISESE. Por fim, Augusto da Silva (1929 – 2014), irmão de António da Silva, ambos sacerdotes jesuítas, licenciado em sociologia em Roma (1966), referência inoidável para a afirmação da disciplina no ISESE e posteriormente no Instituto Universitário e na Universidade de Évora e, de modo transversal, para a institucionalização e consolidação da sociologia em Portugal na segunda metade do século XX (Costa, 2015). Augusto da Silva é – definitivamente – o rosto da sociologia em Évora: foi diretor, entre 1966 e 1974, do curso de sociologia ministrado no ISESE; diretor da revista *Economia e Sociologia* de 1975 a 2010; acompanhou o processo de restauração da Universidade de Évora como membro da Comissão Instaladora do Instituto Universitário de Évora, que através do Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, previa a associação do ISESE ao Instituto Universitário de Évora (capítulo II, 4); e foi Presidente do Conselho do Departamento de Sociologia (1976-1995), função que acumulou com o exercício de diversos cargos de relevo na Universidade de Évora. Augusto da Silva jubilou-se em 1999 como Professor Catedrático Convidado da Universidade de Évora, instituição que a 20 de novembro desse ano lhe conferiu o Doutoramento *Honoris Causa*, tendo por patrono o Professor Eng.º Ário Lobo de Azevedo, primeiro Reitor da Universidade de Évora. Prestamos também tributo a todos os antigos e atuais docentes, não necessariamente sociólogos, e que frequentemente em condições de *outra* adversidade se empenharam e empenham em trabalhar a ciência como vocação e a docência com paixão (Weber, 1917). Prestamos, por fim, tributo reconhecido a todas as gerações

de estudantes; são seis décadas a ensinar, mas também a aprender sociologia a partir de Évora e de Évora para o mundo!

Universidade de Évora, Colégio do Espírito Santo, julho de 2024

Referências

- COSTA, R. P. (2015). *In memoriam* Augusto da Silva, SJ (1929-2014). *Brotéria*, 180, 61-70.
- MACHADO, F. L. (2022a). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Edições Afrontamento.
- MACHADO, F. L. (2022b). *Sociologia em Portugal: Da pré-história à institucionalização avançada*. Edições Afrontamento.
- MAUSS, M. (1925). Essai sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *L'Année Sociologique, Nouvelle Série*, 1, 30-186. <http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.mam.ess3>
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, (1966). *Possibilidades educativas em Portugal. Organização escolar portuguesa* (nova edição remodelada e actualizada pelo Dr. Fernando Falcão Machado). Lisboa. Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- SILVA, A. (1986). O ensino da sociologia e a profissionalização dos sociólogos. *Arquipélago: Ciências Sociais*, 1, 13-32.
- SILVA, A. da. (2000). Sociologia sem adjectivos. Última Lição. In F. M. Ramos, C. A. da Silva, & M. N. Marujo (Orgs.), *Homenagem ao Professor Augusto da Silva* (pp. 3-19). Departamento de Sociologia da Universidade de Évora/CISA-AS.
- SILVA, A., & Costa, R. (2013). Évora, 1964: Contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal. *População e Sociedade*, 21, 185-195.
- SILVA, A., Segurado, F., Oliveira, M.C., Costa, R. (2013). *O ensino superior em Évora: Memória e projecto (1957-1975)*. Edição de Autor.
- WEBER, M. (1917). *A ciência como vocação* (A. Morão, Trad.). Disponível em <http://www.lusosofia.net>

NO PRINCÍPIO ERA DURKHEIM!

Eduardo Jorge Esperança*

O positivismo modal de que Durkheim viria a revestir toda a sua sociologia tinha por objectivo colocá-la a par das outras ciências mais institucionalizadas e do seu modo de fazer Ciência. Este modelo mais formal e rígido, que no fim do séc.XIX se justificava com o advento da institucionalização da Sociologia como ciência, facilitaria igualmente a sua fixação na memória dos alunos, mas viria a polvilhar esse modelo de pontos cegos relativamente a uma grande quantidade de problemas e fenómenos sociais resistentes às ciências formais.

Para Durkheim, a sociologia era dividida em três dimensões epistémicas; a morfologia social, a fisiologia social e sociologia geral. A morfologia social abrangia as configurações geográficas, a densidade populacional (a Demografia) e outros dados preliminares que poderiam influenciar os aspectos sociais. A fisiologia social ocupava-se dos processos dinâmicos que envolvem a religião, a moral, o direito, a economia e a política, podendo cada uma destas dimensões assumir uma área disciplinar específica. A sociologia geral era uma tentativa para descobrir as leis sociais gerais derivadas dos processos sociais especializados. Algumas dimensões da obra de Durkheim são surpreendentemente reveladoras de quadros actuais, mas muito menos conhecidas ou reflectidas na actualidade; dou como exemplo todo o trabalho de fundamentação e génese sobre a propriedade e o património, assim como a emergência do conceito de “anomia” que, reflectindo o que se passava no séc. XIX, voltou a ser actual no modo como evoca um estado de ausência de normas, tanto na sociedade quanto no

* Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: eje@uevora.pt

indivíduo. Esta é uma condição social caracterizada pelo colapso das normas que regem a interação social. As pessoas sentem-se desligadas dos seus semelhantes, tendo pouco compromisso com as normas partilhadas, e carecem de orientações sociais para a conduta pessoal. Aparece um individualismo extremo a orientar os interesses privados sem ter em conta os interesses da sociedade como um todo; – alguma familiaridade actual com este estado ?! – é indesmentível.

Augusto da Silva plasmava na teoria de Durkheim um quadro teológico que tão bem conhecia da sua formação em Teologia. Mas Deus tinha mudado. Não sendo tão onnipotente, era igualmente onnipresente e tinha por título – «Sociedade». Esta, sobre tudo exercia o seu poder e, sobre tudo determinava leis e normas de acção e comportamento incluindo, igualmente, um fundo de recompensa e castigo conforme ao comportamento de seus “actores sociais”.

A primeira grande contra-corrente ocorre quase em simultâneo, com Max Weber a defender o trabalho hermenêutico e o domínio dos quadros de percepção dos fenómenos imprescindíveis a toda a sociologia. Só mais tarde (anos 30-40 do séc. XX) Alfred Schutz mergulha na fenomenologia e na busca da autenticidade dos fenómenos sociais e modos de os entender e explicar.

Se dava jeito formalizar os actores e tratá-los como bonecos indexados, mais importante que isso, e numa orientação já weberiana, era preciso explicar as suas acções dentro da lógica abrangente do tecido de relações sociais, mas fora do quadro “mecânico” da sociologia formal ou da psicologia da época. Abria-se um espaço que era preciso explorar: a relação social e o quadro que emergia a partir daí, a par de toda uma outra série de relações de morfologia diferente que não a social. Se no rasto da sociologia durkheiminiana impera o “esquema” impresso sobre a sociedade, com Weber e Schutz é preciso descer ao “entendimento” e perfil das relações sociais no modo como, no seu entrelaçamento, constituem a sociedade e a sua maneira de existir.

A “experiência” do professor

De qualquer modo, no meio dos anos 80 do séc. XX, o Professor Augusto da Silva, director do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora sentia-se um pouco incomodado, ou alguém lhe chamou a atenção para o facto da sociologia ter há muito evoluído para áreas mais qualitativas e menos esquemáticas. Durkheim não era posto em causa, mas os enquadramentos metodológicos esquemáticos; as definições das suas sebtas; aquele modelo positivista de olhar a sociedade portuguesa começavam a ser insuficientes. Longe do que hoje se passa, observava-se um Departamento de Sociologia bem recheado de professores à época:

DOMÍNIOS DE INTERESSE (1998)			
Desenvolvimento, Planeamento e Prospectiva: • BALTAR, Maria da Saudade Rodrigues Colaco Assistente E-mail: colaco@uevora.pt • CASCAIS, Mariana de Jesus Martins de Torres Vaz Freire Professor Auxiliar E-mail: cascais@uevora.pt • PINTO, José Manuel Eliseu Assistente de Investigação E-mail: pinto@uevora.pt • QUITERIO, Joaquim Correia da Silva Assistente E-mail: quiterio@uevora.pt • SANTOS, Marcos Olimpio Gomes dos Assistente E-mail: santosm@uevora.pt	Família, População e Sociedade: • COVAS, Maria das Mercedes Cabrita de Mendonça Professor Auxiliar E-mail: covas@uevora.pt • ILHEU, José Ramalho Assistente Convidado E-mail: ilheu@uevora.pt • MENDES, Maria Filomena Pereira Professor Auxiliar E-mail: mendes@uevora.pt • MORAIS, Maria da Graça Cardoso Luis David de Assistente E-mail: moraism@uevora.pt • PINTO, José Manuel Eliseu Assistente de Investigação E-mail: pinto@uevora.pt • SANTOS, António João de Brito Percheto dos Assistente de Investigação E-mail: santosaj@uevora.pt	Trabalho, emprego e formação Culturas empresariais Segmentação do mercado de trabalho Desenvolvimento local • BRAGA, Domingos Afonso Assistente E-mail: braga@uevora.pt Desenvolvimento local e regional Planeamento social e ambiental	Professor Auxiliar: E-mail: cascais@uevora.pt • Desenvolvimento e família agrícola • Métodos quantitativos em ciências sociais • CABRINHA, Rosalina R. Passão Assistente E-mail: passao@uevora.pt • Família e demografia europeia • COVAS, Maria das Mercedes Cabrita de Mendonça Professor Auxiliar E-mail: covas@uevora.pt • Ciências da Comunicação • Métodos e Técnicas Qualitativas de Investigação Sociológica • Sociologia da Cultura e do Património • ESPERANÇA, Eduardo Jorge dos Santos Professor Auxiliar E-mail: esperanca@uevora.pt • Extensão Rural • Desenvolvimento local • Formação profissional e contínua • Análise de necessidades em formação • Participação na formação profissional contínua • POUREIRA, Eulálio Avaro do Carmo Professor Associado E-mail: poureira@uevora.pt • Sociologia dos idosos e da saúde • ILHEU, José Ramalho Assistente Convidado E-mail: ilheu@uevora.pt • Demografia portuguesa • População, padrões de povoamento e ordenamento do território • Família e demografia europeia • Sociologia e economia da família • MENDES, Maria Filomena Pereira Professor Auxiliar E-mail: mendes@uevora.pt • Demografia social: sociologia da população • MORAIS, Maria da Graça Cardoso Luis David de Assistente E-mail: moraism@uevora.pt • Religião e sociedade • Atitudes religiosas, comportamentos religiosos • Teorias sociológicas e análise quantitativa de dados sociológicos

1

1. Não consigo identificar a fonte original desta imagem – talvez um documento do Conselho Científico ou alguma publicação na *Economia & Sociologia*, mas parece ser relevante para a poder apresentar, e os circunstantes vivos podem confirmar a sua veracidade.

Abriu-se um concurso com anúncio no jornal. Havia que contratar alguém, de preferência polivalente, para as metodologias qualitativas e as novas áreas da comunicação e dos media de que todas as outras universidades já dispunham. É aí que aparece este vosso servo e autor, já com mestrado concluído e nove anos de experiência de ensino de jornalismo – dois deles em ensino superior. O facto de trazer uma formação abrangente em Ciências da Comunicação não causava qualquer incompatibilidade com a sociologia, que conhecia da licenciatura e outras leituras aplicadas. Ensinar Sociologia da Comunicação e dos Media ou Metodologias Qualitativas não se revelou problemático, pela experiência que já trazia. O choque aconteceu mais na relação com alguns alunos, às vezes muitos alunos de Évora. De Lisboa trazia a experiência de alunos dedicados e trabalhadores que, em geral, prestavam atenção ao discurso do professor, independentemente de ser mais ou menos sofisticado, independentemente da complexidade da informação exposta.

Habitualmente, no dia de apresentação da disciplina, o professor discorria acerca dos conteúdos e modo de avaliação, assim como das expectativas acerca do comportamento de aprendizagem dos alunos; era distribuída uma folha impressa com o programa da disciplina de um lado e, do outro, a bibliografia que, normalmente, não envolvia mais de 25 a 30 livros.

Lembrava-me, ainda dos tempos de formação na Universidade Nova que, logo a seguir, nos reuníamos em grupos de alunos para partilhar as tarefas de leitura – quem ía ler e resumir que livros (não havia *net* nem livros de resumos). Havia livros em inglês, em francês e, por vezes em espanhol; poucos em português; não havia tradutor Google.

Qual não é a minha surpresa e incompreensão quando, após a distribuição da folha com a bibliografia, uma aluna me pergunta:

— Ó professor, e qual é **o livro**?

Sinceramente, acho que não entendi a pergunta e respondi:

— estão todos aí na folha !

A aluna ficou muda e, só semanas mais tarde, observando as práticas de alguns dos meus colegas, a começar pelo Prof. Augusto da Silva, entendi, finalmente, o que a aluna queria dizer com – «e qual é **o livro** ?».

Não me resignei, nem fui a correr elaborar qualquer sebenta para lhes “facilitar” a vida. Continuei a distribuir a folha com o conteúdo e bibliografia das disciplinas que começavam rapidamente a perfilar-se em

cadeia – nos anos 90, depois do doutoramento, cheguei a ter 19 horas de aulas semanais num semestre.

Tentei, nesses primeiros anos, entender a reacção, às vezes inóspita, de alguns alunos ao meu discurso didáctico; porque é que, em Lisboa era adequado e perceptível e, em Évora, pelo menos para parte dos alunos, era tido como “sofisticado” e imperceptível. De novo, não me resignei. Ao longo do tempo percebi que a formação de base destes alunos era bastante mais frágil; havia excepções, felizmente. Comecei então a desdobrar a explicação dos conceitos e do modo como se formavam as teorias. Era preciso utilizar vocábulos muito, muito simples; era preciso verificar se conheciam ou não os conceitos. Era preciso não superar a riqueza semântica da telenovela ou do relato de futebol! Definitivamente, tinha de baixar a fasquia, Assim o fiz.

Seguir Weber, a compreensão e o fenómeno social

É mais fácil ensinar a teoria de Durkheim que a de Weber ou Schutz; mais extenso e difícil para os alunos ainda entender todo o quadro epistemológico de suporte ao trabalho qualitativo e fenomenológico de Schutz e Weber; Simmel, um bico d’obra! Isto revestia uma tarefa hercúlea que era conseguir transferir o quadro mental dos alunos fixo em Durkheim e, a seguir, explicar-lhes que a sociologia poderia ser outra coisa totalmente diferente. Mais, observar as teorias fenomenológicas serem enunciadas à luz do quadro epistémico de Durkheim (!). Então, este era problema que, de modo mais simples, os alunos colocavam – o que fazer às teorias do homem que havia conseguido institucionalizar a Sociologia?

Um grande sarilho para o professor, adensado por um cenário marxista, dominante à época em que, de novo, o “esquema” impera e qualquer apelo à percepção do fenómeno total é gorada de insucesso. Seria de esperar que, com o tempo, este cenário fosse melhorando mas, rapidamente fomos forçados a concluir que, na “caixa das teorias”, as pré-fabricadas tinham mais sucesso. Quando essas teorias pré-fabricadas, de lógica modal mais simples, coincidiam em forma com os discursos ideológicos dominantes à época, era o insucesso garantido. Empreender a tarefa de desocultar qualquer objecto de estudo, separando-o dos quadros ideológicos dominantes, não era apenas difícil, corria-se o risco de

sair da sala com um qualificativo determinante: “herético!” (os nomes eram outros, mas sinónimos!).

É incrível como, a caminho dos anos 30 do séc. XXI, com tonalidades ligeiramente diferentes, nos ameaça um quadro ideológico idêntico ao dos finais do séc. XX – o discurso “woke”, em particular no seu modo totalitário de se impor, e atravessar, por imposição, qualquer tentativa de acesso cru aos factos e fenómenos sociais na maneira de os enxergar sem filtros.

Temos, então, uma tendência para a facilidade das teorias mais formais e esquemáticas, fortalecidas por enunciados ideológicos igualmente formais e quasi binários. Este cenário complica o entendimento dos fenómenos sociais a partir de uma sociologia reflexiva, ponderada em torno de valores conscientes no seu enunciado. Isto é, fazer sociologia a este nível implica todo um trabalho de depuração ideológica e axiológica que Weber tinha já enfrentado e defendido. Desmontar e desconstruir os inúmeros esquemas mentais, particularmente os ideológicos e os institucionais, não era tarefa fácil; encontrar uma legitimação epistémica para tal e fazê-la passar pelo emaranhado de esquemas pré-montados na cabeça dos alunos exige, no mínimo, boa vontade.

Estamos nisto quando emerge, vindo ainda da primeira metade do séc. XX, um conceito que ajuda à entrada neste mundo dos fenómenos sociais – o conceito de “experiência”. De novo assente em Weber e sua sociologia compreensiva, o conceito de “experiência” obrigava a fazer passar o fenómeno pelo corpo do actor social. E não era apenas para entender o fenómeno do ponto de vista do actor, era igualmente para perceber como o fenómeno se repercutia na rede de relações e como essa abrangência e rede de ligações objectiva para o sociólogo, seria tão importante para entender o fenómeno, tanto como a percepção subjectiva do actor². Num

2. «O conceito de experiência, finalmente, pode ser posto em causa. Surgiu primeiramente no trabalho de campo, para dar sentido a esta unidade tensional presente entre sujeitos com lógicas de ação diversas. Os puristas talvez critiquem François Dubet por se apropriar de uma categoria da fenomenologia sem pagar suficientemente a sua dívida. Isto não nos parece essencial. O problema reside na tensão entre o pólo da lógica “objectiva” e o da subjectividade, da qual a experiência é ao mesmo tempo o resultado e o laboratório. Não arriscamos, ao definir a experiência como combinatória, despojá-la do seu carácter corporizado, sensível e afetivo? O meu receio é que o objectivismo de uma sociologia clássica, da qual François Dubet admite ser nostálgico, o distraia da exploração dos pequenos traços através dos quais o significado pode ser visto. A sociologia contemporânea está fragmentada e é assim que, tem razão François Dubet em insistir, muitos sociólogos a vivem. Tal contexto pode convidar ao recolhimento em si mesmo, bem como à abertura regulamentada. A sociologia da experiência tem uma dupla virtude: explica com rigor, a cultura, a inteligência, a convicção, um programa de

sentido weberiano de compreensão, para compreender os actores e o perfil das suas relações é preciso entrar na totalidade dos sentidos que atribuem aos seus actos e os guiam, oferecendo um quadro de intersubjectividade minimamente objectiva que possa constituir explicação sociológica (Schutz:2018). De algum modo, o “facto social” de Durkheim tinha um “adversário” – o “fenómeno social”, como em Husserl e Schutz, que dava prioridade à autenticidade perceptiva e à compreensão do fenómeno. Na sociologia, o acesso ao mundo, acesso sempre reflexivo, é permeado por interpretações e representações pré-construídas pela sociedade de que, mais frequentemente, os actores nem consciência têm. Isto impõe ao sociólogo a análise e eventual desconstrução das representações aceites como “naturais” e a capacidade de perceber aquilo que, na sua imersão social, está oculto para o actor.

Alfred Schutz destaca a sociologia como tratando essencialmente actores dotados de consciência e vida interior e, por isso, impelidos a atribuir significados às suas condutas, às dos outros e aos objectos exteriores em geral. De algum modo, para a explicação da vida social, a sociologia necessita de interpretar os sentidos inter-subjectivos que os actores sociais atribuem a si, aos outros e às suas condições de existência. De novo, e num sentido husserliano, Schutz advoga a necessidade do acesso à “experiência ingénua” do actor, mas que do ponto de vista reflexivo do sociólogo, de ingénua não deve ter nada³. Pelo contrário, ainda, trata-

análise da acção cujo valor demonstrámos. Integra-se com força, autenticidade e lucidez no debate que a sociologia conduz sobre si mesma e constitui assim um contributo importante para o seu empreendimento contemporâneo de reflexividade colectiva.»

Traduzido de Jean-Michel Berthelot, *Revue Française de Sociologie*, 1996 37-1 pp. 173-176

3. «A vida quotidiana é ingénua. Viver assim é enganar-se no mundo que nos é mostrado pela experiência, pelo pensamento: é agir, é emitir julgamentos de valor” Todas as funções intencionais da experiência. graças às quais os objetos estão simplesmente presentes, completam-se de maneira impessoal o sujeito nada sabe delas. O mesmo ocorre com o pensamento ativo: os números, os “estados de coisas” predicativos, os valores, os fatos, as obras aparecem graças a um funcionamento oculto, que se constrói gradativamente, mas são somente elas que vemos.

O mesmo se dá com as ciências positivas. São construções ingênuas, ainda que de um tipo superior: são produzidas por uma técnica teórica, sem que as funções intencionais, de que, em última análise, tudo provém, sejam explicitadas. Com certeza, a ciência pretende justificar seus esforços teóricos e se apóia sempre sobre uma crítica. Mas sua crítica do conhecimento não é última, ou seja, um estudo e uma crítica das funções originais, um esclarecimento de todos os seus horizontes intencionais. Somente esses últimos podem captar de maneira definitiva o “alcance” das evidências e, correlativamente, estabelecer o sentido da existência dos objetos, das construções teóricas, dos

-se de identificar todas as representações pré-construídas seja ao nível das percepções mentais, sentidos ou representações discursivas que o actor mobiliza no seu devir quotidiano sem qualquer questionamento. *“A existência prática diária é ingênua. Ela é imersão no mundo já-dado, seja pela experiência, pelo pensamento, ou pela valoração. Enquanto isso, todas essas funções produtivas internas da experiência, em virtude das quais as coisas físicas estão simplesmente aí, transcorrem anonimamente. O experienciador não sabe nada sobre elas, e, de modo similar, nada sobre seu pensamento produtivo. [...] Os números, os complexos predicativos de assuntos, os bens, os fins, os trabalhos se apresentam em virtude da performance oculta”* (Husserl: 2001,166).

Assim, mesmo ao nível da consciência, particularmente a consciência dos outros e das relações, é obrigatório observar o sujeito como existindo num mundo já dado, sempre exterior e cuja presença (Dasein) está sempre fora, num mundo dado e pré-construído. Repare-se que este existencialismo objectivo não é assim tão incompatível com o “facto social” de Durkheim e as suas objectivações.

Não sendo fáceis de explicar – os conceitos de “fenómeno social” e “experiência social”, em termos didácticos adquiriam o estatuto de envelopes suficientemente compactos para a sua “aquisição mental” e utilização aplicada pelos alunos. Mesmo assim, o fundo durkheiminiano revelava-se sempre presente.

valores e dos fins. Assim, reencontramos nós – e precisamente no nível elevação da ciência positiva moderna crises, paradoxos, coisas ininteligíveis. Os conceitos primeiros que abrangem toda a ciência e determinam a esfera de seus objetos e o sentido de suas teorias têm uma origem ingênua: eles têm horizontes intencionais indeterminados: resultam das [“funções intencionais desconhecidas, exercidas de maneira grosseiramente ingênua. Isto vale não somente para as ciências especiais, mas também para a lógica tradicional com todas as suas normas formais. Toda tentativa feita pelas ciências, tais como se constituíram historicamente, de encontrar um fundamento melhor, de compreender melhor a si mesmas, de compreender seu próprio sentido e seu próprio funcionamento é uma tornada de consciência de si mesmo do estudioso. Mas só há uma tomada de consciência de si mesmo que seja radical – a da fenomenologia. (...)»

Husserl, Ed. *Meditações Cartesianas*, ed. Madras, S. Paulo, Brasil, 2001, p.166.

A dinâmica das áreas científicas

No trabalho de demonstrar o que se estava a passar nas várias áreas científicas que se conjugavam e me cabia por dever ensinar, começavam, a partir do dobrar o milénio, a observar-se alterações que provinham não só das inovações tecnológicas introduzidas como dos novos modos da sua utilização. Os media de massa, em particular nos seus conteúdos industrializados, muito antes denunciados pela Escola de Frankfurt, haviam aterrado numa espécie de indiferença social e homogénea que ainda hoje se pode observar nas televisões, particularmente ao fim-de-semana. Depois da abordagem crítica, nada mais a dizer sobre isto. A novidade apareceria noutro tipo de écrans – computador e *smartphone* – e revestia um novo conceito, fácil de perceber – a **rede**. Havia todo um novo universo de redes a explorar e estudar, assim como novos auxiliares dedicados a essa exploração; novos tipos de software orientados para a exploração dessas redes.

A Sociologia da Cultura e a Sociologia do Património Cultural viam-se, felizmente, transformadas por este tipo de inovações tecnológicas, e cabia ao professor mostrar a amplitude e dimensão dessas transformações nos domínios mais aplicados. A Sociologia da Cultura mantinha-se agora bem mais ampla e sugestiva, em termos de exploração, que a Sociologia dos Media. A Sociologia do Património Cultural⁴, inicialmente focalizada na fundamentação e preservação do Património Cultural iria começar, a partir da primeira década do séc. XXI e por força das circunstâncias, a interessar-se igualmente pela preservação do património natural e pelas agendas ambientais. Era necessário introduzir os conceitos gerais de Ambiente e da Sustentabilidade no quotidiano de todos os dias, tentando observar como é que esta questão nos toca em casa, na rua e na Universidade, e como podemos sociologicamente enquadrá-la no âmbito mais alargado do Património e da Cultura.

Tratava-se de colocar uma série de questões teóricas e também muito práticas que vão desde o facto de alguns de nós passarmos frio em casa

4. A disciplina de "Sociologia do Património", introduzida na Universidade de Évora em 1997, logo a seguir ao meu doutoramento em sociologia com a tese «PATRIMÓNIO, Comunicação, políticas e práticas culturais» auxiliou esta orientação e, só quatro a cinco anos mais tarde, já entrados no séc. XXI me apercebo que é a primeira a ser introduzida, no país, enquanto disciplina curricular na área da Sociologia.

no Inverno e calor no Verão e não termos consciência de que problema é esse que nos mexe no corpo; bebermos café de cápsula sem ter consciência do lixo que estamos a produzir; não termos um olhar crítico acerca da mobilidade na cidade; continuarmos a olhar para o que se passa à nossa volta como se não pudéssemos fazer absolutamente nada; não sentirmos falta da informação que melhor nos pode esclarecer acerca dos problemas próximos e menos próximos. Havia aqui um duplo trabalho de sensibilização, não só para a amplitude destas questões, como para os seus modos de ancoragem na Sociologia e as possibilidades do seu olhar crítico e de diagnóstico lúcido. A sociologia havia arrancado, no séc. XIX, observando as desigualdades sociais, a exploração do trabalho, as dinâmicas do capital produzidos pelos processos de industrialização; passou ao séc. XX observando as guerras, os novos produtos industrializados, os usos da tecnologia, as novas culturas e a sobre-exploração dos recursos naturais. No séc. XXI emergia a necessidade de consciência da relação com a Terra e todos os seus componentes – o mar, a floresta, o ar, a cidade.

Com o evento do COVID e o seu impacto como um momento de tectagem, confirmam-se todas as suspeitas: o ar fica mais limpo, o mar despoluído e durante breves meses a terra respira sem restrições. Outra suspeita se evidencia; apesar das mortes, é à ciência e ao actual modo de fazer ciência que se deve a tão rápida disponibilização de vacinas que vêm salvar vidas. A sociologia reforça novos pontos de exploração que juntam a evidência da necessidade do cuidar do Património Natural ao papel da ciência no bem-estar humano. O impacto ambiental das actividades humanas é evidente e relativamente bem estudado. O poder dos media cresce durante a pandemia e revela-se poderoso, mas mal utilizado. São necessárias medidas urgentes, mas impopulares, que os políticos não querem assumir. A sociologia por si só não se orienta para resolver qualquer destes problemas nem nunca para tal se orientou, mas especializou-se no seu diagnóstico crítico e preciso. Com isto, na prática, à sociologia do património e da cultura coliga-se, naturalmente, uma sociologia do ambiente que sobe assim ao topo das sociologias eminentes por solicitação das circunstâncias.

Ao mesmo tempo, cada vez mais a abrangência e a qualidade da informação se tornam cruciais. Para se orientar ecológica e sustentavelmente⁵

5. Falamos de sustentabilidade Ambiental que, obviamente, se estende à económica e social.

neste mundo, o cidadão deve estar muito bem informado acerca destas vertentes e das decisões que quotidianamente a sociedade lhe apresenta. No emaranhado de canais, redes e media, não é fácil. Pior, mantêm-se impunes consumos e apelos ao consumo de produtos “pecaminosos” no quadro desta nova moral ambiental – são exemplos disto:

- A quase totalidade das práticas turísticas que implicam longo curso, a começar pelos cruzeiros marítimos;
- O consumo de café de cápsula;
- O consumo não controlado de energia, água e roupas (a 2ª indústria mais poluente, a seguir à produção de energia);
- O flagelo do fogo-incêndio, particularmente em Portugal, transformado em indústria-espectáculo todos os anos.

Enfim, o número de exemplos é infindável mas, como afirmei inicialmente, tudo se centra na qualidade da informação a que temos acesso e utilizamos nas nossas decisões de consumo.

O desafio na sociologia, como antes, constituía-se em melhor orientar os alunos nesse labirinto da busca da informação correcta, selecção e modos de crítica e decisão apropriada acerca dos produtos disponíveis, assim como o envolvimento dos alunos no mesmo processo de depuração dos consumos e alerta, particularmente nas redes sociais.

Em 2002, através de um artigo muito popularizado⁶, Paul Crutzen mundializa o conceito de **Antropoceno**. É a entrada numa nova época pós-Holoceno. Paul Crutzen e Eugene Stoermer propuseram que as atividades humanas haviam alterado tão profundamente o planeta a ponto de empurrá-lo para uma nova época geológica – o Antropoceno – representando uma força geológica global e unificada que ameaça mascarar a diversidade e as diferenças nas condições e impactos reais da humanidade, e não faz justiça à diversidade de contextos locais e regionais.

Desde a viragem do milénio, tem existido uma crescente sistematização desta definição e uma articulação enquanto agenda de investigação transdisciplinar. O Antropoceno revela que a espécie humana, através da sua expansão e atividades rivaliza, atualmente, com algumas das grandes forças da natureza ao nível do impacto no funcionamento do ecossistema

6. Crutzen, P.J.: Geology of mankind—The *Anthropocene*. *Nature*, 415, 2002: 23.

Terra. A questão fundamental das alterações climáticas é somente a ponta do iceberg. A acção humana, ampliada pela emergência da tecnosfera, alterou substancialmente outros ciclos biogeoquímicos fundamentais da vida no nosso planeta.

O obstáculo acrescido da era do Antropoceno, mais do que tecnológico, é fundamentalmente, político e social. Urge questionar como se cria o que Durkheim designou **por consciência coletiva**, que nos permita evitar a longo prazo a nossa extinção. Promover a consencialização ambiental global é fundamental se queremos contrariar a dimensão escatológica da era do Antropoceno. Há uma maior e nova divisão aqui: o agenciamento natura/cultura com a presença de um sujeito humano cada vez mais sujeito a uma biosfera de presença contínua.

O novo problema é que o humano não tem um sistema natural de preservação com o algoritmo da biosfera. Para ser capaz de entender adequadamente as “questões ambientais” – e entre elas a questão muito urgente da mudança climática – a sociologia precisa ir além do foco analítico exclusivo na(s) interação(s) humana(s). “Pensar dentro do meio ambiente” “desestabiliza” profundamente alguns dos pressupostos centrais da sociologia ainda muito ancorada nos privilégios naturais do humano. É Jason Moore que, inicialmente, chama a atenção para este problema.⁷ Qual o papel do “social” neste modelo relacional pré-condicionado da matéria viva, das “teias da vida”? E a sujeição às “lógicas da vida” bem antes introduzida por outros autores?⁸

Finalmente e, mais recente representante do trabalho na sociologia dos problemas ambientais, Bruno Latour (Latour:2017) em «Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno»⁹ é premonitório e analisa o cenário que vem a emergir logo em 2020, já na pandemia, e tenta compreender as transformações que este olhar ecológico implica. Perante

7. Moore, J., *Capitalism in the Web of Life – Ecology and the Accumulation of Capital*, ed. Verso, London, 2015

8. *Élan vital*, enquanto força complexa determinante e impulsionadora do curso das vidas das pessoas. Bergson, *L'évolution Créatrice*, ed. PUF, Paris, 2013.

Rosnay, J. de, *Os Caminhos da Vida*, ed. Liv. Almedina, 1984.

Por outro lado, Latour destaca que Darwin possibilitou discernir uma discrepância entre o nosso discurso sobre os animais e a força que os anima: “os organismos, por si mesmos, constroem os seus próprios sentidos” – agora isso estende-se a todo o planeta.

9. Latour, B. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*, ed. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2017

um cenário com vários negacionismos e populismos, também o perigo de colapsos ecológicos confirmados. A representação política da comunidade – espaço comum – sai estilhaçada e irre recuperável apresentando, cada vez mais, uma orientação para as proteções do Estado que, no entanto, se fragiliza com o aumento da desregulamentação e das desigualdades. Para Latour é imperativo procurar «onde aterrar» tentando desfazer essa perda de orientação, fazendo elevar os valores de Gaia¹⁰ e Bios no mapa das decisões acerca da conduta dos homens na terra.

Mais interessante em Latour, durante praticamente os últimos 30 anos dos seus trabalhos, é o modo como define o mapa das divisões e exercício de poderes nas diferentes esferas do social ainda reguladas por matrizes modernas como o Direito, a Ciência ou a Religião. Trabalhando e observando os diferentes «modos de existência» destas esferas, Latour vai concluindo que a sua inter-incompatibilidade é fonte dos maiores desacertos e feridas tanto no tecido social como ecológico. As suas lógicas, modos de existência e aplicação são incompatíveis por serem determinadas por modos de existência autocentrados apenas na sua gênese e esfera de execução; a tecnologia *versus* a política *versus* o direito, cada vez mais frequentemente esbarram naquilo que ele chama as «condições de infelicidade» nos seus modos de existência em esferas incompatíveis, resultando em desastre no social.

A solução para este enorme problema passaria pela tarefa hermenêutica do que ele chama “canais de tradução”. Mas, devido à incompatibilidade das esferas e suas lógicas, a sua implementação revela-se frágil e inconstante. Outra vez, como se compatibiliza a tecnologia com o direito ou a religião; onde se podem isolar elos comuns em gêneses e lógicas tão diferentes?

Para Latour é imperiosa uma revisão total da ontologia Moderna que ainda regula boa parte do tecido institucional e social, porque as condições bioclimáticas e, por inerência, sociais da vida na terra determinam hoje toda uma nova ontologia centrada nas leis de Gaia e dos seus modos de existência.

10. A Hipótese de Gaia, proposta por James Lovelock (1972) sugere que os organismos vivos do planeta interagem com o ambiente inorgânico circundante para formar um sistema sinérgico e auto-regulado que criou, e agora mantém, o clima e as condições bioquímicas que tornam possível a vida na Terra. URL: <https://www.sciencedirect.com/topics/earth-and-planetary-sciences/gaia-hypothesis>, acedido a 18/07/2024.

Pelo que aqui referimos, no que concerne a uma sociologia actual, ela não pode deixar de reorientar o seu trabalho crítico e de diagnóstico, acercando-se destes modelos ecológicos numa nova ontologia do social como existindo sob as condições da Terra ou, se quisermos, de Gaia.

Referências

- BLOK, A., & Jensen, C. B. (2019). “The Anthropocene event in social theory: On ways of problematizing nonhuman materiality differently”. *The Sociological Review*, 67(6), 1195-1211.
- BONNEUIL, C. & Fressoz, J.-B. (2016). *L'Évènement Anthropocène –et La Terre, l'histoire nous*. (2ª ed.; 20131). Seuil.
- CARVALHO, A & AL., “Ontologias do Antropoceno: Crise climática, respostas sociopolíticas e tecnologias emergentes”, *Forum Sociológico*, <https://doi.org/10.4000/sociologico.9693>, acedido a 20/07/2024.
- CRUTZEN, Paul J. (2002). “Geology of mankind”, *Nature*, 415, 23.
- CRUTZEN, Paul J.; Stoermer, Eugene F. (2000). “The Anthropocene”, *Global Change Newsletter*, 41, 17-18.
- DURKHEIM, E. (1998.), *As Regras do Método Sociológico*, ed. Presença, Lisboa.
- HAMILTON, Clive; Bonneuil, Christophe; Gemenne, François (2015) (eds.). “The Anthropocene and the Global Environmental Crisis”. London/New York: Routledge.
- HEIDEGGER, Martin (1977), *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York: Harper & Row.
- HUSSERL, E. (1973) *Experience and judgment*, Evanston: NorthWestern University Press.
- HUSSERL, E. (2012) *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HUSSERL, E., (2001) *Meditações cartesianas e Conferências de Paris*, ed. Madras, S. Paulo.
- HUI, Y. (2020). *For a Planetary Thinking*. Journal #114, <https://www.e-flux.com/journal/114/366703/for-a-planetary-thinking>
- HUNCHUCK, E. (2017). *Reading the Anthropocene*. <https://elisehunchuck.com/2017-Reading-the-Anthropocene>
- LATOUR, B. (1991), *We Have Never Been Modern*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- LATOUR, B. (2017). *Facing Gaia – Eight lectures on the new climatic regime*. Polity Press.
- LATOUR, B. (2020), *Onde Aterrar?*, ed. Bazar do Tempo, Brazil.
- LEFF, H. (2021). *Political Ecology – Deconstructing Capital and Territorializing Life*. Palgrave Macmillan. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-63325-7>

- LORIMER, J. (2017). "The Anthro-po-scene: A guide for the perplexed". *Social Studies of Science*, 47(1), pp. 117-142. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306312716671039>
- MOORE, J. W. (ed.) (2016). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. PM Press.
- SCHUTZ, A. (1979), *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- SCHUTZ, A. (2018) *A construção significativa do mundo social*. Petrópolis ed. Vozes.
- SCHUTZ, A. ; Luckmann, T. (1974), *The structures of the life-world*. London: Heineman, 1974.
- STEFFEN ET. AL. (2018), *Trajectories of the Earth System in the Anthropocene*, PNAS August 6, 2018. 06/08/2018 <http://www.pnas.org/content/early/2018/07/31/1810141115>
- STENGERS, Isabelle (2018), *Another Science Is Possible: A Manifesto for Slow Science*. New York: John Wiley & Sons.
- SWYNGEDOUW, E.; Ernstson, H. (2018), "Interrupting the Anthro-po-scene: Immuno-biopolitics and Depoliticizing Ontologies in the Anthropocene", *Theory, Culture & Society*, 35(6), 3-30. <https://doi.org/10.1177/0263276418757314>

PENSAR SOCIOLOGICAMENTE A AÇÃO EXPRESSIVA HOJE SEM DEIXAR DE OLHAR PARA ONTEM

José Manuel Resende*

José Maria Carvalho**

Balizando a temática: a ação expressiva e a Sociologia

O presente texto tem como fito a realização de um breve ensaio teórico em torno do lugar que a *ação expressiva* ocupou e ocupa em algumas das mais proeminentes e influentes obras pertencentes ao património sociológico. Dadas as limitações atinentes à dimensão do texto, prevenimos, desde já, o leitor que o nosso propósito é menos o de elaborar uma revisão bibliográfica exaustiva da temática do que o de chamar a atenção para uma questão que entendemos insuficientemente explorada na Sociologia, adotando, portanto, como critério de convocação das referências bibliográficas o seu potencial de problematização para a reflexão que ensejamos. Assim sendo, cumpre igualmente advertir que o leque de obras selecionado da ampla literatura existente é, reconhecemo-lo, incompleto e parcial, tal como a apresentação das obras mobilizadas é inevitavelmente esquemática: não se trata tanto de desenvolver uma hermenêutica deste ou daquele autor, mas antes o de em algumas das suas obras sinalizar os elementos que possam subsidiar e contribuir para a cogitação da ação expressiva.

Cumpre, ainda assim, efetuar uma precisão e delimitação do âmbito e do objeto da discussão que aqui se pretende levar a cabo. O termo “expressão” vem do latim *expressione*, declinação de *expressio*, que significa apertar, pôr para fora mediante compressão. Lembrar a etimologia da palavra tem

* Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: jmvrsr@uevora.pt

** Professor Adjunto Convidado no Instituto Politécnico de Portalegre. Membro Integrado do Centro de Investigação em Saúde e Ciências Sociais (CARE/Instituto Politécnico de Portalegre).

o condão de nos facilitar a distinção entre dois significados diferentes da expressividade. Num mais lato e genérico, a expressão ocorre sempre que se “põe para fora”, isto é, sempre que se exterioriza, manifesta, revela, seja por intermédio de palavras, do corpo ou de outros suportes comunicativos. Logo, uma primeira importante ilação deverá ser retida: expressar é *comunicar*. Porém, esta é uma definição a nosso ver demasiadamente ampla e vaga para que possa constituir um objeto de questionamento sociológico, já que a reflexão abarcaria indiferenciadamente todo e qualquer ato de manifestação comunicativa. Assim, optamos por incidir sobre um significado mais estrito do termo “expressão”, a saber, aquele que para além do seu cariz comunicacional, lhe acrescenta um outro traço: expressa-se aquele que manifesta de uma certa *maneira* através de uma *compressão*, de um aperto (o latim *exprimere* significa literalmente espremer, arrancar, fazer esguichar). Note-se, então, que a expressão não é um simples ato de comunicar mediante um conjunto de manifestações, mas justamente aquele que o faz espremendo. Assim, a determinação do objeto do presente texto vê-se aclarada: *a expressão enquanto expressividade de si*. O “si”, deve alertar-se, não remete para um qualquer *quid* que, substância una e estável, aguardasse pelo ato através do qual viria ao exterior. Segundo pensamos, é perfeitamente exequível cogitar sociologicamente a expressão de si sem presumir uma subjetividade transcendental e individual, uma vez que o ónus da questão reside na própria *ação* concreta de expressar, na experiência da expressividade, mais do que na definição do agente que se expressa e/ou dos conteúdos expressos.

Como resulta explícito do enunciado do título, o nosso foco reside na *atualidade*. Visamos, sobretudo, esboçar uma reflexão que deslinde pistas analíticas para a Sociologia abordar nos dias de hoje a ação expressiva. Até porque, com efeito, os valores da *expressividade*, da *autenticidade* ou da *singularidade* original e irreplicável assumem hoje – e provavelmente como nunca antes – um lugar e uma função de relevância inegável na tessitura do *socius*. Tal facto, de resto, encontra tradução nas mais variadas esferas de atividade social, da economia à política, da cultura ao ordenamento jurídico: a expressão da individualidade de cada ser humano é cada vez mais considerada e valorizada na ordenação social do comum (Martuccelli, 2010), seja na ação do Estado por via do planeamento e implementação de políticas públicas de apoio social centradas na ativação e capacitação das subjetividades (Astier, 2007; Dodier & Rabeharisoa, 2006), seja na

valorização de certos perfis profissionais no mercado laboral (Boltanski & Chiapello, 1999), seja na exponencialmente crescente procura por livros de autoajuda e práticas terapêuticas e de desenvolvimento pessoal, ou seja, ainda, nas próprias relações interpessoais, das familiares, passando pelas amicais, até às amorosas. Que a identidade é, nas sociedades contemporâneas, já não simplesmente uma herança, mas uma construção reflexiva que cabe aos próprios indivíduos é um fenómeno amplamente aferido (Beck, 1992; Giddens, 1991). Contudo, parece-nos que não basta ficar por aqui, pois assistimos hoje, não apenas a um incentivo à construção reflexiva da identidade, como, adicionalmente, a uma sua versão particular, que diríamos ser propriamente expressiva. Os lemas, tão propalados, do “descobre quem és” ou do “sê quem verdadeiramente és”, a associação da realização pessoal e da felicidade ao atendimento destes preceitos, conduzem-nos a indagar a respeito da expressividade de si no regime e na gramática da *autenticidade* (Taylor, 1992b). Parece, porventura, que a expressão de si se traduz na contemporaneidade em atos que perpassam todo o tecido social, razão pela qual julgamos justificar-se a pertinência de uma reflexão sociológica em seu torno.

Se é verdade que o nosso foco é deposto primordialmente no contexto presente – até por entendermos ser o melhoramento das sociedades humanas um dever moral do fazer científico a que a Sociologia, por maioria de razão, não é alheio –, não abdicamos, contudo, de revisitar o que no passado foi pensado e escrito acerca do assunto, posição, também ela, notória no título adotado. Este exercício de releitura de alguns dos autores clássicos da disciplina sociológica – tendo sempre especificamente em vista, reiteramos, a problematização da questão da expressividade – ocupará a secção seguinte. Pretendemos aí argumentar e fundamentar que a ação expressiva resultou tendencialmente subalternizada, ou secundarizada, na larga maioria das obras hoje inscritas no cânone sociológico: de Durkheim a Weber, Parsons a Bourdieu, da teoria crítica da Escola de Frankfurt a Goffman, mas também, mesmo que de outra maneira, em Simmel ou Elias, mesmo apesar de se terem dedicado longa e aprofundadamente ao estudo da sensibilidade humana. Decerto que a marginalização da ação expressiva assume graus e modalidades distintas de autor para autor, no entanto, pensamos ser este um diagnóstico globalmente justo e apropriado da literatura em causa.

Do nosso ponto de vista, o contexto socio histórico – de uma maneira mais geral – e o académico-universitário – mais particularmente – em que

a Sociologia, enquanto disciplina científica própria e autónoma, encontrou um meio fértil para a sua fundação, auxiliam a explicar a tendência teórica supra assinalada. Referimo-nos, sublinhe-se, simplesmente à fundação disciplinar da Sociologia, pois é para nós evidente que ela, no seu sentido lato, já era praticada anteriormente por variados pensadores, tais como escritores, filósofos, entre outros. Por um lado, vivia-se no final do século XIX uma época de intensas e vincadas transformações sociais: a concentração populacional nas grandes cidades; a secularização dos regimes políticos e a formação e consolidação do Estado conforme o conhecemos hoje; a reformulação do aparelho produtivo através da industrialização; a racionalização dos processos sociais, das sociabilidades e da conduta; ou a intensa individualização do ser humano – são apenas algumas de entre as inúmeras transformações ocorridas à data. Era toda uma sociedade que via os pilares tradicionais nos quais até então se alicerçara ameaçados e questionados, desencadeando mudanças drásticas e profundas na organização social das mais variadas atividades humanas e, indissociavelmente, na própria ação humana. Terá sido da necessidade de refletir acerca das convulsões sociais suscitadas por tão radicais transformações que a ciência sociológica encontrou a sua razão de ser, a saber, a de identificar tais vetores de reorganização social e compreender e/ou explicar as suas consequências. Ora, face a estas transformações não será de surpreender que a questão primordial tenha sido a da ordem: como viver conjuntamente num contexto crescente e acentuadamente racionalizado e individualizado quando, até então, a existência se pautava predominantemente pela tradição herdada, pela proximidade familiar ou pela partilha de um mesmo e coeso espírito coletivo? A expressividade de si, então, foi relegada para segundo plano em prol da *ação racional e instrumentalmente orientada*, por um lado, e, por outro, da *ação normativa e axiologicamente conduzida* (Joas, 1996). Como lembra Taylor (1992a), na modernidade o “eu racional” impôs-se ao “eu romântico”.

Por outro lado, no que concerne ao contexto académico, coube à Sociologia, a fim de encontrar o seu espaço na Universidade, justificar a sua especificidade face a outras disciplinas já existentes e cujas matérias poderiam, à primeira vista, coincidir com a missão sociológica. Desde logo, e em primeiro lugar, fez-se imprescindível para a autonomização da ciência sociológica operar uma demarcação face à Filosofia: onde nesta vigora a busca pelo universal, a Sociologia contrapõe o carácter inelutavelmente

contextual e histórico da ação humana e da organização social. Mas também da Psicologia, pois onde aí imperava um individualismo analítico concentrado na mente e na interioridade, mostrou a Sociologia que a ação é inexoravelmente coletiva. E ainda face à Antropologia, contrastando a Sociologia por se devotar especificamente à compreensão das sociedades modernas. Ora, este viés teórico, compreensível, em benefício do *coletivo* (por oposição ao individual), da *normatividade social* (por oposição à interioridade subjetiva) e do *contextual* (por oposição ao universal) terá afastado, ou relativizado, a expressividade de si dos palcos da discussão, tendo sido esta tendencialmente associada, por um lado, à individualidade, interna e subjetiva, de cada um, e, por outro, à dimensão sensorial, afetiva e emocional do comportamento. Sintoma disso mesmo é a robustamente documentada dificuldade de a Sociologia estudar a criação artística (Bourdieu & Nice, 1980), pois que, pelo menos na versão do seu “paradigma moderno” (Heinich, 2014), prima a arte pelos valores da autenticidade, da singularidade, da originalidade e da criatividade.

Mesmo que, o mais das vezes, não tenho sido o objeto central da inter-rogação sociológica, a verdade é que chamar a atenção para o caráter contextual, socio histórico e coletivo da ação expressiva constitui um avanço considerável na sua compreensão. Além disso, o diagnóstico aqui traçado seria abusivo, e até injusto, se se limitasse a apontar esta secundarização da ação expressiva na literatura sociológica. Em bom rigor, ela não deixa de estar presente na obra de vários dos autores acima elencados, em alguns dos quais, aliás, demorada e densamente, como Simmel ou Elias. Por esta razão, não nos eximiremos de assinalar elementos dessas obras que nos parecem potenciar a reflexão sobre o tema que nos traz, elementos, esses, que, amiudadas vezes, acabaram por resultar obscurecidos mais por responsabilidade das leituras interpretativas que delas posteriormente se realizou do que dos próprios autores. No fundo, intencionamos resgatar esses contributos, tantas vezes olvidados, elaborando os seus potenciais heurístico e teórico, mas também as suas insuficiências e limitações, para cogitar a expressividade nos dias de hoje.

Da nossa perspetiva, a expressividade de si não deverá ser analiticamente relegada para a estrita esfera da afetividade e do emocional – mesmo que admitindo, como o fazemos, ser este um objeto de estudo sociológico legítimo –, tampouco unicamente para o domínio da racionalidade estratégica e interessada – conduzindo a uma visão instrumental da ação

expressiva –, sequer simplesmente para o plano axiológico e normativo – o que redundaria numa visão da expressividade como representação social ou como uma ação definida pelo atendimento a um conjunto de regras partilhadas. Estamos longe de afirmar, clarifique-se, que a ação expressiva não se possa desdobrar sob uma modalidade iminentemente sensorial (como na arte), ou que não possa, em certas ocasiões, ser o resultado de uma gestão reflexiva dos indivíduos, tampouco argumentamos que a expressividade não seja um valor, ou até mesmo uma norma, social almejado pela ação humana. Simplesmente, pretendemos defender que a expressividade de si constitui, antes de mais, uma *experiência*, no seio da qual nem a corporalidade sensível, nem a reflexividade nem a moral devem ser aprioristicamente excluídas, dimensões que, alternativamente, devem ser pensadas na sua continuidade e indissociabilidade. Ora, se a Sociologia se mostrou capaz de cogitar a expressividade do ponto de vista da sua racionalidade estratégica, segundo a qual os indivíduos conseguem, em maior ou menor grau, controlar aquilo que expressam ao outro; se, ademais, se mostrou capaz de a pensar enquanto valor ou representação social operante nas mais díspares esferas de atividade social; defendemos que a ciência sociológica carece de instrumentos analíticos para aceder à experiência da expressividade *qua* expressão autêntica de si mesmo.

Questionando como poderá a Sociologia cumprir tal desígnio, voltamos a atenção na secção seguinte para as virtualidades e potencialidades teóricas que encontramos nas sociologias pragmáticas e, designadamente, no *modelo dos regimes de engajamento* proposto por Thévenot (2006). Pugnando por um modo de pensar fundamentalmente antidualista, supera as dicotomias coletivo-individual e objetivo-subjetivo, permitindo, por conseguinte, abranger na análise sociológica da expressividade elementos habitualmente acantonados ao foro individual. Além disso, uma vez que, opondo-se ao sociologismo, defende uma conceção pluralista e composicional do comum, reenviando a observação para as situações empíricas concretas onde os indivíduos coordenam o curso da ação, possibilita cogitar a ação expressiva sem derrapar para o individualismo ou subjetivismo, antes propondo pensá-la à luz dos modos em que participa na construção da tessitura do *socius*. Finalmente, por se distanciar da divisão cartesiana entre corpo e mente, permite ainda cogitar de modo contínuo os níveis sensível, reflexivo e normativo da experiência da expressividade de si. Em suma, argumentamos que as sociologias pragmáticas constituem

uma oportunidade valiosa e heurística para estudar a expressividade na positividade que lhe é própria e a distingue, evitando subsumir e reduzir a experiência dela tida pelos indivíduos a simples forças, fatores ou normas sociais externos: nem simplesmente ação estratégica-racional perante um outro, nem unicamente ação guiada por valores interiorizados sob a forma de normas por via da socialização – a expressão de si é, antes de mais, uma experiência. Essa mesma experiência que, interessantemente, Bataille (2015) assinala como momento inaugural da condição humana: mais do que o uso autónomo da razão, o exercício do pensamento ou o domínio da linguagem verbal, o que específica e distingue a humanidade é, segundo o autor, a consciência da finitude e a vontade de se expressar para lá da duração da vida terrena. Ora, atentar de perto os *modos plurais, situados e composicionais em que a ação expressiva participa na construção do comum* é o aporte que as sociologias pragmáticas trazem, abrindo assim pistas de investigação ainda por explorar.

Revisitando alguns clássicos: que lugar o da ação expressiva?

O problema central em torno do qual gira o pensamento de Durkheim, e aquele a que procura mais urgentemente dar resposta, é o da manutenção da coesão da ordem quando face a forças de diferenciação e segmentação sociais. A sociedade é aí concebida como um todo uno irreduzível, não apenas a cada uma das suas partes, como ao somatório destas (Durkheim, 1989). E tendo uma natureza *sui generis*, a sociedade transcende cada uma das suas partes, cabendo à Sociologia estudar os “factos sociais”, ou seja, as regularidades e os padrões verificados na conduta individual (*Ibidem*). Por via da socialização, os indivíduos interiorizam os valores, as normas e as regras partilhadas – formando uma “consciência coletiva” –, as quais, sendo externas e contendo um poder coercivo, orientam e regulam o comportamento (*Idem*, 1995). Destarte, cada uma das partes de uma sociedade é definida pela função que desempenha para a preservação da coesão e da unidade sociais. É enquanto parte funcional ao serviço de um todo mais vasto que o sociólogo deverá estudar o comportamento dos indivíduos.

Ora, sendo a expressividade de si uma ação comunicativa que manifesta o próprio indivíduo que age, como pensá-la à luz deste quadro teórico? Como, afinal de contas, aceder à experiência expressiva no seio

da qual os indivíduos se *põem* na sua autenticidade e singularidade na ação que levam a cabo? Segundo o modelo de Durkheim, os indivíduos estão fadados a expressar – se é que, em rigor, de expressão se pode falar – a consciência coletiva à qual aderem como membros de uma dada sociedade, aí manifestando, pela regularidade e uniformidade das suas condutas, os *valores* e as *normas* sociais vigentes. É verdade que na sua obra tardia “As Formas Elementares da Vida Religiosa” (2008) o autor presta atenção à atividade energética dos corpos que, durante os rituais religiosos, se contagiam e afetam mutuamente, sendo esta “efervescência social” a base da formação do sentimento comunitário. Para Durkheim, o *socius* tem, portanto, fundações na sensibilidade corpórea de cada ser individual. Da mesma forma, nos seus escritos sobre a instituição escolar e a pedagogia alerta-nos para a importância de os indivíduos *sentirem* – e não apenas *respeitarem* – os valores socialmente partilhados como condição necessária para adquirirem força regulatória sobre as condutas (*Idem*, 2013). Todavia, deste sublinhado – importante a vários títulos – da sensibilidade corporal pouco se poderá extrair no que toca à compreensão da expressividade de si. Esta, com efeito, não joga aí qualquer papel analítico, já que o que está primeiramente em causa são os códigos e procedimentos ritualísticos que estão na base da formação de um espírito coletivo.

Weber propõe, como é sabido, um modo distinto de fazer Sociologia. No lugar dos “factos sociais”, o autor propõe que se adote como unidade de análise primacial a própria “ação social” (Weber, 1995). Nem todas as ações, portanto, são sociais. Aquilo que distingue uma ação social é o facto de carrear um *sentido* e ser orientada a um terceiro (*Idem*, 2019). Cabe, então, ao sociólogo desenvolver uma abordagem compreensiva capaz de aceder aos sentidos da ação humana. Para tal, propõe uma grelha composta por quatro ideais-tipo de ação (*Ibidem*). Os dois primeiros dão conta de ações consideradas pelo autor racionais: o primeiro aponta para as ações com vista à obtenção de fins, o segundo remete para as ações orientadas por referência a valores. Os outros dois tipos, pelo contrário, dão conta de ações cujo sentido se afasta da racionalidade: por um lado, a ação tradicional, isto é, para a ação rotineira com base nos costumes herdados, por outro lado, a ação afetiva, quando a conduta individual é conduzida pelas emoções sentidas. Este último tipo é localizado pelo autor na fronteira daquilo que define como ação social.

Onde fica, então, a expressividade de si nesta grelha tipológica? No primeiro tipo enunciado, a ação visa a satisfação de um interesse; no segundo, o respeito aos valores em que se acredita – ambos dão conta de ações racionais na medida em que visam um objetivo específico, tenha ele um alcance estratégico ou axiológico. No terceiro tipo, por sua vez, a legitimidade da ação é colhida da repetição e da tradição. Lembrando que a expressão consiste numa maneira de agir em que o indivíduo põe algo de si fora “espremendo-se”, “comprimindo-se”, “apertando-se”, conclui-se que nenhum destes três tipos se mostra heurístico para apreender a expressividade. Tanto a tradição, como os valores, como os fins estão longe de ser propriamente *expressos*, antes sendo *referências intencionadas pela ação*. Somente num sentido muito amplo do termo “expressão” – e que o descaracterizaria por completo – é que se poderia dizer que qualquer um destes tipos de ação exprimem (um sentido dirigido a um terceiro). Contudo, no sentido estrito do termo – e que definimos inicialmente –, nada é dito quando à expressão de si. Poder-se-á, evidentemente, perguntar se a expressão não é passível de emergir no seio destes ideais-tipos (e nas suas misturas e composições). Na verdade, julgamos que sim. Porém, Weber não desenvolve a questão. O quarto tipo, finalmente, é o mais estimulante para pensar a expressividade. Sem embargo Weber afirmar a dificuldade de traçar o limite a partir do qual uma ação guiada pela afetividade pode ser considerada social – e não uma simples reação automática –, não deixa de reconhecer que ela é passível de carrear um sentido, logo, que ela comporta uma carga comunicacional. Todavia, mesmo aqui resulta difícil cogitar a expressividade, uma vez que é tida como uma ação não-racional, isto é, que se define menos pela revelação de si ao outro do que pelo enfraquecimento do controlo das emoções que a conduzem. Mais do que exprimir, a ação afetiva caracteriza-se pelo seu fator condutor, justamente o emocional.

Neste contexto, seria de esperar que Parsons, tentando conciliar as ideias de Durkheim e Weber, nada tivesse escrito sobre a ação expressiva. Sucede que escreveu, pese embora seja essa uma parte da obra pouco lembrada. Subscrevendo Weber no diagnóstico da racionalização e burocratização modernas e Durkheim quanto às crescentes segmentação e diferenciação funcionais da sociedade, Parsons intenta articular o conceito de ação social com o funcionalismo sistémico (Parsons, 1964). Do seu ponto de vista, as sociedades modernas caracterizam-se, sobretudo, pela

disseminação e difusão da “ação cognitiva”, do raciocínio instrumental, uma vez que os sistemas da ação se vão complexificando e especializando (*Ibidem*). No entanto, interessantemente o autor lembra que o equilíbrio de qualquer sistema carece de contrapesos. Ora, a ação expressiva, que Parsons aloca à esfera da atividade artística, é precisamente um deles (Parsons & White, 2016). No entanto, não obstante a expressividade ser explicitamente tematizada, a verdade é que ocupa um lugar secundário na obra de autor. E, mais importante, é concebida de um modo que não nos parece plenamente satisfatório, uma vez que é abordada pelo prisma da sua *funcionalidade*. Da nossa parte, julgamos redutor encarar a experiência expressiva unicamente pela função que desempenha no sistema social.

Marcuse, um dos mais proeminentes representantes da chamada Escola de Frankfurt, alinha com a tese de que a expressividade – no caso, particularmente a expressão artística – pode constituir um contrapeso ao sistema socioeconómico. Porém, confere-lhe uma carga analítica distinta da de Parsons. Em bom rigor, mais até do que de um contrapeso sistémico, Marcuse concebe-a como a única válvula de escape ao sistema capitalista, conferindo-lhe, portanto, um valor revolucionário que não vislumbra em mais nenhuma esfera de atividade social (Marcuse, 1978). Porquê? Para o autor, o capitalismo caracteriza-se pela difusão e hegemonização da racionalidade instrumental, assimilando todas as esferas sociais e tornando a experiência humana unidimensional: numa sociedade em que tudo se converte em valor de mercadoria, é também o ser humano que se reifica, resultando, por conseguinte, bloqueada a expressividade de si (*Idem*, 1982). A proliferação de possibilidades de escolha – de que o consumismo é emblema – é uma ilusão a que os indivíduos aderem por se encontrarem num estado de alienação, configurando uma “sublimação repressiva” através da qual são reproduzidas as condições sociais que estão na base do exercício da dominação de que são vítimas. Ora, só a arte, justamente devido ao seu carácter expressivo, tem o potencial de combater, romper e revolucionar o sistema capitalista: noutros termos, de “emancipar os sentidos” e de operar uma “des-sublimação”. Conciliando o marxismo com a psicanálise, Marcuse entende que a arte é um oásis social onde é possível ao indivíduo libertar as suas pulsões humanas, assim se emancipando das grilhetas impostas pelo sistema de dominação burguês (*Ibidem*). No entanto, este modo de abordar a expressão de si incorre em dois problemas dignos de nota. Em primeiro lugar, o ato

de exprimir é psicanalisado, ou seja, é encarado como uma libertação de pulsões preexistentes e transversais que aguardariam em estado passivo pelo ato de exteriorização, naturalizando, por isso, a subjetividade individual. Em segundo lugar, a expressividade é analisada à luz de uma grelha teórica agonística, sendo a sua única chave de inteligibilidade as virtualidades que transporta para se opor antagonicamente ao sistema social de dominação, o que nos parece a todos os títulos redutor.

Para Bourdieu nem mesmo a expressividade – sequer a artística – permite escapar ao jugo social; somente a Sociologia é um verdadeiro desporto de combate (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1995). Sem embargo ter escrito extensamente acerca do fenómeno artístico (Bourdieu, 1996, 2021), a expressividade de si é, antes de tudo mais, uma *ilusão* que cumpre ao sociólogo desvelar. Vejamos porquê. De acordo com o autor, a sociedade organiza-se em diversos “campos sociais”, cada um dos quais relativamente autónomo face aos demais (*Idem*, 2002). O campo artístico logrou a sua autonomização durante a modernidade, regendo-se por regras de funcionamento e “capitais” valorizados próprios (*Ibidem*). A “posição social” ocupada por cada indivíduo depende da composição e do volume de capitais possuídos, os quais se encontram desigualmente distribuídos. E são estas condições materiais de existência que, por via do “habitus” – sistema de disposições práticas duráveis e transponíveis –, são interiorizadas e orientam a conduta individual (*Ibidem*). Como corolário, cada indivíduo age pré-reflexivamente de acordo com as regras do jogo social em que participa ocupando uma dada posição, assim reproduzindo o *status quo*, mesmo que, note-se, considere estar a perseguir os seus desejos e interesses particulares. A expressão de si – no sentido em que a definimos – resulta, como se percebe, inviável: a ação, qualquer que ela seja, nada mais expressa senão as condições materiais de existência daquele que age, logo, a sua respetiva posição social, ou de classe. E cada indivíduo, a fim de participar no jogo de cada campo, aceita as suas regras, agindo em função das mesmas, mas sem nunca dar conta dos fundamentos da sua racionalização, e neste sentido, assegura que a sua conduta constitui uma estratégia pré-reflexiva com a finalidade de obter e acumular os capitais valorizados (*Ibidem*). Consequentemente, no sentido muito amplo do termo, poder-se-á afirmar que a ação nada mais expressa senão a vontade de os indivíduos se distinguirem dos demais (*Idem*, 2010), razão pela qual, mais do que uma autêntica expressão de si, se está perante uma

“illusio” segundo a qual, pensando estarem a expressar-se, os indivíduos estão simplesmente a reproduzir as desigualdades sociais. E mesmo no campo artístico, a expressividade, longe de constituir uma experiência vivida, é tão-só, para Bourdieu, um valor simbolicamente consagrado, um capital valorizado que distribui os indivíduos na hierarquia social, logo, um instrumento de dominação e de exercício de poder e da “violência simbólica” (*Idem*, 2021).

Goffman (1959) opta por outra via, deslocando a atenção para as interações face-a-face tidas pelos indivíduos no seu quotidiano. As interações constituem uma ordem *sui generis* irredutível à atuação de forças sociais externas (Goffman, 1983). Poder-se-ia, então, presumir que na obra produzida por Goffman os indivíduos teriam uma margem de liberdade mais ampla para se expressarem a si mesmos. Contudo, do nosso ponto de vista, tal não sucede, uma vez que o autor lê as interações sociais à luz de uma metáfora dramatúrgica. Cada encontro configura um palco onde os indivíduos encenam um “papel social” (*Idem*, 1959), cabendo-lhes conjunta e situacionalmente negociar e acordar a definição do “enquadramento” das situações presentes (*Idem*, 1974). A conduta, portanto, decorre do desempenho performativo de um conjunto de expectativas associadas a um certo papel social. E é neste contexto que os indivíduos se *apresentam* (mais do que *expressam*) a si próprios junto dos outros. Para Goffman (1955), note-se, as interações mantêm-se de pé por intermédio da expressão: os indivíduos emitem constantemente sinais, pistas, índices – seja verbal ou corporalmente –, os quais, ao serem interpretados pelos parceiros de interação, estabilizam o quadro da interação (*Idem*, 1974). Destarte, os indivíduos, vigilantes do outro e de si mesmos, administram nesse sentido a impressão causada, ou seja, a versão que mostram e oferecem de si. Aquilo que expressam em cada momento do quotidiano é, portanto, dependente das expectativas associadas ao papel que desempenham e ao ajustamento da impressão transmitida (*Idem*, 1959). É verdade que Goffman admite que a soma dos papéis sociais representados não esgota o *self*, da mesma maneira que concebe a existência de bastidores aquém do palco onde se desenrola a interação. É verdade ainda que o autor reconhece que os papéis não *determinam* a conduta, apenas a *enquadram*: eles são “estilizados”, modalizados, individualmente por cada indivíduo que circunstancialmente o desempenha (*Ibidem*). Porém, nada é avançado acerca da experiência da expressividade de si, uma vez que, por um lado,

os indivíduos estão em constante atividade de vigília a fim de manter as aparências necessárias à preservação da ordem da interação, por outro lado, o que é expresso é sempre interpretado no quadro da performance de um papel social.

Passemos, finalmente, aos autores que consideramos mais se terem aproximado da questão da ação expressiva. A questão da sensibilidade é crucial para compreender a ação pela qual os indivíduos se expressam. Daqueles canonicamente considerados fundadores da disciplina sociológica, foi Simmel quem reservou um mais amplo e central lugar à sensibilidade corporal, elaborando sobre a sua importância nas sociabilidades mantidas pelos indivíduos. Acresce ainda que o autor sempre se mostrou preocupado com os efeitos das transformações desdobradas na modernidade na psique e na sensibilidade do eu (Simmel, 2005). Para isso, concentra-se nas “formas de sociação” emergentes em contextos urbanos (*Idem*, 1909, 1972), assinalando as alterações que a ação e a subjetividade sofre no quadro do afluxo massivo de indivíduos para a cidade e da generalização da economia monetária. Com efeito, Simmel supõe em “eu” composto de conteúdos individuais – pulsões, desejos, interesses, etc. –, os quais, a fim de garantir a comunicação – isto é, a própria constituição da sociedade –, são filtrados e enquadrados em “formas” socialmente partilhadas. Ora, na modernidade, segundo escreve, verificam-se duas tendências simultâneas: a de “individualização” e a de “despersonalização” (*Idem*, 2005, 2009). A densificação e concentração populacional e a tendência de equiparação e mensuração de todos os seres a partir da moeda conduzem a uma certa autonomização e libertação dos indivíduos face à comunidade (entendida tradicionalmente), porém, concomitantemente, promovem uma individualização despersonalizada, ou seja, onde o “eu” não encontra espaço para se revelar na autenticidade. Essa transformação individual começa, desde logo, na afetação da sensibilidade do corpo: para garantir a sobrevivência, ocorre um embotamento dos canais sensoriais, um enfraquecimento da capacidade de discernir devido ao excesso de estímulos existentes na cidade e porque tudo se torna, até certo ponto, equivalente, desenhando os traços daquilo que designa por “figura blasé” (*Idem*, 2005).

Percebemos, então, que, mais do que a expressividade na especificidade da sua experiência, é a sua *possibilidade* na modernidade que é tema recorrente em Simmel. Assim, apesar de acolhermos os seus inegáveis

e inspiradores avanços na atenção prestada ao *sensorium* humano, consideramos que os mesmos estão longe de bastar para aceder à ação expressiva. Fundamentalmente por três motivos. Em primeiro lugar, porque a expressão é pensada com base na pressuposição de um eu autêntico, premissa que, de um ponto de vista sociológico, não nos parece isenta de problemas. Em segundo lugar, porque a expressão individual acaba por ser analisada quase como uma variável dependente sobre a qual atuam forças sociais mais amplas. Por fim, em terceiro lugar, por a expressividade não ser pensada na sua positividade própria, mas antes a partir da sua impossibilidade ou, no mínimo, dificuldade de ocorrer na condição moderna.

O mesmo, ou parecido, sucede na admirável obra de Elias. O autor avança com os conceitos de “sociogénese” e “psicogénese” para enaltecer a indissociabilidade da psique humana e das transformações sociais (Elias, 1987, 1994). O “processo civilizacional”, e mormente a formação e consolidação dos Estados-Nação, terá sido um momento histórico fundamental pela concentração de poderes que, até aí mais dispersos pelos senhores feudais, ocorreu (*Idem*, 1997). Consequentemente, as “configurações sociais”, isto é, a teia de relações estabelecidas pelos indivíduos, viram intensificadas as interdependências que os ligavam uns aos outros (*Idem*, 2001). E do facto de as dependências terem sido agravadas (fator sociogénético), Elias (1994) extrai uma notável ilação no domínio psicogenético: registou-se, progressiva e paulatinamente, a um aumento da capacidade de autocontrolo das emoções e das condutas dos indivíduos. Onde a regulação do comportamento se dava, num contexto de baixa interdependência e dispersão dos poderes, pelo controlo externo e hétero-imposto, na modernidade são os próprios indivíduos que, necessitando e dependendo dos demais, adquirem a capacidade de se conter e autorregular.

A expressividade, como se nota, é um tema crucial para Elias: as condições sociais influenciam a natureza, o grau e os modos de os indivíduos se expressarem. Todavia, pouco é avançado acerca da expressão de si. O mote do autor é, acima de tudo, o comportamento em sociedade, mais do que a ação segundo a qual os indivíduos se põem, revelam e manifestam a si mesmos. Elias, é justo reconhecer, admite que a modernidade reservou lugares próprios para a canalização e descarga dos afetos, energias e emoções anteriormente autorizadas no espaço público e posteriormente recalçadas e reprimidas (*Idem*, 1994; Elias & Dunning, 1986). Esses espaços

são, primordialmente, lúdicos, tal como é, por exemplo, o desporto, tornando a expressão dessas emoções isenta de consequências graves. A arte é vista pelo autor como outro desses lugares, razão pela qual somente na modernidade se autonomizou enquanto esfera de atividade. Porém, não deixa de ser sintomático que Elias (1995), no seu livro dedicado à realização de uma sociografia de Mozart, nada indique a respeito da expressividade artística. Ao invés, o seu objeto de interrogação são as condições sociais – familiares, económicas, políticas, culturais – da realização da música e da vida do compositor, e não propriamente a carga expressiva, afetiva e sensível das obras de arte em cuja criação o músico se envolveu. Em suma, tal como sucede em Simmel, Elias limita-se a perspetivar a expressão do ângulo das suas condições sociais de possibilidade, concordando, pese embora com outra argumentação, quanto ao diagnóstico concernente às dificuldades de a expressividade encontrar pleno lugar na modernidade. A positividade específica da experiência expressiva escapa à ótica do autor.

Ponto da situação: que desafios para pensar a expressividade de si?

Momento de realizar um ponto da situação acerca do lugar da expressividade de si no património sociológico, pelo menos nas obras que aqui convocámos e brevemente percorremos, bem como de sinalizar os desafios sociológicos que daí resultam. Embora se trate de uma seleção inevitavelmente parcial, consideramos que as perspetivas que passámos em revista são sintomáticas e contêm um valor representativo de alguns dos vários modos através dos quais a ciência sociológica tem procurado apreender a ação expressiva. De forma sucinta, fomos mostrando que qualquer das abordagens mencionadas se revela insatisfatória para restituir inteiramente a especificidade e a positividade próprias da ação expressiva enquanto experiência de doação de si mesmo ao outro. A esse título, sublinhe-se que, não por acaso, são o estudo da criação artística e das obras de arte – ambas com um vincado cunho expressivo – as duas mais citadas lacunas da literatura sociológica acerca do fenómeno artístico (Dabul, 2007; de la Fuente, 2007; Menger, 2022). Com efeito, percebemos que a expressividade tem sido, quando não secundarizada ou até mesmo negligenciada, apreendida de viés: ora como simples fator (axiológico,

normativo, representacional) de coesão social, ora como prática meramente resultante da interiorização de normas e valores sociais, ora como ato adstrito ao foro dos afetos e emoções individuais, ora como estratégia pré-reflexiva de distinção social, ora como elemento passível da manipulação e gestão dos indivíduos em interação, ora como instrumento de exercício do poder, de dominação e de reprodução do *status quo*, ora como ferramenta de emancipação e libertação subjetivas face às amarras do social, ora ainda como elemento carente de condições sociais adequadas. A expressão de si, ora resulta numa simples adequação às normas e valores sociais, ora numa tradução do pertencimento a grupos sociais, ora numa estratégia interessada. No nosso entendimento, a expressividade pode, efetivamente, consistir num instrumento, numa descarga emocional, num fator de coesão ou conflito. Cabe, todavia, averiguar a positividade própria da sua experiência, sem o que fica por compreender a especificidade com que a ação expressiva pode, ocasionalmente, cumprir qualquer uma das funções teóricas supra atribuídas.

De maneira geral, os instrumentos analíticos construídos pela Sociologia têm-se revelado insuficientes para compreender a especificidade da ação que – regressando à etimologia da palavra – *põe fora* de uma certa *maneira* por intermédio de uma *compressão interna*, isto é, em que o indivíduo *comunica* com o outro exprimindo-se (espremendo-se), *dando-se a si mesmo*. Ou bem que a ciência sociológica *pressupõe* a existência de conteúdos subjetivos internos a serem expressos, limitando-se a indagar acerca das *condições* sociais que possibilitam, facilitam e estimulam, ou impedem, obstaculizam e coíbem tal ato expressivo; ou bem que *sociologiza* por inteiro esses mesmos conteúdos, reduzindo a sua inteligibilidade a fatores sociais mais globais e abdicando de seguir o rasto da singularidade e da autenticidade da experiência expressiva. Nenhuma das alternativas nos parece adequada: a primeira porque pressupõe um eu subjetivo transcendental, a segundo porque ignora a experiência singular e subjetiva através da qual se constitui o *socius*.

Além disso, outro dos problemas plasmados nas perspetivas teóricas – ou em algumas delas – aqui revisitadas é o da circunscrição da expressão, ou ao foro emocional e afetivo ou ao reflexivo e estratégico. No primeiro caso, a expressividade adviria exclusivamente de uma descarga emocional face à qual o indivíduo teria pouco ou nenhum controlo; no segundo, ela seria algo passível de controlo, gestão e administração reflexiva por

parte dos indivíduos, tendo a sensibilidade corpórea pouco a ver com o assunto. Noutros termos, ou a expressão cabe na esfera de *atividade* dos indivíduos, ou estes são-lhe *passivos*. Do nosso ponto de vista, a *expressividade de si enquanto experiência holística* deve ser cogitada, por um lado, como continuamente *corpóreo-sensorial*, *reflexiva* e *moral-normativa*, por outro, como havendo lugar à oscilação de estados dos indivíduos entre um maior grau de *atividade* e *passividade*, controlo e relaxamento da vigília.

Que palavra poderão ter as sociologias pragmáticas?

Estes são, afinal, os problemas centrais que entendemos que as sociologias pragmáticas logram, se não responder cabalmente – o que careceria de pesquisas empíricas –, pelo menos contribuir para aprofundar a problemática da expressividade de si. Intento tanto mais relevante quando a expressividade autêntica de si mesmo é, nos dias de hoje e cada vez mais acentuadamente, um desígnio perseguido pelos indivíduos nas mais diversas áreas de atividade quotidiana. Ora, as sociologias pragmáticas, possibilitando aceder *por dentro* à experiência da expressividade, tem o mérito acrescido de não alinhar de antemão com uma visão naïve, ou irénica, da mesma, permitindo igualmente assinalar os perigos e as ameaças que tal imperativo pode constituir na construção do comum. Com efeito, a expressão de si está longe de ser uma simples libertação das grilhetas sociais rumo à emancipação de um suposto “eu” genuíno e autêntico. Fundamentemos, pois, de que modo o modelo dos regimes de engajamento (Thévenot, 2006) proporciona instrumentos conceptuais heurísticos para compreender uma experiência cada vez mais badalada na contemporaneidade.

Trata-se, antes de tudo mais, de um modelo fundamentalmente *pluralista*, *composicional* e *aberto*, que dá primazia à empírea, levando seriamente o que os indivíduos fazem e dizem e, assim, evitando sobrepor automática e imediatamente às suas experiências e vivências uma alegada chave explicativa sociológica única (Boltanski & Thévenot, 1991). Ora, um dos seus principais méritos é o de, em linha com a tradição pragmatista estadunidense (Dewey, 1943), subscrever uma visão *transacional* da vida, da realidade e da própria socialidade: por um lado, os indivíduos vivem *através* do meio ambiente (Quéré, 2020), constituindo e mantendo uma

série de *dependências práticas* com o mesmo e com os outros (Thévenot, 2006); por outro lado, o próprio meio ambiente, enquanto realidade concreta onde decorre a ação, é, também ele, agenciado pelos indivíduos (Lemieux, 2018). A *ação*, ingrediente central nas sociologias pragmáticas, é, pois, geneticamente *sequencial*, *aberta* e *incompleta*, sempre em processo de realização (Joas, 1996; Ogien, 2014). E é neste processo em andamento que o *socius*, longe de ser uma substância estável, una e coesa, regido por leis invariáveis e previsíveis, é antes um resultado precário permanentemente feito, desfeito e refeito em momentos de *provação* (Latour, 2012; Lemieux, 2018; Thévenot, 2006). Assim sendo, dever-se-á, para já, reter o seguinte: a experiência dos indivíduos não é, de um lado, uma massa passiva face à determinação de forças sociais a montante, mas também tampouco é, de outro lado, o resultado da simples atividade de um indivíduo autossuficiente e dotado de razão. Os indivíduos *agem* no e *sofrem* do meio ambiente, oscilando estados de maior controlo cognitivo com outros de menor vigília. Este é um passo importante para contemplar a variação e pluralidade dos níveis, graus, formatos e modos de reflexividade postos em prática na ação expressiva.

Além disso, outra ilação deverá ser retirada desta versão transaccional. O modelo de Thévenot, como a grande maioria das sociologias pragmáticas, possibilitam superar, por um lado, a pressuposição de um eu transcendental separado do mundo, por outro lado, a convicção de que toda a experiência subjetiva se reduz a fatores sociais/normativos mais gerais. A expressão não é nem a simples colocação para fora de conteúdos subjetivos internos, nem tampouco um ato determinado pela adequação a regras e códigos sociais vigentes numa certa sociedade: nem *individualismo*, nem *sociologismo*. Ora, o modelo aqui discutido dá um passo interessante neste sentido, em primeiro lugar, ao abranger na análise a relação dos indivíduos consigo mesmo (subjetivação) e, em segundo lugar, ao complementá-la com a análise da relação dos indivíduos com o meio ambiente e com os outros (mutualidades) (Thévenot, 2007, 2014). Assim, abre-se espaço para cogitar tanto a *objetividade* como a *subjetividade* da ação expressiva, já que ambas brotam da própria *experiência transaccional*. Até porque a expressividade, à luz dos preceitos pragmáticos, é, antes de tudo mais, uma *ação prática*, uma experiência indissociavelmente do mundo, dos outros e de si mesmo, incluindo também o mundo dos objetos, ou daquilo a que Latour e Callon nomeiam como espécies não-humanas e a

sua simetrização com o legado humano. E ao integrar as mutualidades na análise, note-se, preserva-se igualmente o caráter iminentemente *comunicacional* da expressão, pois, como vimos, não há expressividade sem um sentido dirigido – mesmo que apenas virtual e potencialmente – ao outro. Consequentemente, o modelo dos regimes de engajamento corta na diagonal a artificial aporia entre social e individual, estrutura e agência: a expressividade é *simultaneamente* social e individual, objetiva e subjetiva, cabendo ao sociólogo rastrear as nuances que a mesma adota na coordenação conjunta do curso da ação no seu agenciamento levada a cabo por indivíduos em situações específicas e perante problemas concretos. Este é um aspeto crucial para perceber como o modelo conserva concomitantemente espaço para o *comum* e para o *singular*, para o geral e para o particular, sempre apreendidos nas suas formatações compostas no plural (Stavo-Debaugé, 2009). O comum é pluralmente tecido pela ação conjunta, dependendo, em primeiro lugar, da *composição* da diferença, em segundo lugar, da sua *comunicação* (no sentido de “pôr-em-comum”) (Pattaroni, 2015; Thévenot, 2014, 2015). Sem pluralidade, diferença e singularidade não existe comum, tal como, inversamente, estas não existem sem este, logo, a experiência da expressividade de si é *simultaneamente* única e coletiva, singular e social.

Por fim, cabe-nos demonstrar como torna possível o modelo aqui perscrutado pensar em *continuidade* as dimensões sensorial, reflexiva e moral da ação expressiva e da experiência que os indivíduos dela têm. Ou seja, a ação expressiva não consubstancia única e exclusivamente uma descarga imediata de emoções, tampouco uma estratégia – mais o menos reflexiva – de manejo da impressão face ao outro ou de distinção social, nem sequer uma simples adequação às normas e valores socialmente partilhados. Ao invés, ela constitui uma *experiência simultânea e integradamente corporal, cognitiva e axiológica*. O pensamento transacional em que o modelo dos regimes de engajamento assenta alinha com uma visão *fenomenológica* segundo a qual o corpo sensível lançado no mundo é a base da experiência humana. E uma vez que a ação é inevitavelmente *temporal e intencional*, a ela se acopla (a possibilidade d) o julgamento, isto é, uma dimensão reflexiva e moral (Thévenot, 2006). Justamente por isso é que Thévenot refere que cada regime se caracteriza por uma certa *gramática* – segundo a qual os indivíduos expressam os seus assuntos e os colocam em comum –, mas também que visam a obtenção ou a preservação de um

certo *bem* valorizado. A ação, desdobrando-se ao longo de um conjunto de dependências práticas – de natureza e de modos distintos – mantidas com o meio ambiente, põe, então, igualmente em prática “formatos informativos” – segundo os quais os indivíduos captam, recolhem e selecionam as informações relevantes para o curso da ação presente – e “formatos cognitivos” – segundos os quais registam e tratam as informações recolhidas. E é por isso, também, que a ação, e a expressiva em particular, contém identicamente uma dimensão moral: a ação desencadeia consequências (no entorno, nos outros e em si) na duração, retornando aos indivíduos que, então, as *valoram*, *avaliam* e *juagam* como boas ou más em função da ação em curso (Breviglieri & Stavo-Debauge, 1999; Livet & Thévenot, 1997). *A ação através da qual os indivíduos se doam ao outro na autenticidade de si mesmos espremendo-se internamente desdobra, pois, uma experiência que, além de indissociavelmente social e individual, coletiva e singular, objetiva e subjetiva, ativa e passiva, é também ao mesmo tempo sensorial, reflexiva e moral*. Torna-se exequível, assim sendo, estudar a expressividade de si concomitantemente como uma *manifestação corpórea e sensível* – gerando emoções naquele que se expressa –, uma *operação reflexiva* – concebendo a possibilidade de a expressão, longe de um simples automatismo, ser revisada e reajustada na e pela experiência – e *moral* – ao constituir um certo bem visado e colocando em jogo operações avaliativas (até críticas, como na arte) em função das situações concretas.

Estas são as vantagens heurísticas, epistemológicas e teóricas que detetamos na utilização do modelo proposto por Thévenot. Ao que acresce o facto de se tratar de um modelo analítico fundamentalmente incompleto, sendo passível de acrescentos, ajustes e alargamentos. Prova disso mesmo é que, sendo composta por três regimes na sua versão original – o regime de *familiaridade*, o *em plano* e o de *justificação* –, tem-se na última década, não apenas discutido o seu alargamento, como, inclusivamente, elaborado propostas nesse sentido, tais como o *regime exploratório* (Auray & Vétel, 2013) e o *em presença* (Brahya, 2019). Para o caso que aqui nos fixa o interesse – o da ação expressiva –, já Genard (2011) assinalara a necessidade de alargar o modelo de modo a lançar luz sobre ações que, sendo vincadamente corporais, sensoriais e afetivas, estão longe de se identificar com a facilidade, a previsibilidade, o conforto e a rotina da familiaridade proximal, abrindo a discussão em torno de um possível “regime estético”. Poucos anos volvidos, Brahya (2019), desenvolvendo o regime em presença, estuda justamente a expressividade artística a partir do modelo dos regimes de

engajamento, sugerindo um novo regime (já enunciado) e assim dando prova da vitalidade e utilidade do modelo para aceder compreensivamente à experiência da expressividade de si. Não cabe nesta sede densificar a sua obra, mas apenas sinalizá-la como emblema de um trilho repleto de pistas analíticas (ainda) por explorar, esperando ter fundamentando a pertinência do modelo dos regimes de engajamento para encetar essa viagem sociológica rumo à ação expressiva.

Deslindando uma pista de pesquisa: a expressividade de si e a criação artística

Não finalizamos, porém, sem assinalar uma dessas pistas de investigação, a saber, o estudo da criação artística, justamente uma das lacunas da bibliografia sociológica a respeito do fenómeno artístico. Etimologicamente, a palavra “criação” é uma declinação do latim “*creationem*”, substantivo de ação do particípio passado do verbo “*creare*”, que significa fazer existir e surgir, produzir, gerar, trazer à tona, procriar, causar. E tem como radical a palavra latina “*crescere*”, que significa fazer crescer, nascer, aumentar. Daqui, cumpre retirar algumas ilações. Em primeiro lugar, a criação é, antes de mais, uma ação prática, mais do que o resultado do exercício de uma faculdade inata ou a simples adequação da ação a regras e normas de conduta. Em segundo lugar, trata-se de uma ação específica que se caracteriza, desde logo, pela produtividade, não no sentido mercantilista do termo, mas na aceção mais geral de consubstanciar um movimento de trazer algo à existência. Em terceiro lugar, a etimologia do termo remete ainda para as ideias de nascimento e crescimento: criar é dar nascimento a algo e espaço ao seu crescimento. Apercebemo-nos, desde já, que a expressão de si – ato de se pôr para fora apertando-se – não deverá ser confundida com a criação – ato de produzir, trazer à tona dando nascimento. Um e outro termos, com efeito, não são inteiramente coincidentes, prevenindo-nos de, como recorrentemente acontece hoje, por um lado, circunscrever a criação artística a um simples ato expressivo, e, por outro, considerar artística toda e qualquer ação expressiva, leituras que, tanto uma como a outra, são, do nosso ponto de vista, manifestamente redutoras e insatisfatórias. O que não invalida, evidentemente, que a expressividade de si não jogue, ou possa jogar, uma carta importante na ação criativa artística.

A criação artística, pelo paradoxo em que consiste, apresenta uma aporia à ciência sociológica. O seu paradoxo é o de, como referem Derrida (2012) e Genard e Cantelli (2008), uma vez que se trata de um dar nascimento a algo que não tinha previamente existência, a criação não poder ser prevista ou determinada. Caso contrário, isto é, se fosse possível decalcar a criação das suas condições de possibilidade, não se poderia falar de criação com total propriedade, mas apenas de um desdobramento de uma possibilidade já existente. O nascimento é um evento abrupto cuja irrupção traz à tona algo impossível de prever na sua totalidade. E é essa singularidade imprevisível que, afinal de contas, distingue a criação – na aceção lata de toda e qualquer produção – da criação artística. Todavia, a criação é experienciada e, nessa medida, a impossibilidade torna-se empiricamente possível. O paradoxo é, portanto, o do possível-impossível da criação artística.

A aporia advém daqui, já que a Sociologia tende a procurar explicar a ação a partir das condições sociais que a tornam possível, das regras, códigos, normas e valores que orientam a ação dos indivíduos, dos fatores estruturais que valorizam, distinguem e consagram a criatividade em determinados contextos socio históricos, do trabalho institucional que define os critérios de apreciação e julgamento das criações, das motivações pessoais dos criadores, das condições laborais em que operam as suas criações, etc. Ou então, alternativamente, enfatizam as consequências da criação, isto é, o produto, o resultado, tratando a criação menos como uma ação com uma espessura temporal e experiencial próprias e mais como um meio de trazer inovações. Contudo, a criação e a inovação não deverão ser confundidas, pois esta concentra o ângulo da análise no resultado final da ação criativa, avaliando o grau de novidade face aos demais produtos já existentes: estudar a criança nascida não equivale a estudar o nascimento da criança. Assim sendo, a Sociologia pouco tem avançado a respeito da natureza própria desta ação de criar e da especificidade e positividade da experiência que os artistas dela fazem.

A criação artística não coincide, como vimos, com a expressividade de si e com a autenticidade. Ora, pelas razões já enunciadas, o modelo dos regimes de engajamento permite justamente penetrar a criação artística na sua densidade experiencial e, destarte, indagar a pluralidade de modos através dos quais a criação, a expressividade e a autenticidade se compõem e enlaçam para dar curso à ação situada. Com efeito, é até admissível colocar a hipótese de que a expressão da autenticidade, em

certas ocasiões, poderá mesmo obstaculizar a criação artística, uma vez que esta poderá carecer do recurso à ficção, à efabulação e aos mais variados materiais (cores, sons, palavras, corpos, etc.). Da mesma maneira que é admissível pensar que na ausência total do cunho expressivo e da autenticidade a criação artística poderá resultar vazia e inócua. Que liames ligam a expressão e a criação? Que mosaicos composicionais assumem? A formulação destas questões, extraídas da inspiração no modelo proposto por Thévenot, parecem-nos constituir um mote heurístico para colmatar as lacunas da bibliografia sociológica acerca do fenómeno artístico e da expressividade já indicadas.

Referências

- ASTIER, Isabelle (2007), *Les nouvelles règles du social*, Paris, Presses Universitaires de France.
- AURAY, Nicolas & Bruno Vétel (2013), “L’exploration comme modalité d’ouverture attentionnelle: Design et régulation d’un jeu «freemium»”, *Réseaux*, vol. 182, no 6, pp. 153-186.
- BATAILLE, Georges (2015), *O nascimento da arte*, Lisboa, Sistema Solar.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk society: Towards a new modernity*, Nova Iorque, Sage.
- BOLTANSKI, Luc & Laurent, Thévenot (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc & Eva Chiapello (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1996), *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*, Lisboa, Editorial Presença.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre (2010), *A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo*, Coimbra, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre (2021), *O poder simbólico*, Coimbra, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre & Richard Nice (1980), “The aristocracy of culture”, *Media, Culture & Society*, vol. 2, no 3, pp. 225-254.
- BOURDIEU, Pierre, Jean-Claude Chamboredon & Jean-Claude Passeron (2005), *Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes.
- BRAHY, Rachel (2019), *S’engager dans un atelier-théâtre. A la recherche du sens de l’expérience*, Mons, Éditions du Cerisier.
- BREVIGLIERI, Marc & Joan Stavo-Debaugé (1999), “Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, vol. 7, pp. 7-22.

- DABUL, Ligia (2007), “Experiências criativas sob o olhar sociológico”, *Ponto e Virgula*, vol. 2, pp. 56-67.
- DE LA FUENTE, Eduardo (2007), “The new sociology of art: Putting art back into social science approaches to the arts”, *Cultural Sociology*, vol. 1, no 3, pp. 409-425.
- DERRIDA, Jacques (2012), “Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento”, *Revista Cerrados*, vol. 21, no 33, pp. 231-251.
- DEWEY, John (1934), *Art as experience*, Minton, Balch.
- DODIER, Nicolas & Vololona Rabeharisoa (2006), “Les transformations croisées du monde «psy» et des discours du social”, *Politix*, vol. 73, no 1, pp. 9-22.
- DURKHEIM, Émile (1989), *As regras do método sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- DURKHEIM, Émile (1995). *Da divisão do trabalho social*, São Paulo, Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile (2008), *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, CNRS Éditions.
- DURKHEIM, Émile (2013), *Educação e sociologia*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- ELIAS, Norbert (1987), “On human beings and their emotions: a process-sociological essay”, *Theory, Culture & Society*, vol. 4, no 2, pp. 339-361.
- ELIAS, Norbert (1994), *O processo civilizador. Uma história dos costumes. Volume 1*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (1995), *Mozart: A sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (2001), *A sociedade de corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert & Eric Dunning (1986), *Quest for excitement. Sport and leisure in the civilizing process*, Oxford, Basil Blackwell.
- GENARD, Jean-Louis (2011), “Investiguer le pluralisme de l’agir. Discussion de l’ouvrage de Laurent Thévenot L’Action au pluriel”. *SociologieS*. Disponível no endereço <https://doi.org/10.4000/sociologies.3574>.
- GENARD, Jean-Louis & Fabrizio Cantelli (2008), “Êtres capables et compétents: Lecture anthropologique et pistes pragmatiques”. *SociologieS*. Disponível no endereço <https://doi.org/10.4000/sociologies.1943>.
- GIDDENS, Anthony (1991), *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*, Cambridge, Polity Press.
- GOFFMAN, Erving (1955), “On face-work: An analysis of ritual elements in social interaction”, *Psychiatry*, vol. 18, no 3, pp. 213-231.
- GOFFMAN, Erving (1959), *The presentation of self in everyday life*. Bantam Doubleday Dell Publishing Group.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Frame analysis: An essay on the organization of experience*, Harvard, Harvard University Press.
- GOFFMAN, Erving (1983), “The interaction order: American Sociological Association, 1982 presidential address”, *American Sociological Review*, vol. 48, no 1, pp. 1-17.

- HEINICH, Nathalie (2014), “Práticas da arte contemporânea: Uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico”, *Sociologia & Antropologia*, vol. 4, no 2, pp. 373-390.
- JOAS, Hans (1996), *The creativity of action*, Chicago, University of Chicago Press.
- LATOURE, Bruno (2012), *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*, Salvador, Edufba.
- LEMIEUX, Cyril (2018), *La sociologie pragmatique*, Paris, La Découverte.
- LIVET, Pierre & Laurent Thévenot (1997), “Modes d’action collective et construction éthique: Les émotions dans l’évaluation”, in J.-P. Dupuy & P. Livet (Eds.), *Les limites de la rationalité. Rationalité, éthique et cognition* (pp. 412-439). Paris, La Découverte.
- MARCUSE, Herbert (1978), *The aesthetic dimension*, Boston, Beacon Press.
- MARCUSE, Herbert (1982), *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- MARTUCCELLI, Danilo (2010), “La individuación como macrosociología de la sociedad singularista”, *Persona y Sociedad*, vol. 24, no 3, pp. 9-29.
- MENGER, Pierre- Michel (2022), “Sociologie du travail créateur”, *L’Annuaire du Collège de France*, no 119, pp. 621-650.
- OGIEN, Albert (2014), “Pragmatismes et sociologies”, *Revue Française de Sociologie*, vol. 55, no 3, pp. 563-579.
- PARSONS, Talcott (1964), *Essays in sociological theory*, Detroit, Free Press.
- PARSONS, Talcott & Winston White (2016), *Values of american society: Manuscripts from the american society*, Munster, LIT Verlag.
- PATTARONI, Luca (2015), “Difference and the common of the city. The metamorphosis of the political from the urban struggles of the 1970’s to the contemporary urban order”, in J. M. Resende, & A. Martins (Eds.), *The making of the common in social relations* (pp. 141-172). Cambridge, Cambridge Scholars Publishing.
- QUÉRÉ, Louis (2020), “From inter-action to trans-action: Ecologizing the social sciences”, in C. Morgner (Ed.), *John Dewey and the notion of trans-action: A sociological reply on rethinking relations and social processes* (pp. 223-252). Springer Verlag.
- SIMMEL, Georg (1909), “The problem of sociology”, *American Journal of Sociology*, vol. 15, no 3, pp. 289-320.
- SIMMEL, Georg (1972), *Georg Simmel on individuality and social forms*, Chicago, University of Chicago Press.
- SIMMEL, Georg (2005), “As grandes cidades e a vida do espírito”, *Revista Mana*, vol. 11, no 2, pp. 577-591.
- SIMMEL, Georg (2009), *Psicologia do Dinheiro e outros ensaios*, Coimbra, Edições Texto & Grafia.
- STAVO-DEBAUGE, Joan (2009), *Venir à la communauté: Une sociologie de l’hospitalité et de l’appartenance* (Tese de Doutorado, EHESS, Paris, França).

- TAYLOR, Charles (1992a), *Sources of the Self*, Harvard, Harvard University Press.
- TAYLOR, Charles (1992b), *The ethics of authenticity*, Harvard, Harvard University Press.
- THÉVENOT, Laurent (2006), *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*, Paris, La Découverte.
- THÉVENOT, Laurent (2007), "The plurality of cognitive formats and engagements: Moving between the familiar and the public", *European Journal of Social Theory*, vol. 10, no 3, pp. 409-423.
- THÉVENOT, Laurent (2014), "Voicing concern and difference: From public spaces to common-places", *European Journal of Cultural and Political Sociology*, vol. 1, no 1, pp. 7-34.
- THÉVENOT, Laurent (2015), "Making commonality in the plural on the basis of binding engagements", in P. Dumouchel, & R. Gotoh (Eds.), *Social bonds as freedom. Revisiting the dichotomy of the universal and the particular* (pp. 82-108). Berghahn Books.
- WEBER, Max (1995), *Metodologia das Ciências Sociais*, São Paulo, Editora da Universidade Federal de Campinas.
- WEBER, Max (2019), *Economy and society*, Harvard, Harvard University Press.

O QUE É O “SOCIAL”? AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DA SOCIALIDADE

José Rodrigues dos Santos*

Há quase trinta anos, ao ter-me sido confiado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Évora o ensino de uma cadeira de “Introdução às Ciências Sociais” (ICS), empreendi uma revisão conscienciosa da literatura dedicada a esse mesmo tema. Ao examinar um conjunto de obras de carácter pedagógico, em geral excelentes, deparei com uma dupla lacuna: a falta da definição precisa do campo especial das Ciências Sociais” (CS) no campo geral do conjunto de todas as ciências, por um lado, e a ausência de definição rigorosa do próprio objecto dessas ciências: o social. O inquérito teórico aqui sumariamente apresentado inspira-se na estratégia seguida por Durkheim ao estudar os fenómenos religiosos. No seu estudo “As formas elementares da vida religiosa” (Durkheim 1996 [1912]), o mais deliberadamente antropológico no conjunto da sua obra, Durkheim procura determinar a natureza do fenómeno ao examinar as suas formas mais rudimentares. As religiões mais “primitivas”, esperava Durkheim, ao apresentarem o mínimo possível de transformações secundárias, tinham a vantagem, em contraste com as “grandes religiões” cujas longas e complexas elaborações sucessivas tenderiam a ocultar o núcleo central do fenómeno, de permitir o acesso a este núcleo universal: as *formas elementares* das religiões. Salvaguardando a óbvia e obrigatória modéstia, a intenção central deste trabalho insere-se nessa herança: dar um contributo para a identificação e a descrição das *estruturas elementares da socialidade*.

* Professor Aposentado da Academia Militar & Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS). Email: jose.rds@gmail.com.

“Ciências sociais”, “Ciências humanas”, no concerto das ciências

À primeira dessas duas lacunas dediquei uma revisão com alguma abrangência de posições importantes sobre a definição de “CS” e do elenco de disciplinas científicas dela decorrentes. A incerteza da conceptualização da noção de “CS” desembocava, tratando-se do campo especial, na dificuldade em definir o objecto central das CS e – por inclusão ou diferença em relação às CS – as “Ciências Humanas”. Do debate que a questão suscitou evocarei apenas duas intervenções por fazerem parte da grande história das disciplinas: a de Claude Lévi-Strauss (CL-S) e a de Jean Piaget (JP).

Em 1954, a pedido da UNESCO, escreve CL-S um relatório no qual, logo no título, a antropologia *cultural* é considerada como uma “ciência social” (Lévi-Strauss 1958). “Tudo o que é humano é social, é a própria expressão “ciências sociais” que contém um pleonasmo e que deve ser considerada como viciada. De facto, ao declarar-se “sociais”, elas implicam desde logo que se ocupam do homem: e é evidente que, sendo portanto primeiro “humanas”, são automaticamente “sociais”. (...) É impossível dissimulá-lo: a distinção entre ciências sociais e ciências humanas rebenta por todos os lados” (Lévi-Strauss 1973: 356) Traduzo. CL-S restringe surpreendentemente o “social” ao humano (não há social que não seja humano) e atribui identidade aos domínios do humano e do social visto que, por seu turno, todo o humano é social (nada existe que seja humano e não seja social).

Já Piaget pretende que “Não se pode fazer qualquer distinção entre as que frequentemente designamos “ciências sociais” e as “ciências humanas”, uma vez que é óbvio que os fenómenos sociais dependem de todas as características humanas, incluindo os processos psicofisiológicos e que, inversamente, as ciências humanas são todas sociais num ou noutro dos seus aspectos.” (Piaget 1970).

Ao afirmar que os fenómenos sociais humanos não só “dependem” como estão porventura incluídos num conjunto mais vasto de fenómenos (por exemplo os fenómenos biológicos em geral), Piaget está, sem fazê-lo com nitidez, a propor um arranjo simétrico do que sugeria Lévi-Strauss.

Um ponto cego: a definição do Objecto central

Estas posições foram declinado-se, com maiores ou menores alterações, ao longo das décadas. Ora acontece que a lacuna, o ponto cego que existe na literatura "introdutória" não é seu exclusivo. O trabalho sociológico, no seu desenvolvimento por campos disciplinares e temáticos cada vez mais diversos e especializados, parece lidar sem desconforto com a ausência do exame crítico do conceito fulcral, que define, aparentemente, as fronteiras do domínio das CS (e CH) e lhes dá identidade, a saber "O Social". O que, intuitivamente, deveria ser o primeiro passo para qualquer "*Introdução às Ciências Sociais*". Ora, como assinaiei para começar, essas definições, que dizem respeito, nem mais nem menos à determinação do *Objecto* das CS, estão ausentes na literatura pedagógica. O que resta desse rápido exame são três questões de definição fundamentais que as duas posições evocadas, protótipos da estrutura do debate durante as décadas que se seguiram, deixam em aberto.

Quanto à posição de Lévi-Strauss :

- (i) Qual é a relação entre "Humano" e "Social"
- (ii) Qual é a relação entre "Social" e "Biológico"
- (iii) Qual a relação entre o "Social" e o "Cultural"

Essas hipóteses suscitam as seguintes questões:

a) Se todo o social é humano, como dar conta da socialidade das espécies não-humanas?

b) Se todo o humano é social, como dar conta do facto que o humano é sempre ao mesmo tempo biológico e portanto em parte pré-social, e sobretudo pré-cultural?

A posição de Jean Piaget esbarra com dificuldades análogas:

Se todo o social é cultural, como, também aqui, dar conta da socialidade não-cultural das espécies não-humanas: Se algumas espécies sociais não-humanas têm "culturas rudimentares", outras, sendo sociais, não as têm.

Perante esta situação, a definição contrastante do que é social, do que é cultural e do que é biológico, impõe-se como a necessária solução.

O que encontramos nesta literatura "Introdutória" é uma permanente circularidade, variável na sua formulação: as CS estudam os "factos sociais"; estes são as "relações sociais" entre humanos no seio das "sociedades". Por seu turno, as "sociedades" são o conjunto dos indivíduos e das "relações sociais" entre os indivíduos ("agentes sociais"), etc.

Para escapar à circularidade, podemos seguir três pistas. A primeira consiste em tomar em consideração o facto massivo, solidamente fundamentado, da existência de fenómenos “sociais” na vida de outras espécies para além de *Homo sapiens*, que não possuem cultura: e considerar a possibilidade da existência de “relações sociais” inter-específicas.¹

A segunda assenta na constatação cientificamente robusta que o carácter “socialidade” (o facto que uma dada espécie seja “social”) é de *ordem biológica*, transmitida hereditariamente por via genética. E que este facto abrange a espécie *Homo sapiens*.

A terceira leva-nos a considerar que nem toda a socialidade comporta (ou está ligada a) representações, conhecimentos, maneiras de fazer, *cumulativamente* transmitidas de geração em geração por via *não-biológica*: aculturação, socialização de cada geração pelas precedentes mediante transmissão de conetúdos mentais, sem alteração biológica transmissível. Ou seja, de *cultura*, que fica assim sumariamente definida.

O que é a “socialidade”?

Com estas três pistas abertas, ficamos com o encargo de definir essa propriedade, a “socialidade”, e regressaremos, uma vez mais, em forma de homenagem, a duas fontes clássicas – fundadoras – da sociologia moderna: E. Durkheim e M. Weber.

Para Durkheim, o *facto social* é definido como “qualquer maneira de fazer, fixa ou não, susceptível de exercer um constrangimento externo sobre o indivíduo; ou ainda, que é geral em toda uma dada sociedade, tendo uma existência própria, independente das suas diversas manifestações ao nível individual” (Durkheim 1980). Mas o “facto social” tem dois aspectos (Durkheim fala de “variáveis”) complementares: a “Integração”, é “a maneira de que os indivíduos estão ligados, à sociedade,² e a “Regulação”, que é a “maneira de que ela os regulamenta” (Paoletti 2004). A primeira contém uma referência aos modos de existência dos indivíduos no seio

1. Domínio – inter-específico – que deixaremos de fora deste inquérito.

2. “Attachés” exprime uma relação mais forte que a tradução “ligados”, e evoca, em francês, a teoria psicossociológica do “attachement”, momento inicial de ligação a outrem e passo essencial na ontogénese do indivíduo animal e portanto dos humanos.

da sociedade (que se sabem, se sentem, ligados), a segunda é uma força externa de constrangimento.³

Encarada globalmente na obra de Durkheim a noção de “facto social” e portanto de “laço social” assenta numa concepção objectivante e na preponderância externa e decisiva da sociedade sobre o indivíduo, que não é tributária de intenções ou “valores”, porque, para Durkheim, os indivíduos sociais não têm outra opção senão a integração (Paugam 2017). A perspectiva de Max Weber é diferente. “Para Weber, uma “relação social” “designa o comportamento de vários indivíduos na medida em que, pelo seu *conteúdo significativo*, o comportamento de uns é regulado pelo de outros e é orientado em conformidade” (...) “Por outras palavras, nesta perspectiva [Weber], a acção deve ser entendida também do ponto de vista *do sentido e dos valores*, e não apenas do ponto de vista das causas e dos constrangimentos externos”(sublinho), que privilegia Durkheim. (Kalberg 2012)⁴ Este ponto de vista restringe a socialidade à espécie humana (“sentido”, “valores”, etc.) e não nos ajuda a dar conta da socialidade não humana, pelo contrário, exclui-a.

A socialidade, definida de modo abstracto, para começar, como a capacidade e a propensão de indivíduos para viverem e agirem em conjunto não pode ser encarada, como sugerimos acima, como uma propriedade exclusiva dos humanos. Mas enquanto as teorias do “laço social” ou do “facto social” elaboradas pelos sociólogos (v.g. aqui Durkheim, Weber), tendem a tomar (com bases diferentes) as características da socialidade humana como única forma de socialidade, ou pelo menos como o modelo a partir do qual pensar a socialidade em toda a esfera da vida, a extensão do conceito a formas de associação permanente entre indivíduos a outras espécies de seres vivos coloca-nos um desafio. Com efeito, qualquer concepção que incida em aspectos tendencialmente exclusivos do *Homo sapiens*. por não distinguirem o *social* do *cultural*. excluem a extensão do conceito para além dessa espécie (Lahire 2023)⁵.

3. Durkheim utiliza constantemente o termo de “sanction” – sanção social –, no sentido neutro de aprovação (recompensa) ou reprovação (punição), dos comportamentos individuais. A sua posição “objectivante” deixa em aberto a possibilidade de fenómenos sociais não-humanos.

4. “O conteúdo” afirma Weber, “pode ser extremamente diversificado: luta, hostilidade, atracção sexual, amizade, piedade, troca comercial, “execução”, “evasão” ou “ruptura” de um acordo, concorrência económica, erótica ou outra, comunidade feudal, nacional ou de classe (...)”.

5. Esta, como outras ideias aqui expostas, receberam um impulso recente e decisivo na leitura da obra que marca um ponto de inflexão decisivo nas teorias do social, a de Bernard Lahire,

Alargar, em extensão – a outras espécies –, a noção de socialidade obriga-nos a renunciar às componentes mais “ricas” (normas, valores, ideologias, representações, sanções), e por isso mesmo a identificar o que permanece quando todas as componentes que são próprias das formas próprias dos humanos estão em falta. A extensão do conceito obriga a limitar o conceito em intensão, ou seja eliminar todos os elementos estruturais que podem não se encontrar presentes nas formas mais elementares da socialidade. E esse é pois o objecto central deste trabalho: identificar e descrever as *estruturas elementares da socialidade*.

1. Socialidade dos animais (“superiores”) não-humanos

a) O caso mais estudado é o dos primatas (homininos não humanos). A sua proximidade filogenética com o *Homo sapiens* e a riqueza das formas que a sua socialidade ostenta, tornam-nos o melhor ponto de partida para uma viagem que nos levará a “descer” na escala de complexidade, e a aumentar a “resolução” do nosso olhar, aumentando a escala de observação: um zoom em frente. Uma longa tradição etológica tem vindo a aprofundar a existência e o teor da socialidade, em particular em espécies como os chimpanzés (*Pan troglodytes* L.)⁶, popularizados nomeadamente pelo impacto dos trabalhos de Jane Goodall e colegas sobre os chimpanzés do Gombe, desde os anos 1960, cujo impacto foi considerável (McClain and McGrew 1995).

Premack e colegas demonstraram que os chimpanzés possuem “Teorias do espírito”, ou seja a capacidade para imaginar o funcionamento mental de outrem, em particular a capacidade para atribuir a outrem estados intencionais, (Woodruff and Premack 1979) o que é um pré-requisito para a interacção social de alto nível (Call, Hare et al. 2004). J. Call sintetiza a considerável literatura sobre a “cognição social” dos chimpanzés (Call 2001). Por seu turno, E.N.J. Clayton fundamenta a socialidade animal nas comparações entre capacidades cognitivas de diferentes espécies, nomeadamente as de “behaviour reading” (interpretação dos comportamentos dos seus semelhantes), e de “mind reading” (“teoria do espírito” ou atribuição de estados intencionais).

6. Primatólogos e paleoantropólogos concordam em datar de cerca de 6 a 7 milhões de anos a divergência a partir de um antepassado comum; a título de comparação, entre 9 e 10 milhões de anos separaram-nos do antepassado comum com os Gorilas. (Jean-Jacques Hublin, Collège de France).

“Os estudos que, em nossa opinião, apresentam um bom argumento a favor da atribuição mental possuem todos uma elevada validade ecológica, incluindo estudos sobre a competição alimentar dos chimpanzés e as estratégias de proteção de esconderijos dos corvídeos. (...) o campo está agora numa posição forte para descobrir o que os animais realmente sabem sobre os seus semelhantes, seja com base em associações simples, leitura de comportamentos, leitura de mentes ou qualquer outra coisa” (Emery and Clayton 2009) (Traduzo).

No nosso patamar de partida encontramos portanto uma socialidade complexa, que inclui a capacidade, embora muito limitada, de transmissão “cultural” (saberes e saber-fazer) entre gerações. (Tomasello 2001; Boesch and al. 2020).

b) Outros mamíferos sociais, como os lobos (*Canis lupus* L.) exibem um elevado grau de cooperação social entre membros das matilhas, que tem sido constantemente reavaliado. (Cordini and Palagi 2019). Mas não está demonstrado que *Canis Lupus* L. seja capaz de transmissão cultural intergeracional.

c) É inútil multiplicar os exemplos da mesma ordem de factos – para além dos mamíferos –, actualmente de fácil acesso; basta referir os estudos sobre aves (Gill 1991; Cockburn, Hatchwell et al. 2017; Berberi, Miller et al. 2023), répteis (Halliwell, Uller et al. 2017) peixes (Monk, Aslak et al. 2023) e, claro, insectos (Bernadou and al. 2021).

2. Sociedades de células?

Neste patamar de extensão do conceito de socialidade permanecemos até aqui no domínio dos *organismos multicelulares* complexos. O passo seguinte consistiu em indagar a natureza das relações entre células, que conduziu à hipótese da existência de “sociedades de células”, independentemente da constituição de *organismos* multicelulares. A observação das relações entre células justificou o recurso ao conceito de socialidade a fim de explicar os *modos de relacionamento* observados entre “indivíduos”.

Pierre Sonigo considera que o modelo cibernético generalizado permanece incapaz de explicar os complexos processos de associação, de comunicação, de cooperação e de oposição entre células, nomeadamente porque o modelo cibernético permanece um modelo do *comando* e da

retroacção (positiva ou negativa) ao comando, esbarrando com a fronteira da teleologia (finalidade) do sistema e da origem do comando (razão, motivo ou causa do comando como causa). O que conduz a iterações em fim. Ao invés, o recurso à noção de socialidade, de cooperação, de competição social, de comportamento altruísta, de regulação iterativa e recíproca dos comportamentos, que os subordina à necessidade de adequação ao nível *imediatamente superior* (consoante os casos, colectivo de células, órgão, organismo), parece susceptível de ultrapassar o bloqueamento cibernético de certas hipóteses biológicas. Neste sentido, P. Sonigo apoia-se em algo como uma “sociologia” das células, como o fazem numerosos biólogos que recorrem à noção de “sociedades celulares” (De Monte 2023). O grau de *interdependência social* varia: é o que diferencia por exemplo *Gonium*, uma simples coligação “transitória” de que as células individuais podem sair (nomeadamente durante a fase de reprodução) para fundar novas coligações, do *Volvox cartieri* de que Niehoff diz que é uma colónia de células (algas microscópicas) que “adoptou um *contrato social* semelhante ao das plantas e dos animais”.

“As ... células do *Volvox* renunciaram à sua autonomia e comprometeram-se a viver umas com as outras durante toda a vida. Já não são capazes de viver sozinhas, morrem se forem separadas umas das outras. A *V. cartieri* é indivisível porque optou por uma *divisão do trabalho*. Um tipo de célula, designada “somática”, é responsável pelas infra-estruturas e pelo transporte. Estas células mantêm um telhado sobre a cabeça de todos, bem como constroem e operam os flagelos que impulsionam a colónia à volta do lago. Outras, conhecidas como “gonídias”, não têm flagelos. Confinadas ao hemisfério sul do globo celular, especializam-se na reprodução.” (Niehoff 2005) (Sublinho, traduzo e observo que a oposição *Gonium* / *Volvox* é, segundo outras fontes, provavelmente exagerada por Niehoff).

O conceito de “social” torna-se o instrumento de descrição das relações entre células (Sonigo and Stengers 2003)⁷ e de explicação das suas formas complexas de organização entre as quais a cooperação, e outras que lhe estão ligadas, como a divisão do trabalho e a especialização irreversível. Todas estas formas são contra-intuitivas do ponto de vista evolutivo,

7. Pierre Sonigo dirige o Laboratório de Genética dos Vírus do Institut Cochin, Paris.

porque acarretam custos significativos para as cooperadoras. Ratzke et al. 2015 e Ganesh et al. 2020 reivindicam expressamente a *homogeneidade formal* dos processos de cooperação / coordenação através dos diferentes níveis de observação: das sociedades de organismos multicelulares complexos (v.g. humanas) aos níveis celulares (Ganesh S, Utebay et al. 2020). Logicamente, as “sociedades de células”, para além de assentarem em diversas formas de intensa cooperação, que estão na origem evolutiva da sua própria emergência, conhecem também um outro tipo de relação social, a ruptura, a “batota”. A defecção de uma ou várias células ou o jogo contrário aos “parâmetros estruturais da cooperação”, tem consequências importantes.

“As inovações em matéria de cooperação e de batota deram forma às sociedades celulares. A evolução da multicelularidade é essencialmente a junção de cinco formas de cooperação celular: inibição da proliferação, morte celular controlada, divisão do trabalho, afetação de recursos e criação/manutenção do ambiente extracelular. Estas formas de cooperação, quando reunidas, permitem uma grande inovação nas formas que a vida pode assumir: permitindo a diversidade de formas de vida multicelulares que vemos actualmente. A multicelularidade é ameaçada quando as células do corpo enganam estas bases de cooperação multicelular, inovando através de mutações e outras alterações genéticas que podem levar ao cancro.” (Aktipis e Maley 2017) (Traduzo).

3. A célula: uma sociedade?

O conceito de “social” tende a impor-se de tal modo nesta nova biologia que a própria célula tende a ser descrita como uma “sociedade” de sub-elementos especializados, compartimentos dotados de uma certa autonomia e organizados em função de uma “divisão do trabalho celular”, o que justificaria o conceito de “*sociologia molecular da célula*”, uma sociologia das organelas:

“Os estudos proteómicos permitiram obter listas detalhadas das proteínas presentes numa célula. No entanto, sabe-se relativamente pouco sobre o modo como estas proteínas interagem e se encontram espacialmente dispostas nos “módulos funcionais” da célula: ou seja, a “*sociologia molecular*” da célula.

Esta lacuna está agora a ser colmatada através da utilização de técnicas experimentais emergentes, como a espetrometria de massa de complexos e a microscopia crioelectrónica de partícula única, para complementar os métodos bioquímicos e biofísicos tradicionais.” (...)” Estes novos métodos híbridos, juntamente com uma maior integração computacional, tornam a revelação da arquitetura molecular de interações sociais, mesmo fugazes, no interior de módulos funcionais uma possibilidade aliciante.” (Traduzo) (Robinson, Sali et al. 2007; Diogo, Yambire et al. 2018).

Na mesma direcção vão a equipa de Göttigen que descreve as relações intra-cellulares (entre organelas) como uma “sociedade” (Diogo, Yambire et al. 2018) e a de Schrader (Schrader, Godinho et al. 2015). Do ponto de vista formal, encontramos ao nível interno da célula os processos de divisão do trabalho, *especialização* (irreversível) e *cooperação* homólogos dos que são descritos para o nível intercelular.

“Descemos” assim para um nível de organização inferior (a uma escala muito maior), considerando que a interacção entre os elementos celulares internos pode ser vantajosamente descrita como sendo de natureza *social*. “Sem utilizar explicitamente a metáfora “social” (ou o social como metáfora), M. Schrader e colegas descrevem as relações entre organelas como de intensa *cooperação* com funções essenciais para a célula:

“As funções cooperativas das redes de organelos incluem (1) interacção metabólica, (2) sinalização intracelular, (3) manutenção celular, (4) regulação da morte celular programada/sobrevivência celular e (5) defesa contra agentes patogénicos.” (Traduzo). (Schrader, Godinho et al. 2015)

Para outros, a descrição da célula enquanto “sociedade” onde cooperam múltiplos elementos, é prudentemente sugerida como metáfora (DeHaan 2010).⁸

8. “Wolpert likes the ‘society’ metaphor. Inside each cell is a society of molecules that can carry out all the required activities, and the machines that do almost all the work are proteins, the most complex and varied of all molecules. The functioning of these proteins is determined largely by selectively binding to other molecules” DeHaan, R. L. (2010). “How We Live and Why We Die: The Secret Lives of Cells. W. W. Norton.” BioScience, 60(1).

4. Socialidade dos Vírus: seres mais de mil vezes mais pequenos que as células

Continuando o movimento de “Zoom” em frente, encontramos o nível dos vírus, e a questão da “socialidade dos vírus”: o que R. Sanjuan qualificou como “a vida social dos vírus”

“Apesar da sua simplicidade, os vírus apresentam certos tipos de interações sociais.” (...) Um princípio geral derivado da teoria da evolução social é que, para que a seleção natural favoreça a cooperação, as interações sociais devem ser não aleatórias. Especificamente, os cooperadores devem interagir preferencialmente com outros cooperadores. Caso contrário, espera-se que os genótipos batoteiros invadam as populações. (...) As abordagens da evolução social, incluindo a seleção de parentes, a seleção de grupos e a teoria dos jogos, devem ajudar-nos a compreender, prever e manipular melhor as interações vírus-vírus.” (Traduzo). (Sanjuán 2021).

Nesta evolução, das formas de *cooperação* – social diz o autor – bastante diversificadas não excluem, como para certas células, a “batota”, a saída do jogo cooperativo, e a evasão em relação aos mecanismos de regulação “social”. Mediante uma definição restritiva de “cooperação”, Muñoz et al. reiteram a legitimidade da sua aplicação às relações entre vírus (Díaz-Muñoz, Sanjuán et al. 2017; West, Díaz-Muñoz et al. 2017).

Mas se a “batota” a que se entregam os vírus é um problema (pela diferenciação incontrolada que provoca), a evolução social dos vírus e da “batota” (figura... eminentemente social, a da “fuga”), leva Asher Leeks e colegas a postular um processo de *evolução social*, no qual a ruptura da cooperação é decisiva:

“O sucesso de muitos vírus depende de interações cooperativas entre genomas virais. No entanto, sempre que a cooperação ocorre, existe a possibilidade de “batoteiros” explorarem essa cooperação. Sugerimos que: (1) a biologia dos vírus torna a cooperação viral particularmente suscetível de batota; (2) as batotas são comuns a uma vasta gama de vírus, incluindo entidades virais já bem estudadas, como os genomas interferentes defeituosos e os vírus satélite. Consequentemente, a teoria evolutiva da batota pode ajudar-nos a compreender e a manipular a dinâmica viral, enquanto os vírus também oferecem novas

oportunidades para estudar a evolução da batota.” “*Uma perspectiva de evolução social* pode também ajudar-nos a determinar como utilizar eficazmente as partículas interferentes terapêuticas, concentrando-nos na dinâmica evolutiva das batotas virais naturais”. (Leeks, West et al. 2021) (Traduzo e sublinho).

A ruptura da cooperação pelos “batoteiros” (“cheaters”) renova a questão: porque é que os “cooperadores” cooperam, sabendo que a cooperação tem custos? Mais precisamente, a cooperação tem custos porque impede a otimização do potencial genético dos cooperadores, ao submetê-los ao controlo dos outros cooperadores. Os “batoteiros”, livres dessa regulação seriam portanto “optimizers” enquanto os cooperadores seriam “satisficers”. Assim sendo, como explicar que, das duas populações que se formam quando aparecem “cheaters” em contraste com os cooperadores, estes não sejam eliminados por aqueles? Mais “performantes”, os “cheaters” ganhariam sempre. Ora, não é esse o caso. Ascher e colegas ilustram os mecanismos de “resistência” da cooperação ou, ou que vem a dar no mesmo, dos cooperadores:

“Sem utilizar explicitamente a metáfora “social” (ou o social como metáfora), M. Schrader e colegas descrevem as relações entre organelas como de intensa *cooperação* com funções essenciais para a célula: “Cooperative functions of organelle networks include (1) metabolic interaction, (2) intracellular signaling, (3) cellular maintenance, (4) regulation of programmed cell death/cell survival, and (5) pathogen defence.” ‘when do cheats win?’, ‘when does frequency dependent selection maintain cheats and cooperators at equilibrium?’, and ‘can cooperation be regained?’ (Schrader, M., L. Godinho, et al. 2015). A *social evolution perspective* could also help us determine how to use therapeutic interfering particles effectively, by focusing on the evolutionary dynamics of natural viral cheats” (...) In what ways do viruses evolve resistance to cheats, and can cheats coevolve in response?” (Leeks, West et al. 2021). (Sublinho).

De facto, o que parece acontecer num grande número de casos é a *oscilação* entre a proliferação rápida, tendencialmente dominante, dos “cheaters”, e a recuperação dos cooperadores, que tende a limitar eficazmente a replicação dos “cheaters”. A oscilação entre a dominância dos *maximizers* e a dos *satisficers*, como em muitos outros domínios, é condição da manutenção de um equilíbrio instável/estável, uma homeostase dinâmica.

Balanço do percurso através das diferentes escalas de observação

Resumindo: a exploração do conceito de socialidade tomou a forma de um “zoom” para a frente. Partimos do nível das sociedades complexas humanas, e das sociedades animais não humanas – fenómenos que se manifestam ao nível das relações entre organismos complexos (multicelulares), para um nível de observação mais elementar: as relações entre células, as “sociedades de células”. Passámos em seguida para o escrutínio da organização interna das células, e constatou-se que a célula tem uma estrutura formada por numerosos elementos cujas relações serão vantajosamente – do ponto de vista heurístico – descritas como sociais: a célula enquanto sociedade. O zoom em frente prossegue, aumentando ainda a escala, para o nível viral. Nas formas mais simples da vida, os biólogos encontram processos interindividuais e colectivos que exprimem formas rudimentares de socialidade e exigem o recurso a conceitos das ciências sociais para se tornarem inteligíveis.

Considerando o ponto de partida desta viagem, constatamos que para os “clássicos” socialidade confunde-se com os sistemas de relações socio-culturais, exclusivamente humanas, precisamente porque pensam em conjunto o social e o cultural. A exploração do tema levou-nos a detectar as influências e a utilização de conceitos da CS pela biologia. Que prosseguiremos de modo mais detalhado.

O que são as estruturas elementares da socialidade?

Coloca-se portanto a questão: qual é o *núcleo conceptual comum* a todos os fenómenos observados a estas diferentes escalas que dá conta das homologias formais? Complementarmente, se o sentido de “social” se altera, de que modo se altera o significado do conceito ao alargar-se o seu uso desse modo antes inesperado? (Santos 2003)⁹ Hipótese: Observada a estes

9. Deixei de lado, porque nos levaria demasiado longe, temas que tratei noutros sítios, como a “socialidade” inter-específica, a socialidade “híbrida” que inclui humanos e artefactos (Latour), e a eventual socialidade que poderá ligar entre eles os agentes artificiais. Santos, J. R. dos, «De l’information aux savoirs socialement distribués», Santos, J. R. d. (2003). De l’information aux savoirs socialement distribués. *Cognitique : Vers une informatique plus cognitive et sociale*. P. Anjortte and S. Gouardères. Toulouse, , Cépadués-Editions.

níveis, a socialidade assim reduzida aos seus elementos mais fundamentais, indica o caminho para a determinação das estruturas elementares de toda e qualquer socialidade.

A perspectiva restritiva dominante nas CS reserva o conceito de “social” ao nível fenomenológico mais complexo, o das sociedades humanas e estuda-o enquanto estrutura de relações *socio-culturais* e ecológicas: relações entre os indivíduos e os grupos que constituem uma espécie (*Homo sapiens* L.), e entre estes e o seu meio ambiente, humano e não-humano¹⁰ (mediatizadas pela cultura). Resta-nos esquematizar o campo no qual se distribuem as formas da socialidade complexa dos humanos, tentar relembrar as estruturas relacionais classicamente estudadas pelas CS, antes de verificar se se encontram realizadas nos níveis de observação às diferentes escalas de observação. E se for o caso, em que medida (todas elas ou apenas algumas).

De modo muito geral, as formas de socialidade descritas a todos os níveis de complexidade sem excepção estruturam-se em dois eixos ortogonais: a Cooperação e a Competição / Dominação, aos quais se acrescenta um plano, na terceira dimensão, o da Regulação e da Selecção. O primeiro eixo permite situar as formas de socialidade entre as que realizam um mínimo e as que assentam num máximo de cooperação. O segundo, ortogonal do primeiro, descreve um contínuo de formas relacionais que variam de um mínimo a um máximo de competição/dominação entre os elementos de base. Os dois eixos, em conjunto, definem um campo de forças ou, se preferirmos, um campo que é a condição de possibilidade da constituição e expressão de forças. Sublinho: esta estrutura é comum a todos os níveis de organização. O que são “cooperação” e “competição/dominação”? Como se faz a *regulação* às diferentes escalas de observação e como se relaciona com a *selecção*?

As formas elementares: Cooperação, Competição, Regulação, Selecção

São estas formas de relação social, que os biólogos encontram através de todos os níveis, dos animais não-humanos, aos conjuntos de células relacionadas entre elas, ou entre elementos intra-celulares, e por fim entre vírus.

10. Os indivíduos e os grupos são obviamente elementos ecológicos uns para os outros, visto que fazem parte integrante dos seus respectivos biótopos.

a) Cooperação

A constatação mais óbvia é que na generalidade destes níveis, os investigadores só utilizam o conceito de socialidade quando existe pelo menos uma forma: a Cooperação (incluindo a divisão do trabalho – especialização –, contributo para um resultado comum, etc.) à qual se junta a Competição. Essas formas são a base de todas as utilizações de “social” em Biologia, incluindo as entidades mais elementares – os vírus.

A cooperação, por ser tão central, coloca uma série de questões complexas à investigação sociológica¹¹ e biológica. O problema intrínseco de qualquer forma de cooperação é o de explicar as razões que levam os indivíduos e/grupos a cooperarem, sabendo que esse processo acarreta desvantagens relativas no imediato, e de que modo se faz o cálculo do (eventual) benefício mediato proveniente da cooperação. O problema coloca –se todos os níveis e escalas de observação, incluindo as sociedades humanas¹². Por isso constitui um dos problemas centrais das formas elementares da socialidade. O que está em causa é a determinação dos mecanismos evolutivos que podem explicar esse entorse ao “egoísmo” (dos genes, das células, dos organismos...), que colide com a base evolutiva geral, hipotética, da preservação do interesse próprio de cada entidade (Axelrod 1984). A Cooperação envolve custos (directos) para o Cooperador, e pode trazer benefícios apenas indirectos, mediatisados pelo interesse do grupo, quer este seja restrito (Kin, aparentados directos ou indirectos), alargado a organismos não-parentes, ou até à espécie. Uma das figuras que cristaliza essa tensão é o altruísmo, uma área de questionamento em si.

A própria existência de Cooperação “verdadeira” é problemática porque, nas formas (humanas) que servem de referência às CS e na linha de Weber, ela pressupõe a consciência de agir em função de um objectivo,

11. Aqui, tendo em vista a economia de espaço, insisto apenas na Biologia e na Antropologia da evolução, porque a literatura sociológica é muito melhor conhecida, ou pelo menos muito mais abundante.

12. Os antropólogos referem frequentemente o esquema antropológico da “tragédia dos comuns”, que consiste na ruptura (ou recusa) da cooperação na administração colectiva de bens comuns (florestas, pastagens), a favor da maximização do interesse individual, o que, propagado à colectividade, acaba por destruir o bem comum. Os biólogos retomam o esquema.

ou de uma finalidade comuns¹³. Ilustra essa tensão a tese dos autores de “*Collective Behavior: From Cells to Societies*”, que começam por admitir que

“O comportamento cooperativo existe a todos os níveis, desde organismos unicelulares em tapetes microbianos a primatas bípedes e empáticos, passando por robots que trabalham numa linha de montagem.” Mas de seguida, perfilhando uma concepção quase-weberiana de “social”, objectam a essa sua tese de princípio: “A cooperação (...) tem implicações – como a intenção – que podem não aplicar-se às interações entre as mitocôndrias e as células hospedeiras ou aos comportamentos das bactérias num biofilme.” (Schwartz 2015) (Traduzo).

Em alternativa, propõem o conceito de coordenação, que assenta em postulados menos exigentes. A *coordenação* é uma forma de acção regulada em função das acções dos elementos de mesmo nível, sem que se pressuponha uma teleologia, ou seja, sem visar uma finalidade comum, nem uma subjectividade subjacente. “As acções coordenadas (...), contribuem para produzir comportamentos emergentes, independentemente da intenção por detrás dessa acção”. Portanto, “o termo preenche as diferenças entre células e organismos e pode ser alargado para descrever os comportamentos de formas de vida artificiais.” (Schwartz, *ibid.*)¹⁴

Esta restrição proposta por Schwartz et al., (2015) decorre da definição da cooperação enquanto acção coordenada intencional (“weberiana”)¹⁵. Para outros, a Cooperação, que não envolve necessariamente consciência ou intenção, é considerada como a base *sine qua non* da organização biológica. É o caso de Martin Nowack: “A cooperação é necessária para que a evolução construa novos níveis de organização. O aparecimento de genomas, células, organismos multicelulares, insectos sociais e a sociedade humana baseiam-se todos na cooperação”. Nowack admite que a cooperação, para além de ter custos, pode coexistir com o conflito:

13. Recordemos que para Weber, a relação social “designa o comportamento de vários indivíduos na medida em que, pelo seu *conteúdo significativo*, o comportamento de uns é regulado pelo de outros e é orientado em conformidade”, o que pressupõe a noção de valores (subjectivos) partilhados. (Cf. nota 8).

14. Do Grupo 1, faziam parte entre outros AS Griffin, DC Queller, S.A. West.

15. Isto será menos verdade em Durkheim que em Weber.

“A cooperação significa que os replicadores egoístas abdicam de algum do seu potencial reprodutivo para se ajudarem uns aos outros. Mas a seleção natural implica competição e, por isso, opõe-se à cooperação, a menos que exista um mecanismo específico [de regulação].” Nowack propõe “cinco mecanismos para a evolução da cooperação: selecção de parentesco, reciprocidade directa, reciprocidade indirecta, reciprocidade de rede e selecção de grupo. Para cada mecanismo, é derivada uma regra simples que especifica se a selecção natural pode levar à cooperação.” E ainda: “Os dois princípios fundamentais da evolução são a mutação e a selecção natural. Mas a evolução é construtiva *por causa* da cooperação. Novos níveis de organização evoluem quando as unidades concorrentes no nível inferior começam a cooperar. A cooperação permite a especialização e, assim, promove a diversidade biológica. A cooperação é o segredo por detrás do carácter aberto do processo evolutivo. Talvez o aspecto mais notável da evolução seja a sua capacidade de *gerar cooperação num mundo competitivo*. Assim, poderíamos acrescentar a “cooperação natural” como um terceiro princípio fundamental da evolução, para além da mutação e da selecção natural.” (Nowak 2006) (Traduzo).

No mesmo sentido, acrescentam West S.A et al.:

“A selecção natural favorece os genes que aumentam a capacidade de sobrevivência e reprodução do organismo. Isto parece conduzir a um mundo dominado por comportamentos egoístas. No entanto, a cooperação pode ser encontrada em todos os níveis de organização biológica: os genes cooperam nos genomas, os organelos cooperam para formar células eucarióticas, as células cooperam para formar organismos multicelulares, os parasitas bacterianos cooperam para ultrapassar defesas do hospedeiro, os animais reproduzem-se cooperativamente, e os seres humanos e os insectos cooperam para construir sociedades.” (West, Griffin et al. 2007) (Traduzo).

Muito próxima é a posição de Debra Niehoff para quem a “linguagem da vida é a cooperação” (Niehoff 2005). Por seu turno Szathmáry prolonga Bourke ao admitir que “As grandes transições devem ser tipicamente divididas em três fases: a formação, a manutenção e a transformação dos ‘grupos sociais’ “. E propõe:

“Os avanços significativos incluem o conceito de transições fraternas e igualitárias (unidades de nível inferior semelhantes e diferentes, respectivamente).

A selecção multinível, primeiro sem e depois com os colectivos em foco, é um mecanismo explicativo importante” (...) “do aumento da complexidade e tanto da passagem das unidades selectivas mais baixas para as mais elevadas, como da divisão do trabalho”. (Szathmáry 2015)¹⁶ (Traduzo).

E Herron especifica:

“O quadro das grandes transições tornou-se um paradigma para compreender as origens da complexidade biológica e a estrutura hierárquica da vida (indivíduos dentro de sociedades, células dentro de indivíduos, organelos dentro de células, etc.). Os biólogos e os filósofos da biologia têm procurado identificar mecanismos subjacentes a transições particulares e princípios gerais que se possam aplicar a todos”. (Herron 2016). (Traduzo)

A tese da universalidade da cooperação ganha força ao constatar que nas “bactérias sociais”, se detecta um nível de “decisão” individual/social. Mas de que modo, nesses casos, a decisão individual que Dinét et al. investigam, gera comportamentos colectivos de carácter cooperativo? (Dinét C, Michelot et al. 2021; Mignot 2021). De facto, caso exista *decisão individual* ao nível bacteriano, o argumento a favor da restrição do domínio de validade teórica da cooperação a favor da determinação de processos de “simples” coordenação, (Schwartz 2015) perde a sua importância, porque a questão da “intenção” deixa de se colocar. Este é um ponto importante, que merece ser alargado ao conceito de “competição / dominação”, a componente agonística da socialidade.

b) Competição

A competição é a forma complementar e simétrica da cooperação. Ambas as formas implicam reciprocidade; ambas pressupõem a definição partilhada de um bem, nos casos mais banais, um recurso. Mas enquanto a cooperação pressupõe ganhos comuns (imediatos ou mediatos), a competição, na sua forma mais simples, apresenta-se como um jogo de soma

16. Szathmáry refere-se a Bourke, A. F. (2011). *Principles of social evolution*. Oxford University Press. (Abstract); *Principles of social evolution* (Este volume não consultado).

zero: o que um ganha, o outro perde, por outras palavras, para que um ganhe o outro tem que perder. A competição enquanto forma agonística de socialidade tem recebido uma atenção privilegiada. Leituras superficiais ou tendenciosas das teses de Darwin fizeram da competição o equivalente de luta onde impera a “lei do mais forte”¹⁷. Escusado insistir nas razões ideológicas do sucesso dessas interpretações, tanto em biologia como nas CS¹⁸. A competição une os competidores que têm objectivos comuns, mas parcialmente opostos. A competição envolve espécies diferentes (bacterianas, vegetais, animais, etc.) em torno de recursos limitados (água, alimentos, luz, solo...), ou indivíduos e grupos da mesma espécie. A competição ecológica entre espécies pode ser dita por vezes quase-social, a competição no interior da mesma espécie é-o plenamente. Se Dawkins e os teóricos da evolução (nomeadamente humana) têm razão, a competição pode coexistir com a cooperação e o que importa investigar são os graus de manifestação (a “dosagem”) de uma e outra. Tudo converge para afirmar o resultado seguinte: a competição total, maximizada, destruiria qualquer grupo social ou população e poria em causa a sobrevivência da própria espécie. Donde a importância dos mecanismos de *regulação da relação cooperação / competição* em todas as sociedades (dos humanos aos vírus).

c) A Regulação

O conceito de *regulação* permanece absolutamente central em todos os níveis e escalas de observação. É um verdadeiro problema *material* comum, que todas as formas vivas têm que resolver. E desde a regulação da expressão de um gene (inibição // activação / grau de expressão, etc.), à regulação da competição entre populações virais de “cooperadores”, “competidores” e

17. O significado de “fittest”, em vez de ser “o mais forte”, como pretende certa vulgata de ampla difusão, é “o mais adaptado a uma determinada situação *local*”. Em certas situações, o animal mais adaptado pode ter simplesmente uma cor mais adaptada a um novo biótopo (melhor camuflagem em função do meio, donde melhor sucesso reprodutivo), mesmo que, por hipótese, possa ser mais “fraco” em outros aspectos...

18. A literatura das CS, sobretudo anglo-saxónica, desde a psicologia social à sociologia e à economia, manifesta a sua inserção acrítica no universo ideológico norte-americano no qual a competição é objecto de uma verdadeira (particularmente deletéria) religião. “Religião” que está literalmente a arruinar as sociedades contaminadas pelas formas mais graves dessa doença, como por exemplo a Coreia do Sul e o Japão.

“cheaters”; desta às interacções entre as componentes internas da célula, à regulação da homeostase dos organismos e por fim até à regulação da vida social dos organismos e das sociedades humanas. A regulação é uma exigência estrutural, um pré-requisito para qualquer forma de socialidade. Ora a regulação pressupõe absolutamente duas propriedades universais de qualquer sistema social, dos vírus aos organismos e às sociedades complexas: (i) a capacidade do sistema de relações para exercer *retroacções negativas*, que limitam a deriva em espiral do sistema e (ii) a capacidade para *comunicar* desde logo com o respectivo meio, e mais decisivamente com as outras entidades susceptíveis de entrar num relacionamento social: interdependente, coordenado (cooperativo) e/ou agonístico. A regulação, sendo provavelmente quase sempre inconsciente, assume ao nível da espécie, uma forma de cooperação que resulta na conservação dos equilíbrios, sempre instáveis. Encontrámos duas formas principais de regulação: a regulação *horizontal*, mecanismo de ajustamento entre “indivíduos” ou agentes em interacção directa, e a regulação vertical, que permite aos níveis superiores controlar as relações de cooperação / competição nos níveis inferiores e de certo modo impor-lhes algo análogo a uma teleologia. Os dois tipos coexistem em todas as formas de socialidade desde as mais simples às mais complexas, que têm deste modo mais um elemento decisivo em comum.

A regulação tem como principal função garantir o equilíbrio entre as forças centrípetas (cooperação) e centrífugas (competição). As primeiras tendem a preservar não só a coesão, mas até a existência do colectivo. As segundas provocam uma tensão entre conservação e selecção natural (ecológica, sexual, social, etc.), devido ao seu carácter agonístico. Todavia, a simetria entre as duas forças é apenas aparente. A cooperação é o requisito de base para a existência (criação, manutenção, eventual desenvolvimento) do colectivo. A competição é mais exactamente um “efeito de bordo”, isto é, age na margem e como limite das estruturas cooperativas.

d) A Selecção

Que assim é, demonstra-o um notável corpus de investigações que diz respeito à própria filogénese do género *Homo* na qual a selecção intervém constantemente. Sintetizando radicalmente, a história da emergência de *Homo sapiens* por entre o vasto conjunto de espécies de Homininos é tornada

possível pela aquisição de “programas comportamentais” caracterizados pela hiper-socialidade, que é, na base, essencialmente uma hiper-cooperatividade, e pelo menor sucesso reprodutivo dos indivíduos que não os adquiriram. A coevolução entre transformações anatômicas, fisiológicas, por um lado e comportamentais por outro foi a condição necessária para garantir ao mesmo tempo o aumento da encefalização¹⁹ da espécie, com o consequente aumento de volume do cérebro e da caixa craniana, e a resolução do “obsterical dilemma”. Este constrange a dimensão do crânio, a duração da gestação, às dimensões do canal obstétrico, ele próprio limitado pela mecânica da posição bípede (contenção dos órgãos). Ao ter que nascer “prematuramente” para que o parto seja possível (comparado com o que seria um nascimento mais “maturo”, com uma caixa craniana quase completa), o feto nascituro coloca ao grupo um problema incomparavelmente mais difícil que o que têm que resolver os restantes primatas. Os cuidados neo-natais a seres tão frágeis e incompletos ultrapassaram desde as primeiras formas arcaicas de *Homo*, a capacidade de cada mãe isolada, em contraste com o que acontece com as fêmeas chimpanzé. Aí intervém a necessidade da cooperação intensiva dos membros do grupo em volta das paturientes. Jean-Jacques Hublin sugeriu que algumas das espécies do Homininos que “ficaram pelo caminho” se extinguíram, podem não ter conseguido resolver o “obstetrical dilemma”, e por não terem conseguido desenvolver suficientemente a cooperação, o que comprometeu o seu sucesso reprodutivo de modo fatal (Hublin 2022). O conceito clássico e central dessa paleo-antropologia é o de “cooperative breeding”, *criação cooperativa* dos recém-nascidos e das crianças em geral (Hrdy 2009; Isler and van Schaik 2012; Kramer and Otarola-Castillo 2015). A criação cooperativa tem outra consequência decisiva: ao libertar as mães do encargo exclusivo dos filhos, com o desmame mais precoce (cerca de metade da duração do aleitamento das fêmeas chimpanzé), as fêmeas *Homo* (e entre estas com muito mais intensidade em *H. sapiens*), podem ter ciclos reprodutivos mais curtos (2 a 4 anos em vez de 5 a 6 nos chimpanzés). Por seu turno, esse ritmo permite a formação de fratrias numerosas porque as crianças, nascidas com pequenas diferenças de idade coexistem ao longo da primeira infância, reforçando a necessidade (a utilidade) da criação cooperativa, ao mesmo tempo que permite a socialização intensiva. A

19. Encefalização: relação entre a massa do cérebro e a massa corporal.

participação activa do pai, dos avós e das pessoas próximas, aparentadas ou não, contrasta fortemente com a criação dos juvenis nas espécies de primatas. A espécie *Homo sapiens* (HS) adquiriu outro carácter original: a sobrevivência das fêmeas por longos períodos de vida após o fim da sua fase reprodutiva. Por contraste, as fêmeas chimpanzé pouco (ou nada) sobrevivem ao fim do seu ciclo de fecundidade. O aparecimento desta vida pós-menopausa produz a figura relacional da “avó”, na qual tem sido visto um factor decisivo do sucesso reprodutivo de HS (Hawkes 2003). As sociedades primatas, mormente as dos chimpanzés e os gorilas, são ferozmente hierárquicas e competitivas. A criação cooperativa não existe (ou rudimentar e ainda assim rara). Para retomar os conceitos que avancei, a regulação entre cooperação e competição empurra nessas sociedades animais o “cursor” para este último pólo. Pelo contrário, as exigências da reprodução – problemática – de uma espécie com um “cérebro grande demais” (Prochiantz 2024), tinha como condição radical a capacidade para cooperar intensamente. Podemos afirmar (com sólidas bases), que foi (e é) a hiper-cooperação e a selecção negativa dos indivíduos menos “pró-sociais” que tornou possível a evolução da espécie HS, através do sucesso reprodutivo que ela permitiu, ao mesmo tempo que criou as condições para a emergência da individuação (Townsend, Ferraro et al. 2023) e da transmissão cultural. Selecção social, selecção sexual.

Em face da acumulação de conhecimentos robustos quanto à preeminência da cooperação nas primeiras sociedades humanas é verdadeiramente surpreendente que as ideologias que sobre-valorizam a competição (a que certa biologia não escapou), tenham projectado para o passado as formas mais aberrantes da auto-percepção dos humanos enquanto seres motivados pelo agonismo e das suas sociedades encaradas como arenas em que “é natural” que ser o mais forte e o mais agressivo competidor pareça ser o comportamento mais “adaptativo”. Entre a paleo-anthropologia e a antropologia das sociedades de caçadores-recolectores (antigas e/ou contemporâneas) a predominância da cooperação enquanto a estrutura elementar da socialidade é a base de partida para um novo exame da socialidade humana em geral.

Um caminho, duas direcções

O caminho é o que liga as CS e a Biologia. As duas direcções são as que vão das CS para a Biologia e/ou desta para as CS. Apesar da diferença na enunciação do tema, tanto os autores de *"Collective Behavior: From Cells to Societies"* como McDade et al. que parecem explorar o percurso simétrico: – *"From society to cells and back again"* (McDade and Harris 2022) privilegiam a mesma direcção. É o percurso que vai da biologia em direcção às CS que, como veremos, se afigura muito mais problemático.

O movimento que vai das CS para a biologia parece não levantar dificuldades., estando a segunda aberta à integração do social, como sugeriam Schwartz e colegas: "Que conceitos das ciências sociais não tiveram ainda impacto na compreensão da cooperação nos micróbios, nas grandes transições ou nos genomas? O que é que podemos aprender com uma maior atenção à teoria das ciências sociais?" (Schwartz 2015). Traduzo. McDade reforça:

"Embora os cientistas sociais estejam a adoptar cada vez mais os dados biológicos para dar contributos importantes em cada uma destas áreas, propomos uma agenda adicional, e talvez mais ambiciosa: reformular a forma como [nós, biólogos] conceptualizamos e estudamos a a biologia humana" (McDade and Harris 2022) .

O movimento inverso é menos claro. Decerto, aberturas existem em direcção à realidade biológica e têm sido aceites. "Historicamente, os cientistas sociais têm-se posicionado fora do corpo, considerando apenas ocasionalmente a forma como os contextos e experiências sociais contextos e experiências sociais envolvem processos biológicos para moldar o desenvolvimento e os resultados de saúde. Mas com novas ferramentas metodológicas, os investigadores em antropologia, demografia, economia, psicologia e sociologia estão a encontrar um terreno comum com colegas da epidemiologia e da saúde pública, da medicina e da genómica" (McDade) (Traduzo). Este caminho não parece, à primeira vista, colocar dificuldades de maior, como testemunha a abundante literatura em sociologia da doença, ou da saúde, que integra doravante de modo habitual os parâmetros biológicos em interacção com as determinantes sociais, reconhecendo que o "social" também pode regular os processos biológicos

como, além de muitos outros exemplos, pode regular a expressão dos genes... (Cole 2009). Mas a realidade das trocas transdisciplinares é mais complexa. Foi fácil demonstrar, no que respeita às sociedades humanas, o interesse da integração dos comportamentos e outros factores sociais em domínios claramente “biológicos”, como o da medicina, da saúde pública e sobretudo da epidemiologia.

Muito mais difícil tem sido a integração dos factores biológicos, genéticos ou epigenéticos no estudo da cooperação e da competição/dominação e da respectiva evolução na análise dos processos fundamentais que subjazem à socialidade humana, apesar de ser essa integração banal no estudo das sociedades animais não-humanas. Como adiante veremos.

O caminho oposto é o do “back again”: mas teve até há pouco o percurso barrado

Ter em conta os dados biológicos numa sociologia da doença, ou na epidemiologia por exemplo, como tem sido feito, trata a questão da relação entre CS e biologia de modo apenas superficial. As variáveis sociais são cada vez mais vistas como susceptíveis de modular os determinantes biológicos²⁰. Mas a explicação dos fenómenos permanece no interior do quadro epistemológico da CS. Mais difícil tem sido a integração da biologia em domínios sociais humanos como as modalidades e as consequências do dimorfismo (físico, psíquico) sexual na educação (ritmo e estilos de aprendizagem, diferenciais cognitivos por domínios (linguagem, leitura, técnica, ciências da matéria, etc.), na diferença entre preferências profissionais (escolha da profissão, grau de investimento profissional), na vida sexual em geral (escolha dos parceiros sexuais, estratégias de reprodução, evolução diferencial ao longo da vida da pulsão e do desejo). E ainda, com toda a importância que assume, a relação diferencial com a violência. Cooperação e ruptura da cooperação, competição e dominação, estão no fundamento dessas estruturas e da sua evolução, e são marcadas pela diferenciação sexual, nas sociedades humanas como em todas as outras, sempre que há reprodução sexuada.

20. Por exemplo na sociologia da doença, estudo da incidência de cada doença em função dos sexos, das idades, dos meios sociais, etc.

Um capítulo inteiro fica por analisar: o dos mecanismos de selecção social e sexual. Estes mecanismos são constantemente integrados na explicação biológica da emergência de caracteres especiais como a socialidade, a hiper-socialidade, a cooperação e a competição, a todas as escalas de observação. Ora, para que a socialidade evolua em direcção à sua intensificação e complexificação, é preciso que as sociedades (com ou sem aspas), seleccionem favoravelmente os indivíduos mais pró-sociais. Mecanismos de exclusão, de competição agonística e de preferências (vimos isso até nos vírus), podem estar na base dessa selecção. A partir da fase de complexificação ("transição") que representa a reprodução sexuada, esta converte-se num *locus* privilegiado do mecanismo de selecção. Já o espaço nos falta para tratar este aspecto decisivo. Adiantemos apenas dois pontos. Primeiro, uma massa considerável de estudos descreve o papel essencial da escolha *pelas fêmeas* dos parceiros na reprodução. Segundo, essa influência preponderante, quase universalmente verificada, com profundas consequências quanto à evolução dos indivíduos – e sobretudo do sexo masculino –, prolonga-se – ao longo da história do próprio *Homo sapiens*. Como não podia deixar de ser, a menos que admitíssemos que esta espécie fosse uma excepção, o que nada justifica. Os processos de escolha dos parceiros (maridos, companheiros), com predominância endogâmica ou não, foram escrutinados por sociólogos e historiadores. Mas numa perspectiva social-social, se se pode dizer, ou durkheimiana, para dizê-lo de outro modo. Na continuidade da demonstração que precede, seria indispensável interrogar a psicologia evolutiva, a neurobiologia, a paleo-antropologia e a antropologia das sociedades contemporâneas para avaliar a presença de mecanismos de raiz biológica nos comportamentos actuais. Um excelente instrumento de inquérito é o das redes sociais "de encontros". Aí se auto-definem os "perfis" de candidatos e candidatas ao apariamento, e os "perfis" preferidos pelas pessoas. Resultados mais que preliminares (Buss 2023) mostram a extraordinária convergência das preferências em redor de um número reduzidíssimo de critérios. Trata-se de experimentação a grande escala como nenhum estudo por sondagem poderia sonhar, visto que são milhões os inscritos em cada rede de "encontros": o N da "amostra". Os candidatos que *parecem* ser bons "providers", os que, entre os homens, ostentam sinais de "bons genes" (~20%), recolhem cerca de 80% das aceitações, etc. Mesmo enviesamento quanto às mulheres preferidas (preferência para a fisionomia que denote "neotenia", pelas

formas femininas marcadas, por exemplo). Os critérios incluídos nas auto-descrições (que obedecem à antecipação das preferências das e dos eventuais interessados são igualmente uma mina de preciosas informações. Apesar de diversidades culturais, de modas e fantasias, por detrás de *Homo sapiens* perfila-se o/a primata. O arcaico na ultra-modernidade. O biológico no seio do “Homo technologicus modernus”, espécie com cerca de dois milhões de anos de prólogo e mais umas dezenas de milhares de anos, estas a contar para *sapiens sapiens*. Porque é que as CS e a sociologia em particular, não têm apanhado esse comboio?

O principal obstáculo tem sido a prevalência do construtivismo social, que postula que a partir da “base” biológica, as sociedades constroem, cada uma à sua maneira e sem limites, todas as formas e modalidades da socialidade. A tese, que se assemelha a uma teoria da “tábua rasa” (“blank template”), postula uma quase arbitrariedade do social, mais precisamente do socio-cultural humano. Mas é precisamente a confusão de todo o social com o cultural que impede o estudo do que permanece como determinação biológica na socialidade humana, por uma lado, e a aceitação de uma verdadeira teoria evolutiva da própria cultura (Durham 1991). A crítica aprofundada das correntes construtivistas (aliás, ainda largamente dominantes) por B. Lahire dispensa-nos de insistir aqui (Lahire 2023).

Mas esta resistência tem uma história. Com efeito, reconhecer que o “social” é tributário dos seus determinantes biológicos, entra em colisão com a tradição dominante nas CS que se vale do preceito fundador de Durkheim que postula que “o social deve ser explicado pelo social” (Durkheim 1980) [1895]. Desde o início, para fundamentar a especificidade da sociologia e a sua posição autónoma no concerto das ciências, Durkheim tenta resolver o problema ao situar o objecto da sociologia no nível fenomenológico das relações sociais *entre seres humanos*, traçando uma fronteira com a biologia, por um lado, com a psicologia e a filosofia por outro. Muito atento à biologia em particular (que não hesita em tomar como exemplo de cientificidade a imitar), Durkheim recusa qualquer recurso a determinações biológicas para a explicação dos factos sociais. Os numerosos herdeiros desta ideia tiveram sempre em mente que a defesa de um território próprio e autónomo passa pela exclusão de factores explicativos biológicos, por um lado, e dos fenómenos psíquicos individuais, objecto da psicologia, por outro. O carácter defensivo dessa postura emergiu na

história da disciplina cada vez que novas propostas da biologia pretendam indagar, ou afirmar, o peso causal de certos factos biológicos na explicação de factos sociais. A controvérsia que opôs, nas Américas e na Europa, o fundador (Wilson 1989)²¹ e os defensores da sociobiologia aos seus adversários ilustrou a capacidade de resistência das CS à introdução de conceitos oriundos da biologia, e deu origem a centenas de trabalhos. No final dos anos 1990, apaziguou-se a querela na Europa ao constatar-se que os opositores tinham conseguido impedir a sua institucionalização. A controvérsia terminou com o relativo apagamento da nova disciplina (Lamy 2014). Para muitos, estava salvo o preceito de Durkheim. Mas a perspectiva evolutiva sobre os fenómenos sociais foi abrindo entretanto a via a uma teoria evolutiva não só da socialidade humana, mas da própria cultura, que parecia ao abrigo da subversão anti-durkheimiana. Basta recordar, em complemento dos estudos acima citados algumas obras importantes, sem preocupação de exaustividade (Dawkins 1976; Mesoudi A., Whiten et al. 2006; Lewens 2015; Creanza N., Kolodny O. et al. 2017; Lewens and Buskel 2023).

Neste texto, descrevi com algum detalhe a expansão dos conceitos específicos das CS para o domínio das ciências biológicas. Longe de ser um fenómeno passivo, a adopção pelas biologias do conceito de socialidade foi activamente, e por vezes entusiasticamente, solicitado pelos próprios biólogos. E, como vimos, com resultados notáveis, que incluem a identificação das formas mais elementares da socialidade e nos incitam a determinar as modalidades dessas mesmas formas nas sociedades humanas. Entretanto, novos movimentos, porventura menos mecanicistas ou deterministas que a sociobiologia, têm vindo a progredir.

Foi indiscutivelmente a biologia que permitiu identificar e descrever as estruturas elementares da socialidade: cooperação, competição, regulação. Ao demonstrar que as relações entre elementos dos sistemas vivos são essencialmente sociais, a biologia obtém um resultado duplamente valioso. Primeiro, para uso próprio, como era seu objectivo, consegue dar conta de regularidades no comportamento colectivo dos “indivíduos” que interagem às diferentes escalas, que uma abordagem puramente

21.. As teses biológicas de Wilson foram prejudicadas pela sua defesa de teses racistas não só moralmente inaceitáveis, mas sobretudo por serem desprovidas de fundamento científico. Mas a obra de Wilson não pode ser reduzida a esse disparate.

mecânica não autorizava. Tal é a massa de trabalhos que ultrapassaram a utilização metafórica de “social” para levar a sério o seu potencial explicativo, que se pode dizer que a biologia começou a trabalhar nas sociologias das relações entre células e no interior delas, e dos vírus. E em segundo lugar, para uso das CS, exigiu a atenção para o significado da existência de estruturas profundas, comuns a todos os seres vivos e à espécie HS em particular, e às consequências que convirá tirar da “permanência da biologia” no fundamento das sociedades humanas, inclusive nas sociedades contemporâneas.

Chegados a este ponto, resta esperar que o trabalho que apresentei aqui – centrado na pertinência das ciências sociais para a biologia, possa ser complementado pelo movimento simétrico: da importância da biologia para as ciências sociais. Finalmente, ultrapassar a fronteira erguida por Durkheim.

Não foi possível mais do que iniciá-lo neste âmbito: a literatura paleo-antropológica e evolucionista à qual recorri fornece, segundo creio, pistas fecundas que incumbirá às CS explorar. Mas deixo-o incompleto, ao percorrer apenas metade do circuito, o espaço de inter-fecundação das ciências cujos caminhos foram, durante mais de um século, afastados e até antagónicos, mas possuem agora novas bases para os futuros desenvolvimentos teóricos.

Referências

- AXELROD, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York, Basic Books.
- BERNADOU, and e. al. (2021). “Major Evolutionary Transitions in Social Insects, the Importance of Worker Sterility and Life History Trade-Offs. PERSPECTIVE article.” *Front. Ecol. Evol.*, 9(26 oct.2021).
- BOESCH, C. and e. al. (2020). “Chimpanzee Ethnography Reveals Unexpected Cultural Diversity.” *Nature Human Behaviour*.
- BUSS, D. M. (2023). “The Sexual Selection of Human Mating Strategies: Mate Preferences and Competition Tactics.”
- CALL, J. (2001). “Chimpanzee social cognition TRENDS in Cognitive Sciences 5(9).
- CALL, J., B. Hare, et al. (2004). “‘Unwilling’ versus ‘unable’: chimpanzees understanding of human intentional action.” *Developmental Science* 7(4): 488–498.
- COLE, S. W. (2009). “Social regulation of human gene expression.” *Current directions in psychological science*, 18(3): 132–137.

- CORDONI, G. and E. Palagi (2019). "Back to the Future: A Glance Over Wolf Social Behavior to Understand Dog-Human Relationship." *Animals* 9(11): 991.
- DE MONTE, S. (2023). *Physical Properties of Single Cells and Social Behaviour in Dictyostelium Discoideum* Journée François Jacob: La vie sociale des microbes. Paris Collège de France.
- DEHAAN, R. L. (2010). "How We Live and Why We Die: The Secret Lives of Cells. W. W. Norton." *BioScience*, 60(1).
- DÍAZ-MUÑOZ, S., R. Sanjuán, et al. (2017). "Sociovirology: Conflict, Cooperation, and Communication among Viruses." *Cell host & microbe*, 22(4): 437-441.
- DINET C, A. Michelot, et al. (2021). Linking single-cell decisions to collective behaviours in social bacteria. *P. T. R. Soc.*
- DIOGO, C. V., K. F. Yambire, et al. (2018). "Mitochondrial adventures at the organelle society." *Biochem Biophys Res Commun.* 500(1): 87-93.
- DURHAM, W. H. (1991). *Coevolution: Genes, Culture, and Human Diversity*. Stanford, Stanford University Press.
- DURKHEIM, E. (1980). *As regras do método sociológico*. Lisboa, Presença.
- DURKHEIM, E. (1996 [1912]). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- EMERY, N. and N. Clayton (2009). "Comparative social cognition." *Annu Rev Psychol.* 60: 87-113.
- GANESH S, B. Utebay, et al. (2020). "Cellular sociology regulates the hierarchical spatial patterning and organization of cells in organisms." *Open Biol.* 10.
- HALLIWELL, B., T. Uller, et al. (2017). "Live bearing promotes the evolution of sociality in reptiles." *Nature Communications* 8(2030).
- HAWKES, K. (2003). "Grandmothers and the Evolution of Human Longevity" *American Journal of Human Biology* 15: 380-400.
- HERRON, M. W. D. (2016). "Origins of multicellular complexity: Volvox and the volvocine algae." *Molecular Ecology* 25: 1213-1223.
- HUBLIN, J. (2022). "Spéciation et extinction chez les Hominines" Cours du 9 mars 2022: "Disparitions". C. d. France. Paris, Collège de France.
- KALBERG, S. (2012). "La sociologie des émotions de Max Weber." *Revue du MAUSS* 40(2012/2): 285 - 299.
- LAHIRE, B. (2023). *Les structures fondamentales des sociétés humaines*. Paris, La Découverte.
- LAMY, G. (2014). *Dépasser le débat nature-culture : le pari de la sociobiologie d'Edward Wilson*. Petite histoire d'une controverse. De la dualité entre nature et culture en sciences sociales. B. Coutu. Montreal, Éditions libres du Carré Rouge.

- LEEKES, A., S. A. West, et al. (2021). "The evolution of cheating in viruses." *Nature Communications* 12(6928).
- LÉVI-STRAUSS, C. (1958). Place de l'anthropologie dans les sciences sociales et problèmes posés par son enseignement. *Anthropologie structurale*. C. Lévi-Strauss. Paris, Plon: 377-418.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1973). Critères scientifiques dans les disciplines sociales et humaines. *Anthropologie structurale* deux: 339-364.
- MCCLAIN, A. M. and W. C. McGrew (1995). "Jane Goodall and the chimpanzees of gombe: An analysis of publications and their impact on teaching science." *Human Evolution*: 10(2): 177-183.
- MCDADE, T. W. and K. M. Harris (2022). "From society to cells and back again: new opportunities for discovery at the biosocial interface." *Discov Soc Sci Health* 2(4).
- MIGNOT, T. (2021). "Modeling Multicellular Transitions in Social Bacteria" *Croissance et Forme / Growth and Form*. Paris, Collège de France.
- MONK, T. C., U. Aslak, et al. (2023). "Rhythm of relationships in a social fish over the course of a full year in the wild." *Movement Ecology*: 11:56
- NIEHOFF, D. (2005). *The Language of Life. How Cells Communicate in Health and Disease*. Washington DC., The National Academies Press.
- NOWAK, M. (2006). "Five rules for the evolution of cooperation." *Science* 314(5805): 1560-1563.
- PAOLETTI, G. (2004). "La théorie durkheimienne du lien social à l'épreuve de l'éducation morale, *Revue européenne des sciences sociales* [En ligne], | 2004, mis en ligne le 06 novembre. URL ; DOI: ." *Revue européenne des sciences sociales* [En ligne] XLII(129).
- PAUGAM, S. (2017). "S'attacher à la société. Durkheim et la théorie des liens sociaux." *Revue internationale de philosophie* 280(2017/2): 89 à 115.
- PIAGET, J. (1970). *A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências*. Amadora, Livraria Bertrand.
- PROCHIANTZ, A. (2024). "Un singe au cerveau trop gros", Cours du 02/04/2024. I. d. France. Paris.
- ROBINSON, C. V., A. Sali, et al. (2007). "The molecular sociology of the cell." *NATURE* | 450(13).
- SANJUÁN, R. (2021). "The Social Life of Viruses." *Annual Review of Virology*. 8: 183-99.
- SANTOS, J. R. d. (2003). *De l'information aux savoirs socialement distribués. Cognitique: Vers une informatique plus cognitive et sociale*. P. Anierte and S. Gouardères. Toulouse, Cépadués-Éditions.
- SCHRADER, M., L. Godinho, et al. (2015). "The different facets of organelle interplay-an overview of organelle interactions." *Front. Cell Dev. Biol.*: 3:56.

- SCHWARTZ, S. (2015). *Collective Behavior: From Cells to Societies: Interdisciplinary Research Team Summaries*. *Collective Behavior: From Cells to Societies*, Washington, DC, The National Academies Press.
- SONIGO, P. and I. Stengers (2003). *L'évolution*. Les Ullis, EDP Sciences.
- SZATHMÁRY, E. (2015). "Toward major evolutionary transitions theory 2.0." *Proc Natl Acad Sci U S A*. 33(112): 10104-10111.
- TOMASELLO, M. (2001). "Cultural Transmission. A View From Chimpanzees and Human Infants." *Journal of Cross-Cultural Psychology* 32(2): 135-146.
- TOWNSEND, C., J. Ferraro, et al. (2023). Human cooperation and evolutionary transitions in individuality. *Phil. Trans. R. Soc.*
- WEST, S. A., S. Díaz-Muñoz, et al. (2017). "Sociovirology: Conflict, Cooperation, and Communication among Viruses." *Cell host & microbe* 22(4): 437-441.
- WEST, S. A., A. S. Griffin, et al. (2007). "Evolutionary Explanations for Cooperation. Review" *Current Biology* 17: R661-R672.
- WILSON, E. O. (1989). "The Biological Basis of Culture." *Revue internationale de sociologie* 3.
- WOODRUFF, G. and D. Premack (1979). "Intentional communication in the chimpanzee: The development of deception." *Cognition* 7(4): 333-362.

A EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA BASEADA EM MECANISMOS: UM ESQUEMA DE INTELIGIBILIDADE POLIVALENTE

Maria da Saudade Baltazar*

Marcos Olímpio dos Santos**

Ana Balão***

Introdução

Ao longo do seu percurso profissional, os autores têm-se deparado nas pesquisas realizadas com a questão de limitações na explicação dos fenómenos sob análise, como por exemplo: i) em casos da resposta a problemas sociais, ii) em casos de iniciativas para promoção do desenvolvimento local, ou ainda, iii) na realização de estudos sobre temas prospetivos.

Nesse percurso têm-se, portanto, perfilado interrogações no que concerne à explicação para diversas situações, associadas aos processos e aos resultados decorrentes do comportamento dos vários conjuntos de intervenientes, relacionados com os contextos onde ocorrem.

Paralelamente, também se têm colocado amiúde no dia a dia, reptos inerentes à explicação para comportamentos observáveis em outros contextos temáticos e geográficos.

Esses questionamentos estão na base de uma pesquisa que se caracteriza pelas seguintes particularidades:

- Tema: Explicação sociológica;
- Objeto: Explicação sociológica baseada em mecanismos;

* Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: baltazar@uevora.pt

** Professor Aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: mosantos@uevora.pt

*** Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & CARE - Centro de Investigação em Saúde e Ciências Sociais & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: abalao@uevora.pt

- Problema: Qual a validade da explicação sociológica baseada em mecanismos para apoio ao trabalho em vários contextos de análise e/ou de intervenção?
- Objetivo geral: Explorar as perspetivas da explicação sociológica baseada em mecanismos, no apoio ao trabalho em contextos de análise e/ou de intervenção;
- Objetivos específicos:
 - Fundamentar, com base na sociologia analítica, a sustentação teórica da explicação sociológica baseada em mecanismos;
 - Expor, a título exemplificativo e problematizante, fenómenos que se adequam à explicação sociológica por mecanismos;
 - Caracterizar sucintamente os fundamentos da explicação sociológica baseada em mecanismos (enquanto estratégia utilizada pela sociologia analítica);
 - Apresentar uma proposta de *framework* (estrutura de apoio em torno da qual se pode construir algo), que possibilite explorar / adaptar no futuro a situações / casos concretos que constitua um esquema de inteligibilidade polivalente para apoio ao trabalho em vários contextos temáticos.

Os resultados do trabalho realizado, são apresentados através dos pontos correspondentes aos objetivos específicos, antecidos pela explicação da metodologia adotada para concretização da pesquisa.

Classificação da pesquisa, procedimentos metodológicos aplicados e técnicas utilizadas

De acordo com o conteúdo dos vários elementos estruturais que integram a presente pesquisa, designadamente o objetivo geral e objetivos específicos, constata-se que, segundo Lakatos e Marconi (2003) e Santos e Nascimento (2021), esta se caracteriza por ser:

- Básica estratégica (quanto à finalidade), pois contempla a possibilidade de produzir conhecimentos aplicáveis em futuros estudos práticos;

- Qualitativa (quanto à abordagem), porque é baseada na recolha de textos que são interpretados mediante aplicação da análise de conteúdo.
- Exploratória (quando aos objetivos), uma vez que proporciona aos pesquisadores a oportunidade de obterem uma compreensão mais aprofundada do universo relacionado com o objeto de estudo, propiciando informações relevantes e orientando a formulação de futuras perspectivas de pesquisa.
- Documental e bibliográfica (quanto aos procedimentos), documental na medida em que incluiu o recurso a textos originais não interpretados e que, por conseguinte, ainda não tinham recebido tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias; bibliográfica porque envolveu conhecimentos disponibilizados pelos diferentes autores que se debruçaram sobre o tema, os quais analisaram, interpretaram e comentaram as fontes primárias, (o que remete para as fontes secundárias).

Em consequência do exposto, refira-se que foi efetuada uma pesquisa fundamentalmente secundária (*Desk Research*), procedimento através do qual se procuram e reúnem informações de documentos já existentes para adquirir conhecimento sobre um determinado tópico, visando alcançar os objetivos estabelecidos (Marques, 2014; Reyes, 2021).

Conforme ficou patente anteriormente, são aqui seguidas as seguintes etapas que é usual serem adotadas neste tipo de pesquisa:

- Especificação dos elementos estruturantes da pesquisa (começando na delimitação do tema a ser investigado), e explicitação dos objetivos a alcançar;
- Seleção das fontes às quais se recorre para triagem das informações consideradas essenciais;
- Recolha sistemática das informações referidas, de forma a ser obtido o máximo possível de documentação pertinente (*corpus*), requerida para a realização da pesquisa, informação que será organizada de forma sistemática e ajustada aos objetivos do estudo;
- Comprovação da conveniência de todas as informações recolhidas, confirmação de que correspondem ao tema sob pesquisa e, que permitem atingir os objetivos estabelecidos, o que requer o

tratamento e análise do *corpus* recolhido, através especificamente de uma análise de conteúdo concretizada ao longo das seguintes fases: i) pré-exploração do material; ii) exploração do material e, iii) tratamento e interpretação da informação sistematizada.

Foram assim selecionados e analisados, os textos considerados como pertinentes (tendo em atenção as palavras-chave), que após terem sido submetidos a uma leitura liminar do respetivo conteúdo, se constatou contribuírem com informação relevante que, adequadamente analisada e tratada, possibilitou o cumprimento dos objetivos traçados.

A Sociologia Analítica

Este ponto tem como finalidade apresentar resumidamente o suporte teórico que possibilitará entender a fundamentação dos tópicos que constam nos pontos seguintes, no que se refere à respetiva contribuição parcelar para a edificação de um esquema de inteligibilidade polivalente no apoio ao trabalho em vários contextos de análise.

É assim oportuno salientar inicialmente, que a explicação sociológica baseada em mecanismos se encontra enquadrada pela estratégia teórica vocacionada para compreender o mundo social, designada por sociologia analítica (Hedström & Bearman, 2009), que mais especificamente consiste numa abordagem que intenta explicar os fenómenos sociais através de mecanismos causais precisos e rigorosos. Essa abordagem enfatiza a importância de decompor fenómenos complexos em componentes mais simples e compreensíveis, com o objetivo de identificar as relações de causa e efeito que os geram.

O objetivo da sociologia analítica consiste assim, em clarificar os princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos básicos, essenciais para o desenvolvimento de uma descrição e explicação sólidas (Demeulenaere, 2011).

De entre os aspetos e características mais relevantes que espelham a sociologia analítica, sobressaem os seguintes:

1. Foco nos Mecanismos Causais, em vez de apenas descrever fenómenos sociais, a sociologia analítica procura entender os mecanismos subjacentes que os produzem, o que envolve a identificação de processos específicos que ligam causas a efeitos.

2. Modelagem Formal, frequentemente, a sociologia analítica utiliza modelos formais, como teorias baseadas na matemática ou simulações computacionais, para representar e testar hipóteses sobre os mecanismos sociais.
3. Explicações Baseadas em Atores, sendo aqui a ênfase colocada no comportamento individual dos atores sociais (indivíduos, grupos, organizações) e, sobre como suas interações produzem fenômenos sociais macro.
4. Integração de Métodos Quantitativos e Qualitativos, porque embora haja uma forte tendência para o uso de métodos quantitativos e formais, a sociologia analítica também reconhece o valor de dados qualitativos na construção e validação de teorias.
5. Interdisciplinaridade, abordagem que frequentemente se cruza com outras disciplinas científicas, como a economia, a ciência política e a psicologia, especialmente aquelas que utilizam métodos rigorosos para modelar comportamento e interações.
6. Orientação para a Explicação, uma vez que visa não apenas descrever fenômenos, mas também proporcionar explicações detalhadas sobre o porquê e, o como, alguns resultados sociais ocorrem.

Para um conhecimento mais alargado desta temática, é também curial referir que a sociologia analítica tem as suas raízes em tradições teóricas que valorizam a precisão e a clareza nas explicações, tais como a teoria da escolha racional e a análise de redes sociais. Um dos exemplos clássicos dos trabalhos mais citados nessa área é a “Sociologia Analítica” de Peter Hedström (2005), autor que defende a importância de mecanismos e processos claros para a compreensão dos fenômenos sociais.

Jon Elster (2015) é outros dos principais proponentes desta metodologia, ao enfatizar a importância de explicações causais detalhadas e que procura entender como os fenômenos sociais ocorrem através da identificação de processos e mecanismos (causais e intencionais) subjacentes. No seu trabalho enfatiza a importância das ações individuais nas explicações sociais, destacando o papel da consciência na compreensão sociológica e deste modo preenche uma lacuna crítica nas metodologias das ciências sociais, e da sociologia em particular. As contribuições de Elster não só enriquecem o conjunto de ferramentas metodológicas como também oferecem uma estrutura sofisticada para a compreensão e explicação dos

fenómenos sociais, promovendo assim as capacidades de investigação (Venturelli, 2020).

Essa é uma abordagem que se destaca pelo esforço de combinar a profundidade teórica com a precisão metodológica, disponibilizando assim explicações robustas e testáveis para fenómenos sociais complexos, e que ocupa posição de relevo na sociologia contemporânea. Nesta perspetiva as explicações impactam o individualismo metodológico e o raciocínio explicativo, e onde os conceitos explicam resultados em contexto.

A abordagem por mecanismos sociais difere das tradicionais pelo foco da explicação causal de fenómenos complexos, por operar a múltiplos níveis e por integrar conceptualizações e análises da temporalidade, reconhecendo a importância do tempo na formação dos fenómenos e interações sociais.

Esta é a matéria sobre a qual incidirá o próximo ponto, onde se questiona o alcance e as limitações da explicação sociológica baseada em mecanismos aplicada a alguns fenómenos sociais.

Exemplos de aplicação da sociologia analítica, e mais concretamente da abordagem por mecanismos

São referidas neste ponto, a título exploratório, vários fenómenos que na ótica dos autores colocam reptos à explicação por mecanismos, constando na sequência desse contributo, uma resenha de exemplos de aplicação da sociologia analítica, e mais concretamente da abordagem por mecanismos.

A inserção desta matéria numa posição que antecede tópicos que numa sequência lógica faria sentido constarem antes, para fins de enquadramento teórico, tem subjacente a intencionalidade de suscitar indagações que serão (ou não) respondidas mais à frente.

Os critérios para sinalizar esses fenómenos assentam mais nas escolhas dos autores deste artigo, tendo em atenção temáticas atuais e o potencial de temas para futuras reflexões e pesquisas.

Alguns desses fenómenos (que constam exemplos na tabela seguinte), envolvem situações associadas a mudanças entre dois momentos, enquanto outros envolvem situações em que não se verifica alterações ao longo do tempo (pelo menos sensíveis), sendo assim colocado o questionamento sobre a explicação de tal circunstância.

Tabela 1. Exemplo de fenômenos que colocam reptos à explicação por mecanismos

A expressão do capital social como condicionante do desenvolvimento local	Como se constitui, desenvolve e consolida? ou porque não emerge e se mantém suspenso?
Redes sociais online configuram um novo quadro de relações mediadas pelo elemento tecnológico	Como se amplifica o poder dos atores num quadro de relações mediadas pela tecnologia?
As diferentes posições perante processos de orçamentos participativos	Porque se perfilam posicionamentos de adesão e indiferença perante o apelo ao envolvimento em processos de orçamentos participativos?
A persistência, agravamento ou atenuação de desequilíbrios territoriais	Como se explica a existência de diferentes dinâmicas no que se prende com diferenças ou aproximações entre territórios mais e menos desenvolvidos?
Hábitos alimentares saudáveis e prejudiciais	Que fatores contextuais, grupais e individuais explicam conjuntamente diferentes rotinas alimentares?
Estilos de vida imprudentes	Que fatores contextuais, grupais e individuais explicam conjuntamente estilos de vida diferentes e mesmo opostos?
O corpo como tela – tatuagens	A que se deve a expansão significativa de um fenómeno que abrange homens e mulheres, distintas gerações, várias idades, e estratos sociais diferenciados?

Fonte: elaboração própria

Conforme referido antes, será apresentada de seguida, na sequência desta proposta, uma resenha de exemplos de aplicação da sociologia analítica, e mais concretamente da abordagem por mecanismos, que de acordo com alguns autores, explica factos sociais importantes, tais como estruturas de rede, padrões de segregação residencial, crenças típicas, gostos culturais, formas comuns de agir, evolução da política social (Hedström & Bearman, 2011; Nullmeier & Kuhlmann, 2022).

Porém como os autores deste artigo se interessam pela inclusão social, pelo desenvolvimento em geral e, pelo desenvolvimento local em particular, selecionaram três casos neste universo, sendo referidos o respetivo âmbito temático e as especificidades pertinentes.

1. **Avaliação de Programas de Desenvolvimento Comunitário**
Neste caso, cujo objetivo consiste em delinear e avaliar o impacto de programas de desenvolvimento comunitário, como por exemplo a construção de infraestruturas ou a implementação de programas de saúde pública, é aplicada a utilização de modelos baseados no parecer dos agentes envolvidos, para que os mecanismos acionados possibilitem pressupor os resultados a longo prazo.
2. **Estudo da Mobilidade Social**
Aqui, o objetivo visa conhecer como diferentes políticas educacionais influenciam a mobilidade social em diferentes países, sendo para o efeito identificados quais são os mecanismos que permitem a ascensão social de indivíduos de classes menos favorecidas.
3. **Análise do Impacto de programas de Microfinanças**
Pretendeu-se conhecer como programas de microfinanças influenciam o desenvolvimento económico em comunidades rurais, o que requereu a identificação dos mecanismos pelos quais o acesso ao crédito influencia o empreendedorismo e o bem-estar económico.

Como se pode constatar, a aplicação da explicação sociológica por mecanismos a iniciativas de desenvolvimento, concorre para uma compreensão mais profunda e detalhada dos processos complexos envolvidos, proporcionando bases mais sólidas para a formulação de políticas e intervenções eficazes.

Abordagem sociológica baseada em mecanismos sociais (alcance e limites)

Esta é a questão fundamental que justifica a elaboração do presente texto. O que se pretende é esclarecer o que significa a abordagem baseada em mecanismos sociais. Neste ponto serão assim referidos o significado, a aplicação, o alcance e limitações desta modalidade de abordagem, assim como deixar pistas para exploração futura.

Para se entender o significado de abordagem sociológica baseada em mecanismos sociais, relembra-se que o entendimento central da sociologia analítica é, o de que a teoria sociológica ao formular as explicações a que se propuser, recorre à identificação de mecanismos causais suscetíveis de esclarecer como os fenômenos sociais são provocados (Hedström & Ylikoski, 2010) e, portanto, esses mecanismos causais especificamente sociais, são designados por mecanismos sociais.

É esse também o entendimento de Demeulenaere (2011) para quem, sempre que procuramos explicar “porque” algo acontece, para além da mera descrição desse algo, surge como imprescindível introduzir algum tipo de ligação causal entre elementos intervenientes, o que, para aquele autor, levanta por sua vez a questão do conceito de mecanismo, pelo que a sociologia analítica é assim compelida para o estudo dos mecanismos e do seu funcionamento, considerando como mecanismo o “conjunto de elementos e respectivas ligações causais que conduzem regularmente de um estado social inicial a um estado subsequente” (Idem, 2011, 12).

Esta modalidade de abordagem tem vindo a ser aplicada em muitas pesquisas científicas. De entre os exemplos recolhidos refira-se o contributo de Nullmeier e Kuhlmann (2022) para quem, trabalhar com mecanismos causais pode ser uma vantagem no caso mais específico da investigação macroquantitativa comparativa, por exemplo no âmbito de política social, bem como no trabalho centrado em estudos de caso por países ou programas de política social. Mas não só nestas circunstâncias, o trabalho com mecanismos causais pode funcionar quer como um complemento, quer como uma expansão, assim como pode acrescentar profundidade à pesquisa, ou mesmo possibilitar retificações às abordagens aplicadas em pesquisas existentes. Por seu turno, para Elster (2015) as explicações sociológicas focadas nos mecanismos oferecem clareza (toda a explicação é causal, onde um fenómeno anterior (*explanans*) causa um mais tarde (*explanandum*), poder preditivo, *insights* interdisciplinares, foco na agência, uma maneira de abordar a complexidade e implicações normativas, tornando-as uma abordagem valiosa na investigação em ciências sociais.

Mas também são apontadas insuficiências à abordagem por mecanismos sociais, de que se pode mencionar, como exemplo, a reduzida atenção à tarefa de identificar o contexto e os pormenores, pois sendo esta é uma abordagem abstrativa através da qual são decompostas coisas complexas em coisas mais simples e abstratas, é frequente surgir uma sensação

de impaciência metodológica expressa nesta estratégia (Little, 2012), o que poderá ocasionar a omissão de pormenores explicativos relevantes. A esta sobre ênfase nos mecanismos, pode-se ainda acrescentar os desafios na captura da complexidade, variabilidade no comportamento humano, negligência de aspetos normativos, dificuldades na validação empírica e potencial de simplificação exagerada (Idem, 2015).

Daí poderá resultar a falta de atenção aos pormenores inerentes ao contexto e à vida interior do ator, fatores que muitas vezes se revelam extremamente importantes. Pelo que precisamos de compreender as instituições históricas e as mentalidades históricas com algum pormenor se quisermos ser capazes de explicar, como refere Little (2012), fenómenos como o aparecimento do fascismo ou, a ocorrência de inquietudes com casos de bruxaria.

Estas observações reforçam segundo este autor (2012), a premência do aprimoramento da reflexão crítica sobre a investigação social, questionando, em conformidade, a ideia de que existe um único quadro ideal para conduzir a investigação social (monismo metodológico), o qual, nesta circunstância, consiste genericamente em desagregar as estruturas sociais em padrões compreensíveis de comportamento social e individual. Ou seja, é de atender que, se esta é uma abordagem esclarecedora da explicação social, também existem outras que devem ser consideradas para a completar ou complementar.

As interrogações que advierem dessa reflexão podem ocorrer ao longo de vários momentos de análise e ponderação no que se refere às ambiguidades, descobertas, dúvidas emergentes, algumas das quais resultantes da aplicação da ferramenta fundamental designada por diagrama Coleman-Lindenberg (Coleman, 1990), tópico a abordar no próximo ponto.

Considerandos sobre um *framework* versátil para apoio ao trabalho em vários contextos de análise

Com base no diagrama Coleman-Lindenberg (Coleman, 1990) que consiste numa verdadeira ferramenta para refletir sobre um dos desafios centrais da teoria sociológica, considera-se de interesse explorar neste ponto as potencialidades de um modelo que apresente características de flexibilidade, constituindo assim uma matriz que no futuro seja adaptável para

apoio ao trabalho em vários contextos de análise, incluindo por exemplo os temas que foram referidos anteriormente, orientação que foi já propugnada por Ylikoski (2016), após ter analisado a forma como Coleman vinha utilizando o diagrama e como essas utilizações podiam ser alargadas a novos casos.

Esta ferramenta inicialmente proposta de McClelland (1961), foi recuperada por James Coleman (1986), que a partir daí a utilizou extensivamente, no que foi acompanhado por Siegwart Lindenberg (Lindenbergh, Coleman & Nowak, 1986).

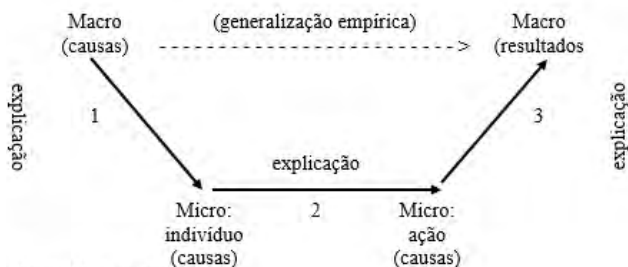


Figura 1. Diagrama Coleman-Lindenbergh

Fonte: Pires, 2014, 38

Radica na necessidade dos sociólogos quererem compreender como as realidades de grande escala (o nível macro) influenciam as ocorrências de menor escala (o nível micro) e, como o macro é composto (ou recomposto), por eventos e atividades de microescala.

O diagrama proporciona uma forma sistemática de refletir sobre estas relações micro-macro, uma vez que alguns sociólogos estão cada vez mais a abordar a ligação micro-macro como um desafio teórico substancial na sua investigação empírica, e não como um objeto de competição entre abordagens sociológicas ou como uma preocupação filosófica abstrata (Ylikoski, 2016).

Para aquele autor, esta ocorrência converte inclusivamente a compreensão adequada do diagrama, numa questão pertinente da filosofia das ciências sociais, daí a sua relevância.

Como muitos outros argumentos e proposições que têm emergido no panorama científico, o diagrama já foi: i) quer posto em causa, ii) quer

reformulado, adaptado, alterado ou reinterpretado de muitas maneiras por autores que se seguiram (Ylikoski, 2016).

A utilização do diagrama Coleman-Lindenberg, possibilita que os sociólogos e outros cientistas sociais possam então melhor entender e explicar como as ações individuais se traduzem em fenómenos sociais coletivos e vice-versa. A respetiva importância é tríplice, na medida em que: i) destaca a interdependência entre ação individual e estrutura social, ii) facilita a compreensão de como processos sociais complexos podem ser decompostos em componentes analisáveis e, iii) ajuda a explicar a dinâmica de mudança social e a estabilidade das instituições (Castro, 2023).

Embora tradicionalmente interpretado num quadro quantitativo, o Diagrama de Coleman-Lindenberg também pode formalizar métodos qualitativos e facilitar a integração de diferentes tipos de dados na investigação sociológica, transcendendo fronteiras disciplinares e conduzindo a descobertas que potenciam a investigação sociológica (Abell & Engel 2018). Ilustrando interações de sistemas complexos, este pode ser aplicado à explicação sociológica por mecanismos através de modelos multiníveis, ligando estruturas sociais e ações individuais para explicações causais de fenómenos sociais.

Face ao exposto, considera-se que o referido diagrama constitui uma ferramenta que poderá ser adaptada ao trabalho em vários contextos de análise, configurando um *framework* versátil com potencial heurístico que possibilite complementar, expandir, ou acrescentar profundidade nas pesquisas a realizar, ou também possibilitar retificações às abordagens aplicadas em pesquisas concluídas e disponíveis.

Conclusões

Conclui-se que a explicação sociológica baseada em mecanismos, no apoio ao trabalho em contextos de análise e intervenção, apresenta no trabalho que os autores se propõem desenvolver, perspectivas promissoras para aplicação em pesquisas de natureza aplicada, básica estratégica, ou mesmo fundamental, seja no âmbito da intervenção no social, seja no âmbito do desenvolvimento local, ou ainda em outros domínios temáticos.

Temas como: i) o capital social como condicionante do desenvolvimento local, ii) diferentes posições perante orçamentos participativos locais ou,

iii) panorâmica de desequilíbrios territoriais, colocam desafios motivantes para aplicação da explicação sociológica baseada em mecanismos.

Recorde-se que o recurso à explicação sociológica baseada em mecanismos, aplicável aos domínios temáticos referidos, encontra a respetiva fundamentação na estratégia teórica denominada de sociologia analítica, a qual constitui uma abordagem que visa explicar os fenómenos sociais através de mecanismos causais precisos e rigorosos, relevando a importância de decompor fenómenos complexos em componentes mais simples e compreensíveis, com o objetivo de identificar as relações de causa e efeito que os geram.

Esta modalidade de explicação sociológica baseada em mecanismos, tem vindo a ser aplicada significativamente nos últimos 25 anos em variadas pesquisas, que têm incidido sobre formas comuns de agir, gostos culturais, crenças típicas, estruturas de rede ou padrões de segregação residencial.

O alcance da explicação sociológica baseada em mecanismos revela-se imprescindível quando se pretende introduzir algum tipo de ligação causal entre elementos intervenientes, o que acrescenta a questão do conceito de mecanismo, enquanto conjunto de elementos e respetivas ligações causais que conduzem regularmente de um estado social inicial a um estado subsequente.

No entanto essa abordagem enferma também de algumas insuficiências relacionadas com o procedimento de se desagregar as estruturas sociais em padrões compreensíveis de comportamento social e individual, pelo que deve ser questionada a ideia de que existe um único quadro ideal para conduzir a investigação social, e atender a que também existem outros que devem ser considerados para completar ou complementar opções metodológicas.

Finalmente conclui-se pela valia da utilização do diagrama Coleman-Lindenbergh na explicação sociológica baseada em mecanismos, através de procedimentos metodológicos tanto qualitativos como quantitativos, pois possibilita que investigadores sociais possam ter um entendimento mais alargado e, explicar mais adequadamente como as ações individuais se traduzem em fenómenos sociais coletivos e vice-versa, assim como explicar a dinâmica de mudança social e a estabilidade das instituições.

A aplicação deste diagrama a vários temas que os autores deste artigo referiram que vão abordar, constitui um desafio mobilizador para testagem de novas oportunidades de aprofundamentos de conhecimentos científicos

e práticas metodológicas, especialmente num mundo em mudança e no qual os fenómenos são marcados pela elevada complexidade e amplificação.

Considerando o presente texto, como um contributo exploratório sobre a temática, sinalizam-se desde já algumas recomendações para futuras investigações, abrangendo aspetos teóricos, metodológicos e práticos. Deste modo, as diretrizes a considerar na exploração futura da explicação sociológica baseada em mecanismos, são: aprofundamento teórico, inovação metodológica, contextualização empírica, colaboração institucional e ainda disseminação e impacto das diversas perspetivas e metodologias aplicáveis em múltiplos contextos. Essas recomendações visam não apenas fortalecer a base teórica e metodológica da sociologia por mecanismos, mas também assegurar sua relevância prática em diversos contextos sociais, promovendo uma compreensão mais profunda e uma intervenção mais eficaz nos fenómenos sociais complexos.

Referências bibliográficas

- ABELL, P. & ENGEL O. (2018). The Coleman Diagram, Small N Inquiry and Ethnographic Causality. *Sociologica*. V.12 N.2, 115-125. <https://doi.org/10.6092/issn.1971-8853/8626>
- CASTRO, A. (2023). *Diagrama Coleman-Lindenberg*. [em linha] disponível em <https://www.studocu.com/pt/messages/question/4576128/descreva-e-explique-o-diagrama-coleman-lindenberg> [consultado em 01/07/2014].
- COLEMAN, J. (1986). "Social Theory, Social Research, and a Theory of Action". *American Journal of Sociology* 91: 1309-1335.
- COLEMAN, J. (1990). *Foundations of Social Theory*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- DEMEULENAERE, P. (edit.) (2011). *Analytical sociology and social mechanisms*. Cambridge University Press.
- ELSTER J. (2015). Action. In: *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107763111>
- HEDSTRÖM, Peter (2005). *Dissecting the social: on the principles of analytical Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEDSTRÖM, P. & BEARMAN, P. (2009). "What is analytical sociology all about?: An introductory essay". In Hedström, P. & Bearman, P. *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*, pp.3-24. Publisher: Oxford University Press. DOI:10.1093/oxfordhb/9780199215362.013.1

- HEDSTRÖM, P. & P. YLIKOSKI (2010) 'Causal Mechanisms in the Social Sciences'. *Annual Review of Sociology*, 36: 49-67.
- HEDSTRÖM, P. & YLIKOSKI, P. (2013). "Analytical sociology and social mechanisms". *Encyclopedia of Philosophy and the Social Sciences*. Ed. Byron Kaldis. pp. 27-30. DOI: <https://doi.org/10.4135/9781452276052.n12>
- LAKATOS, E. & MARCONI, M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- LINDENBERG, S., COLEMAN, J. and NOWAK, S. (eds.) (1986), *Approaches to Social Theory*, New York: Russell Sage.
- LITTLE, D. (2012). "Analytical Sociology and The Rest of Sociology. (Symposium / On Analytical Sociology: Critique, Advocacy, and Prospects)". *Sociologica*, 1. Società editrice il Mulino
- MARQUES, M. (2014). *Análise Comparativa da Metodologia dos Estudos de Tendências*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica do Porto.
- MCLENNAN, D. (1961). *The Achieving Society*. Princeton: Van Nostrand Co.
- NULLMEIER, F. & KUHLMANN, J. (2022). *Causal Mechanisms in the Global Development of Social Policies*. Palgrave Macmillan
- NULLMEIER, F., KUHLMANN, J. (2022). "Introduction: A Mechanism-Based Approach to Social Policy Research". In: Kuhlmann, J., Nullmeier, F. (eds) *Causal Mechanisms in the Global Development of Social Policies. Global Dynamics of Social Policy*. Palgrave Macmillan. [em linha] disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-030-91088-4_1 [consultado em 08/07/2024].
- PIRES, R. (2014). Modelo teórico de análise sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 74, pp. 31-50. DOI:10.7458/SPP2012743199
- PIRES, R. (2015). Modos de explicação. *Sociologia, Problemas e Práticas* 78. <http://journals.openedition.org/>
- REYES, F. (2021, mayo 31). *Métodos de investigación: Desk Research*. Bitácora Francisca Reyes. [em linha] disponível em <https://franreyesvera.wordpress.com/2021/05/31/metodos-de-investigacion-desk-research/> [consultado em 10/07/2024].
- SANTOS, M. & NASCIMENTO, G. (2021). *Metodologia científica: a pesquisa como compreensão da realidade*. Universidade Federal do Tocantins. Programa de Mestrado em Ciências da Saúde.
- VENTURELLI, A. (2020). "Abrindo Caixas-Pretas: Contribuições Metodológicas de Jon Elster às Ciências Sociais". *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 25, n.2, p. 393-411, mai-ago.
- YLIKOSKI, P. (2016). *Thinking with the Coleman Boat*. Institute for Analytical Sociology. University of Helsinki.

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA EM ÉVORA. UM CONVITE RENOVADO

Maria da Graça David de Morais*
Rosalina Pisco Costa**

“...apesar de seu grave título, o sociólogo é o homem que tem de ouvir mexericos, menos a contra-gosto, o homem que sente tentação de olhar através de buracos de fechadura, ler correspondência alheia, abrir armários fechados.”

Peter Berger (1963), *Perspectivas Sociológicas*.

Évora, 1964. Um convite à Sociologia

De 1964 a 2024, uma sociologia especialmente dedicada a estudar a família tem feito parte dos planos curriculares da Licenciatura em Sociologia oferecida em Évora. No plano inaugural do curso criado em Évora em 1964¹ constava uma “Sociologia Familiar” (Silva, 2013, p. XV), e da estrutura curricular do actual ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Sociologia, em vigor na Universidade de Évora à data que escrevemos este texto², faz parte como disciplina obrigatória no segundo ano a unidade curricular “Sociologia da Família”. Separadas por um hiato temporal de sessenta anos, a que não é indiferente, no contexto português, um conjunto importante de mudanças sociais e políticas, as quais, aliás, a

1. Cf. *Possibilidades Educativas em Portugal (Organização Escolar Portuguesa)*, publicado em 1966 pelo Ministério da Educação Nacional através da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, p. 146.

2. Aviso n.º 13714/2019, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 168 de 3 de Setembro.

* Professora Aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS). E-mail: mgraca@uevora.pt

** Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). E-mail: rosalina@uevora.pt

alimentam e desafiam, a relevância e especificidade de uma disciplina científica dedicada a estudar a família e as famílias em perspectiva sociológica constitui o mote para a escrita deste texto³.

De lá para cá, a percorrer o longo caminho que vai de 1964 a 2024, tomamos de empréstimo a expressão de Peter Berger para renovar o convite à adopção de uma perspectiva sociológica sobre a família. Às vésperas da criação do primeiro curso de Sociologia em Portugal, Peter Berger lançava um convite ao “mundo intelectual” que considerava “profundamente interessante e importante” (Berger, 1963, p. vii)⁴. A obra, publicada originalmente em 1963, constituía um convite explícito à Sociologia como ciência⁵ e nas páginas que se seguem ao prefácio, o autor procura manter-se fiel à tradição que remonta aos clássicos, apresentando-a não como uma acção, mas sim uma “tentativa de compreensão” (*Idem*, p. 4). Berger rejeita diversas imagens populares do sociólogo, contrapondo-as a

[...] uma pessoa intensa, interminável, desavergonhadamente interessada nos atos dos homens. [...] E porque ele se interessa pelos homens, nada do que os homens fazem pode ser completamente entediante. Ele interessar-se-á

3. Maria da Graça David de Morais integrou o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora em 1977 e aposentou-se em 2007. Leccionou diversas disciplinas na área da “Demografia” e, de forma pontual, “Sociologia Geral” e “Elementos de Sociologia”. Em Março de 2000, contratada como Assistente Estagiária, Rosalina Pisco Costa iniciou a actividade docente na Universidade de Évora, entre outras, com a leccionação da disciplina “Sociologia da Família” e a co-docência com Maria da Graça David de Morais da disciplina “Demografia II”. A escrita conjunta deste texto resulta de uma vontade antiga, por vicissitudes várias até agora adiada, de fazer reverter para a forma de texto científico o resultado, embora exploratório e necessariamente incompleto, da profícua colaboração intelectual e persistente influência académica que deixou nas autoras. Em particular, e como procuraremos argumentar adiante, tal colaboração seria determinante para consolidar a convicção de que “a família”, enquanto objecto de estudo, não pertence exclusivamente à Sociologia, à História ou à Demografia, podendo ser interrogada, de modo mutuamente não exclusivo, mas cumulativo, a partir de várias lentes disciplinares, e inclusivamente não científicas. Justamente na primeira lição conhecida de Sociologia da Família, Durkheim afirmava que a lei, os costumes que nos são dados a conhecer através da etnografia e da história e, finalmente, a demografia da família, constituíam a “tríplice fonte” (Durkheim, 1888, p. 271) de onde os sociólogos da família haveriam de retirar o material para as suas inferências. Julgamos que uma escrita a quatro mãos entre uma demógrafa com ligação à Demografia Histórica e à Sociologia (Morais, 2002) e uma socióloga com ligação à Sociologia da Fecundidade e à Demografia (Costa, 2003) não poderia ser mais reveladora a este respeito.

4. As citações de obras em língua estrangeira foram traduzidas pelas Autoras.

5. Título original da obra, em língua inglesa, *Invitation to Sociology*, publicada pela Anchor Books, New York, 1963.

naturalmente pelos acontecimentos que envolvem as crenças últimas dos homens, os seus momentos de tragédia, grandeza e êxtase. Mas também ficará fascinado com o comum, o quotidiano. (*Idem*, p. 18).

Do conjunto de temas que podem constituir atracção para o sociólogo está, então, a “família”, uma das “100 palavras da Sociologia” (Paugam, 2010). Uma Sociologia da Família, tal qual se apresenta enquanto disciplina científica, procura a um mesmo tempo dar conta deste fascínio pelos “pequenos e grandes dias” (Costa, 2011) para que remete Berger (1963). Contrariamente, porém, ao que acontece em outras áreas disciplinares, algumas das quais se socorrem da matematização ou de outras formas de abstracção para a compreensão de fenómenos igualmente complexos, todas as pessoas têm uma qualquer experiência em torno da família, experiência essa que lhes confere uma forma de conhecimento e, conseqüentemente, uma disposição para opinar a respeito. Esta familiaridade com o tema não vem necessariamente da leitura de bibliografia afim, tão-pouco, hoje, da consulta das muitas fontes de informação a que facilmente se chega na *internet* a partir de um simples motor de busca ou de uma sofisticada tecnologia de inteligência artificial. Nem significa necessariamente uma maior facilidade ou simplicidade em abordá-lo de um ponto de vista científico, pelo contrário. Justamente, como refere Newman e Grauerholz (2002), uma das dificuldades para quem se propõe estudar Sociologia da Família é que uma primeira aula ou um primeiro texto de leitura nunca é a introdução ao tema.

No caso particular dos estudantes que chegam à universidade, a familiaridade com “a família” enquanto objecto de estudo não constitui excepção. Os estudantes trazem consigo um conjunto de experiências vividas na primeira pessoa, mas também informações várias a partir de experiências mais ou menos distantes de si, assunções, valores e expectativas sobre a vida familiar. Alguns poderão ter assistido à morte, separação e, quem sabe, reunião ou recasamento dos seus pais. Outros terão eventualmente crescido sem um ou até sem ambos os pais, por exemplo numa instituição ou família de acolhimento. Alguns serão filhos únicos; outros terão irmãos, primos e uma rede familiar mais ou menos densa constituída por avós e tios. Alguns outros terão saído de casa dos pais e formado as suas próprias famílias e, porventura, serão já eles próprios pais e mães. Toda esta experiência faz com que ao iniciar uma

disciplina como “Sociologia da Família”, a maior parte dos estudantes tenha convicções muito fortes sobre o que é uma família, como funciona ou como não deve funcionar. À semelhança da literatura científica, a docência atesta que tal experiência, embora inevitável, pode constituir um obstáculo importante para o estudo sociológico da família. Se é certo que, enquanto docentes, pretendemos que os estudantes possam reconhecer a Sociologia nas experiências vividas; tais experiências não devem se sobrepor à Sociologia, fazer de cada indivíduo um especialista “natural” e “intuitivo” no assunto ou de cada experiência pessoal um caso digno de estudo.

Ontem como hoje, o que pode, então, a Sociologia da Família oferecer a estudantes que estes não saibam já? A Sociologia da Família propõe uma compreensão sociologicamente ancorada sobre a família, as suas dinâmicas, representações, continuidades e mudanças e, até, sobre o (expectável) futuro da família. A Sociologia da Família fornece as ferramentas intelectuais que permitem romper com o senso comum, ir além da familiaridade e do envolvimento pessoal com o objecto de estudo (Bernardes, 2000) e identificar as regularidades sociais que possibilitam uma compreensão ampla e texturada do que, apenas aparentemente, parecem ser decisões meramente individuais e experiências pessoais. Justamente, o mesmo desafio que Jean-Claude Kaufmann enfrenta quando se apresenta como sociólogo da família: “Sou sociólogo. Especializado no estudo da família. Tento desvendar os segredos deste domínio íntimo que acreditamos conhecer profundamente, porque nele vivemos diariamente.” (Kaufmann, 1989, p. 7).

Mas, “o que é, afinal, a família?”. Esta pergunta tem acompanhado a investigação sociológica sobre a família, ao mesmo tempo que tem orientado a organização de obras de cariz pedagógico⁶ e, conseqüentemente, os conteúdos programáticos de disciplinas afins e as primeiras aulas

6. Os exemplos são inúmeros. No contexto anglo-saxónico, “What is a Family?” constitui o título do primeiro capítulo da obra “Sociology of Families (Newman & Grauerholz, 2002). Em obra mais recente, datada de 2024, Hoy e Boyd (2024) iniciam a primeira unidade temática justamente por afirmar que “Talvez a pergunta mais importante ou fundamental a fazer seja: o que é uma família?” (Hoy & Boyd, 2024, p. 1). Em contexto francófono, Marie-Thérèse Lacourse em *Famille et société*, questiona “Qu’appelle-t-on au juste «la famille»?” (Lacourse, 2010, p. 6) e o mesmo desiderato ocupa François de Singly que introduz a *Sociologia da Família Contemporânea* em torno de “A família sem definição?”, colocando a questão assim: “Ao abrir um livro de síntese sobre a família, espera o leitor ou a leitora encontrar, pelo menos, uma resposta clara à pergunta «O que é uma família?».” (de Singly, 2011, p. 7).

de uma sociologia especializada dedicada a esta temática⁷. Não sendo a questão “o que é uma família?” exclusivamente sociológica, podendo ser colocada a partir de várias lentes disciplinares, e inclusivamente não científicas, como da religião, da política e até mesmo da experiência de senso-comum; a resposta que buscamos oferecer neste texto é uma resposta alicerçada na perspectiva sociológica. Inspiramo-nos para isso nas palavras de Adérito de Sedas Nunes, para quem não é “por se ocuparem de diferentes «fenómenos» ou «realidades» que as diversas Ciências Sociais «nomotéticas» se distinguem umas das outras. De facto, todas se ocupam da mesma «realidade»: a «realidade» social.” (Sedas Nunes, 1970, p. 207). De facto, a distinção entre as várias ciências sociais provém das próprias ciências sociais, “e não pode ter outro significado que não seja o de cada uma dessas disciplinas encarar, abordar, analisar de uma forma diferente aquela mesma «realidade», [...] os mesmos «fenómenos» sociais, os mesmos grupos, as mesmas sociedades.” (*Idem*, 1970, p. 208).

Qual é, então, essa óptica de análise “diferente” da Sociologia da Família que se oferece hoje? Em *Family Theories*, Katherine R. Allen e Angela C. Henderson (2017) referem o desenvolvimento, a diversidade, a sistémica e a dinâmica como as principais assunções que atravessam as diversas teorias explicativas sobre o que é a família, o seu funcionamento interno, mas também a relação que estabelece com estruturas sociais mais amplas que afectam e são afectadas pela dinâmica familiar. Neste texto procuramos ir mais além nessa análise. Tomando como ponto de partida um conjunto de três obras elaboradas com fins pedagógicos, retomamos e expandimos cumulativamente essas assunções com o propósito de apoiar quem se deixo tentar pelo convite a compreender sociologicamente a família. Primeiro, recorreremos à Lição de Durkheim *Introduction à la sociologie de la famille* (1888), pelo contributo absolutamente central que ocupa na institucionalização de uma Sociologia da Família ainda em finais do século XIX. Num segundo momento apoiamo-nos em *The Family*, obra publicada em 1964 por William J. Goode, para sistematizar as ideias que, na esteira de Durkheim, permitiram a consolidação da Sociologia da

7. Na Universidade de Évora, “O que é, afinal, a família?” é também a questão introdutória que orienta as primeiras aulas da unidade curricular “Sociologia da Família”, leccionada pela segunda autora aos cursos de licenciatura em Sociologia e Ciências da Educação e também da unidade curricular “Sociologia e Antropologia da Família” que integra o plano de estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica oferecido pela Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus.

Família ao longo de todo o século XX. Por fim, socorremo-nos de *Families*, obra datada de 2024, e inspiração para enunciar um último conjunto de premissas tornadas visíveis a partir da investigação e teorização sociológica recente sobre a família que Vanessa May insinualmente apresenta.

Escrito propositadamente no contexto mais amplo da celebração dos sessenta anos de ensino superior de Sociologia em Évora, este texto baseia-se em obras de cariz pedagógico e tem, também ele, um carácter eminentemente pedagógico. Para além da lição seminal de Durkheim, seleccionamos os dois livros já referidos pela sobreposição temporal com os marcos que nos interessa aqui retratar (1964 e 2024), mas, principalmente, porque nos parecem paradigmáticos para as assunções que queremos sublinhar. Não é nosso propósito fazer um resumo destes livros, tão-pouco elevá-los ao lugar de referências únicas de leitura obrigatória. Assim também não é nosso intuito substituir um livro pelo outro ou fazer valer as assunções que se tornam especialmente visíveis na obra mais recente num plano de superioridade relativamente a outras; são cumulativas. O objectivo, em suma, é tão somente o de reunir e explanar o conjunto de assunções que, a montante, são importantes para a compreensão da especificidade da abordagem sociológica sobre a família, hoje, seja para quem pretende leccionar ou investigar, seja para quem tenciona intervir junto e com as famílias.

Bordéus, 1888. Introdução à Sociologia da Família

Muito embora possamos dizer que a partir de finais do século XVIII começam a esboçar-se “as primícias de uma Sociologia da Família” (Segalen, 1999, p. 21), é o fundador da escola sociológica francesa, Émile Durkheim (1858-1917), o também fundador da Sociologia da Família. É na Universidade de Bordéus que no ano académico 1888/89 ministra o curso intitulado “Introdução à Sociologia da Família” e a ele devemos o reconhecimento da família como instituição social. Distingue-se dos percursores porque imprime ao estudo da família as exigências do método científico, na senda aliás do que haveria de fazer para o estudo dos factos sociais em geral em *As Regras do Método Sociológico* (1895).

Não obstante ter estudado principalmente as formas antigas ou não europeias da família, Durkheim procurou distanciar-se da história para

sublinhar o interesse sociológico sobre a família contemporânea, esse grupo familiar “que existe presentemente, sob os nossos olhos e no seio do qual vivemos.” (Durkheim, 1888, p. 259). É esse “que nos interessa acima de todos e que importa sobretudo conhecer e compreender” (*Ibidem*), afirmou.

Apesar da distância temporal, partilhamos do entusiasmo de Anália Torres na revisitação que aqui fazemos à obra de Durkheim (Torres, 2001, 2010). Para esta autora, a leitura dos escritos sobre a família, particularmente as aulas que Durkheim proferiu na Universidade de Bordéus e os demais ensaios em torno da família, das formas elementares do casamento, do direito e usos matrimoniais e a condição das mulheres, “constitui exercício estimulante” (Torres, 2001, p. 10). Em resultado dessa leitura, “admira-se a extrema modernidade e até a profunda actualidade de algumas das suas posições, estranha-se o arrojo de outras, franze-se o sobrolho àquelas que parecem totalmente anacrónicas nos finais do século XX.” (*Ibidem*). Passado já quase um quarto de século sobre a apreciação de Anália Torres e mais de um século sobre o curso de Sociologia da Família na Universidade de Bordéus, vale a pena, ainda assim, sublinhar o contributo indelével que Durkheim trouxe para a fundação e consolidação da Sociologia da Família enquanto campo disciplinar autónomo.

A família é uma instituição social

Na lição “Introdução à Sociologia da Família”, Durkheim afirma de forma inequívoca a família como uma instituição social. Este reconhecimento significa que a família não é uma instituição natural; antes determinada por factos sociais, constituída por pessoas e bens. Neste domínio, Durkheim destaca os cônjuges e filhos, mas também todo o grupo geral de consanguíneos e parentes em todos os graus. Finalmente, refere o Estado que, “em casos determinados, se mistura à vida doméstica e a cada dia se torna um factor mais importante.” (Durkheim, 1888, p. 260). A família apresenta-se, assim, como “aparentemente tão simples”, quando na verdade “se desdobra[a] em uma multitudine de elementos e relações estreitamente entrelaçadas” (*Idem*, p. 265).

O reconhecimento da família como instituição familiar significa também que as interacções entre os vários elementos que a compõem são sociais, isto é, resultam da pertença a uma determinada sociedade e

influem essa mesma sociedade. Abreviadamente, uma instituição social é um conjunto de padrões de comportamento, regidos por normas sociais e adoptados por indivíduos que desempenham determinados papéis sociais numa sociedade (Berger & Luckmann, 1999). Estes comportamentos consistem em padrões sociais de interacção, definidos e reconhecíveis, os quais constituem regularidades que ultrapassam os comportamentos meramente individuais. As normas são as expectativas sociais que guiam os comportamentos, sendo que o seu (não) cumprimento pode implicar sanções formais ou informais, as quais são variáveis no tempo e no espaço. As expectativas não surgem no vazio, são determinadas pelos papéis sociais que os indivíduos desempenham nos grupos a que pertencem. No grupo familiar falamos de papéis como o de mãe, pai, filho, filha, irmão, irmã, cônjuge, sogro, avô, tio, sobrinho, primo, etc. Um mesmo indivíduo desempenha muitos papéis, simultânea ou consecutivamente ao longo das suas vidas. Cada um destes papéis tem guiões ou regras específicas adstritas que regem as interacções e os comportamentos sociais. Tal como os papéis, as expectativas também diferem e não são estáticas; mudam ao longo do tempo e também em diferentes contextos, incluindo os grupos em que são accionadas. Todavia, uma vez enraizadas, são também resistentes à mudança, no que contam com o poder da socialização para a reprodução de papéis. Ao estudar a família, os sociólogos esforçam-se por identificar os padrões de comportamento, as normas e os papéis sociais, tornando-os explícitos no quadro mais amplo dos contextos socioculturais em que estão inseridos, designadamente, o histórico, económico, político, demográfico ou jurídico-legal.

Em todas as sociedades conhecidas encontramos esse conjunto de padrões de comportamento, regidos por normas sociais e adoptados por indivíduos que desempenham determinados papéis sociais no domínio da família, assim como também da educação, da religião, da política, da economia ou do lazer. As instituições sociais são universais e, muito embora as suas formas específicas possam variar, assim como também as funções que desempenham, todas as sociedades humanas têm algum tipo de instituição social (Berger & Luckmann, 1999). Para além da universalidade, as outras características das instituições sociais são a normatividade, a permanência e a sistematização. As instituições sociais estabelecem normas e regras que orientam de forma prescritiva o comportamento dos membros da sociedade. Embora não imutáveis, tendem

a ser duradouras e resistir ao tempo, e constituem sistemas organizados com funções e papéis definidos. As instituições sociais desempenham funções várias ao nível da socialização, do controle social, da integração social, de produção e distribuição de recursos e serviços, de apoio e cuidado. Em suma, as instituições sociais são essenciais para a organização e funcionamento da sociedade, moldando o comportamento dos indivíduos e garantindo a estabilidade e continuidade social.

Na introdução que faz a *Sociologie de la Famille*, Jean-Hugues Déchaux (2007) nota como somos tentados a ver a família como natural e intangível, quando é exactamente o inverso que sucede. Em todas as sociedades conhecidas a maior parte dos indivíduos vivem as suas vidas num emaranhado de relações de direitos e obrigações a que chamamos família. A instituição familiar representa o conjunto de normas culturais, construídas, partilhadas e transmitidas que estabelecem o modelo de relações entre os membros do grupo familiar. Estas normas aplicam-se de forma diferenciada à própria definição e formação da família, à escolha da residência, à troca de bens e serviços entre os parceiros e as famílias, e entre esta e os outros grupos sociais, à socialização das crianças, à regulação dos papéis de género, ou aos cuidados a crianças, idosos e outras pessoas em situação de dependência ou vulnerabilidade.

As pessoas tornam-se conscientes da família enquanto instituição social, do conjunto de padrões de comportamento, normas e papéis sociais que a compõem através do processo de socialização, o qual ocorre principalmente durante a infância. Enquanto instituição social, a família é também reconhecida pelo sistema social mais amplo, o que lhe confere determinados direitos e responsabilidades, tanto ao nível jurídico-legal, quanto ao nível dos costumes e tradição. Berger e Luckmann (1999) sublinham que as instituições fornecem as normas de conduta que fazem os comportamentos e constroem os indivíduos a seguir os caminhos traçados pela sociedade, desempenhando, assim, um papel crucial na estruturação da sociedade e na manutenção da ordem social.

À distância, a apreciação crítica sobre as premissas formuladas em 1888 por Durkheim permite concluir sobre a importância de algumas delas, designadamente a ideia da valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos em relação ao colectivo da família e também o papel específico do Estado no contexto dessa nova forma de organização familiar que considera dominante (Torres, 2001). Outras,

fruto de um tempo a que não pode escapar, estão definitivamente ultrapassadas, impregnadas do evolucionismo característico de finais do século XIX. De todas estas, porventura a mais notória tem que ver com o facto de Durkheim ver na família contemporânea (de então), o produto de formas antigas, das quais resulta enquanto contracção. A tese da contracção da família, expressa no epítome “A família moderna contém em si, como que resumido, todo o desenvolvimento histórico da família” (Durkheim, 1888, p. 263), viria a ser desenvolvida em *La Famille Conjugale*, obra redigida em 1892 e publicada em 1921 com anotações de Marcel Mauss. De acordo com esta tese, em termos históricos, a família passou de um “clã exogâmico amorfo” para um “clã diferenciado” e para a “família diferenciada”, enquanto numa outra série de etapas a família “patriarcal” do tipo da família romana, na qual o poder do pai é absoluto, passou à família “paterna” do tipo germânico, que reconhece tanto a linha paterna como a linha materna (Durkheim, 1892). Segundo Durkheim, a contracção da família constituía uma evolução “natural da família”, correlativa da extensão do meio social que, da aldeia à cidade e da cidade ao Estado, tinha como consequência o enfraquecimento progressivo do comunismo familiar. Deste modo, família e comunidade eram colocadas por Durkheim numa relação de antinomia, tese que a investigação sociológica veio definitivamente contrariar ao redescobrir a importância e actualidade dos laços de parentesco na sociedade contemporânea (Segalen, 1999).

A família é passível de estudo científico

Durkheim definiu a Sociologia como o estudo científico dos factos sociais (Durkheim, 1998). Desde então que os sociólogos utilizam o método científico para formular e responder a questões acerca da família. É, pois, a cuidadosa recolha e análise de dados que permite fazer generalizações teóricas e empíricas, o que significa que apesar da familiaridade com o tema, os sociólogos conseguem ir para além das suas experiências individuais e dos juízos de valor que inevitavelmente transportam.

Não obstante carregar consigo a marca indelével do evolucionismo, Durkheim “não empresta ao seu evolucionismo uma escala de valores. Os tipos familiares não se encontram hierarquizados, a família de hoje

não lhe parece nem mais nem menos perfeita do que a de outrora, apenas diferente porque as circunstâncias são diferentes.” (Segalen, 1999, p. 27). Sublinhamos este aspecto porque abre espaço para o contributo de Durkheim ao nível da metodologia científica a empregar no estudo sociológico da família. Neste domínio, Martine Segalen evidencia como “uma das grandes modernidades do método durkheimiano” é justamente “o relacionamento do sistema familiar contemporâneo com outros sistemas, operando uma comparação com os trabalhos sobre outras sociedades” (*Idem*, p. 25). Aplicando o método comparativo, Durkheim propõe-se “descrever, ordenar, classificar, estabelecer relações constantes entre fenómenos isolados e comportamentos de grupos; procurar invariantes pelo método experimental da comparação” (*Ibidem*) e, apoiando-se em obras de outros autores, tenta procurar tipos de famílias diferentes a fim de elucidar as relações entre as características de determinado tipo e as circunstâncias que o rodeiam.

Na resposta à questão sobre qual será o método em concreto a utilizar por uma Sociologia da Família, Durkheim é peremptório na defesa do método indutivo: “Não me deterei em demonstrar que o único meio de alcançar resultados é proceder indutivamente e que nossas induções só terão valor se baseadas em factos, em muitos factos.” (Durkheim, 1888, p. 265). Mas, como refere, “não basta reunir um grande número de documentos; é igualmente importante escolher bem quais deles utilizar.” (*Ibidem*). Eis a regra “que os teóricos da família têm frequentemente ignorado e que é necessário sublinhar.” (*Ibidem*).

Ainda do ponto de vista metodológico, Durkheim recomenda que para compreender a estrutura familiar se rejeitem histórias e outras descrições e impressões pessoais, que muito embora possam ter interesse literário e até autoridade moral, não são documentos suficientemente objectivos e, portanto, não constituem “material a que a ciência possa recorrer de forma útil.” (Durkheim, 1888, p. 267). Adiante, refere-se a esta advertência como “o método da prudência”, segundo o qual “é muito melhor negligenciar alguns factos do que usar factos duvidosos.” (*Idem*, p. 271).

Aqui chegando, Durkheim advoga que “Só há uma maneira de conhecer com exactidão a estrutura de um tipo de família que é chegar a ela em si mesma. Mas onde encontrá-la?” (*Idem*, p. 267). A resposta está nos costumes, no direito e nos usos, isto é,

práticas regulares e constantes, resíduo de uma experiência colectiva, feita por toda uma sucessão de gerações. Porque o costume é precisamente o que é comum e constante em todos os comportamentos individuais. Por conseguinte, exprime exactamente a estrutura da família, ou melhor, é a própria estrutura. (*Ibidem*).

Mas, como reconhecer um costume? Durkheim sugere atender à sua “virtude imperativa” (*Ibidem*), ou seja, a força coerciva que o leva à posição de norma, cujo desrespeito é passível de sanção. Não obstante, Durkheim reconhece a dificuldade do direito e do costume em acompanhar a mudança social ainda não “fixada”, “cristalizada” ou “num estado fluido” (Durkheim, 1888, p. 271) e refere:

[...] uma instituição jurídica pode durar muito mais do que as razões da sua existência; permanece idêntica a si própria, mesmo que os fenómenos sociais que engloba tenham mudado. Nalgumas sociedades, por exemplo, encontramos um sistema de direito de parentesco e de herança que já não corresponde de todo à situação real da família. É uma herança do passado que persiste por força do hábito e obscurece o presente. Assim, há certos fenómenos que corremos o risco de só nos apercebermos muito tempo depois de terem ocorrido, ou mesmo de passarmos completamente despercebidos. (*Ibidem*).

Para fazer face a esta limitação do direito e do costume e permitir uma aproximação mais efectiva à família contemporânea, Durkheim destaca a importância da demografia, ciência que lhe parece “exprimir quase quotidianamente os movimentos da vida colectiva” e, ao mesmo tempo, “abarcá-la a sociedade no seu conjunto” (Durkheim, 1888, p. 271). A estatística, refere, “coloca-nos perante números impessoais. Estas figuras não só reflectem os fenómenos sociais de forma autêntica e objectiva, mas exprimem-nos melhor, porque tornam visíveis as suas variações quantitativas e permitem a sua medição” (*Ibidem*). Em suma, Durkheim propõe uma combinação da lei, dos costumes, tal como os conhecemos pela etnografia e pela história e, finalmente, da demografia da família como “a tríplice fonte de onde retiraremos o material para as nossas inferências” (*Ibidem*). Com o tempo, a investigação sociológica sobre a família viria, aliás, a incorporar na compreensão de temas afins, como o lugar da criança na vida familiar, o casamento, o parentesco, a casa, a vida

privada e quotidiana, a contracepção, as emoções ou a sexualidade, um conjunto de obras que conjugam importantes contributos advindos da etnografia, da história e da demografia da família (Ariès, 1998; Burguière, Klapisch-Zuber, Segalen, & Zonabend, 1986; Flandrin, 1976).

Em jeito de conclusão, Durkheim enfatiza que é possível e desejável um discurso científico sobre a família. Para combater os moralistas e reformadores sociais de então, afirma que, tal como noutros campos do social, a família pode ser objecto de generalizações científicas, que há nela “uma ordem, mas de grande complexidade” (Durkheim, 1888, p. 272). Consciente das dificuldades a enfrentar, sublinha que se esforçará por evitar o “duplo perigo” a que toda a teoria da família está exposta: “ou optar pela simplicidade, tentando explicar tudo através de um único princípio, ou renunciar a qualquer sistematização, sob o pretexto de que esta massa de factos heterogéneos não pode servir de base a generalizações científicas” (*Ibidem*).

A fechar a secção da lição de 1888 dedicada ao método da Sociologia da Família, está porventura o seu âmago. Durkheim mostra-se decidido a desafiar “as explicações simples, as classificações lineares e geométricas” (*Ibidem*), consciente que está da grande complexidade do objecto de estudo que pretende compreender. Há um outro sentimento, diz, que não é menos necessário trazer para o estudo da família, trata-se do que designa de uma “perfeita serenidade”: “é preciso libertar o espírito dos preconceitos optimistas tanto quanto dos preconceitos pessimistas.” (*Ibidem*). Durkheim rejeita determinantemente qualquer hierarquização dos seres e dos factos sociais, o que expande para o contexto da família. Nas suas palavras,

A família de hoje não é mais ou menos perfeita do que a de outrora. É diferente, porque as circunstâncias são diferentes. É mais complexa porque os contextos em que vivem são mais complexos; é tudo. O cientista estudará, portanto, cada tipo segundo os seus próprios méritos, e a sua única preocupação será a de procurar a relação que existe entre as características constitutivas do tipo e as circunstâncias que o rodeiam. É assim que nos será possível prosseguir a nossa investigação com a curiosidade imparcial que o naturalista ou o físico trazem para as suas investigações. (Durkheim, 1888, p. 273).

New Jersey, 1964. Um olhar sobre a família

Publicada em 1964 em Englewood Cliffs, justamente o ano que serve o primeiro marco temporal da efeméride que ora assinalamos, a obra *The Family*, de William J. Goode constitui o mote para sistematizar um primeiro conjunto de premissas que, na senda de Durkheim, aprofundam a perspectiva sociológica sobre a família com foco na sua estrutura, papéis e funções.

As famílias são grupos sociais

As famílias são grupos sociais constituídos por duas ou mais pessoas e pela complexa teia de relações que essas pessoas mantêm entre si, com outras pessoas e também com diferentes esferas da sociedade. Como acontece noutros grupos sociais, entre amigos, colegas de trabalho ou num clube, essas relações incluem direitos, responsabilidades e obrigações. As famílias, no entanto, diferem de outros grupos sociais, inclusive de outros grupos primários, porque o tipo de envolvimento que une as pessoas é mais intenso (Beutler, Burr, Bahr, & Herrin, 1989). Isto significa que as actividades partilhadas entre os membros de uma família são mais alargadas que as que se desenvolvem noutros grupos, quer em termos de frequência e de diversidade, quer em termos de durabilidade. Entre estas actividades inclui-se o estar ou viver junto por períodos consideráveis, em contexto privado, de menor ou reduzida exposição pública, como o comer, dormir, manter relações sexuais ou experienciar situações de doença. Trata-se, em suma, de um envolvimento de proximidade e interacção contínua, face-a-face, de intimidade profunda e prolongada e com expectativas de durabilidade, o que acarreta densidade emocional particular às relações familiares (Newman & Graueholz, 2002).

Para Klein & White (1996), são quatro os aspectos que fazem da família um grupo distinto de outros grupos: as famílias duram por um período consideravelmente mais longo do que a maioria dos outros grupos sociais; as famílias são intergeracionais, sendo que a intergeracionalidade é um aspecto fundamental para as relações de cuidado e dependência; as famílias incluem relações biológicas e sociais (legais, por afinidade, socio-afectivas); e, por fim, as famílias estão ligadas a um extenso sistema

de parentesco, determinado por sangue, casamento ou adopção, do qual fazem parte outras famílias, de tal forma que, em última instância, é difícil ou mesmo impossível circunscrever com exactidão os seus limites. A contrário, mesmo que em outros grupos sociais as relações possam durar muito tempo, a pertença não tem um carácter “vitalício” como na família (Newman & Graueholz, 2002, p. 8), e os limites tendem a estar temporal e espacialmente circunscritos.

Da mesma forma que cada indivíduo pode pertencer a vários grupos em simultâneo, assim também cada indivíduo pode pertencer a várias famílias. A família de orientação designa habitualmente a família em que se nasceu e é socializado e a família de procriação a família que é iniciada pelo próprio ao casar ou coabitar e ter filhos (Parsons, 1951). A um mesmo tempo, um indivíduo pode pertencer a estas duas famílias, assim como pertencerá a outras formas de família que resultam de uma aceção mais restrita ou alargada do termo. Como sublinha W. Goode, numa reedição da obra já citada, a família é uma questão de mais ou menos⁸ (Goode, 1982, p. 8).

As famílias são diversas na composição e estrutura

Não existe uma forma singular de família. As famílias diferem na composição e estrutura, o que significa que existem muitas formas de família, as quais resultam de intersecções múltiplas entre os elementos que a compõem (número e idade, género, etnia, condição socioeconómica, orientação sexual, etc.) e a forma como estão organizados (tipos de conjugalidade, parentalidade e afectividade subjacentes; natureza, ordem e duração dos vínculos; sistemas de estratificação, modos de residência, filiação e sucessão, etc.). Existem ainda variações estruturais de família que incluem combinações variáveis entre dinâmicas intrageracionais (e.g., casais, irmãos em idade adulta) e intergeracionais (e.g., relações pais-filhos, avós-netos, tios-sobrinhos).

Apesar do reconhecimento teórico-conceptual de que as famílias são diversas, a busca pelo “que é normal” introduziu na Sociologia uma perspectiva normativa da família, que a teoria funcionalista exacerbou,

8. Orig., “a matter of more or less”.

designadamente com a visão parsoniana e a distinção simultaneamente “natural” e “eficaz” para os propósitos da estabilização da personalidade adulta e socialização das crianças que operou entre o papel expressivo da mulher e o papel instrumental do homem (Parsons & Bales, 1955). Em contexto norte-americano, este modelo normativo baseava-se no que actualmente os investigadores designam de *Standard North American Family* (SNAF) (Smith, 1993). Esta designação representa a família como a família nuclear, constituída por uma mulher e um homem casado com filhos, onde a mulher frequentemente permanece em casa enquanto o homem trabalha fora como forma de sustento da família. Enquanto modelo cultural, esta designação – que remete para as experiências médias de americanos caucasianos, de classe média, unidos por casamento numa relação heterossexual com filhos biológicos – funcionou como uma base distintiva para julgar as demais famílias em função de critérios como normalidade, estabilidade e eficácia, determinando, consequentemente, um juízo sobre as famílias não normais, instáveis ou problemáticas e a necessitar de intervenção (Newman & Grauerholz, 2002).

Entre as muitas críticas endereçadas ao modelo SNAF destaca-se a de Stephanie Coontz (1992). Para esta autora, não apenas o modelo é totalmente desactualizado, como faz parte do que designa de “armadilha da nostalgia”⁹, enraizado que está numa romantização da chamada “era dourada da família”, vivida nos EUA nos anos 50 do século XX, período pós segunda guerra mundial que assistiu a um *boom* da economia, acompanhado de relativa estabilidade económica das famílias e reduzidas taxas de divórcio. Coontz alega que as assunções sobre como as famílias devem ser, por oposição ao que foram ou são realmente, são muito resistentes à mudança. Muito embora o modelo normativo de família tenha sido bastante criticado nos últimos anos, está enraizado na teoria e investigação sobre a família, é importante em termos de socialização, designadamente através da cultura popular, e relativamente influente ao nível da formulação das políticas sociais (Cheal, 1991; Bahr & Bahr, 2001; Demo, Allen, & Fine, 2000; Hoy & Boyd, 2024).

9. Orig., “nostalgia trap”.

As famílias são compostas por partes, mas o todo é mais que a soma das partes

Sem querer fazer desta assunção uma explicitação da teoria sistémica aplicada ao estudo sociológico da família (Parsons & Bales, 1955), usamos a metáfora da família como um sistema para sublinhar que as famílias não são estáticas, mas dinâmicas, tanto quando perspectivadas no plano microsocial, mas também a nível meso e macrosocial. As famílias podem ser vistas como um conjunto de partes interconectadas e interdependentes que interagem de forma organizada e complexa através de sistemas de comunicação, também eles diversos e complexos. Cada membro da família afecta e é afectado pelos outros membros e mudanças num dos membros podem desencadear mudanças em todo o sistema familiar, daí que possamos dizer que são mais do que uma simples soma de indivíduos relacionados uns com os outros, como uma ênfase na composição e estrutura poderia fazer crer.

Analisar a família como um sistema permite uma compreensão mais profunda das interacções, dos padrões e das dinâmicas que influenciam o comportamento dos membros da família e como esses factores contribuem para o funcionamento geral da sociedade. Isto acontece não apenas com os grandes eventos da vida familiar, como o nascimento, o casamento, o divórcio e morte, mas também com acontecimentos aparentemente mais anódinos, relacionados, a título de exemplo, com um novo emprego que implica porventura horários diferentes ou deslocações até aí desnecessárias; a doença de uma criança que impõe novas rotinas de cuidado; a separação de um casal e a consequente mudança de residência, eventualmente de escola, no caso das crianças, e a busca por novas amizades; ou situações de *stress* no trabalho que têm repercussões várias ao nível da vida familiar e na relação com instituições de saúde.

A comunicação é o principal meio através do qual as partes do sistema interagem. O todo é mais que a soma das partes também porque a família contempla tipos diversos de comunicação, inclusive formas de comunicação simbólica, algumas das quais restritas aos membros da família, como o uso de determinada linguagem ou rituais próprios (Costa, 2011).

Do ponto de vista sociológico, colocar o fulcro na família-instituição (exemplificadamente com um F maiúsculo), é “um atalho” (Allen & Henderson, 2017, p. 9) que permite abordar a família como um sistema

que opera com outros sistemas (e.g., o económico, religioso, educacional, político, legislativo, criminal, etc.) e assim influi e é influenciada pela mudança social, histórica, demográfica, económica e política. As famílias afectam e são afectadas (in)directamente por esses outros sistemas no contexto mais amplo de relações de produção, consumo e reprodução (e.g., campesinato e economias de subsistência, industrialização e crescimento urbano, terciarização e globalização). A título de exemplo, o abandono de crianças ao longo da história, assim como a prática mais pontual e contextualizada da Exposição na Roda, patenteiam de forma notável o poder da família enquanto instituição social que se (re)define interna e externamente a partir de critérios de (i)legitimidade. Ao mesmo tempo que esses critérios são fabricados e reproduzidos na relação directa com outras instituições como o Estado e a Igreja, e, de modo mais amplo, com o conjunto de forças socio-históricas que a envolvem (e.g., o “desequilíbrio” entre os sexos relacionado com as guerras, epidemias, crises económicas e migrações); ajudam a compreender o direito, os costumes, os valores e atitudes perante a criança, a vida e a morte e, de forma interdependente, os padrões de nupcialidade, natalidade, fecundidade e mortalidade infantil (Morais, 1987). Já no contexto da modernidade tardia, a lente sistémica afigura-se particularmente heurística para compreender as complexas relações entre família, tecnologia e digitalização do quotidiano (Rainie & Wellman, 2022), migrações, asilo e transnacionalismo (Cienfuegos, Brandhorst, & Bryceson, 2023) ou até mesmo alterações ambientais e climáticas (Jamieson, 2020).

Manchester, 2024. Olhares sobre as famílias

O início de 2024 trouxe à estampa a obra *Families*, de Vanessa May. No ano que constitui o marco temporal que encerra a comemoração dos sessenta anos da fundação do curso de Sociologia em Évora, o livro publicado a partir de Manchester é o pretexto para elencar um segundo conjunto de premissas que, a juntar às já antes enunciadas, permitem completar e adensar a perspectiva sociológica sobre a família, hoje. De modo transversal, estas premissas são tributárias de desenvolvimentos teóricos mais recentes centrados na teoria das práticas familiares, na perspectiva do curso de vida e de uma Sociologia da Vida Pessoal.

As famílias definem-se a partir do que são, mas também do que fazem

À medida que as definições de família procuram ir além das variações de composição e estrutura, torna-se mais difícil responder à questão “o que é, afinal, a família?”. Como afirma François de Singly, “uma das especificidades das famílias contemporâneas é a «fluidez» desta definição.” (de Singly, 2011, p. 7). Para este autor, a fluidez na definição de família dá lugar à incerteza, “abrindo assim um espaço que, em determinadas condições, permite ao indivíduo inventar a «sua» família.” (*Idem*, p. 8). Assim conceptualizada, a família vale-se menos de critérios formais, que da relação que estabelece face a uma dupla exigência: “a criação de um quadro de vida onde cada um possa desenvolver-se ao mesmo tempo em que participa de uma obra comum” (*Idem*, p. 9). De Singly argumenta que a fluidez não significa que a família se tenha tornado “um espaço sem marcas, sem normas, sem referências, sem lugar.” (*Ibidem*); a contrário, “Uma família «boa» (socialmente considerada como tal) é, em última instância, um grupo que permite a pequenos e grandes um reconhecimento de tipo particular” (*Ibidem*), onde se inclui uma solicitude pessoal e um apoio e cuidado por parte dos outros significativos.

Um sentimento crescente de fluidez e a tomada de consciência cada vez maior da inexistência de áreas discretas como a família, o trabalho ou o lazer está na base da teoria das práticas familiares (Morgan, 1996, 1999, 2011). Ao invés de analisar as famílias como entidades estáticas ou simplesmente através das suas estruturas e funções “tradicionais”, a teoria das práticas familiares considera principalmente as interações entre os membros da família, as suas rotinas e actividades concretas que no conjunto tecem a complexidade da vida familiar. Convergingo nas interações e nas práticas quotidianas, a preocupação não é tanto com aquilo que “as famílias são”, mas sim com o que “as famílias fazem”. Isso inclui actividades como preparar refeições, cuidar dos filhos, partilhar responsabilidades domésticas ou socializar, inclusive para além do espaço da casa, em locais públicos da cidade, nas ruas e nas praças, no supermercado e nos centros comerciais, nos parques de diversão ou inclusive na piscina ou praia.

A análise daquilo que as famílias fazem dá visibilidade aos modos diversos como comunicam entre si, resolvem conflitos, expressam afecto

ou compartilham responsabilidades. As práticas familiares são vistas dentro de um contexto cultural e social mais amplo, o que significa que podem variar significativamente de uma cultura para outra e ao longo do tempo, sendo influenciadas por factores sociais, económicos e políticos, assim como mudanças na própria estrutura familiar, como divórcios, casamentos, nascimentos ou mudanças de residência. Acresce que as práticas familiares não são apenas acções físicas, mas também carregam valores e significados múltiplos, manifestos e latentes, pelo que são fortemente investidas do ponto de vista emocional. Esta teoria considera ainda o modo como as desigualdades e as relações de poder se manifestam nas práticas familiares, o que inclui questões de género e geração na distribuição de tarefas e recursos dentro da família. Desta forma, a família não é tanto uma “coisa” ou um “objecto” em si mesmo, que se procura “encontrar” na realidade, mas uma “forma de olhar”, “descrever” e procurar “compreender” práticas que poderiam também ser descritas de outra forma (Morgan, 1996, p. 199).

Ao utilizar o termo família mais como adjetivo que como substantivo, “se possível um verbo” (Morgan, 1999, p. 16) a teoria das práticas familiares vem iluminar os modos diversos como as práticas quotidianas constroem a experiência familiar de famílias que se conjugam no plural (Quénart e Hurtubise, 1998). E, para isso, contribui tanto o modo como são percebidas a partir do exterior, quanto pelos protagonistas da acção. Este aspecto é particularmente decisivo para conceptualizar hoje formas e definições de famílias que não cabem nas definições ditas tradicionais, como famílias de escolha, comunidades pessoais, famílias não-humanas ou multi-espécies.

As famílias mudam com o tempo e movem-se no espaço

A incorporação da dimensão tempo no estudo da família, através designadamente da perspectiva do curso de vida familiar, tem sido decisiva para demonstrar que as famílias consistem em vidas interdependentes, que mudam continuamente ao longo do tempo (Elder, 1974; Giele & Elder, 1998; Bernardi, Huinink, & Settersten, 2019). Desde logo, as famílias diferem no tempo de vida das próprias famílias. Assim, o mesmo casal será diferente numa fase em que não tem filhos, em distintas fases do

desenvolvimento dos filhos ou numa fase da vida em que acumula o papel social de pais com o de avós. A passagem do tempo altera a dinâmica das relações familiares e isto acontece mesmo que nenhum acontecimento “inesperado” tenha lugar, como por exemplo um divórcio ou uma morte “antes do tempo” (Allan, 1999). Estas mudanças não se dão apenas no nível “interno” das famílias. De facto, elas influem e são influenciadas pelas mudanças na relação que os indivíduos mantêm com outras esferas, por exemplo da educação (e.g., ao passarem de um nível de ensino básico para o secundário ou deste para o superior); do trabalho pago (e.g. ao ingressarem no mercado de trabalho, ao mudarem de emprego ou transitarem para uma situação de reforma), ou com as relações de cuidado que estabelecem para com dependentes, sejam crianças ou pessoas idosas (e.g., no momento de transição para a creche ou o pré-escolar, em situação pontual de doença ou na assunção de um papel de cuidador).

A perspectiva do curso de vida não é totalmente incompatível com a noção de ciclo de vida familiar, o qual está mais relacionado com a teoria desenvolvimental e, a montante, com a teoria sistémica e estrutural-funcionalista (Duvall, 1957; Glick, 1947; Hill, 1949); expande-a, tomando o indivíduo e não a família como referência. Assim, muito embora o curso de vida individual comece com o nascimento e termine com a morte de um indivíduo, incorpora uma perspectiva de tempo que não se esgota na “simples” passagem de fases da família que organizam um tempo cíclico, de fases, posições e papéis familiares que se sucedem numa sequência conhecida de antemão, previsível e irreversível, que através de um poderoso “toque normativo” (Höhn, 1990) impõe expectativas e rotulações em torno da (não) conformidade. Ao avançar no tempo de vida, o indivíduo ocupa diferentes posições no curso de vida (e.g., criança, adolescente, jovem adulto, adulto ou idoso) e, conseqüentemente, diferentes papéis familiares (e.g. filho, neto, irmão, pai, tio, avô, etc.). Estas posições e papéis não se verificam, necessariamente, tão pouco se sobrepõem num tempo esperado e previamente organizado; antes, constituem uma “espiral” (Allen & Henderson, 2017, p. 7), onde as experiências individuais se intersectam com as experiências familiares num tempo singular e não determinado.

As famílias não apenas mudam com o tempo, como se movem no e com o espaço. Este princípio questiona a aparente estabilidade da casa como critério para a definição do que é uma família. Na verdade, as

famílias movem-se no espaço, não apenas porque as próprias definições de família se estendem para além da coabitação entre membros de uma família nuclear (e.g., família monoparental, família bi-nuclear, conjugalidade não coabitante (“*living apart together*”), família extensa, família consanguínea, etc.), mas também porque pessoas que integram uma mesma família nuclear podem, elas próprias, viver em casas diferentes (e.g., um dos filhos adultos pode viver em situação de estudante deslocado durante o tempo que frequenta a universidade, o casal pode viver uma situação de conjugalidade não coabitante devido ao facto de trabalharem em locais afastados da residência comum (“*living together apart*”) e, no caso de famílias transnacionais, pode acontecer que um ou ambos os membros do casal viva noutra casa, inclusive noutro país ou continente, enquanto os seus filhos ficam no país de origem e são cuidados por familiares ou outras pessoas). Esta condição de “famílias em movimento” é tanto mais importante quanto não se restringe a determinadas fases ao longo do curso de vida, tão pouco acontece de uma vez para sempre; a contrário, situações existem em que a mobilidade, com a consequente circulação de pessoas, artefactos e emoções, é uma condição permanente e estruturante da dinâmica familiar (Cabalquinto, 2022).

Não sendo um fenómeno novo na história, um conjunto de mudanças recentes veio tornar a mobilidade das pessoas e das coisas, consequentemente também das famílias, mais rápida, fácil e económica. Estas mudanças, aliadas a fenómenos globais de migrações pluri-orientadas, incluindo migrações forçadas, situações de asilo, mas também mobilidade profissional altamente qualificada, a que se juntam os desenvolvimentos ao nível das tecnologias de informação e da possibilidade de comunicação à distância, torna mais visível a realidade das famílias transnacionais em toda a sua complexidade (Baldassar & Merla, 2014). Porém, não é apenas à escala global que as famílias se movem; no interior de cada país e mesmo de cada cidade, ao longo do ano, da semana e de um mesmo dia, as famílias afirmam-se como realidades móveis (Cresswell, 2006; Costa, 2011).

As famílias incorporam dimensões corporais, materiais e simbólicas

Não é de hoje a definição de Chiara Saraceno, para quem a família é “espaço ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico” (Saraceno & Naldini, 2003, p. 18). Ainda assim, é relativamente recente o consenso sociológico em torno de tais dimensões como partes constitutivas e inter-dependentes, não apenas para a definição, mas também para o próprio funcionamento das famílias.

O estudo das práticas familiares tem sido especialmente profícuo para dar conta da dimensão de corporalidade e materialidade da família, já que, de muitas formas, as práticas familiares implicam co-presença e mobilizam objectos materiais. David Morgan (1996, 2011) já havia chamado a atenção para o facto de que muitas práticas familiares, do nascimento à morte, sexualidade ou práticas de cuidado, implicam uma dimensão corporal significativa. Porém, esta intimidade corporal não é necessariamente ou sempre conotada de forma positiva, agradável ou reconfortante, inclusivamente, pode ser ambivalente, como acontece em situações de abuso e violência, mas também aquando da auto-percepção corporal e sua relação com as semelhanças familiares que as heranças genéticas denunciam (e.g., traços físicos, padrões de obesidade, doenças degenerativas, etc.).

É certo que a co-presença não significa necessariamente intimidade, mas, ainda assim, parece importante para criar sentimentos de confiança e compromisso (Urry, 2007). O trabalho de Jennifer Mason (2018) traz profundidade a uma análise que foca apenas a co-presença, justamente porque vem sublinhar o papel das sensações no modo como as pessoas experienciam essa co-presença, incluindo a voz, o toque e o cheiro. Ao mesmo tempo que Mason dá a conhecer a natureza corporal das práticas familiares, denuncia como essa dimensão constrói uma forma de conhecimento “sensório-cinestésica” que os membros da família têm uns sobre os outros, os espaços e as relações, e que traduzem a partir de aparências físicas, tonalidades de voz, cheiros, gestos ou em conjugações variáveis desses elementos.

No conjunto, o trabalho em torno de uma Sociologia da Vida Pessoal (Smart, 2007; May, 2011) tem também contribuído com exemplos vários para mostrar como a materialidade pode e é frequentemente utilizada para demonstrar o significado das relações familiares, fazendo a ligação

com o contexto social mais amplo em que estão inseridas. Esta materialidade não se esgota nas dimensões mais “tradicionais” de arquitectura, consumo e investimento doméstico, como a casa, o mobiliário, as compras de supermercado ou as jóias de família; atenta também a objectos aparentemente mundanos como fotografias, papéis, roupa, tecnologia e comodidades domésticas várias, inclusive artefactos esquecidos ou “adormecidos” (Woodward, 2020) e que, seguindo a sugestão metafórica de Peter Berger, obrigam a olhar para o interior de gavetas e abrir armários fechados.

A este propósito, duas abordagens importa considerar na relação entre materialidade e família: não apenas os objectos materiais podem ser usados para simbolizar a qualidade e significância das relações familiares (e.g., associadas a determinadas pessoas, fases ou eventos considerados significativos), como também a própria (in)existência e características materiais dos objectos desempenha um papel importante na formação e estruturação das relações familiares, seja porque criam possibilidades ou constrangimentos (e.g., condições de habitabilidade, indicadores de modernidade, conforto, velocidade ou actualização de determinados objectos, etc.), seja porque a sua gestão envolve frequentemente formas de negociação, que denunciam, por sua vez, relações desiguais de poder, classe ou género (May, 2024).

Évora, 2024. Tradição, herança e recomeços

As efemérides obrigam-nos a pensar, fazer retrospectivas e balanços; permitem-nos também olhar para o futuro a partir do tempo presente, alicerçado que está necessariamente no passado.

Presente no plano curricular da Licenciatura em Sociologia oferecida em Évora desde 1964, a Sociologia da Família é hoje um domínio consolidado de investigação sociológica em Portugal (Machado, 2022), reconhecido enquanto veículo de questionamento, análise e tentativa de compreensão científica da família contemporânea como instituição social que Durkheim, a seu tempo, sabiamente reconheceu. Partilhamos das palavras de J.-H. Déchaux, para quem “a família está constantemente a ser inventada à nossa frente e a sua definição é sempre uma questão social e política” (Déchaux, 2007, p. 3). E a Sociologia da Família parece

estar atenta a isso hoje, como bem demonstra a obra *Families* de Vanessa May, como estava em meados do século XX com William Goode e, antes disso, em finais do século XIX com Émile Durkheim.

Herdeira dessa tradição, isto não significa que a Sociologia da Família esteja encapsulada numa determinada forma de olhar a família ou que a realidade que procura compreender esteja, ela própria, encapsulada por essa leitura. Como procurámos demonstrar neste texto, a Sociologia da Família vive aberta ao mundo e à diversidade familiar que o mundo contém e continuamente reconstrói aos nossos olhos. Inclusivamente, incorpora na sua própria reflexão a dúvida sobre a continuidade da existência da família ou de uma “família pós-familiar” (Beck & Beck-Gernsheim, 2001). A causa parece estar, em parte, numa injunção à (re) construção da identidade no contexto da modernidade tardia (Giddens, 2001), tanto quanto na transição rumo a preocupações individualistas que parecem substituir progressivamente as disposições colectivistas que outrora enformavam as relações familiares. “Viver para os outros” parece, assim, dar progressivamente lugar a “viver uma vida sua”, sendo que tais decisões afectam necessariamente as possibilidades de formar e manter uma família, já que criam (novas) tensões entre valores que aparentemente se opõem: o dever e a responsabilidade para consigo próprio, ante a responsabilidade para com um outro, mesmo que significativo, seja um parceiro, filho, ou pai idoso. A investigação teórica e empírica dá conta de um campo em profunda dinâmica e reinvenção permanente (Castrén, Česnuitytė, Crespi, Gauthier, Gouveia, Martín, Moreno Mínguez, & Suwada, 2021), atestando a cada momento que “a família não é uma categoria zombie” (de Singly, 2021, p. 32). Aliás, “Como é que a Sociologia da Família pode ser um *zombie* se há tanto para aprender?” (de Singly, 2021, p. 34), pergunta De Singly. A complexidade e multidisciplinaridade do campo atesta uma dinâmica que extravasa os limites da própria Sociologia. Não são raras as designações a um campo disciplinar de “estudos de família [*family studies*]” (Boss, Doherty, LaRossa, Schumm, & Steinmetz, 1993; Ribbens McCarthy & Edwards, 2011), e há mesmo quem pugne por uma “ciência familiar [*family science*]” (Bailey & Gentry, 2013).

Alinhadas com a longa tradição de questionamento como forma de aprendizagem (Delic & Bećirović, 2016) e com base na experiência acumulada da prática docente, procuramos fazer deste texto um convite renovado

à Sociologia e, em particular à Sociologia da Família, colocando em diversos momentos questionamentos que equacionamos colocarem-se a quem inicia o estudo sociológico da família. Sabemos que enquanto estratégia de ensino e aprendizagem, particularmente em contexto físico de interação, são muitas as vantagens do método interrogativo, o qual parte de perguntas como estímulo para o autoquestionamento, o pensamento e reflexão crítica, a análise e a compreensão de conceitos-chave (Gomes, Silva, & Gouveia, 2019). À distância mediada pela leitura em papel ou ecrã deste texto – quem sabe, áudio – esperamos que o/a eventual leitor/a possa agora assumir o papel central no processo de aprendizagem, construindo a partir de aqui o seu próprio conhecimento, aprofundando e expandindo as respostas às questões formuladas; eventualmente, colocando outras. O convite está feito.

Referências

- ALLAN, G. (Ed.). (1999). *Family: A sociological reader*. Blackwell Publishers.
- ALLEN, K. R., & Henderson, A. C. (2017). *Family theories: Foundations and applications*. Wiley Blackwell.
- ARIÈS, P. (1998). *A Criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água. (Original publicado em 1960)
- BAHR, H. M., & Bahr, K. S. (2001). Families and self-sacrifice: Alternative models and the implications for family and society. *Social Forces*, 79(4), 1231-1258. <https://doi.org/10.1353/sof.2001.0030>
- BAILEY, S. J., & Gentry, D. B. (2013). Teaching about family science as a discipline. In G. W. Peterson & K. R. Bush (Eds.), *Handbook of marriage and the family* (pp. 861-876). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3987-5_35
- BALDASSAR, L., & Merla, L. (Ed.). (2014). *Transnational families, Migration and the circulation of care. Understanding mobility and absence in family life*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203077535>
- BECK, U., & Beck-Gernsheim, E. (2001). *Individualization: Institutionalized individualism and its social and political consequences*. Sage.
- BERGER, P. L. (1963). *Invitation to sociology. A humanistic perspective*. Anchor Books.
- BERGER, P. L., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade*. Dinalivro. (Original publicado em 1966)
- BERNARDES, J. (1997). *Family studies: An introduction* (1st ed.). Routledge.

- BERNARDI, L., Huinink, J., & Settersten, R. A., Jr. (2019). The life course cube: A tool for studying lives. *Advances in life course research*, 41, 100258. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2018.11.004>
- BEUTLER, I. F., Burr, W. R., Bahr, K. S., & Herrin, D. A. (1989). The family realm: Theoretical contributions for understanding its uniqueness. *Journal of Marriage and Family*, 51(3), 805–816. <https://doi.org/10.2307/352178>
- BOSS, P., Doherty, W. J., LaRossa, R., Schumm, W. R., & Steinmetz, S. K. (Eds.). (1993). *Sourcebook of family theories and methods: A contextual approach*. Springer.
- BURGUIÈRE, A., Klapisch-Zuber, C., Segalen, M., & Zonabend, F. (Dirs.). (1986). *Histoire de la famille* (2 vols.). Armand Colin.
- CABALQUINTO, E. C. B. (2022). *(Im)mobile homes: Family life at a distance in the age of mobile media*. Oxford University Press USA – OSO.
- CASTRÉN, A.-M., Česnuitytė, V., Crespi, I., Gauthier, J.-A., Gouveia, R., Martin, C., Moreno Mínguez, A., & Suwada, K. (Eds.). (2021). *The Palgrave handbook of family sociology in Europe*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-73306-3>
- CHEAL, D. (1991). *Family and the state of theory*. Harvester Wheatsheaf.
- CIENFUEGOS, J., Brandhorst, R., & Bryceson, D. F. (Eds.). (2023). *Handbook of transnational families around the world*. Springer.
- COONTZ, S. (1992). *The way we never were: American families and the nostalgia trap*. Basic Books.
- COSTA, R. P. (2003). *Filhos do Adeus: (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora). Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/3286>
- COSTA, R. P. (2011). *Pequenos e grandes dias. Os rituais na construção da família contemporânea* (Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/4770>
- CRESSWELL, T. (2006). *On the move: Mobility in the modern Western world*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203446713>
- DE SINGLY, F. (2011). *Sociologia da família contemporânea* (4ª ed.). Texto & Grafia. (Original publicado em 1993)
- DE SINGLY, F. (2021). The family of individuals: An overview of the sociology of the family in Europe, 130 years after Durkheim's first university course. In A.-M. Castrén, V. Česnuitytė, I. Crespi, J.-A. Gauthier, R. Gouveia, C. Martin, A. Moreno Mínguez, & K. Suwada (Eds.), *The Palgrave handbook of family sociology in Europe* (pp. 15-30). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-73306-3_2
- DÉCHAUX, J.-C. (2007). *Sociologie de la famille*. La Découverte.
- DELIC, H., & Bećirović, S. (2016). Socratic method as an approach to teaching. *European Researcher*, 111, 511-517. <https://doi.org/10.13187/er.2016.111.511>

- DEMO, D. H., Allen, K. R., & Fine, M. A. (Eds.). (2000). *Handbook of family diversity*. Oxford University Press.
- DURKHEIM, É. (1888). Introduction à la sociologie de la famille. *Annales de la Faculté des lettres de Bordeaux*, 10, 257-281. <http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.due.int2>
- DURKHEIM, É. (1892). La famille conjugale. In V. Karady (Ed.) (1975), *Émile Durkheim – Textes – Fonctions sociales et institutions* (pp. 35-49). Les Editions de Minuit.
- DURKHEIM, É. (1998). *As regras do método sociológico*. Editorial Presença. (Original publicado em 1895)
- DUVALL, E. M. (1957). *Family development*. J.B. Lippincott Company.
- ELDER, G. H., Jr. (1974). *Children of the Great Depression: Social change in life experience*. University of Chicago Press.
- FLANDRIN, J.-L. (1976). *Familles: Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Éditions du Seuil.
- GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal* (2ª ed.). Celta. (Original publicado em 1999)
- GIELE, J. Z., & Elder, G. H., Jr. (Eds.). (1998). *The craft of life course research*. Guilford Press.
- GLICK, P. C. (1947). The family cycle. *American Sociological Review*, 12(2), 164-174. <https://doi.org/10.2307/2086982>
- GOMES, A. P., Silva, B., & Gouveia, J. (2019). *Práticas pedagógicas: objetivos, métodos e avaliação*. ESEPF.
- GOODE, W. J. (1964). *The family*. Prentice-Hall.
- GOODE, W. J. (1982). *The family* (2ª ed.). Prentice-Hall.
- HILL, R. (1949). *Families under stress: Adjustment to the crises of war separation and reunion*. Harper & Brothers.
- HÖHN, C. (1990). The family life cycle: Needed extensions of the concept. In J. Bongaarts, T. Burch, & K. Wachter (Eds.), *Family demography: Methods and their applications* (pp. 65-80). Clarendon Press.
- HOY, A., & Boyd, E. M. (Eds.). (2024). *The sociology of families reader: Issues, perspectives, and debates*. Cognella.
- JAMIESON, L. (2020). Sociologies of personal relationships and the challenge of climate change. *Sociology*, 54(2), 219-236. <https://doi.org/10.1177/0038038519882599>
- KAUFMANN, J.-C. (1989). *La vie ordinaire. Voyage au coeur du quotidien*. Édition Greco.
- KLEIN, D. M., & White, J. M. (1996). *Family theories: An introduction*. Sage Publications.
- LACOURSE, M.-T. (2010). *Famille et société* (4ª ed.). Chenelière.
- MACHADO, F. L. (2022). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Edições Afrontamento.
- MASON, J. (2018). *Affinities: Potent connections in personal life*. Polity Press.

- MAY, V. (2011). *Sociology of personal life*. Palgrave Macmillan.
- MAY, V. (2024). *Families*. Polity.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, (1966). *Possibilidades educativas em Portugal. Organização escolar portuguesa* (nova edição remodelada e actualizada pelo Dr. Fernando Falcão Machado). Lisboa. Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- MORAIS, M. G. D. (2002). *Causas de morte no século XX: Transição e estruturas da mortalidade em Portugal Continental*. Edições Colibri e CIDEHUS-UE.
- MORAIS, M.G.D. (1987). Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830). *Almansor: Revista de Cultura*, 5, 45-88.
- MORGAN, D. H. J. (1996). *Family connections: An introduction to family studies*. Polity Press.
- MORGAN, D. H. J. (1999). Risk and family practices: Accounting for change and fluidity in family life. In E. B. Silva & C. Smart (Eds.), *The new family?* (pp. 13-30). Sage.
- MORGAN, D. H. J. (2011). *Rethinking family practices*. Palgrave Macmillan.
- NEWMAN, D. M., & Grauerholz, L. (2002). *Sociology of families* (2ª ed.). Sage Publications.
- PARSONS, T. (1951). *The social system*. Free Press.
- PARSONS, T., & Bales, R. F. (1955). *Family: Socialization and interaction Process*. Free Press.
- PAUGAM, S. [Dir.] (2010). *Les 100 Mots de la sociologie*. PUF.
- QUENIART, A., & Hurtubise, R. (1998). Nouvelles familles, nouveaux défis pour la sociologie de la famille. *Sociologie et sociétés*, 30(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.7202/001602ar>
- RAINIE, L., & Wellman, B. (2022). *Networked: The new social operating system*. MIT Press.
- RIBBENS MCCARTHY, J., & Edwards, R. (2011). *Key concepts in family studies*. Sage.
- SARACENO, C., & Naldini, M. (2003). *Sociologia da família*. Editorial Estampa. (Original publicado em 1998)
- SEDAS NUNES, A. (1970). Questões preliminares sobre as Ciências Sociais. *Análise Social*, 8(30/31), 201-298. <http://www.jstor.org/stable/41008374>
- SEGALEN, M. (1999). *Sociologia da família*. Terramar. (Original publicado em 1981)
- SILVA, A., Segurado, F., Oliveira, M.C., Costa, R. (2013). *O ensino superior em Évora: Memória e projecto (1957-1975)*. Edição de Autor.
- SMART, C. (2007). *Personal life: New directions in sociological thinking*. Polity Press.
- SMITH, D. E. (1993). The Standard North American Family: SNAF as an ideological code. *Journal of Family Issues*, 14(1), 50-65. <https://doi.org/10.1177/0192513X93014001005>
- TORRES, A. (2001). *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*. Celta Editora.
- TORRES, A. M. C. (2010). *Relatório da unidade curricular: Sociologia da família teorias e debates*. ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. <https://www.analiatorres.com/pdf/agregacao/RelatoriodaUCSociologiadaFamiliaTeoriasedebates.pdf>

URRY, J. (2007). *Mobilities*. Polity Press.

WOODWARD, S. (2020). *Material methods: Researching and thinking with things*. Sage.

A SOCIOLOGIA ECONÓMICA. BREVE RELATO DE UM LONGO PERCURSO A PENSAR SOCIOLOGICAMENTE A ECONOMIA

Maria Manuel Serrano*

A sociologia económica procura explicar os fenómenos económicos utilizando as ferramentas da sociologia, em vez das ferramentas da economia. Isto significa utilizar conceitos como os de estrutura social, interação social, normas [...]; e métodos como os inquéritos, as entrevistas ou a observação participante”

(Swedberg, 2003: xiii).

1.O que é a sociologia económica?

A sociologia económica, enquanto campo de investigação, surgiu por volta de 1900, pela mão dos fundadores da sociologia, nomeadamente Max Weber. Porém, as suas raízes intelectuais já haviam sido identificadas na tradição do pensamento filosófico e social. Após um período de estagnação (1920-1960), a sociologia económica¹ renasce na segunda metade da década de 1980 e destaca-se como um dos subcampos mais conspícuos e vitais das disciplinas que estão na sua origem (Smelser & Swedberg, 2005).

1. A história da sociologia económica contempla três momentos históricos: o primeiro (1890-1920) coincide com as contribuições dos fundadores da Sociologia; o segundo (1920-1960) é um período de estagnação e de fragmentação e no terceiro (1980-...) assume uma postura crítica, de desconstrução e reconstituição da própria Economia e assume a designação de Nova Sociologia Económica (Cf. Serrano, 2013).

* Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS-CSG/ISEG-ULisboa). E-mail: mariaserrano@uevora.pt

As definições de sociologia económica na literatura académica são várias e estão obviamente alinhadas com o contexto histórico e com os paradigmas teórico-metodológicos no âmbito dos quais são elaboradas.

Segundo a terminologia de Weber e Durkheim, a sociologia económica é “a perspetiva sociológica aplicada ao fenómeno económico”. Durkheim apresenta uma definição de sociologia económica onde destaca o papel das instituições económicas:

[...] existem as instituições económicas: instituições relacionadas com a produção de riqueza (servidão, arrendamento, organização corporativa, produção em fábricas, em moinhos, em casa, e assim por diante), instituições relacionadas com a troca (organização comercial, mercados, bolsas de valores, e assim por diante), instituições relacionadas à distribuição (alugueres, juros, salários, e assim por diante). Elas formam o objeto de estudo da sociologia económica (Durkheim, 1978: 80).

Para Max Weber (1949), a sociologia económica estuda o setor económico na sociedade (*fenómenos económicos*), a forma como esses fenómenos influenciam a sociedade (*fenómenos economicamente condicionados*) e o modo pelo qual a sociedade os influencia (*fenómenos economicamente relevantes*). Ou seja, na perspetiva de Weber, todos os fenómenos económicos são sociais por natureza e estão enraizados no conjunto, ou em parte, da estrutura social (Swedberg, 2004).

Inspirado pela perspetiva institucional Weberiana, Schumpeter (1954: 21) considera que a sociologia económica é o estudo das instituições dentro das quais o comportamento económico ocorre.

Smelser (1976), apresentou uma definição mais elaborada de sociologia económica, a qual consiste na aplicação dos quadros de referência, variáveis e modelos explicativos da sociologia ao complexo de atividades relacionadas com a produção, distribuição, troca e consumo de recursos escassos, bens e serviços.

Mais recentemente Swedberg simplificou a resposta à questão inicial ao afirmar que “a sociologia económica procura explicar os fenómenos económicos utilizando as ferramentas da sociologia, em vez das ferramentas da economia. Isto significa utilizar conceitos como os de estrutura social, interação social, normas [...]; e métodos como os inquéritos, as entrevistas ou a observação participante” (2003: xiii). De modo mais conciso, dirá

que a sociologia económica é “a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenómenos económicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante” (Swedberg, 2004: 7).

Outra definição de sociologia económica tem por base as diferenças entre as suas disciplinas de origem assumindo-se como “a aplicação da matriz teórica da sociologia a fenómenos económicos. As divergências (...) [entre economia e sociologia situam-se] ao nível da linguagem, dos métodos, dos conceitos base, da ênfase explicativa e dos modos previsionais” (Marques, 2003: 3).

Segundo Hage (2011: 192), a sociologia económica é um campo de estudos sociológicos centrado na análise das ligações entre fenómenos económicos e sociais. O seu objetivo é tratar de questões como a influência de ideias religiosas, políticas públicas ou relações sociais nas atividades económicas, mas também das consequências dos fenómenos económicos na vida social e política.

Em suma, a sociologia económica agrega um conjunto de teorias que se propõe explicar os fenómenos económicos a partir de elementos sociológicos (Swedberg, 1987), ou seja, é a disciplina capaz de pensar sociologicamente os factos económicos.

Em meados da década de 1980, Mark Granovetter cunha uma nova designação para a disciplina acrescentando o adjetivo “nova” à sociologia económica. Um dos objetivos da nova sociologia económica (NSE) seria a demarcação do período de estagnação e fragmentação (1920-1960) que a antecedeu. Consequentemente, a partir de 1985 foram introduzidos novos tópicos de investigação, estabelecidas ruturas e produzidas novas abordagens teóricas e metodológicas no âmbito da NSE. Como refere Marques (2003: 4), “nos planos epistemológico e metodológico, a NSE procura ser uma terceira via, capaz de contornar os excessos e os impasses das conceções mais radicais da teoria social”. A busca desse caminho alternativo está bem patente na teoria *embeddedness* de Granovetter (1985).

Entre os contributos inovadores da NSE contam-se a introdução das redes na análise dos fenómenos económicos, (Granovetter, 1985, 1995); a introdução do tema da moeda como diferentes dinheiros sociais (Zelizer, 1988); e a proposta de um conceito realista de competição, de acordo com o qual as grandes empresas procuram estabilidade e não mudança ou rivalidade (Swedberg, 2003). Somam-se a estas, as perspetivas do género e dos contextos culturais, que também se tornaram centrais em sociologia

económica, bem como a dimensão internacional da vida económica, na medida em penetrou as economias reais do mundo contemporâneo (Makler, Martinelli & Smelser 1982; Evans, 1995).

2. Para lá das definições de sociologia económica: autores, teorias e estudos

2.1. Os autores clássicos da sociologia económica

Karl Marx (1818-1883)

Karl Marx interessou-se fortemente pelo papel que a economia desempenha na sociedade, tendo desenvolvido uma teoria segundo a qual a economia determina a evolução geral da sociedade. Argumentou que as pessoas, na sua vida quotidiana, são impulsionadas pelos interesses materiais, os quais também determinam as estruturas e os processos da sociedade.

Marx propunha-se desenvolver uma abordagem estritamente científica da sociedade, mas as suas ideias políticas aliadas ao seu desejo de mudar o mundo, deram origem ao “marxismo” – uma mistura de ciências sociais e posicionamentos políticos, ancorados numa única doutrina (Smelser & Swedberg, 2005: 7).

Segundo Smelser & Swedberg (2005), o marxismo como um todo, por ser demasiado tendencioso e dogmático, não é útil à sociologia económica. Porém, há elementos do marxismo que são relevantes, entre os quais o trabalho e a produção (pontos de partida de Marx). Para Marx as pessoas têm de trabalhar para viver e isso é um facto universal (1906: 50). O trabalho é de natureza social e não individual, uma vez que as pessoas têm que cooperar para produzir. Os interesses materiais são igualmente universais e os mais importantes são também de natureza coletiva (“interesses de classe”). Contudo, estes interesses só serão eficazes se as pessoas tomarem consciência de que pertencem a uma determinada classe (Marx, 1950: 109).

Marx traçou a história da luta de classes, desde os primeiros tempos e com previsões para o futuro. Acreditou que as “relações de produção” entrariam em conflito com “as forças de produção”, por via da revolução, e que o resultado seria a passagem para um novo “modo de produção” (1970:

21). Em *O Capital*, Marx escreve que “a situação económica é a lei do movimento da sociedade moderna” e que essa lei funciona “com necessidade férrea em direção aos inevitáveis resultados” (1906: 13-14) da mudança revolucionária.

Para além da perspetiva de conflito, há aspetos do pensamento de Marx com uma conotação positiva, nomeadamente a visão de que as pessoas estão dispostas a lutar pelos seus interesses materiais. Desta forma, contribuiu para compreender o que leva grandes grupos de pessoas, com condições económicas semelhantes, em determinadas circunstâncias, a unir-se e a lutar pelos seus interesses. Entre os aspetos do pensamento de Marx com uma conotação negativa, destaca-se a subestimação do papel dos interesses não económicos na vida económica. Acresce ainda que a sua posição sobre o poder determinante dos interesses económicos no resto da sociedade também não é defensável. Como inteligentemente elucida Schumpeter, as “estruturas sociais, tipos e atitudes são moedas que não derretem facilmente” (1994: 12).

Max Weber (1864–1920)

Max Weber ocupa um lugar único entre os clássicos da sociologia económica. Ele foi o que mais contribuiu para o desenvolvimento da disciplina por ter lançado a sua base teórica e por ter realizado estudos empíricos nesse campo (Swedberg, 1998). O seu principal interesse de investigação – compreender a origem do capitalismo moderno – foi igualmente útil para a afirmação da sociologia económica.

Weber, tal como Durkheim, analisaram a possibilidade de elaborar uma abordagem sociológica da economia, tal como foi delimitada pelos economistas neoclássicos. Em *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais* (1959) Weber examina os métodos das ciências naturais e das ciências da cultura e põe fim à discussão sobre os métodos (*methodenstreit*). Simultaneamente, mostra que a economia não é pura especulação e que as suas leis não são naturais, mas tipos ideais, cujo valor preditivo é limitado por serem demasiado genéricas (Lévesques, 2009: 305).

O estudo mais influente de Weber para a sociologia económica é *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (1904). Este trabalho mostra a visão geral de Weber sobre a articulação do ideal com os interesses materiais.

O crente no protestantismo asceta é movido pelo desejo de ser salvo (um interesse religioso) e age em conformidade. Por várias razões paradoxais, o indivíduo eventualmente passa a acreditar que o trabalho secular, realizado de forma metódica, representa um meio para a salvação, e quando isso acontece, o interesse religioso combina-se com o interesse económico. O resultado desta combinação é a liberação de uma força que destrói o tradicional e antieconómico domínio da religião sobre as pessoas e introduz uma mentalidade favorável à atividade capitalista² (Smelser & Swedberg, 2005).

No ensaio “Objetividade nas Ciências Sociais e Política Social” (1904), Weber resumiu a sua visão teórica sobre a sociologia económica. Argumentou que a economia deveria ser suficientemente ampla para analisar a interdependência entre fenómenos económicos e sociais. Enquanto a economia se concentra nos “problemas técnico-económicos da formação de preços e do mercado”, o principal objetivo da sociologia económica é esclarecer os fenómenos “economicamente relevantes” e “economicamente condicionados” (Weber, 1949: 64-66).

Os fenómenos “economicamente relevantes” dizem respeito à influência de instituições não económicas (e.g. instituições religiosas ou políticas) no funcionamento da economia; os fenómenos “economicamente condicionados” ilustram como as orientações políticas, mas também os aspetos da vida social (e.g. fenómenos estéticos ou religiosos) são de facto influenciados por fatores económicos. Embora a teoria económica só possa lidar com questões económicas puras, “fenómenos económicos” (na sua versão racional), a história e a sociologia económica podem lidar com estas três categorias de fenómenos (Hage, 2011:192).

Em *Economia e Sociedade* (1978) encontra-se uma abordagem diferente, tanto para a sociologia económica como para os interesses. Esta apresenta dois conceitos chave – “ação social” e “ordem”. A “ação” é um comportamento investido de significado e é qualificado como “social”, se for orientado para outro ator. Uma “ordem” é equivalente a uma instituição e surge quando as ações sociais são repetidas ao longo de um período temporal objetivo, e pressupõe várias sanções.

2. Esta tese viria a suscitar um enorme debate no seio da comunidade académica do qual emergiram vários argumentos contra as teses de Weber.

Os economistas estudam a ação económica pura, que é a ação exclusivamente motivada por interesses económicos, “desejo de utilidades”, na formulação de Weber (1978: 63). Os sociólogos da economia estudam a ação socioeconómica, que é movida pelo interesse económico, mas também pela tradição e pelas emoções, e está sempre orientado para algum(s) ator(es).

A sociologia económica de Weber em *Economia e Sociedade*, produz as seguintes constatações: as ações económicas de dois atores, orientados um para o outro, constituem uma relação económica; essa relação pode assumir várias configurações – conflito, competição e poder; se dois ou mais atores forem mantidos juntos por um sentimento de pertença, a sua relação é “comunitária” e, se eles forem mantidos juntos por interesse, é uma relação “associativa” (Weber, 1978: 38–43).

A semelhança das relações sociais, as relações económicas podem ser abertas ou fechadas. Para Weber, a propriedade é uma forma especial de relacionamento económico fechado e as organizações económicas também representam relações económicas fechadas. Entre estas, Weber atribui grande importância ao papel da empresa no capitalismo, considerando-a o *locus* da atividade empreendedora e uma força revolucionária.

Weber também escreveu sobre o mercado. Tal como acontece com outros fenómenos económicos, o mercado está centrado num conflito de interesses entre vendedores e compradores. Um mercado envolve troca e competição entre o vendedor final e o comprador final (“luta competitiva”); e somente quando a luta for resolvida é que o cenário fica montado para a troca em si (“luta cambial”) (1978: 635–40).

O capitalismo racional, que surgiu apenas no Ocidente, está centrado no tipo de mercado moderno. No capitalismo político, a obtenção de lucro encontra-se no estado e/ou no poder político, através da concessão de favores, da oferta de proteção ou algo semelhante. O capitalismo comercial tradicional tem expressão nas negociações de pequena escala, em dinheiro ou mercadorias (Weber, 1978: 164–66).

Émile Durkheim (1858–1917)

Nenhum dos principais estudos de Émile Durkheim é diretamente enquadrável na sociologia económica, no entanto, todos eles abordaram temas económicos. Durkheim, tal como Weber, observa que a economia aparenta

interessar-se apenas por coisas (logo, sem interesse para a moral ou para a sociologia) e demonstra que, no seu curso efetivo, ela repousa sobre representações, crenças e valores (Lévesques, 2009: 305).

A obra de Durkheim, *The Division of Labor in Society* (1893), tem uma relevância direta para a sociologia económica. Aqui o autor argumenta que a estrutura social muda à medida que a sociedade se desenvolve de um estado indiferenciado para outro estado caracterizado por uma complexa divisão do trabalho, nos tempos modernos.

Os economistas, observa Durkheim, veem a divisão do trabalho como um fenómeno exclusivamente económico, que possibilita ganhos em termos de eficiência. No entanto, Durkheim acrescentou-lhe uma dimensão sociológica, expressa no modo como a divisão do trabalho se reflete na organização da sociedade através da coordenação de atividades especializadas.

Observa ainda que a sociedade tende a evoluir para uma divisão do trabalho mais avançada, com consequências para o sistema jurídico. Se a sociedade muda a sua natureza predominantemente repressiva, apoiada no direito penal, para se tornar uma sociedade restitutiva passará então a alicerçar-se no direito contratual. Ao discutir o contrato, Durkheim esclarece que um contrato não funciona em situações onde o interesse próprio impera como supremo, mas apenas onde existe um elemento moral ou regulador. Na defesa do carácter social do contrato, o autor afirma: “o contrato não é suficiente por si só, mas é possível por causa da regulamentação dos contratos, que é social na sua origem” (Durkheim, 1984: 162).

Na mesma obra Durkheim revela preocupação com os avanços económicos França, temendo que estes possam destruir a sociedade ao libertar a ganância dos indivíduos e corroer a sua moral. Sobre esta problemática, muitas vezes expressa em termos de interesse privado *versus* interesse geral, Durkheim observa que a “subordinação do particular ao interesse geral é a fonte de toda atividade moral” (1984: xiii). Durkheim reconhece a necessidade de intervenção do estado, ou de outra agência, na regulação da vida económica porque a ausência de uma ação reguladora levará à “anomia económica”. Alega que as pessoas precisam seguir regras e normas na sua vida económica e reagem negativamente a situações anárquicas.

Durkheim defende uma sociedade industrial harmoniosa, a qual idealiza da seguinte forma: cada indústria deve ser organizada em diversas corporações, nas quais os indivíduos prosperarão por causa da solidariedade e cordialidade que advém do facto de ser membro de um grupo (1984: lii).

Durkheim estava bem ciente do papel que o interesse desempenha na vida económica. Em *The Elementary Forms of Religious Life* (1912), enfatiza que “o principal incentivo à atividade económica sempre foi o interesse privado” (1965: 390). Isto não significa que a vida económica seja puramente egoísta e desprovida de moralidade. Diz o autor, “nós permanecemos [nos nossos assuntos económicos] em relação com os outros; os hábitos, ideias e tendências que a educação nos transmitiu e que normalmente presidem as nossas relações nunca poderá ser totalmente ausente” (1965: 390); o elemento social tem uma fonte diferente da economia e tenderá a desgastar-se, se não for renovado.

Georg Simmel (1858-1918)

Ainda que a obra de Simmel não contenha muitas referências à economia, é relevante para a sociologia económica. Tal como Durkheim, Simmel via os fenómenos económicos num contexto mais abrangente, não económico. No seu estudo mais importante, *Soziologie* (1908), explicou o que deveria ser a análise sociológica do interesse e justificou porque é indispensável para a sociologia. Duas das suas proposições gerais referem que os interesses levam as pessoas a formar relações sociais e que é apenas através dessas relações sociais que o interessa pode ser expresso. Concebe a sociedade como produto das interações individuais e cria o conceito de “sociação” para designar as formas de relacionamento dos atores sociais. Outra proposição chave no pensamento de Simmel é a de que os interesses económicos, assim como outros interesses, podem assumir várias expressões sociais.

A sociação é a forma (realizada em inúmeras maneiras) pela qual os indivíduos crescem juntos numa unidade e dentro da qual os seus interesses são realizados. E é com base nos seus interesses – materiais ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causal ou teleológico – que os indivíduos formam tais unidades (Simmel, 1971: 24).

Na mesma obra, Simmel analisa alguns fenómenos económicos, entre eles a competição e distingue-a do conflito. Enquanto o conflito coloca dois atores em confronto, a competição exige esforços paralelos dos atores, sendo

que a sociedade poderá beneficiar das ações dos atores em competição. Em vez de destruir o seu oponente, como acontece no conflito, na competição cada ator tenta fazer o mesmo que o seu concorrente faz, mas melhor.

Em *Philosophy of Money* (1900), Simmel defende que o dinheiro e a modernidade andam juntos e que na sociedade não existe um conjunto exclusivo de valores dominantes, mas sim a sensação de que tudo é relativo (Poggi, 1993). Esta obra também contém reflexões sociológicas sobre as conexões entre o dinheiro e a autoridade, as emoções, a confiança, entre outros fenómenos.

Simmel observou que, normalmente, o valor do dinheiro se estende apenas até à autoridade que o garante – “o círculo económico”. Afirmar que há “sentimentos economicamente importantes” sobre o dinheiro, tais como “esperança e medo, desejo e ansiedade” (1978: 171). Sem confiança a sociedade simplesmente não poderia existir; e “da mesma forma, as transações monetárias colapsariam sem confiança” (1978: 179).

No que concerne ao dinheiro, a confiança funciona da seguinte forma: com base na experiência – se algo aconteceu antes é provável que se repita (e.g. se as pessoas aceitam um certo tipo de dinheiro); ou com base numa crença não racional, que Simmel designa de “fé quase religiosa”, que se aplica ao dinheiro, mas também no crédito.

2.2. Após os clássicos ... contributos de economistas

Joseph Schumpeter (1883-1950)

Schumpeter³ viveu dois importantes períodos da economia e da sociologia: o nascimento da economia moderna, no início do século XX, e a sua matematização e afirmação como *mainstream*, algumas décadas depois; na sociologia testemunhou os contributos fundamentais de Max Weber, na primeira década do século XX, e de Talcott Parsons, nas décadas de 1930 e 1940.

Schumpeter é o único economista que procura assegurar um lugar para a sociologia económica, ao lado da teoria económica. Neste esforço,

3. Para além de Schumpeter (1883-1950), outros economistas trouxeram contribuições significativas para a sociologia económica. Refira-se, a título ilustrativo, Alfred Marshall (1842-1924), Vilfredo Pareto (1848-1923), Thorstein Veblen (1857-1929) ou Werner Sombart (1863-1941).

Schumpeter foi claramente inspirado por Weber e, tal como ele, defendeu uma economia ampla, *Sozialökonomik*, ou “economia social”.

O autor produziu três estudos em sociologia. No primeiro estudo, sobre classes sociais, distingue o uso do conceito de classe na economia (uma categoria formal) e na sociologia (uma realidade viva). O segundo estudo versa sobre a natureza do imperialismo, o qual classifica de pré-capitalista, irracional e emocional. O terceiro estudo é o mais interessante do ponto de vista da sociologia económica contemporânea – *The Crisis of the Tax State* (1918), classificado pelo próprio como um estudo de “sociologia fiscal” (*Finanzsoziologie*), no qual defende a tese de que as finanças de um estado ocupam uma posição privilegiada a partir da qual se pode abordar o comportamento do próprio estado.

Uma das principais teses de Schumpeter (1942) sobre o capitalismo, o socialismo e a democracia é de natureza sociológica. Sustenta que o motor do capitalismo está intacto, mas que a sua estrutura institucional é fraca e está danificada, facto que abre a possibilidade de vir a ser substituído pelo socialismo. Smelser e Swedberg (2005) discordam da análise de Schumpeter sobre a eventual queda do capitalismo, a qual classificam como incorreta e idiossincrática. No entanto, apoiam as suas percepções sobre a mudança económica ou, como diria Schumpeter, a “destruição criativa”.

Na sua teoria sobre a mudança económica, o empreendedorismo é um elemento central (Schumpeter, 1934; 2003). Schumpeter considerou a teoria do empreendedorismo parte integrante da teoria económica, o que sugere o seu empenho em criar uma teoria económica nova e mais dinâmica. Algumas das ideias de Schumpeter sobre o empreendedorismo são de natureza sociológica. A sua ideia central sobre o empreendedorismo – o qual consiste numa tentativa de combinar, de novas maneiras, elementos já existentes –, bem como a sua convicção de que o maior inimigo do empreendedor são as pessoas que resistem à inovação, podem ser lidas e analisadas sociologicamente.

Karl Polanyi (1886-1964)

Em *The Great Transformation* (1944) Polanyi defende a tese de que houve uma tentativa revolucionária na Inglaterra do século XIX para introduzir um novo tipo de sociedade centrada no mercado. Neste tipo de sociedade,

nenhuma autoridade reguladora externa era necessária, tudo seria decidido automaticamente pelo mercado (“o mercado autorregulador”), inclusivamente o valor do dinheiro. Sustenta ainda que, nas décadas de 1840 e 1850, foram aprovadas diversas leis com o intuito de tornar esse projeto em realidade, transformando inclusivamente a terra e o trabalho em mercadorias comuns. Segundo Polanyi, esses procedimentos levariam à catástrofe quando os efeitos negativos das reformas de mercado se tornaram óbvias. Na segunda metade do século XIX, foram tomadas contramedidas retificativas (“o duplo movimento”⁴), as quais viriam a desequilibrar ainda mais a sociedade e a abrir espaço para o desenvolvimento do fascismo no século XX, um dos resultados de deixar tudo nas mãos do mercado.

Também abordou os interesses e argumentou que, em todas as sociedades anteriores ao século XIX, os interesses gerais dos grupos e das sociedades (“interesses sociais”) haviam sido mais importantes do que o interesse monetário do indivíduo (“interesse económico”). Sustenta que “uma conceção demasiadamente restrita de interesse [...] deve, na verdade, levar a uma visão distorcida da história social e política, e nenhuma definição puramente monetária de interesse pode deixar espaço para essa necessidade vital de proteção social” (Polanyi, 1957: 154).

A parte teórica da citada obra centra-se nos conceitos de “incrustação” e “princípios de comportamento” (posteriormente designadas “formas de integração”). Polanyi popularizou o conceito de “incrustação” ou *embeddedness* e considerou que as ações económicas ganham uma dimensão destrutiva quando são “desincorporadas” ou não governadas por autoridades sociais ou não económicas. O problema real do capitalismo, sustenta o autor, é que “em vez de o sistema económico estar incorporado nas relações sociais, essas relações estão agora incorporadas no sistema económico” (Polanyi, 1982: 70). Ou seja, em vez da sociedade decidir sobre a economia, é a economia que decide sobre a sociedade.

4. Na teoria sobre o desenvolvimento das economias e das sociedades de mercado, Karl Polanyi identifica um “duplo movimento” na história do capitalismo, resultado da coexistência de dois princípios organizadores (da economia e do mercado) com métodos e objetivos antagónicos: o princípio do “liberalismo económico” – que propõe a universalização dos mercados autorregulados, a defesa do *laissez-faire* e do comércio livre; e o princípio da “autoproteção social” – que se organiza em torno da defesa dos valores sociais ameaçados pelos mercados e não em torno de interesses de classes particulares.

Para além da teoria da “incrustação” Polanyi fornece outro conjunto de ferramentas conceptuais para a sociologia económica, as “formas de integração”. O seu argumento geral assenta na convicção de que o interesse próprio racional é demasiado instável para constituir a base da sociedade e que uma economia deve ser capaz de fornecer às pessoas sustento material de forma contínua. Assim, identifica três formas de integração, ou modos de estabilizar a economia e proporcionar-lhe unidade: i) a “reciprocidade” – que corresponde a uma forma justa de distribuição, como ocorre nas famílias ou em economias baseadas em relações de parentesco e vizinhança; ii) a “redistribuição” – operada pelo estado ou por outra autoridade política e iii) a “troca mercantil” – que permite uma economia em permanente crescimento e leva a um sistema económico dinâmico. Isto acontece porque o sistema não é orientado exclusivamente para o interesse humano no consumo, mas também pelo interesse no lucro. É o lucro que diferencia o sistema de troca, da reciprocidade e da redistribuição, porque sendo o lucro reinvestido na produção, é possível ter um sistema económico realmente dinâmico – o capitalismo (Swedberg, 2003 xv).

Talcott Parsons (1902–1979)

Na década de 1950, Talcott Parsons⁵ reformulou as suas ideias sobre a relação entre a economia e a sociologia, num trabalho em coautoria com Neil Smelser, *Economia e Sociedade* (1956), o qual viria a constituir-se como o principal contributo de Parsons para a sociologia económica. Parsons sustenta que enquanto a economia lida com a relação entre meios e fins da ação social, a sociologia lida com os seus valores – “o fator analítico”.

Em *The Structure of Social Action* (1937), Parsons ataca severamente o pensamento social utilitarista, incluindo a ideia de que os interesses são um bom ponto de partida para a análise da sociedade. Os teóricos do interesse, observa Parsons, não conseguem lidar com o problema hobbesiano da ordem; eles tentam sair desse dilema assumindo que os interesses de todos estão em harmonia (Parsons, 1968: 96–97). O que os utilitaristas não compreendem é que as normas (que incorporam valores) são necessárias

5. Foi economista da tradição institucionalista e ensinou economia por vários anos antes de se transferir para a sociologia, na década de 1930.

para integrar a sociedade e proporcionar a ordem. Os interesses fazem sempre parte da sociedade, mas uma ordem social não pode ser construída apenas com base neles (*Idem*, 405).

Em *Economia e Sociedade* (1956)⁶, Parsons e Smelser sugeriram que tanto a sociologia quanto a economia podem ser compreendidas como parte da teoria geral dos sistemas sociais. A economia é um subsistema que interage com os outros três subsistemas – o político, o integrativo e o cultural-motivacional. O conceito de subsistema lembra a noção de “esfera” (estruturas sociais criadas pelos indivíduos em interação social) de Weber. Mas, enquanto a esfera se refere apenas a valores, o subsistema económico também possui uma função adaptativa e uma estrutura institucional distinta.

Na década de 1960, Smelser ajudou a fixar a sociologia económica como um subcampo na mente dos académicos e nos currículos das universidades, mas não gerou novas linhas de investigação (Smelser, 1976).

3. A nova sociologia económica

Apesar dos esforços de Parsons e Smelser para revitalizar a sociologia económica, o campo atraiu pouca atenção e atravessou uma fase de estagnação a partir de finais da década de 1960. Desde então e até ao início dos anos 1970, a sociologia económica foi marcada por trabalhos de inspiração marxista, a teoria da dependência, a teoria dos sistemas mundiais e as análises neomarxistas (Smelser & Swedberg, 2005).

Em meados da década de 1980 a sociologia económica renasce, nos EUA. Por esta altura os sociólogos sentiam necessidade de desenvolver uma abordagem própria para o estudo dos fenómenos económicos. A herança dos clássicos, nomeadamente de Max Weber, não era uma opção porque era pouco conhecida. Os trabalhos de Marx também não eram uma opção porque o tempo da sociologia radical havia terminado.

Foi neste contexto que Mark Granovetter (1985) propôs a fusão das ideias de Karl Polanyi sobre “incrustação” com a análise de redes. Aceite esta proposta, “a tarefa da sociologia económica seria descrever o modo pelo

6. Os economistas reagiram negativamente a esta obra e os sociólogos não lhe reconheceram grande interesse para a sociologia económica.

qual as ações económicas são estruturadas por meio de redes” (Swedberg, 2004: 17). Ou seja, “as ações económicas não acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas; acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes” (Swedberg, 2004: 17).

A nova sociologia económica é um fenómeno desenvolvido por vários investigadores (maioritariamente norte-americanos) que, a partir dos anos 1980 trabalharam na “aplicação de uma matriz de conhecimento sociológico a fenómenos económicos” (Marques, 2003: 2).

O texto de Harrison White (1981) sobre as origens sociais dos mercados impulsionou esta linha de investigação. Quatro anos depois, Mark Granovetter, publicou um ensaio teórico intitulado *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness* (1985). Este artigo é marcante pois “apresenta a postura epistemológica de base e esboça os traços mais decisivos da nova escola” (Marques, 2003: 1). Para sublinhar a intenção de rutura Granovetter adotou a designação de “nova sociologia económica (NSE)”.

Os motivos que levaram ao renascimento da sociologia económica são intrínsecos e extrínsecos à sociologia. Por um lado, há um descontentamento generalizado de grande parte dos jovens sociólogos do pós-guerra relativamente ao projeto sociológico do estrutural-funcionalismo. Em alternativa à análise parsoniana dos fenómenos económicos, fundada nas estruturas e nas funções, é proposta uma matriz de análise baseada no xadrez das relações (Marques, 2003: 3). Por outro lado, a chegada ao poder de Ronald Reagan (EUA) e de Margaret Thatcher (UK), cujas políticas conduziram a uma nova ideologia neoliberal, colocam a economia (e os economistas) no centro das atenções. Em meados da década de 1980, os economistas começaram a redesenhar a tradicional fronteira que os separava da sociologia e a incorrer em áreas que os sociólogos consideravam seu território. Por sua vez, economistas como Gary Becker ou Oliver Williamson, entre outros, captaram a atenção dos sociólogos, os quais passam a abordar temas económicos (Smelser & Swedberg, 2005: 14).

Granovetter (1995) associou a “velha sociologia económica” à perspectiva da economia e sociedade e à sociologia industrial, duas abordagens cheias de vida na década de 1960, mas que depois “de repente morreram” (Granovetter 1985: 3). Segundo Granovetter, a nova sociologia económica ataca os argumentos neoclássicos e visa abordar tópicos económicos centrais, em vez de se focar nos periféricos.

“A NSE nasce como um esforço de rutura com as concepções sub e hiper socializadas da natureza humana, assinalando o primado da relação social, da confiança e das redes como tópicos dominantes num projeto de investigação profícuo. Esta profissão de fé no que, com alguma latitude interpretativa, se poderia chamar interacionismo metodológico, significa, bem entendido, que a NSE estabelece um diálogo profundamente crítico quer com a tradição da sociologia económica dos anos 50, especialmente na sua feição parsoniana, quer com a economia neoclássica e com os projetos da nova economia institucional de Williamson” (Marques, 2003 4).

A NSE “é uma sociologia que se ocupa do estudo dos mecanismos sociais que proporcionam o estabelecimento de redes de relações sociais continuadas, observando os modos como estas relações estão na base da construção de contratos, firmas, organizações várias, grupos empresariais e instituições económicas” (Marques, 2003 16). Numa perspetiva interaccionista, os conceitos de capital social, de redes e de confiança assumem um papel central na teorização sociológica em torno das variáveis económicas.

O início dos anos de 1990, traz mudanças significativas para a sociologia económica, quer no seu *status* institucional, quer na abordagem teórica, tanto na Europa como nos EUA. Foram acrescentados novos tópicos à agenda da sociologia económica (e.g. riqueza, capacidade empresarial ou o papel do direito na economia) e algumas contribuições pioneiras da NSE foram reelaboradas e exploradas em novas direções. Assim aconteceu com as ideias de Mark Granovetter sobre *embeddedness*/ “incrustação” e a teoria dos mercados produtivos de Harrison White. Paralelamente, verifica-se uma intenção de consolidar a sociologia económica pela via do retorno aos clássicos (Swedberg, 2004: 8, 16).

Em suma, a década de 1990 foi fértil na produção de múltiplas monografias como por exemplo, *The Transformation of Corporate Control* (1990) de Neil Fligstein; *Structural Holes* (1992) de Ronald Burt e *The Social Meaning of Money* (1994) de Viviana Zelizer. Estes três trabalhos baseiam-se nos *insights* da teoria das organizações, da teoria das redes e da sociologia cultural, respetivamente.

A teoria da incrustação (*embeddedness*)

A (re)descoberta da tese da incrustação (*embeddedness*) é, entre as teorias gerais e paradigmas produzidos no âmbito da NSE, um marco na sua génese. Após a publicação de *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness* (1985), Granovetter continuou a aperfeiçoar a sua teoria em vários artigos e relacionou-a com dois dos seus principais projetos desde então: um trabalho teórico geral em sociologia económica intitulado *Society and Economy: The Social Construction of Economic Institutions* e um estudo, em coautoria com Patrick McGuire [1998] sobre o surgimento da indústria elétrica nos Estados Unidos.

Foi no artigo de 1985 que Granovetter discutiu a teoria *embeddedness* e que reivindicou o emprego da análise de redes na sociologia económica. A sua definição de *embeddedness* é bastante genérica: considera que as ações económicas estão “inseridas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais” (Granovetter 1985: 487) e que as redes são centrais para compreender o conceito de inserção social. Distingue as conexões imediatas de um ator (inserção relacional) das conexões mais distantes (inserção estrutural) (Granovetter, 1990: 98–100; 1992: 34–37).

Inspirado por Berger e Luckmann (1967), Granovetter adiciona ao artigo original a ligação da *embeddedness* à teoria das instituições. Argumenta que as instituições são “redes congeladas” (Granovetter, 1992: 7) porque, após algum tempo, a interação entre as pessoas adquire uma qualidade objetiva que as leva a aceitarem as rotinas como um dado adquirido. As instituições económicas são caracterizadas pela “mobilização de recursos para a ação coletiva” (Granovetter, 1992: 6).

O conceito *embeddedness* tem sido amplamente discutido e criticado. Bourdieu (2000) sublinha a “incapacidade [da *embeddedness*] em lidar com fatores estruturais” (Swedberg, 2004: 17) e propõe, em alternativa, o conceito de campo, o qual lida facilmente com o impacto da estrutura.

Brian Uzzi, por exemplo, afirma que uma empresa pode estar “subinserida” ou “sobreinserida”, e que uma empresa é mais bem-sucedida quando equilibra laços de mercado distantes com vínculos mais sólidos (Uzzi, 1997). Outros críticos acusam Granovetter de omitir aspectos importantes da ação económica, incluindo uma ligação ao nível macroeconómico, à cultura e à política (Zukin e DiMaggio 1990; Zelizer 1988; Nee & Ingram, 1998). Zukin e DiMaggio (1990) sugerem que, para colmatar

essa lacuna, deve-se falar não apenas de “inserção estrutural”, mas também de “inserção política”, “inserção cultural” e “inserção cognitiva”.

A análise de redes

A análise de redes chega à sociologia económica pela mão da sociologia estrutural. Esta abordagem centra-se na proposição de que as relações entre as pessoas e as suas posições são cruciais para o processo social (Mullins & Mullins, 1973: 251-69). Já no célebre artigo de 1985 sobre a *embeddedness*, Granovetter havia argumentado que as atividades económicas assentavam em relações sociais, mas também em redes.

Para Swedberg, “uma das grandes vantagens da análise de redes é o fato de constituir uma ferramenta flexível por meio da qual se pode lidar com um número considerável de fenómenos sociais” (2004:18). A confirmar esta ideia estão diversos estudos produzidos com base na análise de redes, onde se exploram diversos tipos de interações económicas. Estas formas sociais intermediárias são, por vezes, referidas como “formas de organização em rede”.

Ronald Burt (1993) sugeriu que a capacidade empresarial podia ser compreendida com ajuda da análise de redes. Considera que um empreendedor tem a faculdade de estabelecer ligações entre dois grupos de pessoas (e.g. compradores e vendedores) e que sem a sua intervenção permaneceriam sem qualquer conexão entre si.

Num outro estudo de análise de redes DiMaggio e Louch (1998) abordam um tipo específico de compras do consumidor, nomeadamente aquelas para as quais as pessoas mobilizam as suas redes de amigos e conhecidos. Tudo indica que esse tipo de compra é bastante comum quando se trata da compra de casas e carros usados (onde não há intermediários).

Padgett e Ansell (1993) levaram a cabo um estudo histórico, com base na análise de redes, sobre a família Médici. Os autores argumentam que parte substancial do poder da família deriva da sua competência para construir e operar vários tipos de redes, nas esferas económica e política.

De facto, os estudos de redes assumiram um lugar central da nova sociologia económica. Porém a abordagem de redes não escapa à crítica sendo acusada de se centrar demasiado na estrutura de relações e de negligenciar o papel da política e da cultura na vida económica (Fligstein 1996: 657).

Mercados

Tal como as redes, os mercados têm constituído um dos tópicos centrais da sociologia económica. Como vimos, White (1981) lançou as bases da NSE com um trabalho sobre os mercados, o qual retomou no início da década de 1990, adicionando diversas dimensões ao modelo de análise original (White, 2001).

Aspers (2001) procurou a correlação entre a identidade dos atores do mercado e a sua posição no mercado, dando continuidade ao trabalho de White. Na teoria de White, o mercado (industrial) típico é constituído por um número restrito de atores, os quais, fazendo-se conhecer uns aos outros, formam um grupo coerente dotado de uma estrutura social estável – o mercado.

Neil Fligstein (1996) propõe uma teoria alternativa, segundo a qual a principal característica dos mercados modernos é a estabilidade. Ou seja, em qualquer circunstância, os atores do mercado, não apreciam preços voláteis nem competição desequilibrada, desejam mercados estáveis.

Refira-se ainda o estudo de Joel Podolny (1992) sobre o papel do *status* nos mercados. Este argumenta que os compradores estão dispostos a pagar um preço mais elevado aos atores de mercado que detenham um *status* mais elevado, algo que é altamente lucrativo para o vendedor. Porém, o fato de possuir *status* leva o vendedor a ter um mercado mais pequeno, pois, de outro modo, ele correria o risco de perder *status* (e o seu mercado).

As empresas e a teoria das organizações

A NSE tem recorrido à teoria das organizações para estudar tópicos como a estrutura das empresas, ou a relação entre as empresas e os seus ambientes⁷. No âmbito da teoria das organizações, três abordagens teóricas têm sido especialmente importantes para a NSE: dependência de recursos, ecologia populacional e novo institucionalismo.

Como o próprio nome sugere, a dependência de recursos, baseia-se no postulado de que as organizações são dependentes dos seus ambientes

7. Vd. Serrano, M. M. (2012). *Perspetivas teóricas sobre a relação das organizações com o meio ambiente*. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Working Papers, (2/2012).

para sobreviver. Burt (1993) identifica os três atores que afetam os lucros das empresas – fornecedores, concorrentes e clientes – e conclui que quanto mais “autonomia estrutural” uma empresa possuir, maiores são os seus lucros; ou seja, uma empresa com muitos fornecedores, poucos concorrentes e muitos clientes consegue comprar barato e vender caro.

Na ecologia populacional, a principal força motriz da organização é a sobrevivência. Esta abordagem vem demonstrar que a difusão de uma forma organizacional normalmente passa por vários estágios distintos: inicia-se com um processo muito lento, depois cresce de forma explosiva e, finalmente, estabelece-se lentamente (e.g. Hannan & Freeman 1989). A novidade desta teoria reside no facto de se dirigir a populações inteiras de firmas, num determinado sector da economia, em vez de se interessar por uma única ou algumas firmas. A tarefa consiste em estudar como, ao longo do tempo, essas populações de firmas emergem, se expandem e entram em declínio. Esta abordagem também permitiu perceber como se opera a difusão de ideias ou os modos de fazer as coisas, numa dada população de firmas (Davis, 1991), sendo que a estrutura de relações sociais entre as firmas influenciará a velocidade e a amplitude dessa difusão (Swedberg, 2004: 20).

O novo institucionalismo é fortemente influenciado por John Meyer e centra-se nos aspetos culturais e cognitivos das organizações (Powell & DiMaggio, 1991). Meyer argumenta que as organizações aparentam ser mais racionais do que realmente são, e que há modelos específicos de organização das atividades que podem ser amplamente aplicados, inclusive em circunstâncias às quais não se enquadram. A análise de interesse, no novo institucionalismo é exemplificada pelo estudo de Fligstein (1990) sobre a grande empresa nos EUA. Fligstein observa que a forma multidivisional de organização alastra por razões miméticas, mas também porque este formato permite às empresas obter vantagens no âmbito das novas tecnologias e nos mercados nacionais emergentes.

A investigação sociológica sobre as firmas prosseguiu na direção da capacidade empresarial. Embora o tema tenha sido abordado na década de 1980, só mais tarde se pode falar de uma sociologia da capacidade empresarial (Thornton, 1999; Swedberg, 2000). Granovetter ajudou a teorizar sobre os motivos que levam as pessoas a tornar-se empreendedores bem-sucedidos num ambiente estrangeiro, quando não foram empreendedoras nos seus países de origem (Granovetter, 1995). Sugere que essa

limitação pode ter origem nos laços familiares, os quais podem atuar como forças de bloqueio da capacidade empreendedora. O mesmo não ocorre num país estrangeiro onde as pessoas estão afastadas do controlo social da família, daí resultando uma substancial capacidade empreendedora.

Anna Lee Saxenian (1996) retomou as ideias de Alfred Marshall sobre os distritos industriais e propôs-se compreender o papel da estrutura nos fatores conducentes à capacidade empreendedora. Para tal, comparou a estrutura social de Silicon Valley (Califórnia) com a estrutura da Estrada 128 (Massachusetts) e observa que, no primeiro caso, existe uma estrutura social descentralizada e informal (maior capacidade empreendedora), enquanto no segundo caso a estrutura social é centralizada e formal (menor capacidade empreendedora).

Sociologia económica cultural

A sociologia económica cultural tem em Viviana Zelizer e Paul DiMaggio, dois dos seus representantes mais proeminentes. Zelizer criticou a sociologia económica do seu tempo por considerar que reduzia tudo ao social, às relações e às redes, tendência que designou de “absolutismo social estrutural” (1988: 629). Também rejeitou o “absolutismo cultural”, ou seja, a redução de tudo o que é economia à cultura. O seu objetivo consistia em considerar os fatores económicos e culturais de modo integrado.

DiMaggio é igualmente cético em relação a uma análise cultural da economia, mas argumenta que esta deve incluir apenas uma “componente ‘cultural’” (DiMaggio 1994: 27). Segundo DiMaggio, a cultura pode ser “constitutiva” (referindo-se a categorias, roteiros e conceções de agência) ou “reguladora” (referindo-se a normas, valores e rotinas).

Viviana Zelizer (1979) lança as bases da vertente cultural na NSE. O seu primeiro grande estudo incidiu sobre os seguros de vida nos EUA, dando especial ênfase ao choque entre valores sagrados e valores económicos. Faz o mapeamento das condições e dos quadros de sacralização da vida humana e das consequências que resultam da sua mercantilização. Elenca os processos históricos que conduziram à valorização monetária de elementos sacralizados e refere-se ao choque entre a definição de um valor absoluto de medida e a condenação das conversões mercantis da vida humana (Marques, 2003: 35). Zelizer deixa claro que a tensão entre

a valorização mercantil e a definição de um espaço de inalienabilidade é uma constante estrutural. Isto explica, por exemplo, que a rejeição da escravatura conviva com a compra de seres humanos. Zelizer acredita que o dinheiro é um grande colonizador e profanador da vida social. A realidade económica das sociedades mercantis reforça a colisão entre a sacralização da existência humana e a necessidade de estabelecer equivalências monetárias para a vida, a morte, os órgãos para transplante, as crianças, etc.

Em *Pricing the Priceless Child* (1985), Zelizer sustenta que as crianças tinham um valor económico no século XIX e no século XX passam a ter um valor emocional e inestimável. Num estudo de 1994, Zelizer argumenta que o dinheiro não constitui uma substância neutra, não-social, mas aparece numa variedade de formas culturais (“dinheiro múltiplo”).

Viviana Zelizer trabalhou sobre diferentes tipos de dinheiros e moedas, e os seus estudos foram ganhando cada vez mais reconhecimento e influencia, tanto no interior como fora da sociologia económica. No entanto, ela também abordou novos tópicos de investigação, como o consumo ou a forma de correlação entre fatores económicos e intimidade (Zelizer, 2002).

4. A sociologia económica europeia

Pierre Bourdieu foi o sociólogo europeu que demonstrou maior interesse pela economia. Ele desenvolveu uma alternativa teórica ao modelo *embeddedness* – a ideia da economia como um campo.

O principal estudo empírico de Bourdieu, com interesse para a sociologia económica, é *Travail et travailleurs en Algérie* (1963), um estudo etnográfico. O autor compara a visão tradicionalista do mundo dos camponeses argelinos com a visão capitalista do mundo das pessoas modernas. Na visão tradicional, o trabalhador argelino tem uma relação intensamente emocional e quase mística com a terra, algo que não ocorre numa sociedade dominada pelo trabalho assalariado e pelo capital. Nota ainda que na Argélia, o trabalho não está diretamente relacionado com a produtividade; cada um procura manter-se ocupado o tempo todo. As instituições como o dinheiro e o crédito também são vistas de forma diferente. O dinheiro e a troca são vistos como inferiores e o crédito é

utilizado apenas em circunstâncias raras e/ou urgentes, como situações de sofrimento pessoal. Nota ainda que na Argélia, os empreendimentos comerciais são preferidos aos industriais, porque o risco envolvido é muito menor (Sweedberg & Smeler, 2005: 18).

Bourdieu também desenvolveu uma abordagem geral da sociologia económica, uma aplicação da sua sociologia geral, centrada nos conceitos de campo, *habitus* e diferentes tipos de capital.

Num artigo intitulado “O campo económico” (1997), que mais tarde recebeu o título de “Princípios de uma Antropologia Económica”, Bourdieu critica a abordagem teórica *embeddedness* de Granovetter, por considerar que aquela ignora a dimensão estrutural incorporada na noção de campo.

Bourdieu (1997) conceptualiza a economia como um campo, ou seja, como uma estrutura de relações reais e potenciais em que cada campo tem a sua própria lógica e estrutura social, sendo que a estrutura de um campo também pode ser entendida em termos de distribuição de capital.

Além do capital financeiro, Bourdieu considera três outras formas de capital: social, cultural e simbólico. O capital social refere-se às conexões de relevância para os assuntos económicos; o capital cultural deriva da educação e do *background* familiar; e o capital simbólico está relacionado com vários *itens* de base cognitiva, como a boa vontade e lealdade a uma marca. Os atores individuais trazem o seu “*habitus* económico” (ou “pre-disposições económicas”) para o campo económico.

Para além dos três conceitos fundamentais da sociologia geral de Bourdieu – campo, capital e *habitus* – existe um quarto conceito igualmente importante, mas frequentemente ignorado – o interesse. O interesse é aquilo que motiva o ator a participar num campo. Ter interesse significa estar presente, participar, admitir que o jogo vale a pena ser jogado e que as apostas valem a pena ser perseguidas; é reconhecer o jogo e reconhecer as suas apostas (Bourdieu, 1998: 77). O oposto de interesse (*illusio*) é a indiferença (*ataraxia*).

Reconhece-se que as teses de Bourdieu foram discutidas de forma limitada na sociologia económica contemporânea. Em *Distinção* (1979), Bourdieu contribui para compreender a formação de preferências e também apresenta uma nova abordagem do consumo. Em, *A tirania do capital* (1998b) discute o aspeto normativo da sociologia económica.

Em suma, o trabalho de Bourdieu difere substancialmente da sociologia económica norte americana. Enquanto esta se focaliza predominante

na *embeddedness*, nas redes e na construção social da economia, Bourdieu propõe uma abordagem muito mais estrutural. Os quatro conceitos-chave – *habitus*, campo, interesse e capital – parecem indicar que Bourdieu está menos interessado no funcionamento da economia oficial e mais interessado no impacto que as condições económicas causam na vida das pessoas.

Consequentemente, admite-se a existência de duas abordagens diferentes na sociologia económica contemporânea: a *embeddedness* e os campos.

Fora dos EUA, a França tornou-se uma espécie de centro de inovação da sociologia económica e Bourdieu não foi o único sociólogo a contribuir para este campo. Entre os autores, e respetivos trabalhos, com potencial relevância para a sociologia económica destacam-se Boltanski e Thévenot ([1987] 1991), que estudaram as diferentes maneiras pelas quais uma ação pode ser justificada ou legitimada; Michel Callon (1998) adicionou à teoria da rede o argumento de que, para além dos indivíduos e das organizações, também os objetos (e.g. as máquinas), podem ser atores numa rede.

Em co-autoria com Eve Chiapello, Boltanski publicou um estudo intitulado *The new spirit of capitalism* (1999), no qual anuncia a emergência de um novo tipo de capitalismo, o capitalismo de redes. Segundo os autores, os cientistas sociais, inclusive os sociólogos económicos, contribuíram para instalar a ideologia do capitalismo de redes ao defenderem, as redes, a descentralização e a produção flexível – traços que fazem parte do “novo espírito do capitalismo” (Swedberg, 2004 12-13).

Refira-se também Michel Callon, que juntamente com Bruno Latour, se dedicam sobretudo à sociologia da ciência e da tecnologia (Callon, 1998). Callon tem insistido na aplicação da teoria dos atores e das redes (*actor-networks-theory*, ANT) à economia, questionando em particular a teoria convencional dos mercados (Swedberg, 2004: 13).

Enquanto os trabalhos de Bourdieu, Boltanski e Callon pareciam dominar a sociologia económica francesa, surgiram novos trabalhos que merecem referencia. Frédéric Lebaron (2000) estuda o papel dos economistas em França e Philippe Steiner (1998, 2001, 2004) tem contribuído para aplicar o enfoque da sociologia do conhecimento ao pensamento económico, nomeadamente através da tentativa de perceber o conhecimento que as pessoas possuem da economia (“conhecimento económico”). Refira-se também Emanuelle Lazega (2003) e o seu estudo sobre a relação entre economia e direito e Yves Dezalay sobre arbitragem económica internacional (Dezalay & Garth, 1996).

Porém, no contexto europeu, a investigação em sociologia económica não se cingiu à França. A sociologia do dinheiro e das finanças, por exemplo, conta com vários autores em Inglaterra e Espanha (e.g. Dodd 1994; Ingham 1998, 2004; Izquierdo 2001).

Na Alemanha, onde a sociologia das finanças é muito forte, foram desenvolvidos diversos estudos, liderados por Karin Knorr-Cetina, sobre finanças, por vezes com uma dimensão etnográfica (Knorr-Cetina e Bruggers, 2002). Como tem sido demonstrado, os modernos mercados eletrónicos são muito mais sociais do que aparentam ser.

Ainda na Alemanha, Jens Beckert tem produzido trabalho teórico acerca do papel da incerteza na vida económica (Beckert, 1996) e Christoph Deutschmann (2001), por sua vez, concentrou-se nos fenómenos macroeconómicos, em especial sobre como o capitalismo se tornou uma espécie de religião nos tempos modernos.

Em Inglaterra, Geoffrey Ingham (1988, 2004), Nigel Dodd (1994) entre outros, procuraram estudar o dinheiro sob uma perspetiva sociológica. Patrik Aspers (2001) levou a cabo um estudo sobre o mercado da fotografia de moda na Suécia e Olav Velthuis (2007) fez um trabalho semelhante sobre o mercado de arte na Holanda.

Os distritos industriais foram estudados em Itália (Trigilia 2001). Knorr Cetina na Alemanha e Aspers na Suécia, embarcaram na aventura de aplicar a fenomenologia à sociologia económica (Knorr Cetina & Brugger 2002; Aspers 2001b), contribuindo para ampliar o leque de abordagens teóricas da sociologia económica contemporânea.

Para conhecer a realidade portuguesa em matéria de sociologia económica recomenda-se vivamente a leitura do artigo de João Peixoto e Rafael Marques, “A sociologia económica em Portugal”, publicado em 2003, na revista *Sociologia, Problemas e Práticas*. Desde então passaram-se mais de 20 anos, pelo que se justificaria dar continuidade ao artigo e documentar o percurso da sociologia económica nas últimas duas décadas.

5. 10 anos de ensino da sociologia económica na Universidade de Évora. A perspetiva dos estudantes.

Por ocasião do XII Congresso Português de Sociologia⁸ em 2023, Sara Falcão Casaca organizou uma sessão semi-plenária intitulada “Os 30 anos de Sociologia Económica em Portugal”⁹. O objetivo óbvio foi assinalar as três décadas de lecionação de sociologia económica, nas universidades públicas portuguesas, mas também divulgar junto da comunidade académica o percurso efetuado pela disciplina no âmbito da docência e da investigação¹⁰.

No caso da Universidade de Évora, a sociologia económica¹¹ foi lecionada pela primeira vez ao curso de licenciatura em Sociologia no ano letivo 2012/2013, ou seja, à data do congresso tinham passado 10 anos de lecionação de sociologia económica na Universidade de Évora.

Ao receber o convite para participar na referida sessão semi-plenária do XII Congresso Português de Sociologia ocorreu-me que, a experiência

8. O XII Congresso Português de Sociologia – Sociedades Polarizadas? Desafios para a Sociologia, decorreu no Convento de São Francisco e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra com transmissão online, de 4 a 6 de Abril de 2023.

9. Vd. Programa do XII Congresso Português de Sociologia: <https://xii-congresso-aps.eventualia.net/pt/2023/inicio/programa/programa-cientifico/>

10. Os oradores convidados foram os seguintes: Rafael Marques, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-ULisboa); Luísa Veloso, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário (ISCTE – IUL); Rui Santos, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa (FCSH-UNL); Maria Manuel Serrano pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e João Arriscado Nunes, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). A moderação foi de Sara Falcão Casaca, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-ULisboa).

11. A unidade curricular “sociologia económica” [SOC2419L] integrou a estrutura curricular e o plano de estudos do curso de sociologia como UC obrigatória, sob proposta da autora, por ocasião da criação do curso de 1.º ciclo conducente ao grau de licenciado em sociologia pela Universidade de Évora, com acreditação prévia junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Foi registado pela Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) R/A-Cr 54/2012, em 15/06/2012, publicado em Diário da República por Despacho n.º 8719/2012, n.º 125, 2.ª série de 29 de junho, retificado através da Declaração de retificação n.º 393/2016 (Diário da República, n.º 73, 2.ª série de 14 de Abril de 2016). Entretanto o ciclo de estudos foi alterado, com Registo pela DGES R/A-Cr 54/2012/AL01, em 31/05/2019 e publicado em Diário da República por Despacho n.º 168 de 3 de setembro, Aviso n.º 13714/2019, e está em funcionamento desde o ano letivo de 2020/2021.

A UC foi lecionada pela primeira vez no ano letivo 2012/2013, é uma UC obrigatória e localiza-se no 6º semestre do plano de estudos. Está organizada num total de 156 horas semestrais, das quais 67 horas de contacto (60 teórico-práticas e 7 de orientação tutorial), a que equivale um total de 6 ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*).

de 10 anos de leção da disciplina seriam um bom pretexto para auscultar os estudantes e conhecer a sua opinião sobre a UC.

Assim, os alunos da turma de sociologia económica do ano letivo 2022/2023¹² foram convidados a expressarem a sua opinião sobre a UC, considerando três momentos: antes da frequência da UC, durante a frequência da UC e após a frequência da UC. Foram colocadas três questões: 1) Que expectativas tinha sobre a UC ?; 2) Qual a sua opinião atual sobre a UC? e 3) Que utilidade reconhece à UC para a sua vida pessoal e profissional?

As respostas (anónimas) escritas pelos alunos, e sistematizadas na tabela 1, revelaram-se surpreendentes pela positiva e animadoras para o futuro da leção da sociologia económica, pelo que se afirma sem reservas que vale a pena investir neste campo de ensino e de investigação.

Na análise das respostas à primeira questão – Que expectativas tinha sobre a UC? – foi notória a existência generalizada de uma ideia pré-concebida sobre a natureza e conteúdos programáticos da UC, na qual imperava um sentimento de renitência e desagrado. Os alunos estavam convencidos que a UC seria de natureza quantitativa e que implicaria cálculos matemáticos.

Nas respostas à segunda questão – Qual a sua opinião atual sobre a UC? – foi notória a mudança generalizada de opinião dos alunos, relativamente à ideia pré-concebida que tinham antes do início das aulas. A meio do semestre os alunos expressam uma opinião muito positiva sobre os conteúdos da sociologia económica, como se pode comprovar pelos excertos dos discursos na tabela 1.

Finalmente a última pergunta, mas não menos importante – Que utilidade reconhece à UC para a sua vida pessoal e profissional? – é reveladora do valor que os alunos atribuem à UC e está bem expressa nos seus discursos.

12. A turma de sociologia económica daquele ano letivo era constituída por 46 alunos, dos quais 41 alunos da licenciatura em sociologia (para os quais a UC é obrigatória) e 5 alunos da licenciatura em Geografia (para os quais a UC é optativa). Responderam ao desafio 11 alunos.

Tabela 1. Excerto do discurso dos alunos sobre a sociologia económica

Alunos	Que expectativas tinha sobre a UC?	Qual a sua opinião atual sobre a UC?	Que utilidade reconhece à UC para a sua vida pessoal e profissional?
1	Abordagem da economia do ponto de vista sociológico e como a economia afeta a sociedade	É uma UC que estuda os factos económicos com os métodos, as técnicas e as teorias da Sociologia	Como a economia é algo inerente ao indivíduo e à sociedade, perceber a influência que a economia tem ajuda-nos a tomar decisões na vida adulta, bem como a abrir os nossos horizontes noutra área.
2	Eu esperava discutir tópicos relacionados com os temas nobres da economia. Ou seja, fazer cálculos e abordar temáticas afins que me conseguissem fazer superar o sentimento de impotência que sinto em relação à ciência económica.	A SE traduz-se como uma abordagem transdisciplinar da instituição económica. Estudar esta instituição com as metodologias, técnicas e teorias da sociologia aparenta ser o cerne desta UC. Ao estilo de Émile Durkheim, exteriorizar os factos sociais económicos e encará-los como "coisas".	A cadeira foi uma lufada de ar fresco para mim. Tenho intuito de prosseguir para o mestrado em economia e sinto-me inspirado nos tópicos que esta UC versa. Nada mais do que uma construção social; sigo acreditando que a sociologia e a economia podem constituir-se como fortes aliados, contribuindo para a edificação de um mundo melhor.
3	Antes de iniciar as aulas estava renitente relativamente à disciplina porque a relacionava com a economia política e com números.	É uma disciplina muito atual pois está relacionada com a contemporaneidade. Sempre fez parte da sociedade, mas agora ainda mais vivemos atualmente num mundo consumista.	A utilidade da SE na vida é muito importante para mim porque desempenho uma profissão relacionada com a contabilidade pública.
4	Apesar de se chamar SE não sabia muito bem como ia ser a ligação entre a sociologia e a economia. Pensava que se iria focar muito na economia e que não seria tão interessante do ponto de vista sociológico.	Temos abordado temas bastante interessantes pois não só temos a perspetiva económica como também a perspetiva sociológica. Uma vez que no secundário frequentei o curso de economia reconheço alguns dos temas, mas agora com outra visão, preocupamo-nos em saber o "porquê" e não são apenas definições e formulas.	A SE ofereceu-me uma visão da economia e despertou-me o interesse por algumas áreas que nunca tinha imaginado. Deu a conhecer a nós, futuros sociólogos, podemos e devemos intervir na parte económica.

5	Esperava que a disciplina fosse maioritariamente quantitativa e que envolvesse cálculos, por exemplo de taxas.	A SE é uma forma sociológica de observar os fenómenos económicos. Deixando de lado os cálculos, esta disciplina importa-se com os impactos da economia na vida das pessoas.	Esta disciplina dá-nos uma nova perspectiva do que é a sociedade e de como é que ela depende da economia em todos os polos. Talvez de outra maneira nunca pensaria na forma como por exemplo o poder e a política estão intimamente relacionados. Isso dá-nos uma nova visão da sociedade em que nós próprios fazemos parte.
6	Esperava que a SE fosse uma UC mais densa, que envolvesse números e diversos cálculos	Neste momento entendo que seja uma UC muito diversa, que analisa factos económicos através de um olhar sociológico, em interface com outras disciplinas.	Através da participação na UC sinto que os conhecimentos adquiridos me tornaram uma pessoa muito mais informada e consciencializada do que se passa à minha volta, reconhecendo situações que antes me passavam despercebidas.
7	Esperava que fosse uma UC quantitativa, ou seja, com contas e fórmulas para decorar. Esperava também que fosse uma disciplina difícil, um pouco monótona e que não estivesse ligada à sociologia, ou seja, que a matéria fosse muito à base de conhecimentos ligados à economia.	Afinal mudei de opinião acerca desta UC, pois aprendi aqui quais os objetivos e o objeto de estudo da SE e aprendi também a diferenciar o que a sociologia estuda em comparação com aquilo que a economia estuda.	Esta UC é útil pois permite que eu saiba todas as mudanças que a Sociologia Geral já atravessou ao longo dos anos e permite conhecer um pouco melhor as várias formas de como lidar com a Economia e os vários sistemas/organizações que compõem a Economia.
8	O que esperava e temia, muito sinceramente era lidar com os cálculos ou simplesmente os números, fazer matemáticas. E entender como era possível juntar, quase num único estudo a sociologia e a economia. Pelo que ela é e tenho aprendido superou as minhas expectativas.	Pelo que ela é o estudo dos fenómenos económicos como factos sociais, deu-me ou dá-me uma visão mais vasta para perceber as questões económicas e seus impactos na vida das pessoas, das sociedades e do mundo em geral.	Eu vejo muita utilidade para perceber os fenómenos económicos ligados à vida social e particular. Perceber as vantagens e desvantagens do consumo das pessoas, produção das empresas e preservar o meio ambiente para o bem de todos.

9	Esperava que fosse uma disciplina mais virada para a vertente matemática	Trata de temas da economia a nível sociológico.	A SE é útil para a vida porque trata das relações sociais no interior da economia.
10	Esperava que fosse uma disciplina semelhante à disciplina de economia política, dedicada a uma vertente mais económica e matemática.	A SE, na minha perspetiva é uma disciplina que nos ensina a olhar para as organizações e o seu capital humano de uma forma mais ampla, ou seja, para além do senso comum.	A SE permite-nos observar o ambiente organizacional e analisar as suas componentes.
11	Antes de começar as aulas pensava que a cadeira de SE era à base de números e de contas	É uma UC teórica com exemplos da atualidade o que faz com que o aluno permaneça interessado e que compreenda as medidas dos governos, as polémicas à volta de certas empresas, as decisões dos empreendedores, entre muitas outras coisas.	A SE, a meu ver, é uma cadeira muito importante e interessante pois fez com que olhasse de outra forma para a economia do meu país, sinto que a cadeira me tem enriquecido.

Face às evidências enunciadas, crê-se que a sociologia económica tem o seu futuro assegurado no plano de estudos da licenciatura em sociologia e que continuará a atrair alunos de outros cursos¹³.

Porém, a marca da sociologia económica no percurso académico dos alunos não se esgota na licenciatura. São vários os alunos que optam pelo mestrado em sociologia, na Universidade de Évora, e especificamente pela vertente Recursos Humanos, enquanto outros procuram mestrados externamente em áreas científicas afins.

Outra evidência interessante reside nos temas das teses de mestrado, ou mesmo no crescente interesse pela realização de estágios curriculares em empresas, e outros tipos de organizações, onde desenvolvem trabalho no âmbito da economia social; gestão de recursos humanos, trabalho e emprego, género, conciliação trabalho-família, liderança, motivação, integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, condições de trabalho, formação profissional, qualidade de vida no trabalho, cultura organizacional, entre outros.

13. A sociologia económica tem atraído continuamente alunos de outras licenciaturas, que não a sociologia, ministradas na Universidade de Évora. Escolhem a sociologia económica como UC optativa, desde 2012/2013. Os cursos onde a procura dos estudantes é mais elevada são os seguintes: relações internacionais, economia e geografia – Sistema de Informação Integrado da Universidade de Évora (SIIUE)

Nota final

No contexto de celebração dos 60 anos de ensino da Sociologia em Évora, este texto é dedicado aos estudantes de sociologia em geral, e aos estudantes de sociologia económica, em particular. O texto foi redigido com uma intenção pedagógica, mas sem a ambição de apresentar pormenorizada e exaustivamente a história da sociologia económica. Trata-se antes de um texto indicativo e orientador, que permita ao leitor “viajar” pelos meandros da sociologia económica e conhecer um pouco desta área disciplinar. Simultaneamente, visa despertar o interesse pelo estudo e investigação no âmbito da sociologia económica, dada a pertinência e utilidade da análise sociológica dos fenómenos económicos na sociedade atual, pelo impacto que causam no quotidiano das pessoas e das organizações. Assim, optou-se por desenhar uma estrutura que pudesse apresentar, com alguma ordem, os principais autores, e respetivos contributos teórico metodológicos e empíricos, que protagonizaram a emergência e o desenvolvimento da sociologia económica.

Referências

- ASPERS, P. (2001). A market in Vogue: Fashion photography in Sweden. *European Societies*, 3(1), 1-22.
- BECKERT, J. (1996). What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action. *Theory and Society*, 25(6), 803-840.
- BERGER, P. & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. New York: Doubleday.
- BOLTANSKI, L. & Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, L. & Thévenot, L. (1991). *De la justification: Les économies de la grandeur* (Original work published 1987). Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, P. (1963). Travail et travailleurs en Algérie: Étude sociologique. In P. Bourdieu et al., *Travail et travailleurs en Algérie* (pp. 257-389). Paris: Mouton.
- BOURDIEU, P. (1997). Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, 48-66.
- BOURDIEU, P. (1998a). Is a disinterested act possible? In *Practical reason: On the theory of action* (pp. 75-91). Stanford: Stanford University Press.

- BOURDIEU, P. (1998b). *Acts of resistance: Against the tyranny of the market* (R. Nice, Trans.). New York: New Press.
- BOURDIEU, P. (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil.
- BURT, R. S. (1992). *Structural holes: The social structure of competition*. Cambridge: Harvard University Press.
- BURT, R. S. (1993). The social structure of competition. In R. Swedberg (Ed.), *Explorations in economic sociology* (pp. 65-103). New York: Russell Sage Foundation.
- CALLON, M. (Ed.). (1998). *The laws of the market*. Oxford: Blackwell.
- DAVIS, G. F. (1991). Agents without principles? The spread of the poison pill through the intercorporate network. *Administrative Science Quarterly*, 36, 583-613.
- DEUTSCHMANN, C. (2001). Capitalism as a religion? An unorthodox analysis of entrepreneurship. *European Journal of Social Theory*, 4(4), 379-386.
- DEZALAY, Y. & Garth, B. (1996). *Dealing in virtue: International commercial arbitration and the construction of a transnational legal order*. Chicago: University of Chicago Press.
- DIMAGGIO, P. (1994). Culture and economy. In N. Smelser & R. Swedberg (Eds.), *The handbook of economic sociology* (pp. 27-57). New York: Russell Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press.
- DIMAGGIO, P. & Louch, H. (1998). Socially embedded consumer transactions: For what kind of purchases do people most often use networks? *American Sociological Review*, 63, 619-637.
- DODD, N. (1994). *The sociology of money: Economics, reason and contemporary society*. Cambridge: Polity Press.
- DURKHEIM, É. ([1893] 1984). *The division of labor in society*. New York, NY: Free Press.
- DURKHEIM, É. ([1909] 1978). Sociology and the social sciences. In M. Traugott (Ed.), *On institutional analysis* (pp. 71-90). Chicago: University of Chicago Press.
- DURKHEIM, É. ([1912] 1965). *The Elementary Forms of Religious Life*. New York: Free Press.
- EVANS, P. (1995). *Embedded autonomy: State and industrial transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- FLIGSTEIN, N. (1990). *The transformation of corporate control*. Cambridge: Harvard University Press.
- FLIGSTEIN, N. (1996). Markets as politics: A political-cultural approach to markets. *American Sociological Review*, 61, 656-673.
- GRANOVETTER, M. (1974). *Getting a job: A study of contacts and careers*. Cambridge: Harvard University Press.
- GRANOVETTER, M. (1985). Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.

- GRANOVETTER, M. (1990). The old and the new economic sociology: A history and an agenda. In R. Friedland & A. F. Robertson (Eds.), *Beyond the marketplace: Rethinking economy and society* (pp. 89-112). New York: Aldine de Gruyter.
- GRANOVETTER, M. (1992). Economic institutions as social constructions: A framework for analysis. *Acta Sociologica*, 35, 3-11.
- GRANOVETTER, M. (1995). *Getting a job: A study of contacts and careers* (2ª ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- HAGE, J. (2011). Economic sociology. In J. Beckert & M. Zafirovski (Eds.), *International encyclopedia of economic sociology* (pp. 192-206). Routledge.
- HANNAN, M. T., & Freeman, J. (1989). *Organizational ecology*. Cambridge: Harvard University Press.
- INGHAM, G. (1998). On the underdevelopment of 'the sociology of money'. *Acta Sociologica*, 41, 3-18.
- IZQUIERDO, A. J. (2001). Reliability at risk: The supervision of financial models as a case study for reflexive economic sociology. *European Societies*, 3(1), 69-90.
- KNORR-CETINA, K., & Brugger, U. (2002). Global macrostructures: The virtual societies of financial markets. *American Journal of Sociology*, 107, 905-950.
- LAZEGA, E. (2003, December 3). Networks in legal organizations: On the protection of public interest in joint regulation of markets. Inaugural lecture, Wiarda Chair, Faculty of Law, University of Utrecht.
- LEBARON, F. (2000). *La croyance économique: Les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil.
- LÉVESQUE, B. (2009). Sociologia económica. In A. D. Cattani, J.-L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 305-309). Almedina.
- MAKLER, H., Martinelli, A., & Smelser, N. (Eds.). (1982). *The new international economy*. London: Sage.
- MARQUES, R. (2003). Introdução: Os trilhos da nova sociologia económica. In J. Peixoto & R. Marques (Orgs.), *A nova sociologia económica* (pp. 1-67). Celta.
- MARX, K. ([1852] 1950). *The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. New York, NY: International Publishers.
- MARX, K. ([1859] 1970). *A contribution to the critique of political economy*. New York, NY: International Publishers.
- MARX, K. ([1867] 1906). *Capital: A critique of political economy*. New York, NY: Modern Library.
- MULLINS, N. & Mullins, C. (1973). *Theories and theory groups in contemporary American sociology*. New York: Harper & Row.
- NEE, V. & Ingram, P. (1998). Embeddedness and beyond: Institutions, exchange, and social structure. In M. C. Brinton & V. Nee (Eds.), *The new institutionalism in sociology* (pp. 19-45). New York: Russell Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press.

- PADGETT, J. F. & Ansell, C. K. (1993). Robust action and the rise of the Medici, 1400-1434. *American Journal of Sociology*, 98, 1259-1319.
- PARSONS, T. ([1937] 1968). *The Structure of Social Action* (2 vols.). New York: Free Press.
- PARSONS, T., & Smelser, N. J. (1956). *Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory*. New York: Free Press.
- PEIXOTO, J., & Marques, R. (2003). A sociologia económica em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 201-216.
- PODOLNY, J. M. (1992). A status-based model of market competition. *American Journal of Sociology*, 98, 829-872.
- POGGI, G. (1993). *Money and the Modern Mind: Georg Simmel's Philosophy of Money*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- POLANYI, K. ([1944] 1957). *The Great Transformation*. Boston: Beacon Hill.
- POLANYI, K. ([1947] 1982). Our Obsolete Market Mentality. In G. Dalton (Ed.), *Primitive, Archaic, and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi* (pp. 59-77). Boston: Beacon.
- SAXENIAN, A. (1996). Silicon Valley: Competition and community. In *Regional competition: Culture and competition in Silicon Valley and Route 128* (pp. 29-57). Cambridge: Harvard University Press.
- SCHUMPETER, J. A. ([1918] 1991). The Crisis of the Tax State. In R. Swedberg (Ed.), *The Economics and Sociology of Capitalism* (pp. 99-140). Princeton: Princeton University Press.
- SCHUMPETER, J. A. ([1942] 1994). *Capitalism, socialism, and democracy*. London: Routledge.
- SCHUMPETER, J. A. (1934). *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- SCHUMPETER, J. A. (1954). *History of economic analysis*. London: Allen and Unwin.
- SCHUMPETER, J. A. (2003). Unternehmer [Entrepreneur]. *Annual Review of Austrian Economics*, 6, 235-266.
- SERRANO, M. M. (2012). *Perspetivas teóricas sobre a relação das organizações com o meio ambiente*. SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Working Papers, (2/2012). Retrieved from <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/w.papers.2012.shtml>
- SERRANO, M. M. (2013). Estrutura e dinâmica da economia como instituição social. In M. M. Serrano (Org.), *Um retrato das instituições sociais na sociedade contemporânea* (pp. 67-92). Évora: Universidade de Évora - Departamento de Sociologia.
- SIMMEL, G. ([1900, 1907] 1978). *The Philosophy of Money*. London: Routledge.
- SIMMEL, G. ([1908] 1955). Competition. In *Conflict and the Web of Group-Affiliation* (pp. 57-85). New York: Free Press.
- SIMMEL, G. ([1908] 1971). The Problem of Sociology. In D. Levine (Ed.), *On Individuality and Social Forms* (pp. 23-35). Chicago: University of Chicago Press.

- SMELSER, N. (1976). *The sociology of economic life* (2nd ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- SMELSER, N. J., & Swedberg, R. (2005). Introducing economic sociology. In N. J. Smelser & R. Swedberg (Eds.), *The handbook of economic sociology* (pp. 3-25). Princeton University Press.
- STEINER, P. (1998). *Sociologie de la connaissance économique*. Paris: Presse Universitaires de France.
- STEINER, P. (2001). The sociology of economic knowledge. *European Journal of Social Theory*, 4, 443-458.
- STEINER, P. (2004). *L'école durkheimienne et l'économie, sociologie, religion, et connaissance*. Geneva: Droz.
- SWEDBERG, R. (1987). Economic sociology: Past and present. *Current Sociology*, 35(spring), 1-221.
- SWEDBERG, R. (1998). *Max Weber and the idea of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- SWEDBERG, R. (2003). Prefácio. In J. Peixoto & R. Marques (Orgs.), *A nova sociologia económica* (pp. xiii-xvii). Celta.
- SWEDBERG, R. (2004). Sociologia económica: hoje e amanhã. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 16(2), 7-34.
- THORNTON, P. H. (1999). The sociology of entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, 25, 19-46.
- TRIGILIA, C. (2001). Social capital and local development. *European Journal of Social Theory*, 4, 427-442.
- UZZI, B. (1997). Social structure and competition in interfirm networks: The paradox of embeddedness. *Administrative Science Quarterly*, 42, 35-67.
- VELTHUIS, O. (2007). *Talking prices: Symbolic meanings of prices on the market for contemporary art*. Princeton: Princeton University Press.
- WEBER, M. ([1904-1905] 1958). *The Protestant ethic and the spirit of capitalism* (T. Parsons, Trans.). New York, NY: Charles Scribner's Sons.
- WEBER, M. ([1904] 1949). 'Objectivity' in social science and social policy. In *The methodology of the social sciences* (pp. 49-112). New York: Free Press.
- WEBER, M. ([1904] 1949). "'Objectivity' in social science and social policy." In *The methodology of the social sciences* (pp. 49-112). New York, NY: Free Press.
- WEBER, M. ([1922] 1978). *Economy and society: An outline of interpretive sociology* (2 vols.). Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press.
- WHITE, H. (1981). Where do markets come from? *American Journal of Sociology*, 87(3), 517-547.
- WHITE, H. (2001). *Markets from networks*. Princeton: Princeton University Press.

- ZELIZER, V. (1979). *Morals and markets: The development of life insurance in the United States*. New York: Columbia University Press.
- ZELIZER, V. (1985). *Pricing the priceless child: The changing social value of children*. New York: Basic Books.
- ZELIZER, V. (1988). Beyond the polemics of the market: Establishing a theoretical and empirical agenda. *Sociological Forum*, 3(4), 614-634.
- ZELIZER, V. (1994). *The social meaning of money*. New York, NY: Basic Books.
- ZELIZER, V. (2002). Intimate transactions. In M. Guillén et al. (Eds.), *The new economic sociology* (pp. 274-300). New York: Russell Sage Foundation.
- ZUKIN, S. & DiMaggio, P. (Eds.). (1990). *Structures of capital: The social organization of the economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

A TERCEIRA IDADE PLURAL

J. Manuel Nazareth*

Posição do problema: as duas questões fundamentais

Em 2029, irá fazer 50 anos que publiquei a primeira edição do livro «O Envelhecimento da População Portuguesa». Foi o resultado de cinco anos de investigação realizada na década de 70 (grande parte realizada no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora) e que foi a base da minha tese de Doutoramento em Demografia na Universidade de Bruxelas.

Procurei caracterizar, a nível global e regional, a evolução do envelhecimento demográfico da população portuguesa, as suas causas e consequências, chamando a atenção para o dilema fundamental que estava a emergir em todos os países europeus: «crescer ou envelhecer».

As populações ou crescem ou envelhecem demograficamente e, como não podemos crescer eternamente, as sociedades têm que se preparar para a irreversibilidade deste processo.

Foi gratificante observar que, nos anos que se seguiram, o problema começou a ser debatido e aprofundado dando origem a inúmeras conferências e debates bem como a várias teses de mestrado e doutoramento em várias universidades portuguesas. O Departamento de Sociologia da Universidade de Évora também participou nestas vagas de investigação que foram realizadas um pouco por todo o espaço universitário.

* Professor Aposentado da Universidade Nova de Lisboa. Professor Visitante da Universidade de Évora (1976-2002). Com Augusto da Silva, acompanhou de perto o complexo processo de transição da Escola Bento de Jesus Caraça para o Instituto Universitário de Évora e, posteriormente, Universidade de Évora, processo que culminou com a fundação do Departamento de Sociologia em 1976. Email: nazareth.jmanuel@gmail.com

Trinta anos depois, voltei ao tema em 2009, com a publicação de um novo livro «Crescer e Envelhecer – constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico» com preocupações e objetivos científicos bem diferentes.

É verdade que voltei a insistir na irreversibilidade do envelhecimento demográfico e que atualizei os dados apresentados nos anos setenta do século passado. Todavia, é importante salientar que o contexto de informação demográfica era muito diferente. Os dados publicados eram de difícil acesso e escassos nos anos setenta do século passado.

Com os novos sistemas de informação demográfica a nível nacional, europeu e mundial os dados demográficos de escassos passaram a abundantes. Foi normal a procura de atualização dos dados sobre a trajetória do envelhecimento demográfico em Portugal.

Todavia, a minha preocupação fundamental não foi a fundamentação técnica e a caracterização do processo de envelhecimento porque tal já tinha sido feito. O objetivo fundamental era abrir as portas do restrito mundo da análise demográfica para o mundo mais amplo das ciências sociais em geral e da Sociologia em particular porque a natureza do problema estava a modificar-se.

Os efeitos de um processo de envelhecimento demográfico não são necessariamente todos negativos e só são preocupantes quando não são nem planeados nem previstos nas suas consequências económicas e sociais. Uma mudança de paradigma era urgente que surgisse na sociedade de forma a proporcionar a emergência de um novo olhar sobre esta questão.

Procurei identificar as direções possíveis deste novo olhar sobre o envelhecimento demográfico. Caminho esse que nunca mais abandonei e que continuo e continuarei a percorrer até as forças me faltarem. Estamos perante uma problemática que, aos poucos, saiu do campo restrito da demográfica para o campo sociológico, político e da ação social.

Neste artigo procurarei mostrar as conclusões a que cheguei no trabalho desenvolvido nestes últimos anos. Refletir sobre as soluções possíveis para uma sociedade que deve nortear o equilíbrio dos seus cidadãos para terem a vida como projeto ao longo de toda a vida é tão urgente nos nossos dias como era urgente há 50 anos refletir sobre o dilema «crescer ou envelhecer».

A clareza dos conceitos e dos indicadores que analisam cientificamente a unidade da temática do envelhecimento global e as suas consequências foi progressivamente dando lugar à consciência da existência de uma Terceira Idade Plural.

A curto prazo a população europeia estabilizará o crescimento populacional. Na generalidade dos países que integram a Europa, e em particular nos países mais povoados, os sintomas de declínio populacional são evidentes e irreversíveis, mesmo que medidas corajosas e eficazes sejam tomadas no presente.

A estabilização, seguida do declínio da população, será acompanhada pelo continuar do processo de envelhecimento demográfico e pela existência de uma diferença entre o número de pessoas idosas com mais de 65 anos de idade e o número de jovens que pertencem ao grupo de idades 0-14 anos (ou 0-19 anos) ser cada vez maior.

Apesar das diferenças económicas, sociais e culturais existentes, os países europeus (bem como todos os países desenvolvidos e, a prazo, os países em desenvolvimento) mostram que se está a convergir para um modelo de envelhecimento caracterizado pela existência de percentagens de pessoas com mais de 65 anos superiores a 30%, percentagens de jovens próximas dos 15% e índices de envelhecimento entre os 200 e os 300 (por cada 100 jovens existirão entre 200 a 300 pessoas com mais de 65 anos de idade).

Não é mais possível ignorar que com o acentuar do desequilíbrio entre as gerações estaremos confrontados com este constrangimento global com contornos de irreversibilidade.

Neste contexto, amplamente trabalhado, conhecido e divulgado nas últimas dezenas de anos, em meu entender, duas grandes interrogações emergem no atual contexto nacional e internacional:

- Será possível inverter a tendência de evolução do envelhecimento demográfico ou existirão constrangimentos que impedem que tal aconteça?
- No caso de não ser possível inverter a tendência do envelhecimento demográfico, ou seja, ao existir um cenário tendencial de irreversibilidade estaremos condenados a gerir as consequências do «inverno demográfico» ou existem outras soluções possíveis que assentam num paradigma diferente?

Julgo que estas são as grandes questões a que urge esclarecer com urgência e a que procuraremos responder de uma forma sucinta, clara e tão objetiva quanto possível sem recurso a falsos alarmismos.

Será possível reverter ou estabilizar a evolução do envelhecimento demográfico?

O primeiro grande constrangimento resulta da evolução da causa principal do envelhecimento demográfico – o declínio da fecundidade.

Os dados são conhecidos e amplamente divulgados em qualquer base de dados nacional ou internacional. Não se prevê que o motor natural do envelhecimento das populações mude de direção. Apesar dos esforços feitos pela maior parte dos países europeus para inverter a tendência da fecundidade, os ganhos obtidos são muito reduzidos e de eficácia muito duvidosa. Todos os cenários tendenciais existentes para as próximas dezenas de anos são caracterizados pela não renovação das gerações.

O segundo grande constrangimento é a previsível melhoria ou manutenção dos atuais níveis sanitários.

Quando os níveis de fecundidade atingem os níveis de não renovação das gerações a evolução da duração média de vida começa a ganhar um peso cada vez mais relevante. A convergência, a melhoria ou a manutenção dos indicadores de saúde vai fazer aumentar ou manter os valores da duração média de vida, em particular nas idades mais avançadas. Consequentemente, tendencialmente iremos observar um acelerar do processo de envelhecimento causado pelo aumento ou estabilização da esperança de vida.

O terceiro grande constrangimento assenta na dinâmica dos movimentos migratórios. Os movimentos migratórios têm desempenhado um papel importante na dinâmica populacional da Europa em geral e de Portugal em particular. Sem entrarmos em linha de conta com os movimentos migratórios entre os diferentes países europeus, a Europa tem manifestado, nos últimos anos, uma clara tendência para a atracção.

É verdade que se uma região é predominantemente de imigração o aumento da população ativa permite reduzir temporariamente os efeitos do envelhecimento. No entanto, contar com fluxos permanentes de imigrantes para compensar os efeitos do declínio da fecundidade e do aumento da esperança de vida é uma utopia.

Não é possível contar, durante dezenas de anos, com o efeito positivo das migrações no envelhecimento. Os cenários que maximizam os fluxos migratórios positivos são cenários contrastados que procuram demonstrar os efeitos positivos da imigração. Todavia, mesmo neste último

caso, não conseguem evitar a médio e longo prazo a irreversibilidade do envelhecimento.

O quarto grande constrangimento assenta na tipologia das atuais estruturas demográficas.

A estes três grandes constrangimentos que resultam de uma análise da evolução das variáveis micro demográficas existe um outro aspeto a considerar que resulta do facto de existir uma inércia inerente à natureza das estruturas demográficas.

As estruturas demográficas atuais são o resultado de dezenas de anos de evolução e, numa certa medida, já configuraram grande parte das estruturas das próximas dezenas de anos. As estruturas demográficas das próximas dezenas de anos resultam da interação entre as atitudes face à vida, face à morte e às migrações e as estruturas já existentes no momento atual.

Numa certa medida, o futuro do envelhecimento demográfico já está escrito nas estruturas do presente e muito pouca coisa pode mudar. Qualquer mudança nos comportamentos atuais só produz efeitos a muito longo prazo.

O quinto grande constrangimento assenta, de base económica e social, assenta nos limites aos ajustes técnicos no atual sistema de pensões.

O efeito combinado das gerações numerosas que chegam à idade da reforma e do aumento da esperança de vida levará à duplicação do ratio de dependência dos idosos, isto é, da relação entre o número de pessoas em idade de reforma e a população em idade ativa.

Existe o risco de um cada vez maior ratio de dependência dos idosos impor, no futuro, um ónus financeiro insustentável à população ativa e afetar negativamente o potencial de crescimento económico. Existem limites para os ajustes técnicos no atual sistema de pensões.

O sexto grande constrangimento é a impossibilidade real de contar indefinidamente com o alargamento da população ativa.

Os esforços para aumentar as taxas de emprego são um elemento importante de uma estratégia de longo prazo para dilatar o prazo da sustentabilidade das pensões. O aumento das taxas de emprego permite que o financiamento das prestações possa ser suportado por um maior número de pessoas e, conseqüentemente, que os níveis das prestações possam ser mantidos. Todavia, em virtude da forte pressão financeira exercida pela rápida deterioração dos ratios de dependência, a equidade entre as gerações vai ficar necessariamente em risco.

O atual equilíbrio entre as gerações (jovens a estudar, adultos a trabalhar e os velhos a descansar) também tem limites. A população realmente ativa (e não a população potencialmente ativa) será incapaz de assegurar o funcionamento do modelo.

O sétimo constrangimento assenta nas dificuldades políticas inerentes à diminuição do valor das pensões.

Diminuir o valor das pensões é uma estratégia muito perigosa porque coloca em risco o contrato existente entre as gerações e pode incentivar a economia paralela. É mais fácil atuar na acumulação de pensões do que no valor das pensões a que se tem direito depois de se ter descontado durante toda a vida ativa.

Outra hipótese é a de elevar a idade efetiva de reforma. Para que tal aconteça é necessário incorporar incentivos para o prolongamento da vida ativa, o que pode assumir a forma de uma ligação mais estreita entre as contribuições e as prestações, uma ideia que, pelo menos em princípio, talvez possa não ser rejeitada pela opinião pública.

Nos dois casos estamos perante soluções pontuais que não resolvem, a longo prazo, o fundo do problema.

O oitavo e último grande constrangimento assenta na «falácia do bolo do trabalho», ou seja, na ideia que existe um número fixo de postos de trabalho que é preciso repartir equitativamente.

É comum difundir-se a ideia de que os trabalhadores mais velhos devem dar lugar, no mercado de trabalho, aos trabalhadores mais jovens e aos desempregados ainda é sustentada por muita gente. Ora sabemos que sempre que um trabalhador mais velho abandona um posto de trabalho tal não implica necessariamente a sua substituição por uma pessoa mais jovem, em particular nas sociedades que se encontram em rápida mutação tecnológica.

Em síntese, podemos afirmar que, *a longo prazo, a combinação dos constrangimentos de base demográfica com a ineficácia das soluções técnicas de matriz política, económica e social traçadas para os próximos anos não são compatíveis com a existência de cerca de 3 milhões de portugueses com mais de 65 anos de idade.*

Estas constatações fazem passar para segundo plano de prioridades a necessidade de melhor caracterizar a evolução do envelhecimento nos diferentes países do espaço europeu e entre as regiões existentes num determinado país. Nos dias de hoje, conhecemos muito bem as causas deste processo e também sabemos que estamos perante um fenómeno inevitável que irá atingir todos os países do mundo.

Depois do século XX ter sido o século do crescimento o século XXI aparece como o século do envelhecimento demográfico.

Nenhum país do mundo tem como objetivo estratégico um crescimento populacional sem limites... e o que não cresce vai necessariamente envelhecer. Portugal terá mais de 3 milhões de pessoas com mais de 65 anos num total de 10 a 11 milhões de habitantes.

Os constrangimentos que estão na base da incapacidade em modificar a evolução do envelhecimento demográfico tornam os seus níveis futuros num grande constrangimento global para a sustentabilidade da Europa Social e do Estado Social que lentamente fomos construindo nas últimas dezenas de anos.

Será que os níveis futuros do envelhecimento demográfico nos países europeus em geral, e em Portugal em particular, corroem irreversivelmente os fundamentos do Estado Providência?

É neste contexto que começou a surgir uma questão: o que significa ser novo e ser velho no século XXI?

Entramos assim no conteúdo da 2ª questão fundamental que enunciei no início deste trabalho.

Face ao cenário tendencial de irreversibilidade do envelhecimento demográfico e à pouca eficácia das medidas que têm sido adotadas estaremos condenados a gerir as consequências do «inverno demográfico» ou chegou o momento de encontrar soluções que assentem num paradigma diferente?

Os constrangimentos e os desafios que acabámos de apresentar apontam para uma conclusão fundamental: é urgente mudar de paradigma.

Se, na segunda metade do século XX, o debate – que não se chegou a realizar – era «crescer ou envelhecer?», o debate do século XXI será em torno das soluções alternativas possíveis para gerir as consequências do envelhecimento demográfico.

O futuro, muitas vezes, não resulta de o simples prolongar das tendências do presente. Podem existir descontinuidades previsíveis e imprevisíveis. A grande questão reside em saber ler os sinais no presente que permitam configurar plataformas estratégicas capazes de gerir as situações de descontinuidades anunciadas.

É verdade que muitos cenários catastróficos são explicitados com a preocupação de evitar que aconteçam. Foi assim que pensámos nos anos 60 / 70 quando um conjunto de investigações (na qual se inclui a que realizámos no Envelhecimento da População Portuguesa publicado em 1978) quiseram chamar a atenção para a «Sinfonia do Velho Mundo» que se anunciava.

O problema dos dias de hoje é completamente diferente. Já não se trata de anunciar, explicar e caracterizar um fenómeno com o objetivo de se poder tomar medidas preventivas. Trata-se, pelo contrário, de afirmar e gerir as consequências da sua irreversibilidade.

O fundamental, nos dias de hoje, não é encontrar medidas pontuais para inverter o andamento do processo ou, para atenuar os seus efeitos, mas o de explicitar os fundamentos de uma verdadeira mudança de paradigma.

Se foram elementos inerentes à organização política, económica e social que estiveram na base da construção do conceito de Terceira Idade serão esses mesmos elementos que deverão gradativamente proceder à sua extinção.

É um dos grandes desafios para a Socio Demografia. O que significa, na realidade, ser velho em pleno século XXI? Ter mais de 65 anos?

Sob o ponto de vista sociológico, começámos a perceber que os problemas inerentes à «produção de velhos com mais de 65 anos de idade» são completamente diferentes dos problemas inerentes à velhice propriamente dita.

Foi neste contexto que, aos poucos, na literatura e nos relatórios mais especializados, timidamente e com muito pouca divulgação, fomos assistindo à fragmentação dos conceitos a que estávamos habituados na análise da problemática do envelhecimento demográfico:

- O grupo dos jovens (0-19 anos) passou a dividir-se, no mínimo, em crianças em idade de infantário (0 - 4 anos), crianças (5 - 14 anos) e adolescentes (15-19 anos);
- O grupo dos potencialmente ativos (19 - 64 anos) fundamentalmente passou a subdividir-se em jovens (20 - 24 anos), jovens ativos ou «young active» (25 - 44 anos) e velhos ativos «late Active» (45 - 65 anos);

- O grupo da Terceira Idade (65 e + anos) passou a ser progressivamente subdividido em reformados precoces ou «young active seniors» (65 – 74 anos), reformados tardios ou «late active seniors» (75 – 84 anos) e Velhice ou «Elderly» (85 e + anos).

A configuração técnica destes novos sistemas de informação demográfica – que ainda estão numa fase embrionária e muito longe de terem uma ampla aceitação política – não é uma simples mudança de classificação com um interesse puramente académico. É estrategicamente importante sob diversos prismas:

- Não se concentra a atenção exclusivamente na problemática da Terceira Idade; são todos os grupos da estrutura etária que têm que ser repensados no seu verdadeiro conteúdo sociológico e modificados; na prática, exige um repensar global de uma autêntica Política da Idade;
- A divisão da população potencialmente ativa (15 – 64 anos) em quatro grandes grupos permite a introdução de maiores níveis de flexibilidade nas análises elaboradas e uma melhor compreensão das fases reais que existem naquilo a que se convencionou chamar a idade ativa; há muito que sabemos que este grupo inclui realidades sociais completamente diferentes e, muitas vezes, contraditórias;
- Deixa de existir uma relação rígida entre a População Potencialmente Ativa com o grupo da Terceira Idade e relativiza-se o valor destes conceitos estatísticos (que têm possibilitado a construção de cenários catastróficos e de notícias sensacionalistas que criam falsas expectativas, deforma a opinião pública e dificultam a introdução das reformas políticas indispensáveis);
- Permite que a linguagem técnica convirja em direção à realidade social e económica (é pacífico reconhecer que existe um número cada vez maior de reformados em segunda carreira e que muitos dos jovens entre os 15 e os 25 anos – classificados como potencialmente ativos – estão ainda em fase de formação).
- As mudanças económicas, sociais e culturais a que temos assistido nos últimos anos produziram uma diversidade de situações no grupo dos 65 e + anos de idade que o impedem de ser tratado como um todo. Tem sido esta visão abrangente da terceira idade

que é a base do cenário catastrófico que só existe devido a uma decisão política de considerar velho todas as pessoas que têm mais de 65 anos de idade.

Ao admitirmos que se torna necessário construir um novo pacto social entre as gerações, assente numa nova política global da idade, em que o tempo para o trabalho, o tempo para a formação e o tempo para o descanso sejam cada vez mais independentes da idade caminharemos irreversivelmente para a construção de um paradigma diferente.

Neste contexto, o mais urgente é identificar as estratégias possíveis de desagregação no grupo onde ocorrem os problemas específicos da velhice do «grupo de falsos velhos» que só existem porque o «estado social», a opinião pública e eventualmente as necessidades da população ativa lhe deram o direito a existir.

A problemática da sustentabilidade das pensões de reforma encontra seguramente formas de resolução a curto e médio prazo nas medidas que têm sido tomadas. Todavia, a longo prazo, é na diminuição da amplitude do grupo dos «falsos velhos» que se encontrará a solução.

Durante o século XX generalizou-se a valorização social das diferenças existentes no grupo dos jovens. Não é mais possível, por exemplo, colocar numa mesma sala de aula um jovem de 6 anos e outro de 16 anos porque existem grupos específicos valorizados socialmente: o pré-escolar, a escolaridade obrigatória, o secundário, o superior.

Acontece, porém, que no grupo dos 65 e + anos se colocarmos num mesmo centro de dia uma pessoa de 66 anos e outra de 76 anos não acontece nada apesar de existirem igualmente 10 anos de diferença nas idades. No caso dos jovens, as diferenças são valorizadas socialmente, no caso das pessoas com mais de 65 anos de idade tal não acontece.

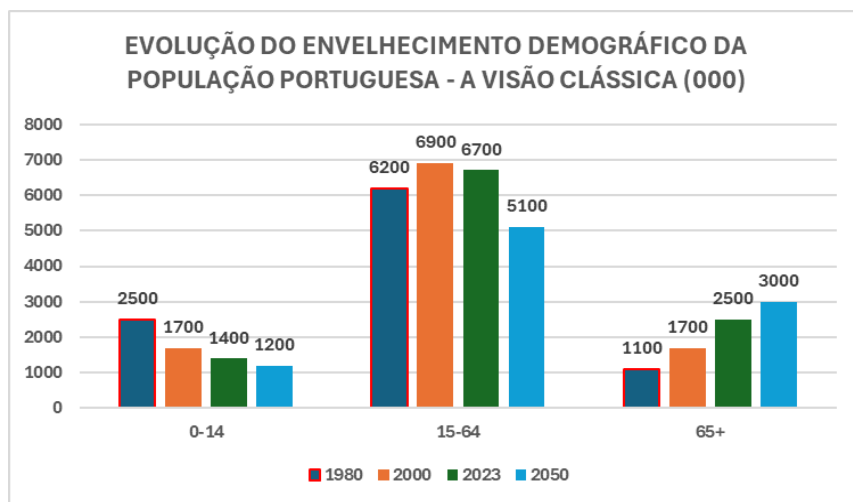
No século XX, devido ao efeito da Educação Formal, assistimos à valorização das diferenças no grande grupo dos jovens. O século XXI será o século da valorização das diferenças quer no grupo dos Potencialmente Ativos quer no grupo 65 e + anos de idade e será na diminuição da amplitude do grupo dos «falsos velhos» que se poderá encontrar o equilíbrio do Estado Social.

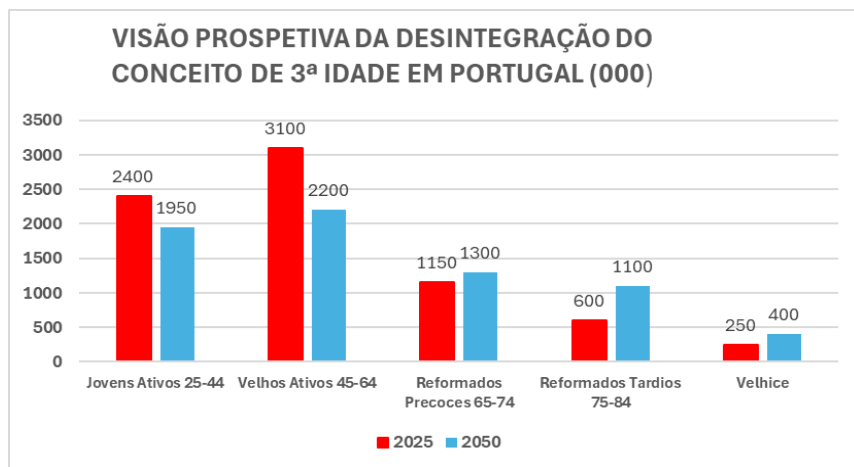
Vejam os dados para Portugal da «Visão Clássica da Terceira Idade» ou da «Terceira Idade Global das Pessoas com mais de 65 anos de idade» nas suas características fundamentais.

As tendências são claras e precisas. A visão clássica indica-nos que entre 2000 e 2050 (cenário intermédio) Portugal terá entre 9 e 10 milhões de habitantes, os jovens irão diminuir quase meio milhão estabilizando a sua importância à volta dos 1,2 milhões. A população potencialmente ativa diminui cerca de 2 milhões e estabiliza o seu valor em cerca de 5 milhões. As pessoas com mais de 65 anos de idade duplicam de importância ficando em cerca de 3 milhões.

É com base em dados desta natureza e com este tipo de agrupamento que se constroem os indicadores e as notícias alarmistas.

Se continuarmos a insistir nestas grelhas de análise, vazias de real conteúdo sociológico, ficamos perante uma realidade em que a manutenção dos atuais níveis baixos de fecundidade e do aumento da duração média de vida, conduz a uma situação absurda: Portugal, no ano 2050 terá cerca de 5 milhões de potencialmente ativos responsáveis financeiramente por cerca de 3 milhões de velhos e por mais de 1 milhão de jovens sem contarmos com os desempregados e outros grupos sociais excluídos socialmente.





Se, pelo contrário, optarmos pela visão quantitativa fragmentada, observamos que é nos Reformados Tardios que temos o maior crescimento e que a Velhice propriamente dita não chega a duplicar nem chega a atingir meio milhão. As questões passam a ser necessariamente de natureza diferente:

- Quantos dos 1,1 milhões Reformados Tardios ainda trabalham e quantos já manifestam sinais de Velhice?
- Quantos Reformados Precoces devem ser classificados como Velhos Ativos?
- Qual a fronteira real entre um Jovem Ativo e um Velho Ativo?

Existem outras questões importantes que podem e devem ser explicitadas. O que importa é perceber que a fronteira entre o grupo dos Velhos Ativos e o grupo dos Reformados Precoces podem ser encurtada ou aumentada consoante as necessidades, a vontade política e uma opinião pública informada.

É o querer coletivo de «chegar aos 65 anos para descansar» que deve ser lentamente modificado.

Não é o equilíbrio entre as gerações que está em causa. O que está em causa é a dinâmica dos critérios de análise que tarda em se adaptar às novas realidades. Não é um problema de semântica. É uma adaptação dos conceitos às novas realidades sociais e económicas que importa implementar.

Não é uma tarefa fácil. A evolução social tem tido ritmos diferentes segundo as épocas históricas e os espaços culturais.

Quando numa cultura os padrões de comportamento se conservam durante muito tempo ou, aparentemente estáticos, é natural que os diversos agentes sociais julguem que os seus costumes, valores e técnicas sejam os mais adequados e duradouros face aos desafios da modernidade.

Nas sociedades em que o complexo processo de mudança ocorreu lentamente, a forma gradativa como se processou, não deu lugar de forma imediata à percepção dessas mudanças. Em contrapartida, nas sociedades em rápida modificação instala-se mais facilmente uma mentalidade mais aberta, sendo esta atitude causa e efeito da mudança.

Uma mudança social ou cultural implica sempre o aparecimento de novos elementos que vão perturbar a ordem existente. Quanto mais estruturado e fechado for o sistema, maior impacto terá a mudança ocorrida em alguns dos seus elementos, porque é provável que exista uma desorganização dos restantes.

Uma cultura desorganizada ou em lenta desagregação leva sempre à insegurança das pessoas, ao desmoronamento do seu universo valorativo e a situações de anomia. Este fenómeno resulta da coexistência no sistema de valores de modelos culturais contraditórios e, em simultâneo com a desorganização social, surge a desorganização pessoal.

Ora, o que acontece é que nas últimas décadas temos vindo a assistir a mudanças a nível global. Nos países em vias de desenvolvimento introduzem-se mudanças rápidas, visando acelerar a sua entrada na modernidade e transformar os hábitos ancestrais, num processo que muitas vezes leva à alteração das culturas locais.

Nas sociedades do mundo pós – transição são também visíveis as marcas de desorganização a vários níveis.

Não admira que exista um manifesto descrédito das instituições produtoras de capital social de uma exclusão social de vastas camadas da população, manifestações de xenofobia e racismo. A incerteza perante o futuro são alguns aspetos da desorganização provocada pela mudança.

A observação atenta da evolução da história recente tem demonstrado que todos os processos de mudança originam sempre o fim da “velha ordem” e a criação de uma “ordem nova”. No período de transição podem surgir dificuldades de adaptação, não só pessoal como institucional, dando origem a fenómenos de resistência à mudança.

Nas sociedades atuais, globais, da informação e do conhecimento, surgem frequentes desfasamentos entre a apreensão técnica e científica das novas realidades e a mudança de atitudes perante a evolução contínua que decorre em grande parte delas.

A configuração de uma plataforma estratégica para uma mudança de atitude em relação à problemática dos idosos em Portugal, nas próximas dezenas de anos, passa pela extinção do conceito de Terceira Idade.

Este grande grupo de idades não pode mais ser pensado com parâmetros clássicos que resultam da projeção de tendências do passado de agrupamentos estatísticos que perderam o seu significado económico e social. O século XX foi fundamentalmente dominado por dois vectores fundamentais estruturantes do funcionamento da sociedade global e das suas principais instituições: a ordem e a estabilidade.

A ordem e a estabilidade dominaram durante quase todo o período da época contemporânea o sistema de ensino e de formação, o emprego, a ocupação de tempos livres, a vida familiar, as redes de amigos e os estilos de vida. Tal facto não significa que não tivessem existido mudanças. Essas mudanças eram, no entanto, controladas e na maior parte das vezes absorvidas pelo sistema e pela ordem existente.

A emergência de uma forma sustentada e estatisticamente significativa do individualismo, da concentração urbana, da diversidade cultural e étnica, da mobilidade espacial e profissional, da livre escolha, da diversidade de carreiras profissionais ao longo da vida, da emergência da oportunidade e do risco como alternativa à ordem e à estabilidade, de novos tipos de família, do envelhecimento da população, de novas formas de pobreza, de diferentes formas de uso do tempo (e em particular dos tempos livres) levaram à emergência do «viver em mosaico», que pode ser definido como a fragmentação e a diferenciação da maior parte das instituições que integram o funcionamento tradicional da sociedade, base da construção das tendências pesadas.

Não se trata mais de transitar de uma ordem antiga para uma ordem nova... que posteriormente será considerada como antiga. Trata-se de saber viver com as diferenças numa sociedade configurada em «mosaico».

O impacto da globalização e o advento da sociedade da informação fez emergir novas dinâmicas, conferindo a alguns elementos relevância estatística e social de tal forma que modelos tradicionais e novos estilos de vida convivem lado a lado sem existirem modelos dominantes e modelos ocultos ou marginais.

É neste contexto que o impacto dos quatro grandes motores da “sociedade mosaico” – individualismo, diversidade, mobilidade e escolha – produzem nos estilos de vida deverá ser analisado em relação a um conjunto de áreas relevantes, onde a diversidade das estruturas demográficas é uma delas.

Tudo isto para dizer que na mudança de paradigma uma coisa é proceder a uma análise com grandes categorias estatísticas que não têm em conta a nova realidade social – os idosos com mais de 65 anos vão chegar aos 3 milhões enquanto a população potencialmente ativa vai estabilizar à volta dos 5 milhões.

Outra coisa, completamente diferente, é fazer uma análise com base nas novas categorias que o declínio da fecundidade e o aumento da duração média de vida fez emergir num contexto de «sociedade mosaico».

O envelhecimento demográfico em si nada significa. Não existe nenhuma doença chamada «velhice».

O que existe é um «problema da velhice» cujo conteúdo é cada vez mais difícil de precisar, que existe numa sociedade configurada em «mosaico» e que foi criado pela forma como se organizou a vida política, económica e social. É verdade que, muitas vezes, o envelhecimento faz medo porque representa o receio que cada um tem diante do seu próprio envelhecimento e também porque na nossa civilização a velhice não tem conteúdo, valores e objetivos.

As consequências da necessária fragmentação quantitativa do conceito «Terceira Idade» e da emergência da 3ª Idade Plural e em «Mosaico»

Não é possível conceber uma estratégia dirigida aos últimos grupos etários enquanto o significado das diferentes idades não for esclarecido.

O que significa ser velho ou ser novo no século XXI?

Habituíamo-nos a considerar as pessoas com mais de 65 anos como sendo idosas, ou seja, como estando na antecâmara da morte, sem nunca nos interrogarmos sobre o absurdo da questão.

Esta nova visão quantitativa abre novas perspetivas quer para a investigação quer para a ação política. Estamos perante um novo paradigma cujas bases fundamentais são as seguintes:

Considerar o envelhecimento demográfico como um postulado fundamental da sustentabilidade ambiental.

Não estamos perante «um inverno» ou «um desastre». É uma forma subtil de combater as alterações climáticas porque não podemos continuar a crescer a uma escala global... e quando não crescemos o envelhecimento demográfico é irreversível a todos os níveis espaciais.

Recentrar a investigação na procura de conciliar o qualitativo com o quantitativo.

Quantitativamente, na nova classificação que está a ser trabalhada, temos Reformados Precoces ou «Young Active Seniors», Reformados Tardios ou «Late Active Seniors» e Velhice ou «Elderly» cujos limites precisamos aprofundar, mas que é necessário manter para tornar possíveis as comparações regionais e internacionais.

Qualitativamente, através dos nossos colegas que trabalham na área da Gerontologia e Geriatria sabemos que existem «Idosos sem serem velhos», «Idosos em processo ou com manifestações de Velhice» e «Idosos sem autonomia».

Apesar de os contornos serem de difícil precisão o grande desafio para a investigação é o de saber qual é a melhor classificação que permite conciliar estes dois critérios de análise.

Aceitar que a «invisibilidade» já não é uma solução.

Nas sociedades modernas existem os «visíveis na sociedade» que trabalham e os «invisíveis na sociedade» que estão afastados da vida ativa. O problema reside no facto de os «invisíveis» serem demasiado numerosos. Torna-se cada vez mais evidente que é impossível manter tanta gente fora da dinâmica da sociedade escondida em lares e centros de dia ou entretidos com atividades específicas como «envelhecimento ativo» ou «universidades seniores».

Perceber que o envelhecimento demográfico não é apenas um grande constrangimento.

É também uma nova oportunidade pelas novas fileiras económicas e sociais que se criam, por gerar novas oportunidades no mercado de trabalho e nas estruturas de consumo. A reforma progressivamente deixará de ser um «recreio» para passar a ser uma nova fase da vida cujo conteúdo é importante precisar e, numa certa medida, orientar.

Existe uma Socio Demografia do «envelhecimento saudável» cujo conteúdo é preciso aprofundar.

A questão do «envelhecimento saudável» não é algo que pertença apenas à área das ciências da saúde. É verdade que, inicialmente, o conceito foi utilizado para distinguir as pessoas, que nos últimos grupos etários, estavam saudáveis ou doentes.

Porém, à medida que a investigação foi evoluindo na área da geriatria foi possível começar a perceber que a realidade não era assim tão simples porque foi possível perceber que a qualidade de vida das pessoas idosas com as doenças controladas era muito semelhante à qualidade de vida dos idosos saudáveis.

Tal facto obriga-nos a repensar as categorias etárias e a tipologia das doenças nos últimos grupos de idade. Surgem novas categorias e terminologias como, por exemplo, a «explosão demográfica dos idosos saudáveis» ou ainda as doenças mais comuns nos «idosos não saudáveis, mas que têm a doença controlada».

Mais ainda, o envelhecimento saudável é muito mais do que a ausência de doenças ou a existência de doenças controladas. É um processo complexo que consiste em manter as capacidades funcionais que contribuem para o bem-estar das pessoas idosas.

Caminha-se para uma visão holística onde se passa a distinguir entre Ambiente (os fatores extrínsecos que formam o contexto de cada idoso), Capacidade Intrínseca (as capacidades físicas e mentais) e a Habilidade Funcional (a capacidade que os idosos têm em desempenhar aquilo que valorizam).

Entramos assim claramente na esfera sociológica em detrimento das caracterizações demográficas.

Aprofundar o efeito do «Inflammaging».

Este conceito introduzido por Franceschi no ano 2000 é uma combinação de duas palavras – inflamação e envelhecimento – e que é usado para descrever o facto de existir um aumento crónico da inflamação de baixo grau à medida que a idade avança.

Esta inflamação crónica tem sido associada a várias doenças relacionadas à idade, bem como a um declínio geral na função do sistema imunológico. As causas do «inflammaging» são complexas e multifatoriais sendo de destacar a importância do estilo de vida. Quanto mais o corpo inflama, mais ele envelhece e, quanto mais ele envelhece, mais inflamado fica.

Sob o ponto de vista sociológico, vinte anos depois do aparecimento deste conceito, novas perspetivas se abriram para analisar a problemática do envelhecimento que importa explorar.

O envelhecimento deixa de estar concentrado nos últimos grupos etários e passa a ser considerado como algo que ocorre bastante cedo no ciclo de vida e que apenas tem manifestações específicas nas idades terminais da vida.

A vida é um longo processo de adaptação ao ambiente que nos rodeia que pode ser feito com consequências benéficas (envelhecimento saudável) ou não benéficas (doenças relacionadas com as diferentes idades).

Os desafios para a investigação em geral – e para as ciências sociais em particular – são enormes, implicando uma visão holística e a fragmentação da visão quantitativa clássica.

Adaptar as sociedades ao envelhecimento demográfico

Não podemos mudar a direção do vento. O que podemos é ajustar as velas adaptando as sociedades ao envelhecimento demográfico.

As verdadeiras questões não são discutir mais um ano ou menos um ano na idade da reforma ou falar em incentivos à natalidade, mas adaptar as sociedades ao envelhecimento, ou seja, «ajustar as velas» cuja direção é imparável. Chegou o momento de pensar em responder ao verdadeiro desafio – como adaptar as cidades, as casas, os transportes, as famílias à nova explosão demográfica dos «velhos válidos»?

Referencias

EUROSTAT, ec.europa.eu/eurostat/data/database

INE WWW.INE.PT

NAÇÕES UNIDAS, Unric.org/pt/envelhecimento

POPULATION REFERENCE BUREAU, www.prb.org/collections/data-sheets/

ESTUDOS DE FUTURO E PROSPETIVA: MAIS DE 25 ANOS DE CONTRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Marcos Olímpio Santos*

Ana Balão**

José Saragoça***

Maria da Saudade Baltazar****

Carlos Alberto da Silva*****

Introdução

Numa época em que se colocam antigas e novas questões sobre o nosso futuro, e em que estudos incluídos na área científica designada por prospectiva têm vindo a ganhar relevância desde os anos cinquenta do século XX, ocorreram recentemente dois significativos eventos na Universidade de Évora: i) 2.º Encontro de Prospectiva “Pensar o Futuro, Preparar a Mudança” (2023) e, ii) a constituição do Futur_Lab Alentejo (2024). Porém, o envolvimento de professores e investigadores do Departamento de Sociologia nesta área de trabalho é bem mais recuado. A partir dos finais da década de 80 do século passado, começa a configurar-se o interesse por este domínio científico, tanto lecionação como na investigação e mesmo na extensão universitária (em sede de prestação de serviços).

Essas primeiras incursões pela prospectiva na Universidade de Évora (UÉ) culminaram em 1998 com a apresentação da primeira tese de doutoramento em Sociologia Rural e Urbana (Santos, 1998), encetando uma

* Professor Aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: mosantos@uevora.pt

** Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, CARE - Centro de Investigação em Saúde e Ciências Sociais & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: abalao@uevora.pt

*** Professor Associado do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: jsaragoca@uevora.pt

**** Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: baltazar@uevora.pt

***** Professor Aposentado Departamento de Ciências Médicas e da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: casilva@uevora.pt

aplicação pioneira da prospetiva como abordagem metodológica predominante. Seguiram-se-lhe muitos outros trabalhos académicos (licenciatura, mestrado e doutoramento), uma vez que esta perspetiva de análise passou a ser incluída nos conteúdos programáticos de disciplinas/unidades curriculares (UC) da área científica do planeamento e desenvolvimento no Departamento de Sociologia (DSoc). Conteúdos que se foram reforçando e autonomizando, e atualmente os planos de estudos dos cursos de sociologia contam com UC cujos conteúdos são exclusivamente da área dos estudos do futuro e prospetiva. A produção científica na área, resultante da investigação e prestação de serviços desenvolvida durante mais de duas décadas enalteceu o interesse de se divulgar e partilhar com outros investigadores o trabalho desenvolvido, o que justificou a organização de uma nova edição dos encontros de prospetiva (em 2015), assim como o reforço da disseminação de resultados através da edição de livros e outras publicações dedicadas à temática.

Esta inventariação motivou a incumbência de legar um tributo para a celebração dos 60 anos da Licenciatura em Sociologia em Évora, através de um texto que tem como objetivo geral explicar a trajetória das iniciativas e estudos já concretizados no âmbito da área científica designada de prospetiva e circuncidar os ensinamentos de conteúdos de prospetiva lecionados por docentes do Departamento de Sociologia na UÉ). Especificamente, pretende-se: dar a conhecer o acervo de iniciativas e trabalhos realizados ao longo do marco temporal referido; identificar os ensinamentos da prospetiva nos cursos de prospetiva lecionados por docentes do DSoc; evidenciar as aprendizagens alcançadas (teóricas, metodológicas, técnicas, práticas para que sejam expostos e avaliados os ganhos obtidos neste percurso e identificar perspetivas e futuros possíveis para a prospetiva na Universidade de Évora.

A reflexão que se apresenta corresponde a um tipo da pesquisa longitudinal (porque aborda as dimensões retrospectiva e prospetiva), descritiva (porque são observados factos registados, analisados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador) e explicativa (porque identifica fatores determinantes para a ocorrência dos fenómenos).

Foi feita uma recolha, tratamento e análise de informação disponível em publicações no formato digital e em publicações impressas, bem como análise de informação provocada junto de quatro informantes privilegiados (informantes-chave).

No que respeita à elaboração do primeiro ponto (contextualização teórico-conceitual) foi efetuada uma recolha através de uma revisão bibliográfica essencialmente narrativa que visou descrever ou discutir o estado atual do tema pesquisado, não tendo sido aplicadas estratégias de busca sofisticadas e exaustivas (Botelho et al., 2011; Canuto & Oliveira, 2020 e Rother, 2007). O tratamento dessa informação foi efetuado mediante uma análise categorial, estruturada de acordo com os tópicos que possibilitaram uma exposição lógica e elucidativa exigível (nomeadamente definição de conceitos fundamentais, historial da prospetiva, escolas, metodologias e ferramentas utilizadas).

A recolha de informação disponível para elaboração do ponto seguinte (contributos recenseados no percurso percorrido) foi efetuada através de uma revisão bibliográfica, também narrativa, complementada com informação provocada junto de quatro testemunhas chave. Esta pesquisa realizada teve como fontes o Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora e o Sistema de Informação Integrado da Universidade de Évora. Tendo presente a história da prospetiva na UÉ e os objetivos deste trabalho não se colocaram restrições à data de publicação. O foco da pesquisa foram as seguintes palavras-chave dos «títulos» e «resumos» ou «palavras-chave» dos trabalhos científicos ali existentes: “cenários”, “cenários prospetivos”, “prospetiva”, “métodos prospetivos”, “MICMAC”, “MACTOR”, “estratégia de atores”. Procedeu-se à exclusão de trabalhos duplicados e dos que não mobilizaram os métodos/metodologia prospetiva.

Foram também pesquisados trabalhos de extensão universitária prestada por docentes do DSoc (nomeadamente no quadro de prestações de serviços).

A recolha de informação relativa aos restantes pontos foi efetuada através de indagação junto das quatro testemunhas chave que se pronunciaram sobre a finalidade de cada um deles. As respostas foram contrastadas para se apurar asserções semelhantes e diferentes e daí retirar as devidas conclusões.

1. Importa referir que estas plataformas não existiam antes de 2006 e só mais recentemente o repositório científico da UÉ incorpora obrigatoriamente as teses e dissertações produzidas nesta universidade e não contemplam, necessariamente, todos os trabalhos científicos realizados na universidade. Os termos foram escritos em concordância, quer com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (em vigor desde 2009) quer com a ortografia vigente anteriormente (Acordo Ortográfico de 1945).

Contextualização teórico-conceitual

A atualidade é marcada por variados riscos e incertezas e nos últimos anos o confronto com múltiplas crises tem sido uma realidade constante. As sociedades modernas são sujeitas a riscos sistémicos. De acordo com alguns autores (Homer-Dixon et al. 2022, p. 3), estes envolvem o aquecimento global, as pandemias, o aumento das desigualdades económicas e sociais, a instabilidade do sistema financeiro, as ideologias extremistas, os impactos sociais perniciosos da digitalização, os ciberataques, a crescente agitação social e política, as migrações forçadas em grande escala e o perigo crescente de uma guerra nuclear. Conforme é referido por Homer-Dixon, Renn, Rockström, Donges e Janzwood (2022), parece existir uma amplificação, aceleração e sincronização do risco. Deste modo, a atenção para o longo-prazo, característico da metodologia prospetiva, requer nas palavras de Krishnan e Robele (2024), que as tomadas de decisão – dos responsáveis políticos e dos atores – ultrapassem os ciclos políticos curtos e que as medidas de análise de risco vão além da previsão, baseada em mudanças lineares e previsíveis, importando seguir processos e caminhos alternativos para o desenvolvimento. Também a este respeito, van 't Klooster, Cramer e van Asselt (2024) mencionam que “os desafios complexos exigem uma análise das causas e das inter-relações sistémicas, a antecipação das consequências a longo prazo e o desenvolvimento de respostas políticas resilientes e viradas para o futuro” (p. 2).

Quando se procura dar resposta a questões sobre a origem dos estudos de futuro, há que separar duas dimensões distintas: a preocupação com o futuro e o campo científico dos estudos de futuro. Se, por um lado, desde sempre o homem se preocupou com o futuro, ainda que as explicações associadas a diferentes períodos históricos sejam bastante diversas (Castro, et al., 2001, Cobos, 2006, Hines, 2020), há a salientar que o campo científico dos futuros, “*campos de futuro*”, “*pesquisa do futuro*”, “*futuriscs*”, “*prospectiva ou prospective*”, “*foresight*” “*futures ou futures studies*” se constitui enquanto uma área científica multidisciplinar na qual se apoiam práticas prospetivas.

Diferentes autores como Vasquéz (2002), Bell (2003), Saragoça, Silva e Fialho (2017), Hines (2020) sistematizam alguns períodos associados à história da prospetiva, enquanto metodologia científica, que é relativamente recente.

Segundo Vasquéz (2002) a grande diferença entre as concepções contemporâneas do futuro e aquelas que o autor designa de pré-modernas é a de que os estudos contemporâneos confrontam imagens do futuro com dados, procurando diferentes alternativas futuras e também conhecer as suas implicações no presente. O início dos estudos contemporâneos no campo da prospectiva está associado a Seabury Colum Gilfillan (1889-1987), sociólogo e investigador do Research Committee on Social Trends, considerado um dos principais precursores dos estudos prospectivos, “he introduced the term mellontology – from the Greek “mellon” meaning future – to designate the «science of prophecy»” (Ballandonne, 2020, p. 2). Contudo, é nas décadas seguintes, em especial a seguir à II Guerra Mundial, que se encontram os principais contributos para o desenvolvimento da prospectiva com o propósito de exploração do futuro, através do estabelecimento de conceitos e metodologias neste campo de investigação (Bell, 2003; Hines, 2020). Conforme referido por Kristóf e Nováky (2023), inicialmente a exploração científica do futuro foi realizada por sociólogos, recorrendo a diversas fontes para sustentar estas afirmações, os autores mencionam que foi com Winthrop (1968) que os estudos do futuro foi interpretada como uma subdisciplina da sociologia e Bell e Mau (1971) chamaram a atenção para os esforços dos sociólogos para dar prioridade aos estudos do futuro (p. 3).

Embora não exista uma abordagem uniforme sobre a história da prospectiva, poderá afirmar-se que é composta por 5 fases, tal como explicitado na Figura 1.

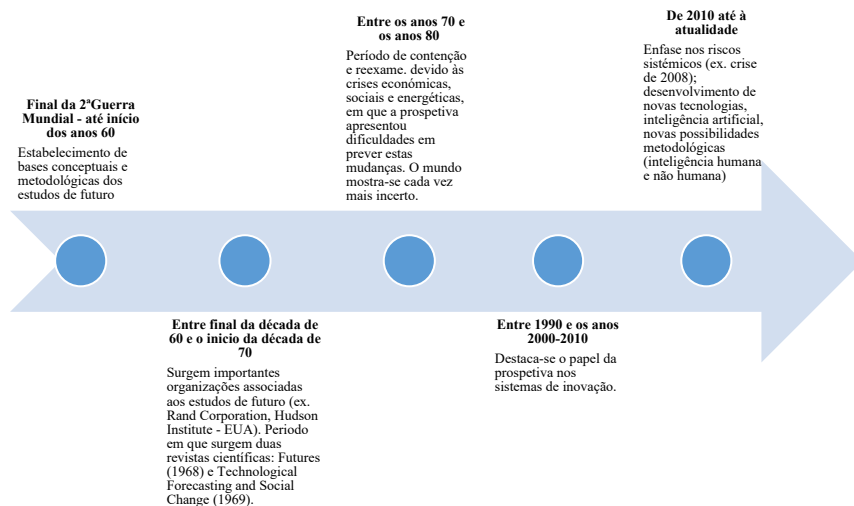


Figura 1. Fases do desenvolvimento da Prospetiva

Fonte: Elaboração própria com base em Mills & Bishop, 2000; Vásquez, 2002; Bell, 2003; Saragoça, J., Silva, C., & Fialho, J., 2017; Hines, 2020; Saritas, Burmaoglu & Ozdemir, 2022; Kwon Ko & Yang, 2024; Kristóf, 2024

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma crescente centralidade da prospetiva. São diversas as evidências que confirmam este aumento de importância de pensar o futuro com recurso a metodologias prospetivas, nomeadamente, na criação e/ou desenvolvimento de estruturas cuja missão é explorar “imagens” (cenários) decorrentes da participação de diferentes atores e, da consequente, integração de conhecimentos (transdisciplinaridade), objetivos, e meios (capital humano, recursos financeiros, tecnológicos, institucionais, relacionais) com vista a responder de forma holística à necessidade de antecipação de problemas complexos, à incerteza, à volatilidade e às desigualdades que caracterizam a sociedade atual (ex. em Portugal, o PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, criado em 2021). Deste modo, a metodologia prospetiva pode incrementar e disseminar uma ação de tipo *glocal* na transformação e mudança social, na construção de futuros possíveis e desejáveis, Bell (2002) referia que “enquanto futuristas preocupamo-nos com os futuros desejáveis, especialmente os definidos pelos valores da liberdade e do bem-estar humanos” (p. 237). Assim, uma definição comum de prospetiva é a de que esta se constitui

como “um processo sistêmico, participativo, de recolha de informações sobre o futuro e de construção de visões a médio e longo prazo, destinado a informar as decisões atuais e a mobilizar ações conjuntas” (Miles & Keenan, 2002, citado por Saritas, Burmaoglu & Ozdemir, 2022). Saritas (2013) afirma que a prospetiva implica, essencialmente, alguma forma de “participação” e “não deve esforçar-se por compreender as questões como episódios divorciados dos sistemas históricos, organizacionais e/ou económicos dos quais emergem” (p. 91). Pode afirmar-se que a prospetiva promove a comunicação entre atores, favorecendo a coordenação e a ação partilhada, no longo prazo (Saragoça, 2013).

A definição apresentada anteriormente é bastante abrangente, não indicando domínios específicos. Contudo, deve ter-se presente que a metodologia prospetiva tem recebido, ao longo da sua existência, contributos de diversas áreas do saber como a sociologia, as ciências políticas, a previsão tecnológica, a formulação de estratégias militares e de segurança nacional, os sistemas de planeamento ou a análise de sistemas (Kristóf, 2024). Os estudos do futuro têm sido caracterizados pela sua afirmação como metodologia, mas manifestam falta de consolidação como disciplina académica (Rincón & Díaz-Domínguez, 2022). Existem algumas expectativas relativamente a esta matéria, havendo quem afirme (Kuosa, 2011) que este campo será, nos próximos anos, um campo de estudo independente. A primeira universidade que ministrou um curso em estudos do futuro designado de “*Social change and future*” foi a New School for Social Research (Bell 2003). Hoje, em todo o mundo são várias as universidades que ministram programas, graus ou disciplinas no âmbito da prospetiva, em forma de ilustração pode referenciar-se: Doutoramento em *Organizational Future Orientation* na Aarhus University (Dinamarca), Programa de Mestrado em *Futures Studies*, na Universidade de Turku (Finlândia), *Manoa School of Futures Studies*, Hawaii Futures, Universidade de Hawái em Mānoa (USA), Mestrado em *Strategic Foresight* (Govt & Public Policy), na Universidade de Monterrey (México), Programa de Pós-Graduação em *Futures Studies*, na Stellenbosch Business School (África do Sul).

Ao nível conceptual e metodológico existem duas grandes Escolas de prospetiva, em termos mundiais: a Escola Francesa e a Escola Anglo-Saxónica. A Escola Francesa de prospetiva, criada por Bertrand de Jouvenel e Michel Godet, com uma visão humanista, a ação dos atores (individuais ou coletivos) constitui-se como o motor da mudança. No que se refere à

escola anglo-saxónica, esta confere grande importância à tecnologia, atribuindo-lhe a primazia na criação de mudança (Saragoça, 2013). Contudo, devido à expansão que os estudos prospetivos têm vindo a ter, atualmente podem encontrar-se várias abordagens, nomeadamente a escola finlandesa de prospetiva, que tem vindo a desenvolver alguns conceitos como é exemplo o de *weak signals* (sinais fracos), mas também instituições na região Indo-Pacífico, na Ásia ou a América Latina (Patrouilleau, 2022) têm desenvolvido abordagens prospetivas de grande significado para o desenvolvimento conceptual e metodológico neste área.

Ao longo da sua história, a prospetiva tem vindo a mostrar uma elevada versatilidade, permitindo uma interrelação entre abordagens qualitativas, métodos quantitativos e, ainda permite que se percorram caminhos que utilizam abordagens mistas, multi-método (Saritas, Burmaoglu & Ozdemir, 2022). Como referido por Kristóf (2024) “All knowledge of the future is reflective knowledge in the present that can only be partially falsified, but can be used as a subject for additional reflections” (p. 6), este autor fala ainda sobre os valores partilhados dos estudos de futuro, como a participação, o diálogo e o processo democrático, que tornam possível a literacia coletiva do futuro. A metodologia prospetiva assume um carácter participativo e emancipatório (Saragoça, Silva & Fialho, 2017; Krishnan & Robele, 2024) permitindo percorrer trajetórias de desenvolvimento mais equitativas.

A utilização de diversos métodos permite que os exercícios prospetivos possam dar resposta a objetivos diversos e aplicados em escalas distintas. Kristóf (2024) alude a diferentes tipologias de estudos prospetivos, associando diferentes campos de conhecimento e prática, “prospetiva tecnológica”, “prospetiva empresarial”, “prospetiva ambiental”, “prospetiva territorial”, “prospetiva regional”, “prospetiva setorial” e, ainda “open foresight” cujo conceito se associa a iniciativas prospetivas colaborativas baseadas na Web.

De acordo com Saritas, Burmaoglu e Ozdemir (2022) é previsível que a prospetiva continue a afirmar-se e a expandir as suas aplicações. Estes autores avançam que as novas gerações de prospetiva podem desenvolver abordagens originais para lidar com situações complexas e caóticas que emergem abruptamente, utilizando ferramentas avançadas, com maior recurso a dados e novas fontes. A prospetiva tem capacidade para atuar ao nível da tomada de decisões avançadas, com o apoio das tecnologias informáticas, através de uma “inteligência coletiva humano-tecnológica” (Saritas, Burmaoglu & Ozdemir, 2022, p. 12).

Contributos recenseados no percurso percorrido

São descritos, seguidamente, as iniciativas técnico-científicas ocorridas, publicações emitidas, prestações de serviços desempenhadas e outros contributos, que ilustram a contribuição de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia para a divulgação alargada da temática e, para reforço de conhecimentos e ampliação de horizontes por parte dos(as) intervenientes.

Os autores dividiram o período em análise em dois ciclos (1.º e 2.º), diferenciados essencialmente pelas características das iniciativas técnico-científicas (encontros) sobre prospetiva, promovidas por docentes e investigadores do Departamento de Sociologia.

As duas primeiras iniciativas (uma ocorrida em 1998 e a outra em 2005), tiveram um carácter circunscrito e não implicaram as formalidades geralmente adotadas neste tipo de eventos (divulgação alargada, seleção de resumos, avaliação de artigos, edição de atas do encontro), normas essas que já foram observadas nas duas iniciativas seguintes, implementadas já no ciclo 2.º.

O primeiro evento realizado na Universidade de Évora centrado na prospetiva teve lugar em julho de 1998 e concretizou-se enquadrado no tema “Ameaças e Oportunidades que se deparam ao Alentejo”. Este encontro realizou-se em formato de conferência e teve como temática principal a Comunidade Europeia/União Europeia, em que foram abordados os seguintes assuntos: Ordenamento do Território, Moeda Única, Apoios Comunitários e Relações Transfronteiriças. Esta iniciativa contou com a participação de conferencistas convidados pertencentes à UÉ e a outras Universidades portuguesas e da Universidade da Extremadura (Espanha).

A maioria dos participantes foram estudantes do curso de licenciatura em Sociologia da UÉ.

O segundo evento associado à prospetiva realizou-se no âmbito do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia «Augusto da Silva» e ocorreu em novembro de 2005, designado de “1º Encontro de Prospetiva do CISA-AS”. Quando se compara a atividade de 2005 e aquela que ocorreu em 1998 observam-se diferenças: no caso do evento realizado em 2005, a metodologia prospetiva assumiu o protagonismo, e neste sentido, os oradores mobilizaram os participantes a refletir sobre elementos conceptuais e metodológicos prospetivos, bem como sobre a pertinência da

metodologia e foram também apresentados diferentes casos de aplicação. Outra diferença observável foi a participação de estudantes dos cursos de Mestrado em Sociologia e em Intervenção Sócio-Organizacional na Saúde como oradores (bem como de docentes do Departamento de Sociologia). Importa mencionar que este Encontro contou com um período para reflexão sobre o desenvolvimento da prospetiva. O principal público-alvo foram estudantes e docentes dos vários ciclos de estudo em Sociologia da UÉ.

O primeiro Encontro do ciclo 2.º realizou-se dez anos depois, em 2015. E, neste caso, o evento adota um conjunto de procedimentos substancialmente diferente do anterior, denota-se uma maior regulação, evidenciando novas lógicas de ação, que espelham as alterações ocorridas no Ensino Superior em Portugal. O Encontro realizado sob o lema “Pensar o Futuro, Preparar a Mudança” foi organizado em dois painéis, uma conferência de encerramento e comunicações livres. Os painéis versaram sobre os temas: a) Prospetiva: metodologias e instrumentos operatórios e b) Prospetiva: Políticas Públicas e Desenvolvimento. Estes painéis foram dinamizados por oradores convidados, com filiação em diversos centros de investigação e universidades e também por oradores oriundos da administração indireta do Estado. No que se refere às comunicações livres, estas versaram sobre temáticas muito diversas como: desenvolvimento local e territorial, relações entre atores locais e relações transfronteiriças, profissões, educação e tecnologia. Uma outra diferença substancial relativamente aos Encontros anteriores é a existência de um Livro de Atas do qual constam as participações de todos os oradores (convidados e comunicações livres). Este material científico teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Pólo da Universidade de Évora.

O segundo Encontro foi realizado em outubro de 2023 e seguiu a linha do evento congénere de 2015, inclusive na primeira parte do título, em que se mantém a designação do anterior encontro, mas dando privilégio à reflexão em torno das políticas públicas “Pensar o Futuro, Preparar a Mudança: Prospetiva, Políticas Públicas e Desafios Globais e Setoriais”. A estrutura da iniciativa, tal como em 2015, foi composta por dois painéis principais, uma conferência de encerramento e comunicações livres. Este evento foi dinamizado por docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

No Encontro realizado em 2023, a Comissão Organizadora apresentou o Futur_Lab Alentejo – Laboratório de Estudo do Futuro do Alentejo², que se constitui como um marco importante para o desenvolvimento da prospetiva no contexto da UÉ, tendo presente que esta estrutura visa promover a realização de estudos de análise de tendências e futuros possíveis para o Alentejo, bem como concretizar ações de consultoria com vista à implementação de exercícios de prospetiva estratégica, e ainda dinamizar ações formação dirigidas a diferentes tipos de público, no âmbito de estudos de futuro.

Deste modo, parece ser evidente que os primeiros encontros (1998 e 2005) tiveram como principal missão divulgar a prospetiva na academia e desenvolver conhecimentos e competências internas que pudessem dar continuidade aos estudos de futuro, nomeadamente no contexto do Departamento de Sociologia da UÉ e, assim, os encontros são marcados por um especial interesse na participação de estudantes e docentes de diferentes ciclos de ensino da UÉ. Nos encontros mais recentes, continua a dar-se privilégio ao desenvolvimento do conhecimento científico das metodologias prospetivas, mas denota-se maior heterogeneidade nas participações, que vão além do círculo académico, facto que poderá estar associado aos objetivos dos diferentes eventos e também à maior visibilidade da prospetiva junto de um vasto conjunto de investigadores e de outros atores sociais.

A referida diferenciação dos ciclos estabelecidos origina um desequilíbrio cronológico, sendo que no ciclo 1.º sobressaem os Trabalhos de Fim de Curso e as Dissertações de Mestrado, enquanto no ciclo 2.º despontam as Teses de Doutoramento, bem como as publicações realizadas por docentes e investigadores afetos ao Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

Porém, dada a diversidade de contributos que têm sido concretizados, é explanada por ciclos diferenciadores na tabela seguinte, uma sistematização pelos tipos agregadores, considerados como propícios para uma mais satisfatória informação de leitores(as).

2. A Comissão Instaladora do Futur_Lab Alentejo é composta por: Professora Ana Balão, Mestre José Merca, Professor José Saragoça (coordenador), Professora Maria da Saudade Baltazar e Professor Marcos Olímpio (aposentado). Os órgãos sociais deste laboratório de prospetiva foram eleitos em 19 de outubro de 2014.

Tabela 1. Resenha dos contributos concretizados, dispostos por tipo e por ciclo diferenciador.

Tipo de contributos	Ciclos diferenciadores	
	1.º 14/07/1998 – 10/09/2015	2.º 11/09/2015 –
Teses de doutoramento	5	5
Trabalhos de fim de curso	53	---
Teses de mestrado	15	5
Iniciativas técnico-científicas informais	2	---
Iniciativas técnico-científicas formais	5	5
Publicações	Artigos: 25 Capítulos de Livro: 5 Livros: 3	Artigos: 14 Capítulos de Livro: 4 Livros: 2
Prestação de serviços – Estudos	4	5
Criação de estruturas de apoio à produção de conhecimento	---	1

Fonte: elaboração própria.

A explicitação dos temas / assuntos privilegiados no ciclo 1.º encontra-se detalhada na tabela 2.

3. Com a revisão dos Planos de Estudo do Curso de Licenciatura em Sociologia, e a redução do curso para quatro anos, os Trabalhos de fim de curso foram substituídos pelos Projetos de Investigação desenvolvidos no âmbito da UC Seminário Temático, a partir de 2001.

Tabela 2. Temas / assuntos privilegiados no ciclo 1.o.

Tipo de contributos	Temas
Teses de doutoramento	Desenvolvimento local e regional, Saúde e Organizações
Trabalhos de fim de curso	Desenvolvimento local e regional, Saúde
Teses de mestrado	Desenvolvimento local e regional, Saúde, Organizações, Desporto, Educação
Iniciativas técnico-científicas informais	Conhecimentos de base sobre prospetiva; Ordenamento do Território; Cooperação transfronteiriça
Iniciativas técnico-científicas formais	---
Publicações emitidas	Mundo rural do Alentejo; metodologias prospetivas
Prestação de serviços – Estudos	Desenvolvimento local, Emprego e Formação Profissional, Planeamento Estratégico
Criação de estruturas de apoio à produção de conhecimento	---

Fonte: elaboração própria a partir do Repositório Científico da Universidade de Évora, do Sistema de Informação Integrado da Universidade de Évora e de informantes-chave.

Quanto aos temas / assuntos privilegiados no ciclo 2.o, que envolvem teses de doutoramento, e uma mais significativa expressão de alguns outros contributos, dá-se conhecimento na tabela seguinte.

Tabela 3. Temas / assuntos privilegiados no ciclo 2.º

Tipo de contributos	Temas
Teses de doutoramento	Desenvolvimento local e regional, Turismo e Desenvolvimento, Saúde, Educação, Cooperação; Violência doméstica.
Trabalhos de fim de curso	---
Teses de mestrado	Desenvolvimento local e regional, Desporto, Políticas Públicas, Igualdade de Género.
Iniciativas técnico-científicas informais	---
Iniciativas técnico-científicas formais	Metodologias e instrumentos operatórios; Políticas públicas e desenvolvimento; Urbanismo; Inovação; Geopolítica, Segurança e Defesa, Saúde, Envelhecimento, Ensino-Aprendizagem; Profissões do futuro; Bioeconomia; Planeamento público; Turismo rural
Publicações emitidas	Desenvolvimento local e regional; Pobreza, Estratégia de atores; metodologia prospetiva, cooperação intermunicipal
Prestação de serviços – Estudos	Desenvolvimento Local e Sustentável, Turismo, Educação e Igualdade Género, Violência e Discriminação, Planeamento Estratégico
Criação de estruturas de apoio à produção de conhecimento	Futur_Lab Alentejo – Laboratório de Estudos do Futuro do Alentejo

Fonte: elaboração própria a partir do Repositório Científico da Universidade de Évora, do Sistema de Informação Integrado da Universidade de Évora e de informantes-chave.

Da informação exposta nas tabelas anteriores, infere-se, em traços gerais, a relevância do número total das publicações emitidas, a expressão das iniciativas técnico-científicas, nomeadamente formais, que contribuem para divulgação do trabalho desenvolvido neste âmbito, assim como os temas que mais sobressaem no universo do trabalho desenvolvido sobre prospetiva por docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

A análise efetuada mostra que os artigos, capítulos de livro, comunicações em congresso e livros em que estiveram envolvidos docentes e investigadores da Universidade de Évora estão enquadrados na Escola Francesa de Prospetiva. Dando-se destaque à utilização de métodos utilizados em *La Prospective* como: MICMAC – Matriz de impactos Cruzados – Multiplicação aplicada à Classificação, MACTOR – Método de Atores,

e «atores» assumem maior protagonismo enquanto no período seguinte (2.o) são as palavras «políticas» «públicas», «ação» e «atores» aquelas que apresentam maior frequência. Este facto poderá estar relacionado com os temas objetos de investigação. No que concerne à palavra «atores», ela demonstra e materializa a associação à perspetiva humanista (francesa) e também a característica de participação associada a esta metodologia.

Os temas que ao longo dos anos foram objeto de análise prospetiva manifestam uma elevada diversidade – desenvolvimento local e regional, turismo, saúde, profissões, educação, desporto – tendo como finalidade responder a diferentes fenómenos como o desenvolvimento territorial, a adaptação das organizações a diferentes desafios e à identificação de tendências emergentes, permitindo adaptações às múltiplas mudanças, nomeadamente ao nível da regulação, das expectativas e/ou preferências dos diferentes atores.

Recorrendo à análise da nuvem de palavras pode constatar-se que a saúde assume uma maior importância no período 1.o enquanto as políticas públicas são objeto de maior interesse no período 2.o. O desenvolvimento territorial é um tema que manifesta elevada regularidade, sendo bastante evidente a sua análise nos dois períodos de referência, ainda que no segundo período o enfoque na região Alentejo seja mais visível.

Destaca-se ainda, e com particular incidência, no período 2.o, a orientação por parte de docentes do DSoc da Universidade de Évora, os trabalhos de teses de doutoramento e de pós-doutoramento, realizados noutras universidades nacionais e espanholas, o que releva a projeção e o reconhecimento externo do trabalho, na área da prospetiva, que se desenvolve no DSoc.

Como se pode observar nas tabelas 1,2 e 3, este reconhecimento não ocorre apenas no meio académico, fazendo-se sentir também entre as entidades regionais e locais que, desde os anos 2000, solicitam apoio técnico-científico, nomeadamente para elaboração de estudos e planos de desenvolvimento estratégico, com recurso a metodologias prospetivas. Estas prestações de serviços/estudos inserem-se no domínio da extensão universitária, afigurando-se como um relevante domínio de aprendizagem e de relacionamento entre investigação e ensino, que tende a privilegiar às áreas do desenvolvimento ao longo do período em análise, enquanto o interesse pelas temáticas do emprego e da formação profissional tem

vindo a dar lugar, nos últimos anos, a estudos na área do turismo, educação e igualdade de género e não discriminação⁴.

Esta capitalização de experiências, enquadrável numa perspetiva da sociologia da ação com recurso a metodologias prospetivas alcança no momento atual uma fase de maior consolidação na produção do conhecimento com a criação do Futur_Lab Alentejo – Laboratório de Estudos do Futuro do Alentejo.

Os ensinos da prospetiva no Departamento de Sociologia

Em paralelo com o assinalado percurso realizado em matéria de investigação, alguns docentes do DSoc têm vindo, ao longo de décadas, a adensar o ensino de conteúdos de prospetiva e dos *future studies*, contribuindo para afirmar o DSoc como uma referência no ensino da prospetiva a nível nacional.

Tal como a investigação, também o ensino da prospetiva no DSoc da Universidade de Évora tem dois ciclos: o ciclo 1.º (de 1987 até 2005) e o ciclo 2.º (de 2005 à atualidade). Até 2005 a situação caracteriza-se pelo estudo de alguns conceitos, a utilidade da prospetiva, e referências, mais ou menos pontuais, a estudos sobre o futuro no quadro de algumas unidades curriculares, nomeadamente as que contemplavam conhecimentos na área da sociologia do planeamento regional (local, territorial)⁵, no domínio das metodologias de planeamento e de intervenção social e ainda em sociologia do desenvolvimento, entre outras.

Embora se trate de abordagens complementares a outros conteúdos e sem constituírem o fulcro das “disciplinas”, nestas UC os fundamentos da prospetiva territorial e das metodologias de planeamento estratégico foram ministrados ao longo dos anos, a alunos dos cursos de licenciatura em sociologia, mas também a muitos outros cursos da Universidade de Évora.

4. Estas iniciativas de cooperação estabelecida entre o DSoc e a comunidade envolvente, na sua larga maioria, têm sido desenvolvidas por equipa de investigadores e docentes coordenadas pela Professora Maria da Saudade Baltazar.

5. As diferentes designações da UC resultam da dinâmica inerente às alterações que ocorreram nos planos de estudos, que desde os anos 80 do século passado integrava, com caráter obrigatório nos cursos de licenciatura de sociologia, e como optativa para os de Arquitetura Paisagista, Engenharia Biofísica, Engenharia dos Recursos Hídricos, Engenharia dos Recursos Geológicos, Turismo e Desenvolvimento, Relações Internacionais e Geografia, entre outros, , lecionadas pelos Professores Marcos Olímpio Santos e Maria da Saudade Baltazar.

Com a reestruturação dos cursos para adequação ao processo de Bolonha esta oferta letiva mais alargada passou a circunscrever-se aos cursos de sociologia. Embora ao nível dos cursos de mestrado se tenha continuado a incluir a abordagem das metodologias prospetivas no contexto do planeamento estratégico na UC Planeamento e Avaliação de Programas e Projetos, lecionada no Mestrado de Sociologia, em pré e pós Bolonha, tendo hoje carácter obrigatório na área de especialização do mestrado em Desenvolvimento Regional e opcional para Recursos Humanos.

De referir ainda que na UC de Sociologia do Desenvolvimento, lecionada desde a génese do curso de licenciatura de Sociologia na Universidade de Évora, como UC obrigatória, os seus conteúdos programáticos foram revistos em 2001⁶, e em 2005⁷, passando a ter o último módulo da matéria lecionada destinado à cénarização e estudos do futuro das perspetivas de desenvolvimento para o sistema-mundo.

Não obstante estas incursões sobre a abordagem dos estudos do futuro e prospetiva nos ensinamentos assegurados pelo Departamento de Sociologia, o vocábulo «prospetiva» surge pela primeira vez na designação de uma unidade curricular a nível de licenciatura no plano de estudos do 1.º Ciclo de Sociologia da Universidade de Évora⁸, em 2005/2006, aquando da revisão do plano de estudos na sua adaptação ao chamado Processo de Bolonha. Trata-se da UC “Diagnóstico e Prospetiva Social”, uma oferta ímpar nos cursos de 1.º Ciclo em Portugal. Contribuindo com 5 ECTS para o Plano de Estudos (à semelhança da maioria das UC do Plano), a disciplina propunha-se:

“...levar o aluno a (i) compreender a importância da prospetiva como uma ferramenta de apoio à observação dos contextos e à conceção de estratégias de médio e longo prazo que têm como objetivo a identificação atempada dos aspetos e das tecnologias que podem ter um grande impacto social, tecnológico e económico no futuro e por (ii) adquirir competências para conduzir ou participar ativamente em trabalhos de análise prospetiva territorial ou organizacional usando as ferramentas da Escola Francesa de Prospetiva.”

6. O conteúdo programático da UC Sociologia do Desenvolvimento foi revisto em 2001 pelos Professores Marcos Olímpio Santos e Maria da Saudade Baltazar cuja leção ficou a cargo dos mesmos docentes.

7.. Em 2005 volta a ser revisto por esta docente, que continua a assegurar a sua leção

8. CF. Plano de estudos publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 106 — 3 de junho de 2008.

A partir de então, e à medida que os estudos prospetivos se vão desenvolvendo no país e no mundo, a sociologia “praticada em Évora” assumia claramente o interesse da prospetiva como objeto central de uma unidade curricular.

Em 2015, o Doutoramento em Sociologia – Programa Interuniversitário em Sociologia, no qual a Universidade de Évora é uma das Instituições de Ensino Superior do consórcio⁹, introduz no seu plano de estudos¹⁰ uma unidade curricular intitulada “Sociologia e Prospetiva Territorial e Organizacional”, unidade semestral optativa com 8 ECTS. No enquadramento da UC sublinhava-se a ideia de que:

“os estudos prospetivos procuram explorar os futuros possíveis (cenários) de um território ou de uma organização, normalmente no horizonte de longo prazo, por forma a orientar a ação coletiva e a intervenção dos atores desses sistemas. Tratam-se, portanto, de abordagens importantes para a gestão da mudança a que a Sociologia pode e deve recorrer, nomeadamente tempos de elevada incerteza e risco.”

Esta UC, que não viria a ser lecionada por não ter o número considerado mínimo de alunos inscritos, e, posteriormente, deixou mesmo de fazer parte do plano de estudos do curso.

No ano seguinte (2016), aquando de um processo de avaliação do curso pela A3ES, é a vez do Mestrado em Sociologia da Universidade de Évora introduzir no plano de estudos¹¹ uma UC designada de “Sociologia Prospetiva”, com 6 ECTS. Trata-se da primeira UC, com tal designação, em cursos superiores de 2.º ciclo em Portugal, na área da sociologia. Esta UC é obrigatória para a especialização em “Desenvolvimento Regional” e optativa na outra das duas especializações do curso (“Recursos

9. Referimo-nos ao Doutoramento em Sociologia — Programa Interuniversitário em Sociologia — Conhecimento para Sociedades Abertas e Inclusivas (OpenSoc), iniciativa conjunta da Universidade de Lisboa através do Instituto de Ciências Sociais da (ICS – ULisboa), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP – ULisboa) e Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG – ULisboa), da Universidade Nova de Lisboa através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH – UNL), da Universidade de Évora através do Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA – EU) e da Universidade do Algarve através da Faculdade de Economia (FE – UA).

10. Cf. Despacho n.º 12450/2015, publicado em Diário da República Diário da República, 2.ª série — N.º 216 — 4 de novembro de 2015.

11. Cf. Diário da República, 2.ª série — N.º 151 — 8 de agosto de 2016, p. 24766.

Humanos”). No Programa da UC¹² assumem-se como objetivos de aprendizagem os seguintes:

1. “Avaliar a especificidade, a utilidade e os limites da prospetiva para os estudos sociológicos de territórios e organizações;
2. Caracterizar o diagnóstico organizacional e o diagnóstico territorial de cariz prospetivo;
3. Avaliar a utilidade e os limites epistemológicos dos métodos da Escola Francesa de Prospetiva, no quadro da Sociologia;
4. Preparar, tratar e analisar dados com diverso software de análise prospetiva (método de cenários da Escola Francesa).”

Hoje, a “Sociologia Prospetiva” continua a integrar o plano de estudos do referido curso e a inspirar vários estudantes, que usaram a abordagem prospetiva nas suas dissertações de mestrado.

Atualmente, no que respeita a unidades curriculares inteiramente dedicadas aos estudos prospetivos, o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora conta apenas com a UC de Sociologia Prospetiva (oferecida no curso de mestrado), que mantém, como principais conteúdos, os fundamentos teóricos e a sua relação com o conhecimento sociológico, os métodos e as técnicas de prospetiva, explorados com recurso a abordagens teórico-práticas.

Aprendizagens alcançadas

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e ensino em torno da prospetiva, diversos investigadores alcançaram aprendizagens significativas, especialmente ao adotar diferentes abordagens e metodologias que moldam esta área do conhecimento. A Escola Francesa de prospetiva tem-se destacado em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, graças ao uso de ferramentas como a análise estrutural, a análise da estratégia de atores, a configuração de cenários através da matriz morfológica e a

12. O Programa desta unidade curricular (tal como as duas anteriormente referidas – “Diagnóstico e Prospetiva Social” e “Sociologia e Prospetiva Territorial e Organizacional”) foi concebido pelo Professor José Saragoça.

probabilização dos cenários por meio da matriz de impactos cruzados. Estes métodos permitem uma compreensão profunda das inter-relações entre diversos fatores que influenciam o futuro, proporcionando uma base sólida para a construção de cenários e previsões. Com a análise estrutural e os impactos cruzados, os investigadores têm aprendido a utilizar matrizes para entender as interdependências e os impactos cruzados entre diferentes variáveis, desenvolvendo habilidades para identificar e mapear os fatores críticos que podem influenciar futuros cenários. A análise da estratégia de atores tem permitido uma melhor compreensão das dinâmicas entre diferentes atores envolvidos no processo de mudança, além de capacitar os investigadores a avaliar as estratégias dos atores e as suas possíveis influências no desenrolar dos cenários futuros. Com a configuração e probabilização de cenários, os investigadores têm aprendido técnicas para configurar cenários detalhados e diversos através de matrizes morfológicas, além de probabilizar cenários que ajudam na compreensão das diferentes possibilidades e seus respectivos impactos.

O trabalho com conhecimentos da chamada “Escola lógico-intuitiva” tem permitido enfatizar que as decisões devem ser baseadas em um complexo conjunto de relações entre fatores políticos, económicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais. Esta abordagem destaca a importância de compreender claramente esses fatores para fornecer informações robustas e melhorar o processo de tomada de decisão. Nesse contexto, os investigadores têm desenvolvido competências para analisar e interpretar as inter-relações complexas entre diferentes fatores que moldam o futuro, além de se capacitarem para integrar múltiplas perspectivas em análises e decisões estratégicas. Aprenderam também a considerar uma ampla gama de fatores nas decisões de prospectiva, melhorando sua capacidade de antecipar e planejar diferentes cenários futuros com base numa compreensão holística das condições atuais e das tendências emergentes.

A análise do trabalho desenvolvido por centros de investigação, gabinetes de estudos, empresas de consultoria e organizações afins, especialmente em outros países da Europa, tem sido uma fonte rica de aprendizagem, nomeadamente ao permitir aos investigadores tomar conhecimento de metodologias específicas, expondo-os a diferentes abordagens metodológicas e práticas de pesquisa adotadas em diversos contextos, enriquecendo o conhecimento e as práticas de pesquisa. Além disso, a colaboração tem ampliado a compreensão sobre diversos temas e questões emergentes

que impactam a sociedade e o futuro, permitindo a aplicação de insights obtidos de estudos internacionais para aprimorar a investigação.

Finalmente, uma das aprendizagens mais cruciais é o domínio das condicionantes (ou sementes) do futuro. Esta competência é essencial para desenvolver raciocínios prospetivos robustos, permitindo aos investigadores identificar e entender as variáveis fundamentais que moldam os futuros possíveis e desenvolver uma visão abrangente e detalhada dos possíveis caminhos futuros, com base em uma análise rigorosa das condicionantes presentes.

Em suma, as aprendizagens alcançadas pelos investigadores em prospetiva são vastas e multifacetadas, abrangendo desde a aplicação de metodologias sofisticadas até à colaboração com colegas de outros países e o domínio das variáveis críticas que moldam o futuro. No seu conjunto, estas competências são fundamentais para melhorar a capacidade de prever, planear e tomar decisões informadas em um mundo cada vez mais complexo e incerto.

Constituindo um importante suporte para apoio à concretização de trabalhos académicos, para elaboração de artigos científicos, e para a realização de pesquisas aplicadas, estas aprendizagens representam, todavia, uma parcela do conhecimento inerente ao universo teórico, metodológico, técnico e do repositório documental da prospetiva, pelo que se impõe o reforço do conhecimento sobre os temas referidos.

Com essa finalidade, foi fundado por docentes e investigadores da Universidade de Évora e por outros aderentes o Futur_Lab Alentejo que, entre outros fins, visa “contribuir para o crescimento e a prosperidade da região, através de estudos de planeamento prospetivo, consultoria, formação e promoção de eventos científicos”. Foi também lançada a título experimental uma Comunidade de Conhecimentos e de Práticas aplicável à prospetiva que, através de contributos expeditos se propõe servir de apoio ao Futur_Lab Alentejo, possibilitando o ensaio de contributos exploratórios que serão depois, individualmente, mas de preferência em parceria, aprimorados para divulgação no boletim do Laboratório de Estudos de Futuro ou em outro espaço de acolhimento.

O aprofundamento das propostas de outras escolas, como as escolas latino-americanas (em especial a brasileira) as escolas do Indo-Pacífico (escola de Taipé-Melbourne, e escolas de Manoa), assim como a metodologia aplicada em estudos de prospetiva regional, a utilização de procedimentos

expeditos (caso da análise SWOT, entre outros), são alguns dos desafios que os(as) participantes nas iniciativas que incidam sobre o aprofundamento da prospetiva podem dar resposta, para reforçar o trabalho desenvolvido há mais de duas décadas.

Considerações finais

O interesse pela prospetiva por parte de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia remonta a finais dos anos 80 do século XX, mas é formalmente assinalado, sobretudo, em 14 de julho de 1998, quando teve lugar o 1º encontro (ciclo 1.o.).

Desde então, paulatinamente, tem vindo a afirmar-se a utilização de recursos prospetivos o que decorre da inclusão de disciplinas sobre o tema, nos três ciclos de ensino ministrados pelo Departamento.

Para lá da produção académica, foram já realizados trabalhos de investigação aplicada, ainda que em número reduzido, embora em outros trabalhos de prestação de serviços (caso da elaboração de planos estratégicos) tenham sido incluídos breves exercícios de cenarização com a finalidade de alertar para a cultura da atitude proactiva).

O cômputo da atividade desenvolvida expressa que ao longo dos 28 anos do Departamento de Sociologia mostra, portanto, que tem proporcionado um significativo contributo para afirmação da prospetiva.

O domínio de conceitos fundamentais, de métodos e técnicas acionáveis, a experiência académica, o trabalho de divulgação através dos encontros promovidos, induzem, por parte dos docentes e investigadores envolvidos, uma responsabilidade acrescida em relação ao compromisso para com o futuro da divulgação e da aplicação da prospetiva.

A continuidade e melhoria da qualidade das atividades que têm vindo a ser desenvolvidas é uma incumbência que tem de ser assumida e cumprida, de onde emerge a dinâmica a imprimir ao Futur_Lab Alentejo, cujos promotores se propõem firmar um centro de excelência em estudos prospetivos e inovação, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento sustentável do Alentejo.

Referências

- BELL, W. (2002). A community of futurists and the state of the futures field. *Futures* 34 (3-4), 235-247. [https://doi.org/10.1016/S0016-3287\(01\)00041-6](https://doi.org/10.1016/S0016-3287(01)00041-6)
- BELL, W. (2003). *Foundations of Futures Studies: History, Purposes, and Knowledge* (Vol. 1). Transaction.
- BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136.
- CANUTO, L & Oliveira, A. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista* 26(1):83-102. https://www.researchgate.net/publication/350926112_METODOS_DE_REVISAO_BIBLIOGRAFICA_NOS_ESTUDOS_CIENTIFICOS
- CHEMIN, B. (2023). *Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação*, 5. ed. Editora Univates.
- COBOS, A. V. (2006). Lasciencias del futuro: ¿un problema sociológico? *Polis*, 2(1):105-139. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-2332006000100105
- HINES, A. (2020). When Did It Start? Origin of the Foresight Field. *World Futures Review*, 12(1), 4:11
- HOMER-DIXON, T., Renn, O., Rockström, J., Donges, J. F., & Janzwood, S. (2022). *A call for an international research program on the risk of a global polycrisis (2022-23, version 2.0)*. Cascade Institute. <https://cascadeinstitute.org/wp-content/uploads/2022/03/A-call-for-an-international-research-program-on-the-risk-of-a-global-polycrisis-v2.0.pdf>
- KRISHNAN, A. & Robele, S. (2023). Anticipatory Development Foresight: An approach for international and multilateral organizations. *Development Policy Review*. <https://doi.org/10.1111/dpr.12778>
- KRISTÓF, T. & Nováky, E. (2023) The Story of Futures Studies: An Interdisciplinary Field Rooted in Social Sciences. *Social Sciences*, 12(3), 192. <https://doi.org/10.3390/socsci12030192>
- KRISTÓF, T. (2024). Development tendencies and turning points of futures studies. *European Journal of Futures Research*, 155, 12:9. <https://eujournaloffuturesresearch.springeropen.com/articles/10.1186/s40309-024-00231-7>
- KUOSA, T. (2011). Evolution of futures studies. *Futures* (43, 3): 327-336. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2010.04.001>.
- KWON KO, B & Yang, J-S (2024). Developments and challenges of foresight evaluation: Review of the past 30 years of research. *Futures*, 155, <https://doi.org/10.1016/j.futures.2023.103291>.
- MILLS, A. & Bishop, P. (2000). Applied Futurism: An Introduction for Actuaries. IL: The Society of Actuaries. https://www.soa.org/globalassets/assets/files/static-pages/sections/pred-analytics-futurism/applied_futurism.pdf

- PATROUILLEAU, M. (2022). Epistemología y crítica de la prospectiva y los estudios del futuro. Una visión desde América Latina. In M. Patrouilleau y J. Albarracín Deker (Coords.). (2022). *Prospectiva y estudios del futuro: Epistemologías y experiencias en América Latina* (21-50). CIDES-UMSA
- RINCÓN, G. B. & Díaz-Domínguez, A. (2022). Assessing futures literacy as an academic competence for the deployment of foresight competencies. *Futures*, 135. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2021.102872>.
- ROTHER, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), 5-6.
- SANTOS, M.O. (1998). Alentejo 2010: o cenário mais provável (questões de desenvolvimento, ordenamento, ambiente e qualidade de vida: perspectivas, retrospectiva, enquadramento e contributos explicativos), Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Évora.
- SARAGOÇA, J. (2013). Breves Notas sobre Análise Prospectiva. In C. A. Silva, & J. M. Saragoça, Cooperação, Território e Rede de Atores: Olhares de Futuro – 2.º Curso Internacional de Verão da ECS (pp. 343-354). Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais.
- SARAGOÇA, J., Silva, C., & Fialho, J. (2017). Prospektiva – Génese e fundamentos, conceitos, vantagens, limites e interesse para as ciências sociais. In J. Saragoça, C. Silva, & J. Fialho, *Prospektiva Estratégica – Teoria, métodos e casos reais* (17-42). Edições Sílabo.
- SARITAS, O (2013). Systemic Foresight Methodology. In *Science, Technology and Innovation Policy for the Future*. https://www.researchgate.net/publication/283395768_Systemic_Foresight_Methodology
- SARITAS, O., Burmaoglu, S. & Ozdemir, D. (2022). The evolution of Foresight: What evidence is there in scientific publications? *Futures* (137). <https://doi.org/10.1016/j.futures.2022.102916>.
- VAN 'T KLOOSTER, S. A., Cramer, T. & van Asselt, M.B.A. (2024). Foresight in action: A longitudinal study based on a 25-year journey in the world of policy-oriented foresight. *Futures*, 155, 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2023.103294>.
- VÁSQUEZ, J. M. (2002). La construcción social del futuro. Anotaciones desde la previsión humana y social. *Cuadernos de Administración*, Universidad del Valle. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5006378>.

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, OPTATIVA ENTRE OBRIGATÓRIAS

Rosalina Pisco Costa*

Alexandra Batista**

*Saiba: todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também
Hitler, Bush e Saddam Hussein
Quem tem grana e quem não tem*

*Saiba: todo mundo teve infância
Maomé já foi criança
Arquimedes, Buda, Galileu
E também você e eu*

“Saiba”, música de Arnaldo Antunes, interpretada por Adriana Calcanhotto em *Adriana Partimpim* (2004, Ariola Records, MG Brasil)

Crianças e infâncias na encruzilhada dos saberes

Como na canção interpretada por Adriana Calcanhotto, o estudo da criança e da infância está muitas vezes impregnado de um naturalismo, determinismo e universalismo (James, Jenks, & Prout, 1998) que a sociologia da infância, enquanto disciplina científica, rejeita e procura combater. O modo imperativo com que iniciam os versos que servem de epígrafe a este

* Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). E-mail: rosalina@uevora.pt

** Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. E-mail: abbatista@uevora.pt

texto é, aliás, instrutivo acerca de uma distinção conceptual e substantiva – entre criança¹ e infância – fundamental para a institucionalização da sociologia da infância, disciplina especializada recente na paisagem sociológica, cuja especificidade procuraremos aclarar neste texto².

Muito embora temáticas diversas relacionadas com o estudo sociológico da criança e da infância tenham sido desde o início abordadas na licenciatura em sociologia oferecida pela Universidade de Évora, seria apenas no ano letivo 2012/13 que, pela primeira vez, viria a ser lecionada nesta universidade a “sociologia da infância”³. Não é de estranhar esta entrada relativamente recente da sociologia da infância no plano curricular da licenciatura em sociologia, consentânea, aliás, com a adjetivação de domínio não consolidado de investigação sociológica “emergente” (Machado, 2022, p. 238), e que resulta de um processo gradual de diferenciação e autonomização relativamente a especialidades disciplinares estabelecidas, no caso, a sociologia da família, a sociologia da educação e a sociologia da juventude (*Ibidem*).

Mas, exatamente, a que se dedica a sociologia da infância? E em que consiste esta diferenciação relativamente a áreas disciplinares contíguas? A sociologia da infância pode ser definida como “uma disciplina científica, filiada à sociologia, que objetiva conhecer a infância como categoria social e as crianças enquanto membros da sociedade, atores sociais e

1. “Meném” é um substantivo masculino e feminino que conforme o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* é sinónimo, na variante português do Brasil, de criança recém-nascida ou de poucos meses.

2. Este texto resulta de uma colaboração académica entre as duas autoras, que na sequência de uma relação docente – discente e orientadora – orientanda, vieram a colaborar na condição de co-docentes da Unidade Curricular (UC) “sociologia da infância” [SOC2425L], oferecida como optativa na Universidade de Évora no semestre par do ano letivo 2021/22.

3. A unidade curricular “sociologia da infância” [SOC2425L] integrou a estrutura curricular e o plano de estudos do curso de sociologia na Universidade de Évora, sob proposta da primeira autora, aquando da criação do curso de 1.º ciclo conducente ao grau de licenciado em sociologia pela Universidade de Évora, com acreditação prévia junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e posteriormente registado pela Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) R/A-Cr 54/2012, em 15/06/2012, publicado em Diário da República por Despacho n.º 8719/2012, n.º 125, 2.ª série de 29 de junho, retificado através da Declaração de retificação n.º 393/2016, publicada no Diário da República, n.º 73, 2.ª série de 14 de Abril de 2016, tendo funcionado pela primeira vez no ano letivo 2012/2013. Mantém-se atualmente como UC optativa do ciclo de estudos entretanto alterado, com registo pela DGES R/A-Cr 54/2012/ALo1, em 31/05/2019, publicado em Diário da República por Despacho n.º 168 de 3 de setembro, Aviso n.º 13714/2019, em funcionamento desde o ano letivo de 2020/2021. A UC está organizada num total de 156 horas semestrais, das quais 67 horas de contacto (60 teórico-práticas e 7 de orientação tutorial), a que equivale um total de 6 ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*).

agentes de cultura” (Sarmiento, 2013, p. 20). Ao perspetivar as crianças como agentes sociais ativos dentro de contextos sociais e culturais específicos, a sociologia da infância introduz uma orientação epistemológica que rompe com visões tradicionais da infância como uma fase da vida até certo ponto “menor”, meramente preparatória para a vida adulta (*Idem*, p. 18). Por outro lado, ao sinalizar o lugar social da criança e enfatizar a importância de entender e valorizar a infância em si mesma, a sociologia da infância vem contrariar a invisibilização histórica da infância (Sarmiento & Vasconcellos, 2007) e argumentar contra a desvalorização da criança face a lógicas de ação periciais e adultocêntricas (Sarmiento, 2013).

Se é certo que a emergência da sociologia da infância se dá a partir de uma diferenciação teórica que progressivamente torna as crianças objeto de estudo para além das instituições família e escola (Marchi, 2009), certo é que a ciência não é independente da sociedade, não é apenas “um produto”, mas também “sistema de produção” (Sedas Nunes, 1970, p. 211). Isto significa que o modo como se produz conhecimento científico depende de condicionalismos sociais, a saber, de quem são os investigadores, de quais são os meios de produção que os cientistas manipulam, e de “*quais são* [destaque do autor], como se formaram e como se encontram estruturadas, funcionam e se relacionam com outras estruturas e instituições sociais, as *organizações* [destaque do autor] onde a actividade de produção de conhecimentos (a investigação) se exerce” (*Idem*, p. 212). Acresce que, como afirma Ana Nunes de Almeida,

“A ciência que se faz não escapa, entretanto, aos desafios da sociedade em que se constrói. A reconfiguração interna dos campos disciplinares, a curiosidade científica que a criança suscita entre os investigadores não são indiferentes às *condições exteriores* [destaque da autora] envolventes. Não só as que se referem aos modos da produção concreta de ciência, como também às mudanças sociais que acompanham a emergência de uma sociedade de modernidade tardia.” (Almeida, 2009, p. 17)

Importa, pois, olhar ao conjunto de mudanças sociais que acompanham a emergência da modernidade tardia e que afetam de modo particular a criança, a infância, mas também os seus contextos e ofícios.

No contexto mais amplo das comemorações dos sessenta anos da licenciatura em sociologia em Évora que este texto evoca, e na impossibilidade

de empreender aqui uma análise exaustiva de tais mudanças, privilegiamos aquelas que se adivinham no entrecruzamento com especialidades temáticas vizinhas com as quais os estudantes terão tomado conhecimento em anos anteriores do seu percurso académico, designadamente as já citadas sociologia da educação, sociologia da família e demografia, com ênfase no Ocidente e Norte Global⁴. Com o desenho de um texto pedagógico em mente, o nosso objetivo é argumentar em torno da pertinência, interesse e desafio intelectual que pode constituir para estudantes de licenciatura a opção por uma sociologia da infância, abrindo pistas para a compreensão de temas e debates que são tudo menos simples ou triviais, antes desafiantes e complexos.

Manuel Jacinto Sarmento sublinha como “A sociologia da infância é convidada a analisar e interpretar a infância contemporânea a partir de fortes relações de complexidade.” (Sarmento, 2013, p. 37). Mais que uma introdução à sociologia da infância, este texto constitui um convite a adotar uma perspetiva sociológica – necessariamente complexa – sobre a infância⁵. Para fazer face a esta complexidade, a somar a um trabalho de “diálogo interno à sociologia” (*Idem*, p. 22), a sociologia da infância tem beneficiado desde o início do contributo de outras disciplinas científicas como a história, a antropologia, a psicologia, as neurociências e a filosofia. De modo complementar e transversal, porquanto contém em si as bases de uma reflexão em aberto, necessariamente contínua e colaborativa para a abordagem de questões complexas e multidimensionais que, como veremos, são justamente as que envolvem o estudo sociológico da criança e da infância, este é também um convite à interdisciplinaridade, inscrita que está na história e prática da sociologia da infância.

4. Como Vanessa May (2024, p. 2), usamos a referência a “Ocidente” quando nos referimos a cultura; “Norte Global” e “Sul Global”, para designar de forma ampla regiões geográficas; e o termo “euro-americano” para referir o facto de que os estudos sobre a infância, à semelhança dos estudos sobre a família, são um campo dominado por perspetivas teóricas originárias da Europa e da América do Norte, “com forte tradição eurocêntrica e ocidentalocêntrica” (Sarmento, 2013, p. 23).

5. À semelhança de *Perspectivas Sociológicas* (Berger, 1963), onde o autor, referindo-se à sociologia, endereça ao leitor um convite a um mundo intelectual que considera “profundamente interessante e importante” (Berger, 1963, p. vii).

Idades e fases da vida. Sabemos o que julgamos saber?

“A oeste algo de novo...” (Almeida, 2009, p. 13). É assim que Ana Nunes de Almeida inicia a apresentação do contexto de emergência de um paradigma sociológico centrado sobre a criança e a infância que, a partir de meados dos anos 80 do século XX começa a registrar-se no campo da sociologia europeia e norte-americana, e que se torna visível numa “curiosidade inédita sobre as crianças e a infância” (*Ibidem*). Sem querer fazer deste texto uma apresentação detalhada do contexto mais amplo de institucionalização da sociologia da infância, tarefa, aliás, sábia e detalhadamente levada a cabo por outros autores (Corsaro, 1997; James & Prout, 1990; Jenks, 2009; Mayall, 2002), centrar-nos-emos na “novidade” de que fala Ana Nunes de Almeida. Como todas as ciências, a sociologia da infância é atravessada por controvérsias teóricas e organiza-se em distintas correntes, correspondentes a diferentes paradigmas teóricos e metodológicos, que se distinguem pelo objeto, pelos construtos dominantes, pelas metodologias de pesquisa e pelas temáticas que selecionam (Sarmiento, 2008). Apesar disso, compreende uma nova abordagem da infância, que o sociólogo dinamarquês Jens Qvortrup (1991) inaugurou e que procuraremos apresentar através da enunciação necessariamente breve do que Alan Prout e Allison James apelidaram de “um novo paradigma para a sociologia da infância” (Prout & James, 1990).

Prout e James (1990, p. 8) sistematizam em seis aspetos as principais características do novo paradigma para a sociologia da infância: (1) a infância é uma construção social; (2) a infância é uma variável de análise social; (3) as relações sociais entre as crianças e as culturas infantis merecem ser estudadas por si mesmas, independentemente da perspectiva e das preocupações dos adultos; (4) as crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas daqueles em seu redor e das sociedades em que vivem; (5) a etnografia é uma metodologia particularmente útil para o estudo da infância; e (6) a infância é um fenómeno em relação ao qual a dupla hermenêutica das ciências sociais está particularmente presente, ou seja, proclamar um novo paradigma para a sociologia da infância é indissociável de um processo mais amplo de reconstrução da infância na sociedade.

Ancorada na sociologia, a sociologia da infância define-se a partir do reconhecimento de que a infância não é uma realidade natural, mas uma

construção social. Nesta medida, a infância fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar e compreender – em cada sociedade e cultura – os primeiros anos da vida humana; mas não se confunde com a imaturidade biológica, nem constitui uma característica natural ou universal (Prout & James, 1990).

O reconhecimento de que a infância é uma componente estrutural e cultural específica das sociedades entronca no postulado que recusa o estatuto da criança como “ser-em-devir” ante um “ser-que-é” (Sarmiento, 2013, p. 15). Assim conceptualizada, a sociologia da infância distancia-se da longa e persistente influência da psicologia do desenvolvimento, disciplina durante muitas décadas hegemónica na abordagem da infância (James & Prout, 1990; Mayall, 2013) e, em concreto, da epistemologia da infância proposta por Jean Piaget (1896-1980) e colaboradores, onde várias ciências tradicionalmente encontraram consenso em torno da criança como um ser humano em desenvolvimento e da infância como uma etapa específica desse desenvolvimento. A psicologia do desenvolvimento utiliza marcadores etários para delimitar diferentes fases da vida, que funcionam como categorias descritivas dos diferentes períodos de desenvolvimento humano desde o nascimento à morte: infância, adolescência, juventude, adultez e velhice. Assim perspectivada, a infância refere-se ao período da vida humana que abrange a primeira fase do desenvolvimento, do nascimento ao início da adolescência. Cada fase é caracterizada por mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais distintas, e muito embora possa existir variabilidade individual, o determinismo, a normalidade e linearidade impostos pelos processos genéticos da epistemologia da infância prevalecem nesta perspetiva (Prout & James, 1990). A sociologia da infância parte de um entendimento contrário, segundo o qual a transformação e desenvolvimento é um processo humano, não exclusivo das crianças ou da infância enquanto etapa da vida. Assim, todos os seres humanos são seres-em-devir, independentemente da idade. As crianças devem, por isso, ser perspectivadas e estudadas tal qual se nos apresentam, seres completos e competentes “no presente” (Corsaro, 1997) e não meros “pequenos adultos”, como a iconografia da Idade Média fazia crer (Ariès, 1998) e os provérbios continuam a reproduzir (Ponte, 2005). O centramento no ser-criança como “ser-que-é” distingue-se também de uma visão tradicional da criança como “ser em trânsito” para a adultez (Sarmiento, 2013, p. 15). Deste modo, a criança não é um adulto em

miniatura, “imperfeito e imaturo” (*Idem*, p. 19), mas “é o outro do adulto [itálico do autor], isto é, entre criança e adulto há uma relação não de incompletude, mas de alteridade.” (*Ibidem*).

A este princípio soma-se o entendimento de que o desenvolvimento humano é sempre social e culturalmente produzido, produto de um tempo e de um espaço que define fronteiras conceptuais incorporadas na estrutura social e permite, dentro dessas fronteiras, a manifestação de “certas formas típicas de conduta que estão essencialmente relacionadas com um ambiente cultural particular” (Almeida, 2009, p. 32). Já vimos como a sociologia da infância se estabelece sobre o postulado de que a infância é uma construção social e, nessa medida, contra a concepção piagetiana da infância que assume uma visão tendencialmente biológica e universal das fases de desenvolvimento infantil, associal e acultural, de carácter determinista e teleológico rumo à completude que a adultez representa. Justifica-se, assim, a importância de analisar o processo histórico de edificação da infância enquanto categoria social, “condição estrutural a que as crianças pertencem, pela qual são objecto de conceptualizações, interpretações do modo de ser e prescrições de comportamento e ação, bem como de atuação dos adultos para com elas” (Sarmiento, 2013, p. 19). A assunção deste postulado significa que são de esperar como “normais” diferenças entre grupos de idade, mas também entre gerações distintas. Estas diferenças incorporam não apenas padrões de comportamento, mas também o domínio das representações mútuas entre as diferentes fases da vida, as quais se exprimem numa “normatividade específica, ou seja, um conjunto de regras e de prescrições” (*Idem*, p. 20) formais ou simplesmente assumidas pelo senso comum e que incidem “no que é permitido fazer às crianças, no que é suposto que elas façam e no que lhes é interdito” (*Ibidem*).

Inextricavelmente associado ao postulado da construção social da infância está o da diversidade da infância. Se a infância é construída num espaço e tempo histórico e sociocultural específico, então ela é necessariamente afetada por isso, isto é, pelas suas condições de existência concreta, a saber, idade, género, classe social, etnia, religião e contextos geográficos de inserção, o que, por sua vez, afeta as suas formas de expressão e as suas culturas (Leonard, 2016). Ao reconhecimento da infância como fase da vida corresponde, então, uma conjugação no plural. As infâncias são diversas e, “o que é comum nas crianças é diferenciadamente vivido por

elas em função de sua diversidade” (Sarmiento, 2013, p. 30), donde existem também diversas culturas da infância (Corsaro, 1997; Sarmiento, 2004a).

O último princípio que queremos enfatizar prende-se com o reconhecimento de que as crianças são atores sociais que agem e influenciam o mundo à sua volta, produtoras das suas vidas e da dos outros, atribuindo significados aos seus comportamentos e aos dos que rodeiam (Corsaro, 1997). Esta perspetiva afasta-se das abordagens clássicas da socialização que consideravam as crianças como objetos passivos, recetores acríticos de socialização por parte dos adultos (Marchi, 2009; Oswell, 2021). Seguindo Sarmiento (2004a), a infância é um entre-lugar que ocorre entre dois mundos: o que é influenciado pelos adultos e aquele que é reinventado pelas crianças. E, como refere Qvortrup (2011), as crianças não são apenas participantes ativas na sociedade pelo facto de serem influenciadas pelas pessoas com quem se relacionam, mas também porque influenciam os planos e projetos dos pais, do mundo social e do mundo económico em termos mais amplos. Este entendimento sobre o poder das crianças como atores sociais originou a discussão em torno do conceito de agência, definida como a capacidade de as crianças agirem de acordo com as suas ideias sobre o mundo (Jerome & Starkey, 2022). A exploração teórica e empírica deste conceito tem sido decisiva para desconstruir a ideia generalizada de que as crianças são facilmente manipuláveis e maleáveis e que as suas opiniões apenas refletem as ideias dos adultos (Abebe, 2019), sem que se tenha em consideração como a agência é, ela própria, produzida social e relacionalmente (Sarmiento & Tomás, 2020).

De modo transversal, os postulados que sustentam o novo paradigma para a infância têm importantes implicações ético-metodológicas que importa também sublinhar. Desde logo, o romper com as concepções tradicionais da criança, nomeadamente as que consideravam a criança como um ser em desenvolvimento, incompetente e desprovido de conhecimento (James, 2007) e o reconhecimento de que as crianças são participantes ativas nas suas experiências (Corsaro, 1997), implicam criar as condições para garantir que as suas vozes possam ser ouvidas e as suas experiências e entendimentos sobre o mundo estudados “a partir de si próprias” (Sarmiento, 2013, p. 15), das suas perspetivas e não apenas das dos adultos (James & Prout, 1990). Ouvir a voz das crianças não é apenas deixar as crianças falarem; implica explorar as suas opiniões, perceções e avaliações sobre o mundo que as rodeia, reconhecendo nelas

um contributo válido, a par do dos adultos (James, 2007). Em suma, a análise dos mundos da criança a partir da sua própria realidade, a auscultação da voz da criança como porta de entrada para a desocultação dos significados desse mundo, e a aceitação da criança como ser completo e competente, diferente do adulto, mas não vítima de um conhecimento construído a partir do adultocentrismo, eis as principais consequências do novo paradigma da infância para a *praxis* investigativa em torno das crianças e *com* as crianças.

Crianças e infâncias: lugares renovados e saberes questionados

Interpelado pela modernidade tardia, o lugar que a criança ocupa na sociedade contemporânea é, porventura, tão ou mais diverso e contrastado que aquele que esteve na base da constituição da sociologia da infância enquanto disciplina científica em meados dos anos 80 do século XX. Com foco na sociedade portuguesa, exploramos em seguida alguns desses lugares renovados que a criança e a infância ocupam em diversas esferas sociais – na paisagem sociodemográfica, na esfera familiar, no mundo do trabalho, da educação, do consumo e, por fim, no plano normativo, desde a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Mais do que espaços delimitados e fechados sobre si mesmo, são antes espaços de questionamento a partir dos postulados da sociologia da infância, tal qual os apresentamos antes. E, como veremos, enquanto assinalam diferenças notáveis relativamente a um tempo e espaço mais ou menos próximo, iluminam as nuances e complexidades que carregam consigo pistas de investigação futura, capazes, por sua vez, de alimentar novos questionamentos.

1+1=3, a criança faz e refaz a família

Contrariando a aritmética básica, usamos a expressão “1+1=3” para sinalizar metaforicamente o papel plural, multidimensional e complexo que a criança ocupa na família contemporânea e que os contributos advindos pela mão da demografia e da história ajudam a compreender. Uma “transição

da fecundidade” (Bongaarts, 2015) de níveis elevados para níveis baixos, deixa perceber como, nos países que estão na fase de pós-transição demográfica, caracterizada por taxas de natalidade e de mortalidade baixas e crescimento próximo de zero (Chesnais, 1990), os nascimentos são cada vez menos “simples” corolários naturais da união conjugal como a soma de 1 e 1 é igual a 2; antes, o resultado de decisões pensadas, planeadas e desejadas, no sentido em que “ $1+1=3$ ”. A história da infância, e de forma notável o trabalho de Ph. Ariès (1998), foi fundamental para desnaturalizar a conceção da criança, introduzindo a “ideia” ou o “sentimento” da infância numa diacronia histórica que permite compreender o contexto em que a criança assume progressivamente esse novo lugar na família. Numa extensão do sentimento da infância de que fala Ariès, o recurso a uma contraceção química, altamente eficaz, a diminuição da mortalidade infantil e a idade cada vez mais tardia com que as mulheres têm filhos, sustentam a ideia de que na decisão de ter um (ou outro) filho, seja maior o peso do cálculo que do acaso (Almeida, 2011; Cunha, 2007; INE, 2019).

Em Portugal, a Revolução de 1974 abriu a porta a um conjunto de mudanças profundas para a transformação da vida privada, em grande medida possibilitadas pelo processo de democratização em geral, e concretamente pela intensa produção legislativa afim posterior ao 25 de Abril (Almeida, 2011). Tal renovação legislativa é indissociável de processos mais amplos de laicização, privatização e individualização dos comportamentos familiares e reprodutivos, com tradução numa nova paisagem social e demográfica que então despontava (Almeida, André, & Lalanda, 2002). Marca cimeira da mudança ao nível dos comportamentos reprodutivos é a queda abrupta e rápida da fecundidade. A diminuição superior a 50% em muitos dos principais indicadores relacionados com a fecundidade, em especial a redução do Índice Sintético de Fecundidade para níveis abaixo da não renovação das gerações desde 1981 (Bandeira, 1996; Rowland, 1997), são o sinal evidente de uma “desinstitucionalização e diversificação das experiências biográficas e familiares” (Cunha, Atalaia, & Marinho, 2019, p. 34), e onde a “vontade de ter filhos”, mais que a natureza ou as imposições sociais, permitem explicar não apenas o *quantum*, mas também o *tempo* da fecundidade (Rosa & Oliveira, 2019). Deste modo, ter filhos deixa de ser um destino biológico ou social a cumprir e constitui-se como uma opção racional de acordo com a etapa de vida pessoal ou conjugal e fonte de gratificação afetiva (Cunha, 2007).

A acompanhar este processo, as relações autoritárias entre crianças e adultos, nos vários domínios da família, na escola e demais instituições, sofreram alterações significativas, no sentido de uma horizontalização e democratização relativa (Renaut, 2002). Para além disso, o facto de a criança ser tendencialmente planeada faz com que no contexto mais amplo da diversificação das formas familiares assuma, inclusivamente, “um papel activo na própria definição de família” (Almeida, 2009, p. 16). Ana Nunes de Almeida cita os arranjos monoparentais e as famílias recompostas como espaços de visibilização desse papel, onde se criam laços que implicam os velhos e novos protagonistas da família anterior e da nova família e onde a criança assume também um papel de “guardiã da memória familiar” (*Ibidem*), já que permanece no centro, apesar da mudança. De forma complementar, podemos citar outras constelações familiares onde a criança é central para a definição de família, designadamente na família adotiva e mesmo em casos de maternidade ou paternidade *a solo*, possibilitadas, designadamente, por técnicas de procriação medicamente assistida, contextos onde a unidade “casal” assume centralidades variáveis, nalguns casos secundarizada ou até mesmo inexistente. O lugar da criança que faz e refaz a família no quotidiano através das práticas familiares, das rotinas e dos rituais em que está envolvida afigura-se como tema inesgotável de interesse e investigação para a sociologia da infância. De um outro quadrante, a observação da voz e vez da criança sobre a definição de “quem faz”, “o que faz” ou “quando se está” para compreender as fronteiras da família para além do casal heterossexual, da identidade de género, da vida biológica, como em situações *post mortem*, e do espaço físico ou até das relações humanas, como acontece com o estudo do lugar dos animais domésticos na vida das crianças, são igualmente desafiadoras quanto a novas interrogações e objetos de pesquisa.

Criança-rara, criança-rei

No regime demográfico pré-moderno, as elevadas taxas de fecundidade tinham como consequência imediata para a constituição e dinâmica dos agregados familiares a existência de descendências elevadas (do ponto de vista do casal) e fratrias numerosas (do ponto de vista das crianças), quase sempre com uma grande amplitude etária entre os irmãos devido

à também grande sobreposição temporal entre idade fértil e período reprodutivo das mulheres (Henry, 1959). Num contexto semelhante ao que muitos países europeus experienciaram desde a década de 60 do século XX, conhecido por Segunda Transição Demográfica (van de Kaa, 1987; Sobotka, 2008), a tendência geral de declínio da fecundidade que Portugal observa nos últimos anos tem-se feito acompanhar de outras mudanças importantes ao nível dos comportamentos reprodutivos, a saber, o intenso adiamento dos nascimentos, nomeadamente do primeiro e do segundo filho (Cunha, 2016), a redução dos nascimentos de segunda ordem e superiores (Oliveira, 2016), com reflexo na elevada incidência de filhos únicos na sociedade portuguesa (Cunha, 2014, 2016; Mendes, 2016), uma “transição incerta” (Freitas, Maciel, & Mendes, 2019) para o segundo filho, e a transição para o terceiro filho menos comum, com maior relevância estatística quando associada a experiências conjugais de recomposição familiar (Atalaia, 2014). Justamente, uma das especificidades da muito baixa fecundidade portuguesa consiste na elevada incidência de filhos únicos e na redução dos nascimentos de segunda ordem ou superior (Cunha, 2014, 2016; Oliveira, 2016).

À maior raridade estatística da criança corresponde uma maior centralidade do ponto de vista social: as crianças são os velhos e novos protagonistas da família (Costa, 2011). Assim, à medida que rarefaz, ela é também o centro das atenções na família, “criança-rei” (Singly, 2004) em torno da qual se movimentam pais, avós e outros familiares, já que muitas vezes essa mesma criança acumula o lugar de “filho único” com o de “neto único” ou “sobrinho único”. Ora, o posicionamento da criança numa fratria mais ou menos numerosa não é despiciente em termos de dinâmica familiar: se diretamente lhe (não) atribui o estatuto de filho único; indiretamente coloca-a numa rede maior, menor ou inexistente de irmãos e primos, com os quais disputa atenções e, eventualmente, vantagens ou benefícios.

Um conjunto de temas relacionados com este lugar que deixa de ser o de “uma criança entre muitas” e passa a ser “a criança” ganha visibilidade a partir do estudo das relações entre irmãos, da adoção e eventual (re)configuração do papel de cuidadores que essas crianças ocupam junto de pais, avós ou de outras pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como as experiências em torno de eventos significativos vividos na primeira pessoa ou observados na rede familiar ou amical, designadamente

os relacionados com o nascimento, a morte, incluindo morte fetal ou infantil de outras crianças, mas também situações de doença, separação ou divórcio dos pais. Igualmente interessante do ponto de vista sociológico será explorar as experiências vividas e os significados atribuídos pelas próprias crianças a respeito deste “novo lugar” que, de acordo com os outros, elas ocupam. Esta questão é tanto mais interessante quanto, “de fora” da sociologia, parecem adensar-se as preocupações sobre as consequências que daí advêm em termos de competência social futura, como bem ilustram as palavras de Mário Cordeiro, pediatra, em *Crianças e famílias num Portugal em mudança*:

[as crianças] concentram em si atenções e beneficiam de mais favores e de mais recursos (que podem ser excessivos) mas, por outro, são sujeitos a um maior risco de hiperprotecção e de expectativas, culpas, concentração de vontades e de “desígnios”, com menos hipóteses de partilha, o que pode acentuar o isolamento, a solidão, a falta de sensibilidade social e o egocentrismo, bem como verem dificultado o desenvolvimento (que se deseja precoce) de valores democráticos de solidariedade e de luta contra a onipotência narcísica infantil que existe dentro de cada um, que tem de ser “domada” na devida altura, através do desenvolvimento do sentido ético que, além de aprendido teoricamente, é praticado nas relações quotidianas, designadamente na relação inter pares. (Cordeiro, 2015, p. 45)

Este excerto patenteia de modo evidente o tom normativo que com frequência atravessa tais preocupações, relacionando de forma direta a concentração das atenções sobre as crianças com “hiperprotecção”, “vontades”, “egocentrismo” e “narcisismo” e que apenas o estudo científico pode descortinar com objetividade e isenção.

Criança-custo, criança-benefício e outros ofícios

Referindo-se à Idade Média, Ph. Ariès (1998) demonstrou com clareza a então passagem muito rápida da criança a adulto jovem, logo integrada no mundo dos adultos após um curto período de dependência. De lá para cá, os processos de escolarização generalizaram-se e a escola substituiu, em definitivo, o aprendizado como meio de educação. Em sociedades agrícolas,

de subsistência, as crianças desempenhavam um papel importante na economia da vida familiar, eram fonte importante de mão-de-obra e, não raro, perspectivadas como mais-valia na antecipação prospetiva de um cuidado e assistência às gerações mais velhas ou a quaisquer pessoas dependentes ou em situação de vulnerabilidade, desde logo os mais novos nas redes de fratria (Ariès, 1998; Bassand & Kellerhals, 1975).

A uma visão das crianças como benefício económico opõe-se, na contemporaneidade, o discurso em torno do custo económico das crianças, perspectivadas como (mais) uma fonte de despesa, consumo e investimento. O “custo de oportunidade das crianças”, como lhe chamou Gary Becker (1981), inclui tanto os custos diretos (e.g., alimentação, vestuário, educação, saúde e consumo quotidiano), quanto os custos indiretos (e.g., como a perda de rendimento devido ao tempo que os pais dedicam aos filhos em vez de ao trabalho remunerado ou o encargo que representam as dificuldades de integração no mercado de trabalho ou no acesso à habitação por parte dos jovens, com a consequente permanência dos filhos em casa até mais tarde e o adiamento para idades mais avançadas da saída de casa dos pais). Não obstante, a contemporaneidade parece ver nas crianças um benefício importante, embora medido não tanto de um ponto de vista instrumental: a criança representa para os pais, principalmente, uma fonte de gratificação afetiva e simbólica de coesão (Cunha, 2007).

A substituição do discurso em torno do benefício económico pelo benefício afetivo retirado da criança não erradica o lugar – e a importância – das considerações em torno do trabalho no quotidiano das crianças; tão pouco a generalização da escolarização ou a proteção à infância do trabalho infantil, reconhecida em diversas medidas legislativas e políticas sociais de combate ao trabalho infantil. No último quartel do século XX, Portugal era ainda um país onde a realidade da exploração do trabalho infantil tinha lugar em contextos muito diversificados e, de forma mais visível, em fábricas têxteis ou de calçado, na construção civil e no trabalho agrícola em explorações familiares, normalmente no quadro da agricultura de subsistência (Sarmiento, 2009). A análise e caracterização das atividades realizadas por crianças e jovens para além do “ofício de aluno” (Perrenoud, 1995) – atividades laborais, de lazer e escolares – redundam na conclusão de que as crianças estão envolvidas em formas diversificadas de trabalho e que algumas dessas atividades configuram situações de

trabalho infantil (Lisboa, 2009). Desta mesma realidade dão conta os *media* em Portugal, sendo que a análise das representações sociais que aí perpassam aponta para a tendencial sazonalidade do trabalho infantil, associado às férias escolares, com prevalência no trabalho no domicílio e no trabalho artístico, predominância do grupo etário dos 14 aos 17 anos e uma valoração social genericamente negativa (Macedo, 2012). Em busca de uma explicação sociológica, Sarmento aponta a articulação não linear e complexa “entre factores estruturais indutores do trabalho das crianças (nomeadamente relacionados com as desigualdades sociais, a exclusão social e a pobreza) erráticas e representações dos actores sociais, prefiguradores de trajectos singulares” (Sarmento, 2009, p. 29)

Do espaço doméstico da economia familiar e agrícola à moda e à representação, mas também no que diz hoje respeito a uma presença tendencialmente mais ativa nas redes sociais virtuais como produtora de conteúdos ou *influencer*, o estudo dos velhos e novos ofícios das crianças, assim como a discussão em torno do que representam no *continuum* trabalho formal – trabalho informal, e quais os limites da relação custo – benefício que impõem a partir do ponto de vista da criança como protagonista constitui indubitavelmente tema de renovado interesse e atenção para a sociologia da infância.

Família, escola, velhos mestres e novos especialistas

Enquanto na sociedade ocidental pré-moderna, as crianças estavam entregues ao cuidado de redes informais, principalmente pela mão das mães, avós, irmãs mais velhas, tias ou outras mulheres próximas da rede familiar (Ariès, 1998; Ortner, 1996; Scott, 1988); na sociedade contemporânea há uma diversidade de mãos que embalam o berço⁶ para além da feminização dos cuidados. Por um lado, essas mãos não estão apenas na rede informal, sendo que desde cedo muitas crianças são cuidadas na confluência permanente ou episódica entre elementos da rede informal e formal (Torres, *et al.*, 2018). Se é certo que a família e a escola funcionam como contextos centrais na vida das crianças, o seu quotidiano não se

6. Adaptação metafórica a partir do título do filme “*The Hand That Rocks the Cradle*” [A Mão Que Embala o Berço] (EUA, 1992, cor, 111', dir. Curtis Hanson).

circunscreve ao tempo da escola; antecede-o, desde logo com as creches, jardins de infância e pré-escolar, e ultrapassa-o com atividades extra-curriculares e de ocupação de tempos livres, ensino artístico ou prática desportiva especializada. Por outro lado, o cuidado às crianças é cada vez mais dividido entre mulheres e homens, com estes a assumir papéis diversificados, no caso português, tanto reconhecidos através da legislação afim, quanto dados a conhecer pelas estatísticas de uso do tempo (Perista, *et al.*, 2016). Num e noutro caso, a investigação empírica afim tem evidenciado a renegociação de poderes e identidades no quotidiano, em particular de velhas e novas masculinidades no que ao cuidado e acompanhamento das crianças diz respeito (Wall, Aboim, & Cunha, 2010) e também no contexto da ruptura conjugal (Marinho e Correia, 2017).

Mas o saber e o cuidado sobre as crianças não residem somente na família ou na escola. A sociedade contemporânea trouxe consigo a especialização pericial no cuidado e acompanhamento das crianças (Giddens, 2001). Pediatras, pedopsiquiatras, psicólogos infantis e muitas outras especialidades médicas e ocupacionais encarregam-se hoje de complementar o papel dos pais, da família e da escola, mas também de o vigiar. Não são apenas os pais ou as mães que buscam por uma maternidade ou paternidade competente, é também a sociedade como um todo que exige e zela por essa parentalidade competente (Miller, 2017). De especial relevância para a investigação com crianças parece ser o estudo dos modos como as crianças vivem e experienciam – na primeira pessoa – essas várias arenas sob as quais o seu quotidiano se estrutura, assim como os sentidos plurais que atribuem a tais “especialistas” e respetivas “competências”: da família às diversas instituições educativas, mas também a outros espaços e contextos em que o seu quotidiano se entrecruza com o dos velhos mestres e novos especialistas: a clínica, o hospital, o ginásio ou o *atelier*.

Cultura de pares, comodificação da infância e cultura de consumo

Ph. Ariès (1988) refere como a escolarização instaurou uma espécie de “quarentena” que veio adiar a entrada das crianças no mundo dos adultos, separando-os. Votadas a um espaço e tempo próprio para estarem na escola e serem crianças, esta quarentena tem como consequência imediata a introdução das crianças numa cultura de pares que ganha força

enquanto contexto socializador. Isto não acontece apenas porque nesse contexto as crianças reproduzem as normas e valores sociais a partir do que recebem dos adultos ou das crianças mais velhas; as crianças constroem, interpretam e negociam as suas experiências sociais de maneira ativa e criativa por meio de uma reprodução interpretativa (Corsaro, 1997). Este conceito permite compreender como no cotidiano as crianças são participantes ativas na construção da sua realidade social, negociando as suas identidades e papéis sociais através das interações. Elas não são apenas recetáculos passivos de cultura e valores, mas desempenham um papel ativo ao reinterpretar e modificar as expectativas e os comportamentos com base nas suas próprias experiências, recursos e interações.

Alimentada pelo desenvolvimento permanente e acelerado ao nível das tecnologias de comunicação e por uma economia global, a cultura de pares e as culturas infantis são indissociáveis de uma cultura de consumo. Assim, assiste-se à difusão global de produtos e serviços orientados para as crianças, particularmente no domínio das indústrias culturais, a saber, os brinquedos, videojogos, material desportivo, *fast-food*, vestuário, mobiliário, adereços e práticas de consumo várias, “tendencialmente promotoras do hiperconsumo infantil, e da uniformização de gostos à escala global” (Sarmiento, 2013, p. 40). Manuel Jacinto Sarmiento refere o individualismo institucionalizado como “a face comportamental da globalização” (*Ibidem*), para enfatizar como a injunção para o desenvolvimento da criança enquanto ser único, diferente e singular, assenta e alimenta uma distinção de base individualista, que conduz à construção de si numa lógica de diferenciação competitiva a partir de práticas de consumo nas várias esferas da vida e contextos sociais.

Vale a pena sublinhar como também neste domínio a criança não é um simples recetáculo da vontade dos pais ou educadores, dos *media*, das marcas globais ou da cultura popular que lhe “impõe” um determinado estilo de vida, padrão de consumo, objetos ou serviços de fruição “obrigatórios”. É certo que, a partir de determinado momento das suas vidas, as crianças são consumidoras de pleno direito, que direta ou indiretamente – através dos pais ou de outros familiares, especialmente os avós – ace-dem a determinados bens e serviços. Assumem inclusivamente, nalguns casos, o papel de negociadoras, para o qual mobilizam a centralidade na família já antes abordada. Como afirma François de Singly, “Na família, as crianças mudaram de estatuto. Tornaram-se interlocutoras dos pais.

Tudo demonstra que sabem negociar, jogando, se for preciso, com o receio do pai e da mãe da ameaça de uma «greve afetiva» (que se traduz por uma grande distância afetiva)” (Singly, 2000, p. 207). Por outro lado, as crianças não são “meras consumidoras compulsivas e reprodutoras da cultura industrializada de massa” (Sarmiento, 2013, p. 40). A “criança global” da normatividade universalizante e da indústria cultural é “mais densa e diversa do que possa parecer” (*Ibidem*) e os processos de subjetivação são atravessados pelas contradições sociais e pela desigualdades e condições de existência na interdependência com as culturas infantis que as interpretam e reconstroem.

Corsaro (1997) argumenta que, ao entender a reprodução social como um processo interpretativo, podemos obter uma visão mais rica e dinâmica de como a socialização ocorre e como as crianças moldam as suas próprias experiências sociais. Este tema afigura-se especialmente interessante para explorar as diversas culturas infantis que no espaço e tempo público e privado, inclusive *online*, as crianças reproduzem de forma interpretativa. O estudo das culturas infantis por relação com as práticas de consumo convoca também a uma análise tão rica quanto criativa sobre os espaços, tempos, protagonistas e artefactos que as compõem: o quarto de dormir, a casa, a rua, o parque infantil ou de diversões, a piscina ou a praia; a manhã, a tarde, o dia, a noite, a semana, o fim-de-semana, as férias de verão ou o Natal; pais, avós, irmãos, animais domésticos, amigos, professores e uma rede social mais ou menos fictícia, onde se incluem amigos imaginários e virtuais; por fim, também os brinquedos, a televisão, a consola, o *smartphone* e outros *gadgets* eletrónicos. A finalizar, sublinhamos o potencial de criatividade investigativa que pode resultar do estudo conjugado desses vários elementos em face da diversidade de experiências proporcionadas a partir das interações geradas sobre conteúdos escolares, brincadeiras, *internet*, redes sociais virtuais e elementos diversificados da cultura popular como literatura, música e outras formas de expressão artística.

Contextos de risco, proteção e globalização

Do sentimento de infância de que fala Ph. Ariès (1998) às tentativas reformistas e moralizadoras sobre a infância de finais do século XIX, o

estudo da infância é indissociável dos mecanismos de atenção e proteção específica por parte dos adultos e da sociedade em geral (Jenks, 1996). Se no passado pré-moderno os riscos que as crianças enfrentavam tinham que ver principalmente com a elevada exposição aos condicionalismos naturais (visível, desde logo, nos efetivos e causas da mortalidade) a que, à semelhança dos adultos, estavam sujeitos, a modernidade tardia fez do risco uma condição permanente de exposição do ser humano (Beck, 1992), não constituindo as crianças exceção. Assim, não apenas o espaço da rua, mas também a própria casa, e outros espaços e contextos, inclusive o virtual são potenciais ameaças contra a criança que importa proteger (James & Prout, 1990).

No longo caminho histórico de proteção pública da criança, e especialmente no último quartel do século XX, emerge uma nova imagem de criança, membro pleno da sociedade, sujeito de direitos, “cidadã à sua medida” (Sarmiento, 2013, p. 37), que, mesmo carecendo de especial cuidado e proteção por parte dos adultos, não deixa de ser reconhecida por estes como participante influente nos seus modos de vida. Trata-se de uma “mudança paradigmática” (Fernandes, 2009) na conceção da infância, cuja expressão formal maior é a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Esta conceção de infância à escala global é difundida com base no melhor interesse da criança por entidades reguladoras internacionais, tais como a UNICEF⁷ ou a Organização das Nações Unidas (Sarmiento, 2004b). Seria, aliás, difícil pensar na própria sociologia da infância sem este tratado que no plano internacional veio estabelecer as crianças como seres de direitos e prescrever uma infância à escala global.

A CDC estabelece os direitos e proteções fundamentais das crianças, definidas no artigo 1.º como todo o ser humano com menos de 18 anos de idade⁸. A Convenção visa proteger os direitos das crianças e assegurar o seu bem-estar em todos os aspetos da vida. Contém 54 artigos, que podem ser divididos em quatro categorias de direitos: i) à provisão (acesso

7. UNICEF é a sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês, *United Nations International Children's Emergency Fund*).

8. De acordo com o Artigo 1.º da CDC, “Criança é todo o ser humano com menos de 18 anos de idade salvo quando, nos casos previstos na lei, atinja a maioridade mais cedo.”

à educação, cuidados de saúde e qualidade de vida); ii) à proteção (contra a discriminação sexual, exploração comercial e a violência); iii) à participação (direito a serem consultadas e ouvidas e iv) à liberdade de expressão (direito à opinião e a tomar decisões em seu benefício) (ONU, 1989). A implementação da CDC à escala global concedeu maior visibilidade aos direitos das crianças, tendo possibilitado a sua aplicação a escalas mais locais e a mobilização de mecanismos que a todo o momento permitem observar como o superior interesse da criança por vezes se opõe aos interesses económico-políticos dos países (Tomás, 2011).

As crianças e as infâncias não escapam ao processo mais amplo de globalização que atravessa e se impõe às sociedades a que pertencem. De entre as principais influências da globalização junto das crianças está o acesso às tecnologias de informação e comunicação; a exposição a diferentes culturas, hábitos alimentares e estilos de vida, bem como o efeito dos programas e políticas internacionais que promovem os direitos das crianças (Sarmiento, 2004b). Em concreto, a globalização hegemónica exprime-se na normatividade da infância, em grande medida patente na CDC, pela visibilidade dada à condição económica e social das crianças dos países periféricos e semiperiféricos e das crianças dos grupos mais pobres dos países centrais, às suas condições de vida em várias regiões do globo e aos impactos que as crises financeiras globais têm sobre as suas vidas.

As crianças e as infâncias são, todavia, afetadas pela globalização de formas e intensidades distintas. Neste domínio, há todo um campo de estudos por empreender no que diz respeito às muitas descoincidências entre a infância global e as infâncias locais, a criança sujeita de direitos e os contextos concretos que desafiam esses direitos nos espaços quotidianos que intersectam a afetividade, violência e segurança, mas também no espaço global marcado pelas crises económicas e financeiras, sejam as crises ambientais e energéticas, de saúde pública, de segurança, incluindo a cibersegurança, crises humanitárias suscitadas por conflitos bélicos, perseguições religiosas ou desastres naturais, fome ou escassez alimentar, e outras crises políticas e sociais, com destaque para os movimentos migratórios em massa.

Para além da encruzilhada, outros trajetos, novas interrogações

Como procurámos evidenciar neste texto, a sociologia da infância é simultaneamente beneficiária e promotora de uma maior visibilidade e reconhecimento da criança e da infância na família e na sociedade. As crianças passaram de uma invisibilidade familiar e social relativamente recente para um contexto de reconhecimento, a que não é indiferente um investimento social e político promotor e defensor dos seus direitos. Se do longo caminho histórico que vai de uma sociedade pré-moderna à moderna, estão já suficientemente elucidados os mecanismos de invisibilidade social a que a criança e a infância estava votada; na modernidade tardia são sobretudo as nuances e complexidades da maior visibilidade que suscitam o interesse particular da sociologia da infância.

Do que fica exposto, são dois os domínios principais em que novos objetos de estudo parecem emergir, um na relação direta com a Convenção dos Direitos da Criança e a infância global que prescreve, o outro derivado da relação entre subjetivação e autonomia. Para além de uma pretensa infância “unificadora” à escala global, reconhecida e prescrita pela CDC, continuam a existir crianças e infâncias que a todo o momento negam, contestam ou desafiam essa mesma determinação. E se é certo que apesar de terem ratificado a Convenção dos Direitos da Criança, muitos países não consideram a infância uma prioridade política, económica e social (Tomás *et al.*, 2021), a própria ideia normativa de infância merece ser desconstruída com base na diversidade, multiculturalidade e diferença (Tomás, 2011). Adicionalmente, o reconhecimento dos direitos das crianças pela CDC obriga também a estudar as literacias e práticas em torno de tais direitos, mesmo que isso implique questionar as parentalidades competentes a propósito, por exemplo, do direito à privacidade, como acontece com o *sharenting*, isto é, a partilha de conteúdos dos filhos *online*, pelos pais (Batista, 2024).

A sociologia da infância confronta-se hoje também com desafios que surgem da “análise dos processos complexos e paradoxais de subjetivação da criança e da construção da autonomia” (Sarmiento, 2013, p. 39), e que, por sua vez, estão articulados com os efeitos da globalização hegemónica e do individualismo institucionalizado que colocam – também sobre as crianças – o imperativo de se construírem a si próprias. Este aspeto é particularmente desafiante nos casos em que a agência das crianças vai contra a ideia romantizada e unicamente “positiva”. De facto, existem contextos

onde a agência pode ser considerada eminentemente “negativa” (Abebe, 2019), como no caso das crianças envolvidas em práticas “desviantes” ou auto-destrutivas, a saber, roubos, consumo de substâncias ilícitas ou violência.

A concluir, cremos que para além da encruzilhada dos saberes existem – afinal – muitos mais trajetos que se adivinham no percurso dos estudantes, os quais podem constituir novas e criativas interrogações a partir de uma sociologia da infância. Mesmo que optativa entre obrigatórias.

Referências

- ABEBE, T. (2019). Reconceptualising children’s agency as continuum and interdependence. *Social Sciences*, 8(81), 1-16. <https://doi.org/10.3390/socsci8030081>
- ALMEIDA, A. N. (2009). *Para uma sociologia da infância – Jogos olhares, pistas para a investigação*. Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, A. N. (coord.) (2011). *História da vida privada em Portugal – Os nossos dias*. Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, A. N. de, André, I. M., & Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Análise Social*, 37(163), 371-409. <http://www.jstor.org/stable/41011681>
- ARIÈS, P. (1998). *A Criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio D’Água. (Original publicado em 1960)
- ATALAIA, S. (2014). As famílias recompostas em Portugal: Dez anos de evolução (2001-2011). In A. Delgado & K. Wall (Coords.), *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança* (pp. 225-239). INE/Imprensa de Ciências Sociais.
- BANDEIRA, M. L. (1996). *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BASSAND, M., & Kellerhals, J. (1975). *Familles urbaines et fécondité* (avec la collaboration de G. Wirth; préf. du Prof. W. Geisendorf). Georg.
- BATISTA, A. M. B. (2024). *Partilhas(in)discretas? O lugar da tecnologia na construção da parentalidade digital* (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora). Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/37080>
- BECK, U. (1992). *Risk society. Towards a new modernity*. Sage.
- BECKER, G. (1981). *A treatise on the family*. Harvard University Press.
- BERGER, P. L. (1963). *Invitation to sociology. A humanistic perspective*. Anchor Books.
- BONGAARTS, J. (2015). Global fertility and population trends. *Seminars in Reproductive Medicine*, 33(1), 5-10. <https://doi.org/10.1055/s-0034-1395272>

- CHESNAIS, J.-C. (1990). Demographic transition patterns and their impact on the age structure. *Population and Development Review*, 16(2), 327-336. <https://doi.org/10.2307/1971593>
- CORDEIRO, M. (2015). *Crianças e famílias num Portugal em mudança*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CORSARO, W. A. (1997). *The sociology of childhood*. Sage Publications.
- COSTA, R. (2011). *Pequenos e grandes dias. Os rituais na construção da família contemporânea* (Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/4770>
- CUNHA, V. (2007). *O lugar dos filhos: Ideais, práticas e significados*. Imprensa Ciências Sociais.
- CUNHA, V. (2014). Quatro décadas de declínio de fecundidade em Portugal. In INE/FFMS (Eds.), *Inquérito à fecundidade 2013* (pp. 19-28). INE/FFMS.
- CUNHA, V. (2016). O adiamento do segundo filho: As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975. In V. Cunha et al. (Orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: Uma questão social, económica e política* (pp. 125-133). Imprensa Ciências Sociais.
- CUNHA, V., Atalaia, S., & Marinho, S. I. (2019). Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: Uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos. In Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Inquérito à Fecundidade – 2019* (pp. 31-57). Instituto Nacional de Estatística, I.P. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- FERNANDES, N. (2009). *Infância, direitos e participação: representações, práticas e poderes*. Afrontamento.
- FREITAS, R. B., Maciel, A., & Mendes, M. F. (2019). Segundo filho: uma transição incerta. In Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Inquérito à fecundidade – 2019* (pp. 95-119). Instituto Nacional de Estatística, I.P. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal* (2ª ed.). Celta. (Original publicado em 1999)
- HENRY, L. (1959). *La dynamique de la population*. Presses Universitaires de France.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2019). *Inquérito à fecundidade – 2019*. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- JAMES, A. (2007). Giving voice to children's voices: Practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, 109(2), 261-272. <https://doi.org/10.1525/aa.2007.109.2.261>
- JAMES, A., & Prout, A. (Eds.). (1990). *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*. Routledge.
- JAMES, A., Jenks, C., & Prout, A. (1998). *Theorizing childhood*. Polity Press.
- JENKS, C. (1996). *Childhood*. Routledge.

- JENKS, C. (2009). *Constructing Childhood: The changing nature of childhood*. Routledge.
- JEROME, L., & Starkey, H. (2022). Developing children's agency within a children's rights education framework: 10 propositions. *Education* 3-13, 50(4), 439-451. <https://doi.org/10.1080/03004279.2022.2052233>
- LEONARD, M. (2016). *The sociology of children, childhood and generation*. Sage.
- LISBOA, M. (Coord.) (2009). *Infância interrompida. Caracterização das actividades desenvolvidas por crianças e jovens em Portugal*. Colibri.
- MACEDO, J. N. A. (2012). *Trabalho infantil: Representações sociais nos média* (Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho Nº 09). Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério da Economia e do Emprego. <https://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2019/04/CERT-09.pdf>
- MACHADO, F. L. (2022). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Edições Afrontamento.
- MARINHO, S., & Correia, S. V. (2017). *Uma família parental, duas casas. Residência alternada – dinâmicas e práticas sociais*. Edições Sílabo.
- MARCHI, Rita de Cássia. (2009). As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. *Educação e Realidade*, 34(01), 227-246.
- MAY, V. (2024). *Families*. Polity.
- MAYALL, B. (2002). *Towards a sociology for childhood: Thinking from children's lives*. Open University Press.
- MAYALL, B. (2013). *A history of the sociology of childhood*. Institute of Education Press.
- MENDES, M. F. (2016). A natalidade e a fecundidade em Portugal. In V. Cunha et al. (Orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: Uma questão social, económica e política* (pp. 81-110). Imprensa Ciências Sociais.
- MILLER, T. (2017). *Making sense of parenthood: Caring, gender and family lives*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316219270>
- OLIVEIRA, I. T. (2016). A importância dos segundos nascimentos nos atuais níveis de fecundidade em Portugal. In V. Cunha et al. (Orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: Uma questão social, económica e política* (pp. 111-119). Imprensa Ciências Sociais.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. ONU.
- ORTNER, S. B. (1996). *Making gender: The politics and erotics of culture*. Beacon Press.
- OSWELL, D. (2021). Agência das crianças. In C. Tomás, G. Trevisan, M. Carvalho, & N. Fernandes (Eds.), *Conceitos-chave em sociologia da infância: Perspetivas globais* (pp. 31-35). UMinho Editora.
- PERISTA, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (Eds.). (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção

- Social e CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/inut_livro.pdf
- PERRENOUD, P. (1995). *O ofício de aluno e o sentido do trabalho escolar* (A. Guerreiro, Trad.). Artmed Editora. (Original publicado em 1995)
- PONTE, C. (2005). *Crianças em notícia*. Imprensa de Ciências Sociais.
- PRIBERAM, (n.d.). Neném. In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Retirado em 3 Agosto, 2024, <https://dicionario.priberam.org/neném>
- PROUT, A., & James, A. (1990). A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In A. James & A. Prout (Eds.), *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood* (pp. 7-32). Routledge.
- QVORTRUP, J. (1991). Childhood as a social phenomenon: An introduction to a series of national reports. *Childhood as a Social Phenomenon: National Report*, 12. European Centre for Social Welfare Policy and Research.
- RENAUT, A. (2002). *La libération des enfants*. Calmann-Lévy.
- ROSA, M. J. V., & Oliveira, I. T. (2019). Ter ou não ter filhos: razões da decisão. In Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Inquérito à Fecundidade – 2019* (pp. 9-29). Instituto Nacional de Estatística, I.P. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- ROWLAND, R. (1997). *População, família, sociedade. Portugal, séculos XIX e XX*. Etnográfica Press.
- SARMENTO, M. J. (2004a). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmiento & A. B. Cerisara (Coords.), *Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 9-34). Asa.
- SARMENTO, M. J. (2004b). A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In R. Garcia & A. Filho (org.), *Em defesa da educação infantil* (pp. 13-28). DP&A Editora
- SARMENTO, M. J. (2008). Sociologia da infância: Correntes e confluências. In M. J. Sarmiento & M. C. S. Gouvêa (Orgs.), *Estudos da infância: Educação e práticas sociais* (pp. 17-39). Vozes.
- SARMENTO, M. J. (2009). O trabalho infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico. In M. Lisboa (Coord.), *Infância interrompida: Caracterização das actividades desenvolvidas por crianças e jovens em Portugal* (pp. 13-32). Colibri.
- SARMENTO, M. J. (2013). A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceptuais e praxeológicos. In R. T. Ens & M. C. Garanhan (Eds.), *A sociologia da infância e a formação de professores* (13-46). Editora Universitária Champagnat.
- SARMENTO, M. J., & Tomás, C. (2020). A infância é um direito? *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 34(1), 15-30. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/10133>

- SARMENTO, M., & Vasconcellos, V. (Orgs.). (2007). *Infância (in)visível*. Brasil: Junqueira & Marin Editora.
- SCOTT, J. W. (1988). *Gender and the politics of history*. Columbia University Press.
- SEDAS NUNES, A. (1970). Questões preliminares sobre as Ciências Sociais. *Análise Social*, 8(30/31), 201-298. <http://www.jstor.org/stable/41008374>
- SINGLY, F. de. (2000). *O Eu, o casal e a família*. Publicações Dom Quixote. (Original publicado em 1996)
- SINGLY, F. de. (2004). Le statut de l'enfant dans la famille contemporaine. In F. de Singly (Ed.), *Enfants-adultes: vers une égalité de statuts?* (pp. 17-32). Encyclopaedia Universalis.
- SOBOTKA, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19, 171-224. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2008.19.8>
- TOMÁS, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Edições Afrontamento.
- TOMÁS, C., Trevisan, Gabriela, Carvalho, Maria João, & Fernandes, Natália (Eds.) (2021). *Conceitos- chave em sociologia da infância. Perspetivas globais*. UMinho Editora.
- TORRES, A., Campos Pinto, P., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). *Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/igualdade-de-genero-ao-longo-da-vida>
- VAN DE KAA, D. J. (1987). Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, 42 (1): 1-59.
- WALL, K., Aboim, S., & Cunha, V. (Coords.). (2010). *A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. https://cite.gov.pt/documents/14333/154991/A_vida_masculino.pdf/4dbb2344-5faf-4b17-a7e2-2962abad8e07

LIÇÕES APRENDIDAS NO PASSADO, REPENSADAS NO PRESENTE, PARA UMA MELHOR PREPARAÇÃO NO FUTURO: APLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTERVENÇÃO NO SOCIAL

Marcos Olímpio Santos*

Maria da Saudade Baltazar**

Introdução

Na 2ª metade da década de 90 do século XX foi afirmado várias vezes, nomeadamente por dirigentes do Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza, que a Universidade de Évora, através do Departamento de Sociologia, era à data, a Instituição de Ensino Superior (IES) que mais apoio prestava aos projetos que o Comissariado tutelava na sua Zona de Intervenção (no continente incluía nove dos dezoito distritos).

A par dessa colaboração por parte do Departamento de Sociologia, outras tinham também lugar e, muitas mais se seguiram desde então.

Começou assim um percurso que se materializou num vasto conjunto de colaborações no âmbito da intervenção no social e no desenvolvimento local, com enquadramento na denominada função de extensão universitária.

A missão cometida à Universidade integra o ensino, a investigação e numa terceira dimensão insere-se no contexto social, político e económico de que faz parte. Esta interação da Universidade com a comunidade externa, um dos pilares mais recentemente consagrado, visa “promover a extensão do saber científico por ela produzido” (Santos, 2012: 155), e tem estado sempre associado à ideia de função social da Universidade (Bovo, 1999; Pires da Silva, 2020).

* Professor Aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: mosantos@uevora.pt

** Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora). Email: baltazar@uevora.pt

Os múltiplos desafios que se colocam à Universidade, quer pela sociedade quer pelo Estado, remetem para o questionar das suas formas hegemónicas de produção do conhecimento assim como da sua legitimidade, e em que a complexidade da envolvente é trazida para dentro dos muros da Universidade. Estimular a diversidade e a compreensão da complexidade são, para Morin (2011), formas de alcançar um modelo mais democrático e inclusivo da Universidade e onde a produção do conhecimento não é exclusiva da Universidade, mas sim da sua interação com a sociedade (Bernardes *et al*, 2014). O diálogo com outros públicos impele a uma capacidade renovadora e simultaneamente transformadora da Universidade, que não tem sido suficientemente estudada, e especialmente quando o foco da análise é a prática dos projetos/iniciativas, suas dinâmicas, seus efeitos na docência assim como a contribuição para a consolidação de um domínio particular de conhecimento.

É com base neste pressuposto que o presente texto cumpre o propósito de sumariar a experiência obtida ao longo dos últimos 28 anos, visando identificar as aprendizagens alcançadas, testar as ferramentas utilizadas em contexto de investigação-ação e docência bem como refletir sobre a pertinência das competências não técnicas requeridas aos atores do desenvolvimento local e da intervenção no social, tema que tem vindo a ser também objeto de reflexão por parte dos autores.

Quando atualmente se reflete sobre as experiências passadas, várias são as interrogações que ocorrem sobre as causas, caracterização, consequências, efeitos e até mesmo perspetivas a médio prazo, inerentes ao percurso percorrido.

Porque foi possível? Porque ocorreu? Quais foram as colaborações prestadas ao longo do percurso? Que resultados advieram para os(as) intervenientes por parte da Universidade de Évora, especialmente em termos de aprendizagens?

São as respostas a estas questões que alicerçam o conteúdo dos pontos que compõem o presente contributo.

Em conformidade com o exposto, os objetivos a atingir com a pesquisa efetuada são os seguintes:

- Descrever o contexto em que tem ocorrido a cooperação em análise;
- Sumariar a experiência vivenciada pelos(as) intervenientes;
- Identificar as lições aprendidas com a experiência vivenciada;

- Analisar as implicações práticas dessas lições e perspetivar a melhoria da preparação para uma produção integrada de conhecimento por parte de docentes, investigadores e discentes de todos os ciclos de ensino-aprendizagem.

Os resultados alcançados com a concretização destes objetivos são apresentados nos pontos correspondentes, os quais são iniciados com um breve parágrafo introdutório, onde constam resumidamente algumas das principais circunstâncias, depois desenvolvidas, que permitem compreender o percurso percorrido.

Essa explanação é por sua vez antecedida do próximo ponto, onde consta a metodologia adotada para realização da pesquisa longitudinal, descritiva e explicativa.

Metodologia

A concretização dos objetivos enunciados na Introdução, requereu a recolha de informação pertinente bem como o respetivo tratamento e análise, através do recurso a procedimentos apropriados às características intrínsecas de uma pesquisa que pela sua especificidade assume, segundo Creswell (2014), Jain, (2023) e Minayo e Costa (2018), os seguintes atributos:

1. Descritiva, no que se refere aos objetivos, pois envolveu uma recolha detalhada de informações disponíveis sobre as experiências vivenciadas pelos autores no que respeita a projetos e iniciativas desenvolvidas nos últimos 28 anos no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, assim como da revisão da literatura sobre o contexto em que esta cooperação ocorreu numa perspetiva de extensão universitária;
2. Explicativa também, no que refere aos objetivos, na medida em que aprofunda o conhecimento da realidade e explica o fundamento ou causas das coisas, ou seja, das aprendizagens proporcionadas e das implicações práticas na experimentação de ferramentas assim como a pertinência das competências não técnicas utilizadas pelos intervenientes (dirigentes, pessoal técnico e por discentes do Ensino Superior);

3. Bibliográfica, quanto aos procedimentos, por ter sido concretizada com base em fontes de informação de carácter científico (tais como livros, artigos e outros textos já publicados sobre tema e respetivo contexto), mas cumulativamente é também documental, uma vez que envolveu ainda a recolha e análise de informação disponível em arquivos dos autores, textos de organizações diversas e de entidades públicas;
4. Qualitativa, considerando a abordagem efetuada, que consistiu em produzir informações aprofundadas e ilustrativas identificando e analisando dados que não se prestaram a ser tratados numericamente, por se privilegiar a categorização temática resultante da sua análise de conteúdo;
5. Básica estratégica, quanto à natureza, atendendo a que alguns dos seus resultados poderão ser utilizados posteriormente ao nível do desenvolvimento local e da intervenção no social num contexto de cooperação academia-comunidade.

No que se refere ao tratamento e análise da informação recolhida, assentou numa análise de conteúdo que teve por base quer o elenco de objetivos estabelecidos, quer a estrutura estipulada para apresentação dos resultados alcançados, o que possibilitou a posterior e decorrente sistematização das conclusões.

Contexto em que tem decorrido a cooperação academia-comunidade

Descreve-se neste ponto o contexto em que emergiu a cooperação entre a Universidade de Évora através do Departamento de Sociologia, no que se prende com as iniciativas ocorridas, sendo a amplitude dessa interação traduzida em termos teóricos com a finalidade de melhor se compreender a especificidade do percurso percorrido ao longo dos 28 anos em análise.

Estas reflexões sobre a extensão universitária, em que os autores estiveram envolvidos, consubstanciam-se na premissa que se trata de um campo privilegiado de aprendizagem e de relacionamento com o ensino e investigação científica, que ocorreu num contexto de grandes transformações em Portugal.

A tripla atuação universitária – ensino, investigação e extensão – plasmada na Lei nº108/88, de 24 de setembro, está identificada através dos designados “fins das universidades: a) A formação humana, cultural, científica e técnica; b) A realização de investigação fundamental e aplicada; c) A prestação de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca” (artigo 1º, ponto 2).

Mas se o ensino e a investigação correspondem às atividades executadas no dia a dia das universidades, com identidade e metodologias claramente definidas, o mesmo não acontece para a dimensão da extensão universitária (Almeida, Araújo & Guerreiro, 2012), até mesmo pelo modo dinâmico como se tem vindo a reconfigurar (Pires da Silva, 2020). Historicamente esteve associada a um caráter assistencialista, dirigida a respostas sociais, porém “a concepção contemporânea de extensão supera este modelo e possui duas novas características: construir com as comunidades as estratégias e mudança, promovendo a troca de saberes e ter como objetivo a mudança da situação, visando uma nova qualidade de vida para a comunidade” (*Ibidem*, 2012:1),

Esta relação transformadora entre Universidade e sociedade desenvolve-se de um modo dialogante, através da designada produção integrada de conhecimentos. Entrosamento que se desenvolve sem perder de vista a ligação com as outras duas funções universitárias (ensino e investigação). Este princípio da indissociabilidade da tríade universitária, é descrito por Pereira dos Santos:

Se o ensino repousa sobre o “já conhecido”, a pesquisa se dirige ao “ainda não conhecido”. Busca-se, pois, transformar o “ainda não conhecido” em algo conhecido; daí a tendência a se considerar que o ensino decorre da pesquisa: só pode haver ensino a respeito das coisas que se conhecem, que foram aprendidas. Todavia, só se pode aprender se houver conhecimentos sistematizados e a função da pesquisa é justamente produzir esses conhecimentos. Assim, na medida em que esses conhecimentos são produzidos, é possível difundi-los, ensiná-los a outras pessoas; daí resulta a necessidade de articular ensino e pesquisa às atividades extensionistas no âmbito das universidades” (*Idem*, 2012:157).

Ou seja, nesta perspetiva deve ser a sociedade a sinalizar os problemas para serem superados, e este contacto da Universidade com tais problemas possibilita a transformação dos objetos das suas pesquisas em problemáticas

relevantes e expressivas para a sociedade, assim como o adequar do ensino às necessidades efetivas. E a extensão universitária é tida como um espaço privilegiado de formação e prática profissional, ao promover uma forte ligação entre teoria e prática, e com evidentes impactos no desenvolvimento da sociedade (Martinelli, 2003; Pereira dos Santos, 2012).

Desta forma, a Universidade assume-se com um agente de desenvolvimento, pela prática profissional “*na e a partir*” de fenómenos sociais reais, no alinhamento do paradigma investigação-ação, onde a produção do conhecimento científico contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. Este tipo de práticas, no domínio científico da sociologia, inscreve-se na denominada especialidade da sociologia da ação, “na qual o sociólogo de intervenção assume o compromisso de uma relação cognitiva de apoio ao *cliente* face à assunção de uma produção sociológica de utilidade prática” (Santos & Baltazar, 2017:18) com recurso a uma metodologia participativa de projeto para um envolvimento esclarecido dos participantes na intervenção.

O modelo da *triple hélix* revela-se, pois, insuficiente para acompanhar este enquadramento, e à articulação entre Estado, universidades (e centros de investigação) e empresas junta-se a sociedade, formando a hélice quádrupla como proposta alternativa e transformadora da extensão universitária.

Neste contexto, a prestação de serviços passa a assumir um caráter de assessoria, desenvolvida por um processo criativo, e onde são necessárias, tal como defende Abranches (2014 *apud* Pires da Silva, 2020: 27), as dimensões técnica, crítica e ética.

Ao inserir professores, discentes e dirigentes / técnicos, na realidade fora dos muros da universidade, a extensão universitária possibilita a permuta de vivências e experiências, na forma de coprodução do conhecimento, onde se processa um fluxo bidirecional de aprendizagem entre os campos sociais e o universo académico, tendo sido intitulada por A. Filho (2008 *apud* Silva & Ferreira, 2015) de comunidades ideais de diálogo.

Face a estas premissas, compreende-se como a extensão universitária é um conceito que está longe de ser estático, ao invés encontra-se em permanente movimento em resposta às necessidades da sociedade, ao mesmo tempo que também pode estar na génese dessas necessidades, tal como se pode inferir pela contextualização que se segue acerca das experiências aqui sistematizadas.

O acervo de aprendizagens, ensinamentos e conhecimentos, que os autores consideram de interesse divulgar para reflexão e aprofundamento, tem decorrido num contexto onde sobressai a adesão de Portugal à então CEE, que depois evoluiu para União Europeia.

Após a revolução de abril de 1974 e estabilizada a situação política, Portugal que adotou uma das constituições mais progressistas da Europa, manifestou em 1977 a intenção de aderir à CEE o que sucedeu em 1985 com a assinatura do Tratado de Adesão, antecedido da celebração de acordos de pré-adesão em 1980 e 1984, o que permitiu que o país comesse a beneficiar de alguns apoios, substancialmente aumentados a partir da adesão de Portugal.

A partir da assinatura dos acordos de pré-adesão, ficaram criadas condições para que em vários setores fossem desencadeadas iniciativas, visando a melhoria da situação menos favorável que caracterizava Portugal, em particular no que se refere à melhoria das condições de vida em geral, e mais concretamente à promoção do desenvolvimento local e regional, redução da pobreza e fomento da inclusão social.

No Alentejo, uma das regiões mais pobres do continente à época, tinha aberto a 10 de novembro de 1975 o Instituto Universitário de Évora que em 1979 dá lugar à nova Universidade de Évora, onde foi criado o curso de Sociologia a cargo do respetivo Departamento. Nesse curso eram lecionadas disciplinas vocacionadas para a articulação com a comunidade, em especial as designadas por “Planeamento Social” e “Sociologia do Planeamento Regional”, cujos docentes e discentes acompanhavam as iniciativas que eram promovidas na envolvente, ao abrigo de apoios proporcionados por programas nacionais e pela CEE e, posteriormente pela União Europeia (instituída através do Tratado de Maastricht, e com entrada em vigor a 1993).

Foram então lançados Programas de Luta Contra a Pobreza – PLCP (1990), Rendimento Mínimo Garantido (1996), Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) (2000), Programa Ser Criança (2000), a par de programas transnacionais como por exemplo o Programa de Ação Social 1998-2000, a iniciativa ECOS-OUVERTURE (1998).

Estavam assim conjugados os objetivos e valores promovidos pela CEE/UE e os adotados por Portugal na respetiva Lei Fundamental e, disponibilizados apoios a nível nacional e supranacional que sustentaram iniciativas locais, supralocais e supranacionais, envolvendo destinatários,

promotores, outras entidades interessadas, e financiadores visando uma dinâmica de mudança de uma situação adversa para outra mais favorável.

Esses propósitos, geralmente identificados com o conceito de desenvolvimento, para que lograssem preencher os critérios de eficácia (alcançar os resultados ou efeitos esperados), eficiência (fazer mais e melhor com o mínimo possível), efetividade (transformações ocorridas a partir da ação) e sustentabilidade (continuidade / prolongamento), envolviam o conceito de sinergias (ação conjunta de vários elementos ou de várias partes que pretende obter um resultado melhor ou maior do que a soma das partes), e de parcerias (relações de colaboração entre entidades para trabalhar em conjunto, com vista ao alcançar de objetivos comuns através de um acordo entre as partes sobre a divisão de tarefas).

Foi com este pano de fundo que o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora foi envolvido em diversas iniciativas, com particular destaque para as que decorreram em vários dos 14 concelhos do Alentejo Central.

Historial parcelar da experiência vivenciada e principais implicações das aprendizagens cruzadas

É apresentada neste ponto uma súmula da participação de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora em iniciativas promovidas por instituições da Economia Social, organismos públicos incluindo autarquias locais, e pela própria Universidade ou por algumas das suas unidades orgânicas, coordenadas pelos autores e/ou onde participaram como elementos da equipa de investigadores.

Para facilitar a apresentação, foi o período de 28 anos em análise, subdividido por intervalos correspondentes aos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) a Portugal por parte da CEE/UE e, inseridos em cada um desses intervalos as iniciativas em que se verificou a participação de docentes e investigadores(as) envolvidos(as), como se observa nas quatro subdivisões da Tabela 1.

Com base nesta recolha, foi efetuada uma análise por tipo específico de participação (ou seja, de contributo), prestado nas diferentes iniciativas, que será apresentada na tabela 2.

Tabela 1. Participação de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora em iniciativas de extensão universitária

1994-1999 QCA II	Projeto transnacional – Sementes de Esperança; Dez PLCP; Plano Estratégico da Universidade de Évora; Participação na Direção de organizações da Economia Social; Estudo sobre as empresárias da Margem Esquerda do Guadiana; Estudo sobre as potencialidades do rio Guadiana em Mértola.
2000-2006 QCA III	Estudo sobre a Cooperação Transfronteiriça; Quatro PLCP; Dois Encontros de PLCP; Projeto transnacional – Integratev; Sete Projetos Equal; Sete Redes Sociais Municipais; Dois Projetos POEFDS; Plano Estratégico da COMOIPREL; Estudo para o parque de feiras e exposições de Évora; 3 Projetos Ser Criança; 2 Projetos de Avaliação SÍTIOS SÍTIO@SITEII; Implementação de um Conceito de Desenvolvimento Regional Apoiado na Indústria Mineira da Região: Diagnóstico sectorial e territorial.
2007-2013 QREN	Programa de Acção Territorial para a Coroa Norte de Lisboa (Calçada de Carriche, Ameixoeira e Galinheiras); Dois Projetos Progrida; Projeto "Estudos de Enquadramento e Definição de Políticas Sociais na Câmara Municipal de Vendas Novas" (Jovens e Idosos); Plano Estratégico para Área Social (Vendas Novas); Dois Projetos transfronteiriços INTERREG; Projeto transnacional (INTERREG IV C) Winnet 8; Projecto "EUROACE – Estrategia 2020 para la Eurorregión Alentejo-Centro-Extremadura"; Projecto FEINT – "ROTA SUL: Diagnóstico Imigrante do Concelho de Moura"; Avaliação do evento "Festa dos Povos"; Projeto Educativo da Escola Profissional de Moura; Plano Estratégico do concelho de Alvito; Évora Distrito Digital; Plano Estratégico do Departamento de Sociologia; Plano de Desenvolvimento Estratégico de Évora.

2014-2020 (Portugal 2020)	Sistema de observação a nível concelhio sobre a situação social das crianças e jovens (integrado no Plano Local de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens da CPCJ de Évora); Pré-diagnóstico da pessoa com deficiência no concelho de Évora; Estratégia de Qualificação Ambiental da Junta de Freguesia de Santo André; Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação da Rede Social de Ponte de Sor; Plano Municipal Integrado para a Igualdade e Não Discriminação de Évora (POISE); Estação Náutica de Avis; Projeto Capacitar para Agir em Rede (ANIMAR); Diagnóstico de Necessidades Sociais e Impacto Social para a região de Évora (COVID19); Plano estratégico de desenvolvimento turístico para o concelho de Vila de Rei (2020-2030).
2021-2027 (Portugal 2030)	Plano Estratégico Municipal para a Educação de Avis PEME 2030; Monitorização e Avaliação Externa do Projeto "Centro de Inovação Social do Alentejo; Projeto Anda, – Acreditando – Participação Pública para a Candidatura de Évora à Capital Europeia da Cultura 2027: "Évora 2027; Avaliação do "Programa de Mediadores Culturais do Alentejo Central"; Estudo sobre identificação fatores de risco e vulnerabilidade na intervenção com pessoas em situação de sem abrigo da cidade de Évora.

Fonte: elaboração própria com base nos registos de coordenação/participação dos autores

Por ser muito fastidioso apresentar o tipo de participação / contributo por iniciativa (algumas das quais implicaram mais do que um tipo de participação), é apresentada somente na tabela seguinte, uma expressão quantitativa de cada um desses tipos de participação.

Tabela 2. Tipos de participação / contributo (designação e expressão quantitativa) em iniciativas de extensão universitária

Tipos de participação	
Designação do tipo de participação / contributo	Expressão quantitativa
Apoio técnico-científico à implementação de projetos	31
Realização de momentos avaliação e monitorização	25
Colaboração na elaboração de inquéritos (questionários e entrevistas), tratamento e análise de dados	21
Elaboração de diagnósticos e estudos temáticos, de Planos plurianuais de Atividades e de Planos Anuais de Ação	18
Elaboração de candidaturas	9
Elaboração de relatórios de execução de eventos técnico-científicos	5

Fonte: elaboração própria com base na tabela 1

A leitura da tabela possibilita constatar que a “Realização de momentos de avaliação e monitorização”, o “Apoio técnico-científico à implementação de projetos”, e a “Colaboração na elaboração de inquéritos (questionários e entrevistas), tratamento e análise de dados” foram os três tipos de iniciativas com uma mais elevada expressão.

Ainda acima da dezena, consta a “Elaboração de diagnósticos e estudos temáticos, de Planos plurianuais de Atividades e de Planos Anuais de Ação”.

A participação na “Elaboração de candidaturas” e a “Elaboração de relatórios de execução de eventos técnico-científicos, foram os tipos de participação menos requeridos.

Este registo de formas de atuação é revelador da proeminência de metodologias de planeamento e de intervenção social que têm vindo a ser desenvolvidas. Correspondem a processos inovadores, tanto no domínio de base conceptual e metodológicas como no que respeita à sua operacionalização em contextos socio organizacionais da região.

A produção de tais modelos, como antes se indicara, está alinhada ao contexto em que estas iniciativas se desenvolvem, e nomeadamente à localização periférica da Universidade de Évora, cujo posicionamento como ator de desenvolvimento regional se tem vindo a reforçar.

É desta forma que melhor se compreendem as solicitações e pedidos de prestação de serviços que, ao longo dos anos têm sido dirigidos à Universidade de Évora | Departamento de Sociologia e correspondente transferência de conhecimento para o território, sempre na esteira do que se pode designar de territorialização das políticas públicas, com impacto direto nas organizações regionais e locais e suas áreas de atuação regional. Estas prestações de serviços tendem a responder às necessidades de estudos e consultoria – apoio técnico-científico especializado, que as organizações sentem, quer no plano nacional quer no espaço comunitário.

Acresce ainda que, em territórios de baixa densidade populacional e socioeconómica como é a região Alentejo, a participação em algumas destas iniciativas ocorreu a título gracioso, no cumprimento do que se entende ser a responsabilidade social das IES, em particular nas universidades inseridas em contextos periféricos por se esperar que como agentes de desenvolvimento contribuam para a coesão territorial.

Se por um lado, alguns desses trabalhos de consultoria visaram a capacitação institucional destas organizações em busca de apoio financeiro, nomeadamente através da apresentação de candidaturas a fundos comunitários, estes resultaram numa fase posterior na contratualização da equipa para outro tipo de serviços.

Por outro lado, a contrapartida destas prestações de serviços de consultoria e de apoio técnico-científico, e na perspetiva da produção integrada de conhecimento, traduz-se amiúde na disponibilidade de dirigentes e/ou equipa técnica das organizações apoiadas, participarem em aulas abertas ou seminários, testemunhando experiências e desafios que se colocam aos diplomados em sociologia em contexto profissional, no âmbito da sociologia da ação, com recurso a metodologias de planeamento e de intervenção no social, com vista à prossecução de melhores níveis de qualidade de vida dos públicos-alvo a que se dirigem e crescente capacitação institucional.

Em paralelo, esta cooperação interinstitucional também tem resultado no acolhimento de discentes em estágios curriculares ou profissionais nessas organizações, traduzindo-se ainda em alguns casos na sua integração nos quadros de pessoal, contribuindo desta forma para um reforço da empregabilidade dos jovens diplomados.

É também neste enquadramento que, são dirigidos à Universidade de Évora | Departamento de Sociologia, pedidos de nomeação de representantes nos órgãos e conselhos consultivos de algumas destas organizações.

Estas formas de cooperação interinstitucional tendem a privilegiar a comparência em reuniões (com intervenção ativa na discussão da Ordem de Trabalhos e apresentação de propostas/recomendações) e atividades de assessoria técnico-científica (apoio à realização ou atualização de diagnósticos, elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento e Planos de Ação, avaliação de projetos e colaboração em estudos da responsabilidade de terceiros).

Têm ainda resultado em contributos para alteração de modelos de atuação, como é o caso do apoio prestado à Rede Social de Évora, em que desde a sua génese (2003) a Universidade de Évora, através do Departamento de Sociologia, integra o seu Núcleo Executivo, e que tem correspondido a um trabalho de grande proximidade com as instituições que constituem o Conselho Local de Ação Social do Concelho de Évora (CLASE). A sua mais recente organização em Unidades de Rede, proposta por Marcos Olímpio Santos, agrupa por similitude de área de intervenção mais de uma centena de organizações que integram o CLASE. Este modelo de funcionamento tem possibilitado a organização de Workshops /Seminários (abertos à participação de discentes dos cursos de sociologia) para a demonstração e validação de metodologias estratégicas de capacitação institucional nos Quadros de Programação Comunitária, e preparação destas organizações para os desafios com que se deparam num contexto global marcado cada vez mais pela incerteza e volatilidade das suas formas de atuação. Neste contexto, alude-se à conceção do *Portefólio 2014-2020*, que tinha como finalidade promover a capacitação institucional destas entidades de Terceiro Setor, para preparação de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. A arquitetura de desdobramento da estratégia correspondia a oito documentos estratégicos¹, cuja preparação foi acompanhada de perto pelos autores, quer de forma mais individualizada quer através de workshops/seminários temáticos com a participação destas organizações e de discentes dos cursos de sociologia da Universidade de Évora.

Estas dinâmicas têm sido frequentes, e visam responder às necessidades com que se deparam as entidades e desta forma prestar apoio técnico-científico adequado a cada momento das iniciativas /projetos de

1. O Portefólio integrava os seguintes documentos estratégicos: Carta de compromissos (missão); Balanced scorecard; Plano plurianual; Análise de stakeholders; Análise contextual; Análise swot; Carta de ofertas e de procuras e Mapa estratégico.

extensão universitária. Mais recentemente, e a título de exemplo, destaca-se ainda, a participação na Estação Náutica de Avis, cujo protocolo foi celebrado em 2019, com a Universidade de Évora, na qualidade de membro fundador desta rede, e que conta atualmente com mais de três dezenas de entidades (públicas, privadas e de terceiro setor) de âmbito local, regional e nacional. A participação da Universidade de Évora, através da equipa de investigadores do CICS.NOVA.UÉvora e docentes do Departamento de Sociologia, sob a coordenação de Maria da Saudade Baltazar, tem sido apontada pelo Fórum Oceano (entidade certificadora das Estações Náuticas de Portugal) como referência para as outras quase 40 Estações Náuticas. Releva-se o modo como contribui para a inovação e a transferência de conhecimento com vista ao reforço e dinâmica da parceria, através da aplicação de metodologias participativas na construção do produto turístico integrado | Estação Náutica, na definição do modelo de governança e no processo de monitorização e avaliação do funcionamento da rede, facilitando a tomada de decisão informada, uma vez que a parceria passa a dispor de informações mais completas e atualizadas, referentes a preferências, circunstâncias, valores e perspetivas futuras de atuação da parceria em prol do desenvolvimento do território a partir de uma oferta turista de qualidade e organizada com base na valorização integrada dos ativos que dispõe.

Estas propostas metodológicas, que se destacam pela oportunidade de serem elaboradas, testadas e validadas em contexto real, têm sido apresentadas e discutidas em colóquios e congressos (alguns deles internacionais), possibilitando desta forma um outro nível de validação, de extrapolação da sua aplicabilidade a outros territórios, nomeadamente da América Latina e países lusófonos, e cuja divulgação tem vindo a ser feita também sob a forma de publicações.

São algumas dessas abordagens metodológicas, resultantes das experiências desenvolvidas no conjunto de iniciativas de extensão universitária, ao longo dos 28 anos em análise, que dada a sua capacidade de transferibilidade e de disseminação de *insights* passam a ser sistematizadas no ponto seguinte, de acordo com as lições aprendidas que se destacam de tais aprendizagens.

Identificação das lições aprendidas, no domínio das metodologias, para preparação de futuras aplicações

Procede-se neste ponto à identificação das lições aprendidas e proporcionadas pela participação nas iniciativas antes descritas, para que sejam a base da reflexão visando melhor preparar atuações futuras aplicadas ao desenvolvimento local e intervenção no social.

No encalce da prática de uma sociologia da ação, assente numa relação direta entre investigador (sociólogo) e população em estudo (Santos & Baltazar, 2017), entre intervenção e conhecimento (Guerra, 2003), privilegiam-se metodologias de investigação fundadas na ótica da resolução de problemas de matriz prática ou social (Baltazar & Santos, 2023), para proporcionar a melhoria da prática com impactos na preparação dos docentes, investigadores e discentes dos vários ciclos de estudo em sociologia da Universidade de Évora.

Estas abordagens metodológicas, quer sejam de cariz fundamental quer sejam metodologias procedimentais, requerem uma continuada adaptabilidade aos traços distintivos da contemporaneidade, determinados por um mundo em rápida mudança, e onde o avanço tecnológico e as diversas conceptualizações derivadas da nova ordem internacional impactam a complexidade dos problemas sociais. E, é no âmbito da sociologia da ação que se definem estratégias de intervenção cuja racionalidade dos atores pressupõe a definição adequada de metas e consequente persecução (Baltazar & Santos, 2023), e que no caso em análise exige aos docentes /investigadores um trabalho faseado.

Estas práticas incluem uma preparação a montante e tarefas para apreensão do objeto de análise/intervenção assente em abordagens colaborativas, as quais se têm revelado de grande utilidade, uma vez que proporcionam uma desejável empatia e o indispensável alinhamento entre as equipas envolvidas (académicos/investigadores e dirigentes/técnicos da entidade contratante/apoiada), no que respeita aos termos em que é enunciada a identidade da iniciativa, os detalhes sobre opções metodológicas e as questões práticas para a sua implementação.

Passemos à enunciação das principais lições aprendidas que derivam de tais práticas.

A primeira lição aprendida consiste na pertinência de uma abordagem estruturada das iniciativas, de forma a clarificar a identidade da iniciativa

e a possibilitar o indispensável alinhamento entre os(as) intervenientes para que evite a dispersão e se consiga a máxima concentração de esforços, com consequências positivas nos resultados a alcançar.

A ferramenta preferencial que tem sido utilizada é a *check list* 5W2H², enquanto técnica que se destaca pela sua eficiência e praticidade na definição e acompanhamento da qualidade da iniciativa ou projeto, e onde através de um conjunto de perguntas se passa à sistematização das tarefas e desta forma à identificação da raiz do problema.

Porém os autores elaboraram para aplicação nestas experiências (visando uma abordagem estruturada para sistematização de ideias), outra ferramenta designada de “Referencial Cronológico”³, a que se seguiu a adoção de um “Roteiro Metodológico”⁴ (ferramenta mais completa para apoio à planificação aprofundada de iniciativas).

2. A designação da metodologia 5W2H deriva do conjunto de sete perguntas (em inglês). As cinco primeiras são: What (o que será feito?); Why (por que será feito?); Where (onde será feito?); When (quando será feito?); Who (por quem será feito?). E por seu turno, as outras duas perguntas são os 2H: How (como será feito?); How much (quanto vai custar?).

3. O referencial cronológico é estruturado a partir de INPUTS |Entradas (recursos documentais, recursos humanos e fontes de informação a desencadear), Metodologia|Processos (constituída por três momentos/fases) e de OUTPUTS|Saídas (descrição, objetivos, público alvo, resultados esperados, recursos e cronograma).

4. O roteiro metodológico planifica de modo detalhado as iniciativas, estruturando-as em três momentos; inicial, intermédio e final, onde para cada um se identificam os pacotes de trabalho, os resultados esperados/produtos e ainda *milestone*/momento relevante.

Tabela 3. Metodologias utilizadas nas iniciativas centradas numa abordagem estruturada para sistematização de ideias

Tipos de participação (designação)	Lições aprendidas iniciais (utilização de abordagens estruturadas)
Apoio técnico-científico à implementação de projetos	
Realização de momentos avaliação e monitorização	
Colaboração na elaboração de inquéritos (questionários e entrevistas), tratamento e análise de dados	Check list 5W2H Referencial cronológico Roteiro metodológico (incluindo o balanço da iniciativa pela equipe executiva)
Elaboração de diagnósticos e estudos temáticos, de Planos plurianuais de Atividades e de Planos Anuais de Ação	
Elaboração de candidaturas	
Elaboração de relatórios de execução de eventos técnico-científicos	

Fonte: elaboração própria

Este conjunto de lições aprendidas iniciais foi sendo continuamente expandido, e resultou no modelo orientador do pensamento, do conhecimento e da intervenção que inclui a listagem de tópicos informativos das alternativas em aberto e, norteadores de opções a adotar. Trata-se de um *framework* (abordagem condicional) que contém um conjunto de conceitos genéricos, técnicas ou ferramentas metodológicas, adaptáveis a uma multiplicidade de contextos, e que visa uma exposição esclarecida das fases/momentos, dos princípios e ferramentas incluídas a utilizar em cada iniciativa/projeto. Contempla propostas metodológicas de natureza colaborativa, que têm como objetivo resolver problemas complexos com o foco nas pessoas, assentes no somatório de profissionais detentores de competências diferenciadas e alinhados para potenciar soluções estratégicas e espaços adaptáveis de aprendizagem.

Este *framework* poderá ser reformulado sempre que se justifique, o qual inclui a leitura do contexto, paradigmas enquadradores, abordagens estruturadas primordiais, abordagens estruturadas complementares, modelos inspiracionais teórico-metodológicos, ferramentas operativas mobilizáveis, competências a mobilizar e aperfeiçoar: técnicas e não técnicas e, roteiro metodológico, conforme se dá conta na figura seguinte.

CONTEXTO				
Mundo VI ² RCA ² Sh (Volátil, Incerto, Imediatista, Ruidoso, Complexo, Ambíguo, Acelerado, Simultaneamente díspar, Hiperconectado)				
Mundo TINA (Turbulento; Incerto; Novidioso; Ambíguo)				
Mundo BANI (Frágil – do inglês “Brittle”, Ansioso, Não Linear e Incompreensível)				
Paradigma da Complexidade				
Ontologia complexa Epistemologia da complexidade				
Epistemologia pragmática				
Paradigmas de investigação (fundamental ou aplicada)				
Qualitativo; Quantitativo; Quali-Quantitativo				
Pós-positivista; Construtivista; Sociocrítico; Pragmático				
Transdisciplinaridade				
Complexidade; Níveis de realidade; Lógica do terceiro incluído				
ABORDAGENS ESTRUTURADAS PRIMORDIAIS				
Referencial cronológico	Check list 5W2H	MEL ⁵		
ABORDAGENS ESTRUTURADAS COMPLEMENTARES				
Análise do Campo de Forças	Check list 10W2H	Análise DEOP / Análise SWOT ⁶		
MODELOS INSPIRACIONAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS				
Design Thinking	EFQM	Pmbok	Planeamento (estratégico)	Lean thinking & Metodologias ágeis
	European Foundation of Quality Management	Project Management Body of Knowledge	Mapa estratégico Balanced ScoreCard	Melhoria contínua
FERRAMENTAS OPERATIVAS MOBILIZÁVEIS (5 porquês, Árvore de problemas, Arco de Maguerez, ...)				
COMPETÊNCIAS A MOBILIZAR E APERFEIÇOAR: técnicas e não técnicas				
ROTEIRO METODOLÓGICO				

Figura 1. Modelo orientador do pensamento, do conhecimento e da intervenção

Fonte: Elaboração própria

5. MEL – **M**atriz de **E**nquadramento **L**ógico

6. Análise SWOT (Forças|**S**trengths, Fraquezas|**W**eaknesses, Oportunidades|**O**pportunities e Ameaças|**T**hreats); e/ou variantes, nomeadamente DEOP (**D**ificuldades, **Ê**xitos, **O**bstáculos e **P**otencialidades)

Este modelo, em atualização constante, que é adaptado às especificidades de cada iniciativa de cooperação que tem sido concretizada, reflete, portanto, o acumulado de lições aprendidas no decurso do historial de 28 anos referente à participação em iniciativas de intervenção social e desenvolvimento local por parte de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

Esta proposta metodológica promove uma abordagem de produção integrada de conhecimentos, aquando da execução das tarefas entre equipas envolvidas (académicos/investigadores e dirigentes/técnicos da entidade contratante/apoiada). Porém este contributo é ainda alargado aos contextos de formação académica, onde os estudantes dos cursos de sociologia tomam conhecimento e ensaiam este acervo de metodologias colaborativas a partir de caso concretos de projetos onde a equipa docente participa, em situação de sala de aula em unidades curriculares vocacionadas para as áreas do desenvolvimento local e da intervenção no social.

Este processo de ensino-aprendizagem é ainda potenciado quando estudantes, maioritariamente do curso de mestrado em sociologia, integram as equipas de investigação, e assim na qualidade de investigadores juniores têm a oportunidade de contribuir para uma atmosfera colaborativa, a par dos demais intervenientes nas iniciativas ou projetos, ao potenciarem a utilização bem como os resultados que derivam da aplicação destas abordagens estruturadas.

Este ecossistema colaborativo estimula a aplicação de outras abordagens estruturadas e ferramentas operativas, na busca contínua de uma melhoria dos processos metodológicos na área do desenvolvimento local e intervenção no social. Contribui, deste modo, para a participação da Academia em prol de aprendizagens vindouras que resultem no envolvimento de docentes/investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, de dirigentes/técnicos das entidades contratadas/apoiadas, e dos sociólogos em formação/estudantes, em iniciativas que promovam/reforcem a sustentabilidade e inovação social.

Conclusões

Após 28 anos de cooperação de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, com organizações da Economia Social, organismos públicos (incluindo autarquias locais), e com órgãos da própria Universidade, numa fase em que o contexto em que decorre essa cooperação se tem vindo a complexificar, foi efetuado um balanço parcelar, mais virado para o que tem sido o historial no que se refere à intervenção no âmbito do social e do desenvolvimento local e regional, protagonizado pelos autores do presente texto.

Essa apreciação mostra quais os tipos de cooperação e a respetiva expressividade, bem como as aprendizagens constatadas.

Essas aprendizagens constituem um fator de qualificação dos(as) intervenientes e possibilitam a transmissão a representantes de entidades parceiras e a discentes que frequentam disciplinas vocacionadas para a intervenção.

Nas mais recentes iniciativas em que os autores têm participado, concretizaram essa intenção de transmitir a representantes das entidades envolvidas e a colaboradores(as), os conhecimentos obtidos tendo comprovado que algumas das aprendizagens são acolhidas, verificando-se, no entanto, a exigência de continuar e reforçar essa prática.

Uma das soluções encontradas para reforçar o desiderato assumido, consistiu na constituição recente de Comunidades de Conhecimentos e de Práticas (a consolidar ainda em 2024), estruturas flexíveis através das quais se proporciona aos membros a possibilidade de partilharem a informação que considerem pertinente e auferirem a oportunidade de colocar as suas dúvidas e dificuldades.

Referências

- ALMEIDA, L.L.; ARAÚJO, M.A. M. & GUERREIRO, M. R. (2012). “Extensão Universitária no Ensino Superior: o Diferencial na Qualidade Acadêmica”. Livro de Atas da 2.^a Conferência Por um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. *Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*-FORGES, Instituto Politécnico de Macau, 6,7 e 8 novembro de 2012.
- BALTAZAR, M. S. & SANTOS, M. O. (2023). “Metodologías para apoyar la implementación, en el municipio de Évora (Portugal), de políticas de prevención y protección social

- dirigidas a las Personas Sin Hogar: una experiencia de investigación-acción colaborativa entre la sociedad civil y la universidad". *Cuadernos de Gobierno y Administración Pública*, 10(1), e87550. ISSN: e-2341-4839 / DOI <https://dx.doi.org/10.5209/cgap.87550>".
- BERNARDES, M. A., PELARIN, A., & SILVA, L. D. (2014). "Indicadores e parâmetros para a estrutura da extensão universitária em uma IES". In João Gremmelmaier Candido e Luciane Duarte da Silva (org). *Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- BOVO, J. M. (1999). *Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços*. São Paulo: Editora da UNESP.
- CRESWELL, J. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso.
- GUERRA, I. (2003). "Polêmicas e modelos para uma sociologia de intervenção", em *Cadernos de Estudos Africanos*, 4 (jun), pp. 71-84.
- JAIN, N. (2023, junho 21). *O que é pesquisa qualitativa? Definição, tipos, exemplos, métodos e práticas recomendadas*. IdeaScale.
- LEI N.º 108/88, de 24 de setembro da Assembleia da República: Define a autonomia das universidades. *Diário da República* n.º 222/1988, Série I de 1988-09-24, páginas 3914 – 3919.
- MARTINELLI, M. L. (2003). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. Cortez.
- MINAYO, M. & COSTA, A. (2018). "Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa". *Revista Lusófona de Educação*, 40, pp. 139-153
- MORIN, E. (2011). *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. Cortez./DF: UNESCO,
- PEREIRA DOS SANTOS, M. (2012). Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. *Revista Conexão UEPG*, vol. 8 (2), pp. 154-163
- PIRES DA SILVA, W. (2020). "Extensão Universitária: Um conceito em Construção". *Revista Extensão & Sociedade*, 11(2).
- SANTOS, M. (2012). "Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior". *Revista Conexão UEPG*, vol. 8, núm. 2, pp. 154-163
- SANTOS, M.O. & BALTAZAR, M.S. (2017). "O papel de sociólogos em projetos de intervenção social: a experiência de docentes e investigadores da Universidade de Évora ao longo de vinte anos". *Sociologia ONLINE*, 14, pp.15-28. DOI:10.30553/sociologiaonline.2017.14.1
- SILVA, B. C. & FERREIRA, S. (2015). "Tecnologias sociais no modelo de extensão universitária em Portugal: a emergência das incubadoras sociais". In Gisela Maria Bester, Hermes Augusto Costa, Gloriete Marques Alves Hilário (coord.), *Ensaio de Direito e de Sociologia a Partir do Brasil e de Portugal: Movimentos, Direitos e Instituições*, Instituto Memória.

REVISITANDO O TEMA DA REGIONALIZAÇÃO (DESTA VEZ) NA PERSPETIVA DO TURISMO

Mónica Morais de Brito*

Considerações preliminares

A presente reflexão tem, obrigatoriamente, de ser antecedida por uma nota preliminar, escrita na primeira pessoa, e que justifica a sua existência. Em 1997 terminei a minha licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora, com a defesa em provas públicas de um trabalho de fim de curso, à época exigido pelo plano de estudos em vigor, subordinado ao tema “Regionalização: uma análise crítica de um projeto polémico – a especificidade do Alentejo”.

Passadas, entretanto, quase três décadas, pelo percurso académico e profissional que tenho vindo a trilhar, e atentos os desenvolvimentos havidos em Portugal neste setor nos últimos anos, considero oportuno visitar o tema, desta vez na perspetiva do turismo.

No turismo, a complementaridade entre territórios, entre produtos e entre atividades correlacionadas é determinante para a competitividade de um determinado destino. Ao visitante interessa uma oferta diversificada e diferenciada, que permita experiências memoráveis e de qualidade, sendo-lhe completamente indiferentes os limites administrativos do território assim como quem gere a atividade turística.

Num país como Portugal, em que a competitividade turística é determinada por uma conjugação de fatores tangíveis e intangíveis, é fundamental a articulação entre os territórios, os seus recursos e os seus *players*,

* Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS); Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Email: mbmb@uevora.pt

devendo o planeamento turístico ser feito numa lógica integrada e o desenvolvimento turístico assentar em projetos colaborativos, norteados por conceitos como o de “coopetição”.

De facto, Portugal tem vindo, paulatinamente, a revelar-se mais competitivo no mercado internacional, porque concentra num território de reduzidas dimensões, e com um clima ameno, uma oferta diversificada, passível de ser “consumida” num curto período, mesclada por fatores positivamente diferenciadores como a hospitalidade e a segurança. Trata-se de uma fórmula que tem vindo a revelar-se de grande sucesso, mas que só é possível implementar quando se entende o território como um todo, o que leva a questionar se lógicas político-administrativas pautadas por valores fragmentários não colocarão em causa o caminho já percorrido.

Por outro lado, um dos grandes objetivos políticos e estratégicos do Turismo é a atração de procura internacional, porque impacta diretamente nas exportações e, consequentemente, no equilíbrio da balança comercial. A sua concretização pode ser condicionada pela escala, pois a internacionalização dos territórios pressupõe uma oferta que seja competitiva junto dos mercados-alvo internacionais, algo que decorre de lógicas integradas e integradoras de planeamento e desenvolvimento turístico. Atendendo a que, de acordo com a Conta Satélite do Turismo de 2022, do Instituto Nacional de Estatística (INE), o consumo turístico representa 15,8% do PIB em Portugal (TdP, 2023), e que o número de chegadas de turistas não residentes a Portugal atingiu 26,5 milhões em 2023 (INE, 2024) – correspondendo a um acréscimo de 19,2% face a 2022 (+7,7% do que em 2019) – é pertinente refletir-se, também numa perspetiva académica, sobre este assunto.

No entanto, a divisão administrativa de Portugal na perspetiva do Turismo tem obedecido, desde sempre, a uma lógica regional, sem prejuízo da existência de uma política integrada, de cariz nacional, sempre que necessário, nomeadamente no que respeita à sua internacionalização.

Sem menosprezar o percurso já feito neste domínio, pretende-se, no presente trabalho, olhar para a organização político-administrativa do Turismo a seguir ao 25 de Abril de 1974, e para os instrumentos de orientação estratégica que têm norteados o seu desenvolvimento, questionando se este não é um setor onde impera o modelo da regionalização, aquele que no referendo de 1998 não granjeou o apoio da população portuguesa.

Uma última nota sobre o muito e relevante trabalho que, nos últimos anos, tem sido desenvolvido, nomeadamente ao nível da cultura e das mentalidades individuais e coletivas, no sentido de implementar no Turismo políticas e práticas colaborativas e integradas, na certeza de que estas são fundamentais para afirmar Portugal como destino turístico de interesse global. Qualquer modelo político-administrativo que permita dar continuidade – ou mesmo reforçar – os resultados alcançados nestes domínios, assumir-se-á como uma vantagem competitiva para o turismo nacional.

A organização político-administrativa do Turismo após o 25 de Abril de 1974

Na perspectiva de Beni (1998), o sistema turístico (SISTUR) é aberto, estabelecendo continuamente relações dialéticas de conflito e cooperação com o meio circundante. O ambiente do SISTUR é constituído pelos subsistemas ecológico, económico, social e cultural, que interagem numa movimentação constante em busca do equilíbrio homeostático. A administração do SISTUR compreende a criação de planos que envolvem os objetivos globais e assegura uma execução fiel à sua conceção. Constitui o único meio para identificar e explicar as incoerências entre os subsistemas e o sistema global, e determinar procedimentos de correção que possibilitem o retorno ao equilíbrio, otimizando as relações entre funções e operadores.

A contextualização administrativa do Turismo no âmbito da orgânica do Estado reflete a postura do executivo governamental face a esta atividade. Um dos principais entraves ao desenvolvimento da atividade turística é a dificuldade de definir o seu posicionamento na administração pública e, embora na maioria dos países, o Turismo se situe no âmbito do setor económico, nem sempre isso acontece. A relativa indefinição quanto à contextualização administrativa do Turismo, conducente, em alguns casos, à sua rotatividade da respetiva tutela ministerial, pode estar relacionada com o facto de este constituir um meio eficaz para alcançar objetivos de diferentes campos de atividade.

Na realidade, o Turismo pode ser rentabilizado para alcançar objetivos económicos (desenvolvimento nacional e regional); para gerar empregos, redistribuir os rendimentos, e viabilizar o descanso e o lazer dos

trabalhadores (campo social); ampliar o conhecimento sobre os factos históricos e culturais (campo cultural); e, por último, mas não menos significativo, para promoção da integração nacional, salvaguarda da segurança nacional, e projecção da imagem do país (campo político) (Beni, 1998).

A própria Organização Mundial de Turismo (OMT) tem, ao longo do tempo, e consoante a evolução do setor e as fragilidades detetadas, alterado a sua posição face a esta temática. No entanto, apesar destas flutuações e da diversidade de situações detetadas nos diversos países, o lugar do Turismo na estrutura administrativa do Estado depende, em definitivo, da orientação que o Governo de cada país lhe der. Logicamente, e como atesta a experiência, a mudança de Governo implica, regra geral, algumas alterações ao nível da Política de Turismo e também na sua posição hierárquica e subordinação administrativa. Tal provoca alterações na organização institucional do setor, que compreende a estrutura orgânico-funcional do órgão nacional com tutela sobre o Turismo, isto é, com competência sobre a atividade e a produção normativa, que orienta as iniciativas, públicas e privadas, para o desenvolvimento equilibrado da atividade turística nacional (Beni, 1998).

A análise do caso português exemplifica as tendências de flutuação que imperam na contextualização administrativa do turismo, reflexo da relevância que lhe é conferida e dos objetivos a que é associado. Como se pode verificar na Figura I, o seu enquadramento num Ministério próprio (tutela única) só aconteceu no XVI Governo Constitucional, que entrou em funções em 2004, tendo, nos restantes executivos, sido remetido para uma secretaria de estado, ou mesmo para uma subsecretaria de estado no âmbito dos ministérios ligados ao Comércio ou à Economia, ou ainda diretamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros, casos dos VIII e X Governos Constitucionais).

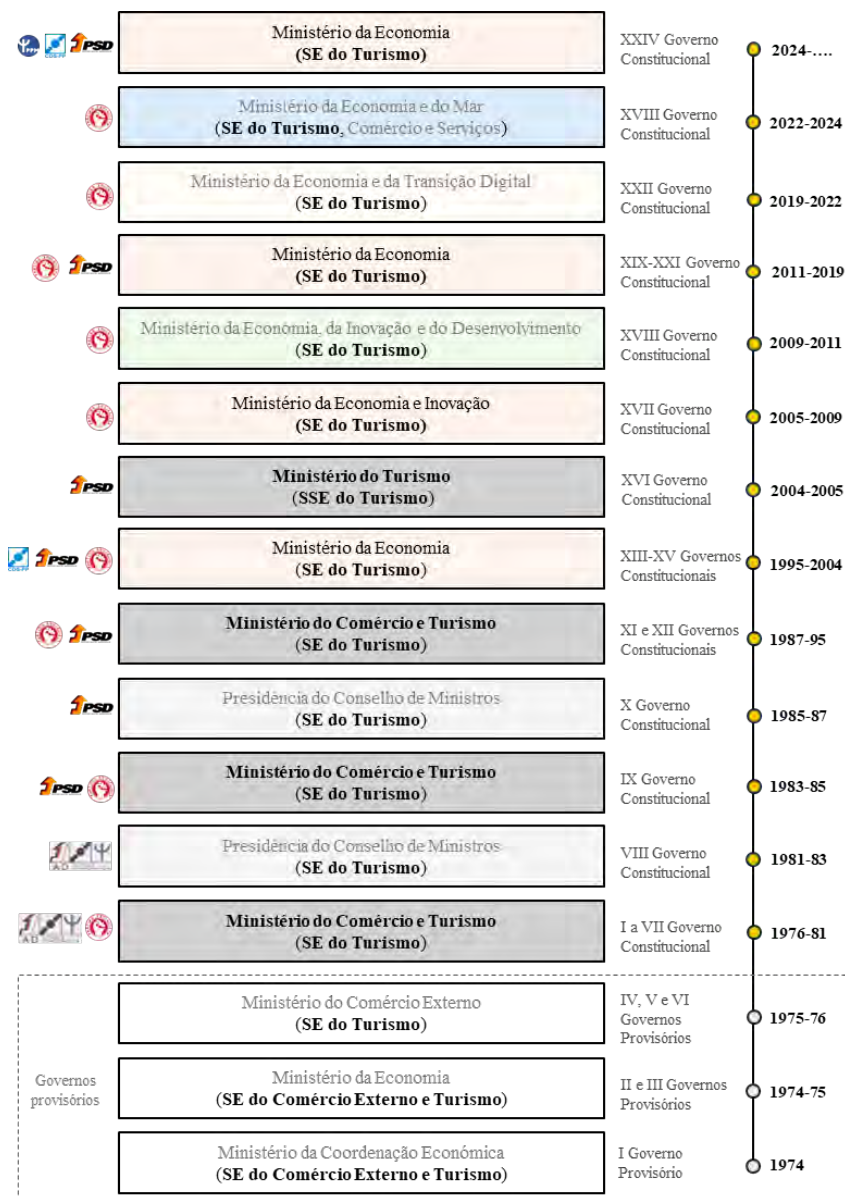


Figura 1. O Turismo na orgânica dos Governos portugueses após o 25 de Abril de 1974

Fonte: Elaboração própria com base em <http://www.portugal.gov.pt>, 2024

Se olharmos para esta organização de um ponto de vista das forças políticas com presença nos respetivos Governos, podemos verificar que, entre 1976 e 1981, houve um Ministério do Comércio e Turismo que foi criado com o primeiro Governo de Mário Soares (do partido Socialista-PS), mas que se manteve com a mesma identificação quando a Aliança Democrática (AD) esteve no poder, isto é, até 1983. Mesmo depois disto, o PS e a AD continuaram a apostar nesta tutela partilhada do Comércio e Turismo nos IX, XI e XII Governos Constitucionais. A partir daí, deu-se início a um novo ciclo em que a Economia prevaleceu como nome único deste ministério, embora, nalguns casos, partilhando-o com outras áreas da governação que foram surgindo até à atualidade, nomeadamente a Inovação e o Desenvolvimento (caso dos XVII e XVIII Governos, ambos liderados por José Sócrates). A partir daí regressou-se à fórmula anterior de tutela única (Ministério da Economia) até 2019, altura em que, com o XXII Governo Constitucional de António Costa, se acrescentou a Transição Digital. Antes de voltar a Ministério da Economia (tutela única) com o atual Governo de Luís Montenegro (PSD), em coligação com o CDS-PP e o PPM, passou ainda por uma legislatura de partilha do nome com a área emergente do Mar, que perdeu a tutela única assumida no Governo anterior.

Mesmo com todas as modalidades definidas pelas forças políticas em funções governativas em cada momento, há a ressaltar o facto deste cada vez mais relevante setor da Economia ter sido sempre objeto de uma tutela própria em todos os governos após o 25 de Abril de 1974, o que reflete a sua importância socioeconómica e a perceção da sua natureza estratégica para o desenvolvimento do País.

Após este enquadramento nacional, e sendo a temática norteadora desta reflexão a regionalização, importa analisar a perspetiva regional, olhando para evolução das Regiões de Turismo e da sua respetiva gestão. Ainda que esta viagem, em termos temporais, se inicie logo após o 25 de Abril de 1974, é de salientar que o primeiro diploma que disciplinou o Turismo em Portugal data de 1956 (Lei n.º 2082/1956, de 4 de junho), que criou as Regiões de Turismo enquanto primeiros órgãos de Turismo com jurisdição supramunicipal, então administradas por Comissões Regionais de Turismo. No entanto, o Estado Novo já tinha criado, na década anterior, as Zonas de Turismo (Comissões Municipais e Juntas de Turismo), presentes no Código Administrativo de 1940.

As Comissões Regionais de Turismo, antecessoras das atuais Entidades Regionais de Turismo, possuíam um modelo que permitia que a sua criação decorresse por iniciativa do Governo, ou de uma proposta conjunta de todas ou de algumas Câmaras Municipais ou Juntas de Turismo interessadas. Possuíam autonomia administrativa e financeira, mas não dispunham de personalidade jurídica nem podiam ser titulares de património próprio. Constituíam um órgão local do próprio Estado e não uma pessoa jurídica distinta deste, como sucedeu em configuração posterior (Machado, 2010).

Após o 25 de Abril de 1974, assistiu-se a progressivas alterações ao nível da delimitação geográfica das regiões turísticas e da sua gestão. Este percurso evolutivo encontra-se graficamente representado no Quadro 1.

Quadro 1. As regiões de turismo e a sua gestão após o 25 de Abril de 1974

Diploma	Área geográfica	Entidade Gestora
Lei n.º 33/2013, de 16 de maio	Cinco áreas regionais de turismo coincidentes com as NUT's II:	Entidade Regional de Turismo
	• Norte	
	• Centro	
	• Lisboa	
	• Alentejo	
	• Algarve	
Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril	Cinco áreas regionais de turismo coincidentes com as NUT's II:	Entidade Regional de Turismo
	• Norte	
	• Centro	
	• Lisboa e Vale do Tejo	
	• Alentejo	
	• Algarve	
	Seis polos de desenvolvimento turístico:	
	• Douro	
	• Serra da Estrela	
	• Leiria-Fátima,	
	• Oeste	
	• Litoral alentejano	
	• Alqueva	

Diploma	Área geográfica	Entidade Gestora
Decreto-Lei 287/91, de 9 de agosto	• Região de Turismo dos Templários	Decreto-lei 195/92, de 8 de setembro
	• Região de Turismo de Évora	Decreto-lei 73/93, de 10 de março
	• Região de Turismo de Leiria (Rota do Sol)	Decreto-lei 156/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo de São Mamede	Decreto-lei 159/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo da Serra da Estrela	Decreto-lei 263/93, de 24 de julho
	• Região de Turismo do Alto Tâmega	Decreto-lei 153/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo da Serra do Marão	Decreto-lei 77/93, de 12 de março
	• Região de Turismo do Algarve	Decreto-lei 161/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo do Ribatejo	Decreto-lei 157/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo do Oeste	Decreto-lei 262/93, de 24 de julho
	• Região de Turismo Dão-Lafões	Decreto-lei 78/93, de 12 de março
	• Região de Turismo da Planície Dourada	Decreto-lei 160/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo do Douro Sul	Decreto-lei 154/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo Rota da Luz	Decreto-lei 155/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo de Setúbal (Costa Azul)	Decreto-lei 158/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo de Verde Minho (Costa Verde)	Decreto-lei 152/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo do Alto Minho	Decreto-lei 81/93, de 15 de março
	• Região de Turismo do Centro	Decreto-lei 82/93, de 15 de março
	• Região de Turismo do Nordeste Transmontano	Decreto-lei 151/93, de 6 de maio
	• Região de Turismo dos Templários	Decreto-lei 195/92, de 8 de setembro
		Região de Turismo

Diploma	Área geográfica	Entidade Gestora
Decreto-Lei n.º 327/82, de 16 de agosto	• Região de Turismo do Algarve	Portaria n.º 471/83, de 22 de abril
	• Região de Turismo do Douro Sul	Portaria n.º 261/83, de 8 de março
	• Região de Turismo da Serra da Estrela	Portaria n.º 297/83, de 22 de março
	• Região de Turismo do Alto Tâmega	Portaria n.º 155/83, de 18 de fevereiro
	• Região de Turismo da Serra do Marão	Portaria n.º 428/83, de 14 de abril
	• Região de Turismo do Oeste	Portaria n.º 272/83, de 10 de março
	• Região de Turismo do Nordeste Transmontano	Portaria n.º 237/83, de 3 de março
	• Região de Turismo de Dão-Lafões	Portaria n.º 153/86, de 21 de abril
	• Região de Turismo do Centro	Portaria n.º 1039/82, de 13 de novembro Portaria n.º 172/83, de 1 de março
	• Região de Turismo de São Mamede (Alto Alentejo)	Portaria n.º 296/83, de 22 de março
	• Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde)	Portaria n.º 34/83, de 12 de janeiro
	• Região de Turismo do Verde Minho (Costa Verde)	Portaria n.º 924/84, de 17 de dezembro
	• Região de Turismo de Setúbal (Costa Azul)	Portaria n.º 246/83, de 4 de março Portaria n.º 251/85, de 4 de maio
	• Região de Turismo do Ribatejo	Portaria n.º 432/85, de 6 de julho
	• Região de Turismo da Rota da Luz	Portaria n.º 423/85, de 5 de julho
	• Região de Turismo dos Templários (floresta central e albufeiras)	Portaria n.º 373/85, de 18 de junho
	• Região de Turismo de Évora	Portaria n.º 49/90, de 19 de janeiro

Região de Turismo

Fonte: Elaboração própria

A Política de Turismo é outro dos vetores fundamentais do SISTUR e uma forte condicionante do planeamento turístico. Ao Governo compete a orientação da Política de Turismo, coordenando as iniciativas e adaptando-as às reais necessidades de desenvolvimento económico e social do País. Cabe também ao Governo, através dos seus órgãos e entidades com atuação específica no setor, coordenar todos os planos e programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo o desenvolvimento harmonioso da atividade turística nacional. A sua actuação também se

estende à concessão de incentivos fiscais e financeiros aos empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse turístico (Beni, 1998).

O estudo da Política de Turismo tem de ser contextualizado no âmbito da realidade de cada país, embora existam fortes semelhanças no que concerne à existência de um sistema misto de mercado, em que ao lado do Estado subsistem outros centros de decisão constituídos por organizações privadas e associações de classe, nacionais e internacionais, que interferem decisivamente no SISTUR (Beni, 1998).

A análise da Política de Turismo seguida pelos Governos portugueses após o 25 de Abril de 1974, revela alguns marcos importantes, cujos reflexos se estendem até à atualidade, na forma original ou em versões mais adaptadas, quer à evolução administrativa, quer ao crescimento do setor turístico.

A atuação dos sucessivos Governos, provisórios e constitucionais, revela o reconhecimento das potencialidades turísticas do País e dos seus possíveis impactes, sobretudo ao nível económico. Os últimos Governos, na senda da sustentabilidade, universalmente defendida sobretudo nas duas últimas décadas, têm definido linhas programáticas direcionadas para a rentabilização económica e social da atividade e para a prevenção dos seus impactes negativos, nomeadamente ao nível ambiental.

Na atualidade, a estratégia de implementação da Política Nacional de Turismo, contempla a criação de instrumentos de apoio ao investimento, mas também procedimentos decorrentes do planeamento integrado, que corporizam ações consequentes e articuladas ao nível das várias regiões do País, no sentido do desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Análise diacrónica do planeamento turístico no período pós 25 de Abril de 1974

O desenvolvimento sustentável do Turismo é uma das incumbências do Estado que, através de mecanismos de controlo e promoção, intervém, direta e indiretamente, no setor. A Política de Turismo, definida para traçar o rumo do desenvolvimento, é materializada através do planeamento. Por conseguinte, a ação do Estado é exercida, em primeiro lugar, pela política e, de seguida, sequencial e concomitantemente, pelos programas integrados no planeamento.

Do ponto de vista governamental, o planejamento consiste, no seu sentido mais lato, num processo que estabelece objetivos, define linhas de ação, planos detalhados e imputa recursos, com vista à sua prossecução. Esta definição, pela sua abrangência, sintetiza as principais noções e conceitos sobre planejamento na área da administração pública (Beni, 1998). Trata-se de processo contínuo, permanente e dinâmico, que mantém o SISTUR continuamente ativo, porque conta com uma perene realimentação, alicerçada na sua enorme interdependência e na interação dos elementos que a constituem. O planejamento ao nível nacional constitui uma clara competência do órgão nacional de Turismo que, através da formulação e execução de planos de desenvolvimento, promove e realiza o crescimento da atividade para atingir os objetivos nacionais.

A indefinição ou a formulação deficiente de uma Política Nacional de Turismo conduz à inadequação do Plano Nacional de Turismo, enquanto seu instrumento de execução. A ausência deste último inviabiliza a rentabilização dos recursos infraestruturais de apoio à atividade turística nos polos de atração turística, provocando: ausência de estratégias para a correta preservação, conservação e utilização do património natural e cultural; implantação desordenada de equipamento e serviços em áreas com vocação turística em dissonância com as características socioeconómicas do fluxo interno; e tentativas infrutíferas de conquista de fluxo turístico internacional, devido a um planejamento inadequado de roteiros de viagens aos polos turísticos nacionais e deficiente aplicação da estratégia de *marketing*.

Perante este conjunto de consequências nefastas, é evidente a necessidade de delinear diretrizes básicas de uma política de desenvolvimento para o Turismo, de natureza económica, social cultural e ambiental, de âmbito nacional. Por conseguinte, trata-se de definir um Plano de Desenvolvimento Turístico de âmbito nacional e regional, com o intuito de coordenar o desenvolvimento do setor turístico, evitando os erros do passado, resultantes de carências de ordem teórica e institucional (Beni, 1998).

Os impactes negativos do Turismo não devem ser imputados aos empreendedores privados, mas sobretudo ao setor público ligado ao turismo, responsável pela produção normativa, pelo planejamento e pela avaliação e controle da sua própria atuação e da atuação do setor privado. De acordo com Beni (1998), o Turismo é uma atividade que

requer a intervenção proeminente do Estado pelo que representa nas suas características fundamentais. Do ponto de vista económico, o Turismo representa uma atividade plurisectorial que necessita de coordenação e de planeamento no seu desenvolvimento, que só podem ser levados a cabo pelo poder público. Uma outra característica é a sua relevante implicação social e cultural que não pode e não deve interessar unicamente ao empreendedor, mas, sobretudo, ao Governo, entidade defensora do interesse da coletividade.

Neste contexto, o Estado, através da sua Política de Turismo, atua ao nível do planeamento turístico, assumindo a responsabilidade de zelar pelo planeamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento das infraestruturas básicas que proporcionarão o bem-estar à população residente e aos turistas. Para além disso, é responsável pela proteção e conservação do património ambiental (natural, psicossocial e cultural), e pela criação de condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nos destinos, necessários à satisfação dos desejos e das necessidades dos turistas e que, na maioria das situações, se encontram a cargo de empresas privadas (Ruschmann, 1999).

A determinação de prioridades, a criação de normas e a administração dos recursos e dos financiamentos, constituem funções dos organismos estatais ligados ao Turismo, no âmbito das diretivas fornecidas pelo Governo (Beni, 1998). A exploração dos empreendimentos turísticos deverá ser da responsabilidade da iniciativa privada, mas a ação do Estado é fundamental na planificação e construção de equipamentos e serviços de apoio à atividade turística e na construção da imagem dos próprios destinos.

Costa (2001) refere, no âmbito da emergência de um novo paradigma para o planeamento turístico, o papel fulcral dos organismos estatais ligados ao setor turístico na construção da imagem de cada destino, através de ações de *marketing* e publicidade, dificilmente alcançáveis pela intervenção isolada e individual de cada empresário. Esta ação assume um maior relevo no contexto da grande competitividade que está a instalar-se no setor turístico, e face ao reduzido número de empresários que reúnem condições para sobreviverem perante a emergência de grandes operadores turísticos e de clientes cada vez mais informados e exigentes.

Os planos de âmbito nacional, na sua conceção e coordenação, são da incumbência do Governo, enquanto aos organismos regionais e locais, com o apoio daquele, cabe a conceção dos programas e a execução dos projetos

regionais e locais. Da mesma forma, e com idêntico apoio, compete a estes últimos a iniciativa da criação e das melhorias das infraestruturas e equipamentos necessários ao uso público das áreas de interesse turístico. Os programas, os projetos e as atividades, de âmbito internacional, nacional e regional, após a sua avaliação, deverão ser integrados num Plano Nacional de Turismo, de duração plurianual, embora passível de revisões parciais com carácter periódico. O Plano Nacional de Turismo orientará a atribuição de recursos e quantificará as metas a alcançar (Beni, 1998).

As novas tendências emergentes no campo do planeamento turístico defendem o envolvimento de todos os *stakeholders* numa ótica de participação, mas sobretudo de responsabilização pela execução e pelas consequências da implementação dos vários planos. Por outro lado, também o entrosamento com os restantes planos definidos para a mesma área geográfica é apontado como um fator de sucesso para os planos turísticos, na medida em que o desenvolvimento turístico pressupõe a qualidade de vida promovida pela operacionalização dos planos socioeconómicos.

Muitas localidades procuram no turismo a solução para a promoção da sua qualidade de vida, no entanto, entende-se que o Turismo é causa e consequência dessa mesma qualidade de vida, na medida em que esta constitui também um atrativo turístico, um pré-requisito para o sucesso do Turismo. Ruschmann (1999), perante esta relação circular, defende que o êxito do planeamento turístico passa também pela sua integração com os outros planos (sociais, económicos, físicos) definidos para o contexto-alvo, cabendo aos organismos estatais a sua promoção. A esta interligação entre planos geograficamente coincidentes, acresce a necessidade de coerência e de articulação entre os planos nacionais, regionais e locais, num encadeamento de objetivos que permita a rentabilização dos recursos. Este conjunto de pré-requisitos só é verificável no âmbito de um sistema turístico cuja estrutura organizacional permita o funcionamento integrado dos diversos sistemas e subsistemas, estimulando o fluxo comunicacional e orquestrando ações sintonizadas em ordem a objetivos comuns.

O planeamento do Turismo a longo prazo (estratégico) pode, eventualmente, conduzir a situações de flagrante incoerência. Com efeito, existe uma panóplia de objetivos estratégicos que os Governos definem que entram em contradição interna e também com a Política de Turismo. Perante a relação hierárquica entre objetivos gerais (estratégicos), específicos e

medidas de ação, neste contexto de incongruência, dificilmente se reúnem as condições para alcançar as finalidades básicas da Política de Turismo.

A desarticulação também pode ser protagonizada pela iniciativa privada. Existem empreendimentos privados, alguns até estimulados e financiados pelo Estado, que não se enquadram na política estratégica de desenvolvimento regional, nem no planeamento sustentável do Turismo. Face a esta situação é fundamental, na atual conjuntura socioeconómica nacional e mundial, promover uma cooperação eficaz entre o Estado e a iniciativa privada.

O planeamento formal do Turismo por parte do Estado é relativamente recente, datando dos fins da década de 1940. A França (Primeiro Plano Quinquenal do Equipamento Turístico para o período de 1948 a 1952), e posteriormente a Espanha (Anteprojecto do Plano Nacional de Turismo, em 1952) foram os países pioneiros neste caminho. No entanto, apesar destas manifestações de planeamento por parte do Estado, foi somente na década de 60 do século XX que a atividade começou a generalizar-se, quando a maioria dos países europeus com vocação turística começou a elaborar os seus primeiros planos nacionais de desenvolvimento do turismo, e começaram a ser formulados os primeiros planos turísticos de âmbito regional.

Apesar de, como supramencionado, o Turismo ter sido objeto de regulamentação desde muito cedo em Portugal, o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) surge apenas na década de 1980. Sendo verdade que este foi o primeiro plano estratégico para o Turismo português, nas décadas anteriores já constavam nos Planos de Fomento medidas dedicadas ao Turismo (Sá, 2022). A Figura 2 representa graficamente a evolução dos documentos de orientação estratégica (DOE), de âmbito nacional, que vigoraram desde o 25 de Abril de 1974 até à atualidade. A estes acrescem alguns de carácter temático, que vigoraram ou vigoram em simultâneo, podendo citar-se a título de exemplo o Plano para o Turismo + Sustentável 20-23 (Turismo de Portugal, 2021) e também o enquadramento do Turismo em DOE's de âmbito global e em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

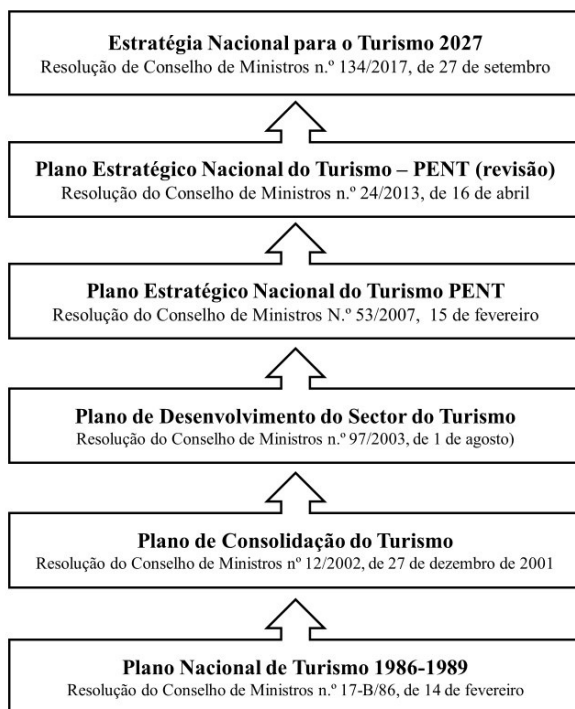


Figura 2. DOE para o Turismo no período pós 25 de Abril de 1974 – âmbito nacional

Fonte: Elaboração própria

Retomando a respetiva regional, deve referir-se que a estes DOE's de âmbito nacional foram crescendo, ao longo do tempo, inúmeros outros de âmbito regional e municipal, da autoria, essencialmente, das Entidades Regionais de Turismo e das Câmaras Municipais. Na relação entre os documentos de diferentes âmbitos territoriais, verifica-se uma tendência para a coerência entre objetivos ao nível macro, o que não elimina a possibilidade de contradições noutras escalas ou dimensões, prevalecendo, sempre que tal se verifique, as orientações que apresentem um caráter mais restritivo (Brito, 2015).

No que respeita aos IGT's, o Turismo, pela sua relevância socioeconómica, mas também pelos impactos decorrentes do seu acelerado crescimento, é uma presença constante nestes documentos, quer seja o seu âmbito nacional – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro), ou regional – nos Planos

Regionais de Ordenamento do Território (PROT), ou ainda municipal – Planos Diretores Municipais (PDM).

Ainda dentro desta perspetiva regional da gestão do Turismo, devemos mencionar as medidas levadas a cabo pelo XXI Governo Constitucional, no âmbito da desconcentração/descentralização de competências do poder central, através da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na qual se “estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”. No quadro das novas competências dos órgãos das entidades intermunicipais, ficou estatuído que passa a ser da competência dos órgãos das entidades intermunicipais “o desenvolvimento da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo”. A regulamentação desta Lei no âmbito do Turismo, operou-se através do Decreto-lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, que “concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo”.

Nota conclusiva

A organização político-administrativa do Turismo em Portugal tem, ao longo do tempo, assentado num modelo de regionalização, ainda que este não seja consensual quando se fala do todo da realidade nacional. Ainda que a presente reflexão recaia sobre o período iniciado em 1974, é importante recuar no tempo e constatar que a descentralização no Turismo começou, na verdade, em 1921 com a criação das Comissões de Iniciativa (Lei n.º 1.152), cuja regulamentação, passados três anos, configurou um verdadeiro processo de descentralização, na medida em que as comissões criadas passaram a ter muitas das competências que pertenciam aos serviços centrais. Apesar do seu percurso atribulado, estas estruturas estiveram na origem de toda a organização local e regional do Turismo, e a sua criação e posterior desenvolvimento, foi o mais significativo processo de descentralização e de autonomização em relação ao poder central levado a efeito em toda a história do Turismo e não encontra paralelo em relação a qualquer outra atividade económica (Cunha, 2010).

Volvidos que estão 50 anos sobre o 25 de abril de 1974, um olhar analítico e reflexivo sobre o enquadramento político-administrativo do Turismo, e sobre o planeamento do desenvolvimento turístico em Portugal, permite constatar que o Turismo continua a ser um setor “regionalizado”, sem prejuízo de haver uma estratégia nacional de suporte cujas orientações enquadram as políticas e práticas de natureza regional. Este modelo, podendo ser benéfico pelo tratamento diferenciado que as especificidades de cada região exigem, não deixa de ser questionável quando é necessário ganhar escala com vista à afirmação no mercado internacional. Se na perspectiva do mercado interno, faz sentido que as regiões e até os municípios se afirmem *per si*, na atração de visitantes internacionais, tão desejados quanto contribuem para o aumento das exportações e para o equilíbrio da balança comercial, esta lógica espartilhada pode comprometer a eficiência e a eficácia. Estas duas abordagens seriam, eventualmente, possíveis de compatibilizar se houvesse a capacidade e o desprendimento, por parte dos titulares dos diferentes órgãos de governação e de gestão, para competirem no mercado nacional e cooperarem no mercado internacional, a já mencionada “coopetição”.

Ainda que, teoricamente, este seja o modelo vigente, presidido pelo Turismo de Portugal, IP, a prática revela-se bastante diferente. Cite-se, a título de exemplo, a representação em certames internacionais, em que as lógicas e os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos, configurando uma utilização redundante de recursos, que tende a ser pouco eficiente.

No Turismo, tal como em todas as atividades económicas, o planeamento, a gestão administrativo-estratégica e a aplicação de medidas para a prossecução dos objetivos definidos, exigem a instituição de uma estrutura organizacional eficiente e adequada, incumbida de coordenar e articular a atuação dos órgãos a ele vinculados direta ou indiretamente (Beni, 1998). Em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974 têm sido implementados diferentes modelos, ditados pela alternância governativa e não pelo resultado da avaliação dos modelos precedentes, diminuindo-se, desta forma, as probabilidades de alcançar o modelo mais adequado à realidade do País.

Por último, há a referir que, apesar da aparente linearidade da relação entre a preservação dos recursos e a continuidade da atividade turística, o planeamento é um ato técnico, enquadrado temporalmente numa

determinada conjuntura política, ideológica e administrativa, que condiciona a sua conceção e operacionalização. A atividade turística, face à sua larga dependência de recursos limitados e não renováveis, exige um projeto de continuidade que ultrapasse os ciclos governamentais e que garanta a sua sustentabilidade a longo prazo. Um projeto que garanta a articulação entre os planos nacionais e regionais e a coerência entre as medidas preconizadas pelas entidades públicas e privadas e a Política Nacional de Turismo. O envolvimento de todos os atores, a articulação inter-regional e intersectorial, a definição de medidas, a hierarquização de prioridades e a imputação de recursos constituem fases, no âmbito das novas tendências, de um processo estratégico de planeamento e desenvolvimento turístico, direcionado para a promoção do Turismo sustentável.

Referências

- BENI, M. C. (1998), *Análise Estrutural do Turismo*. São Paul, Senac. ISBN: 9788573596007
- BRITO, M. (2015), *Percursos de sustentabilidade: políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento turístico no Município de Sines*. Paris, Nota de Rodapé. ISBN 978-989-20-6002-6.
- BRITO, M. (1997), *Regionalização – análise crítica de um projeto polémico*. Trabalho de fim de curso (Tese de Licenciatura não publicada). Universidade de Évora, Évora.
- CARNEIRO, M.J; Silva, D.S.; Brandão, V. & Figueiredo, E. (2015). Da Regulamentação à Promoção – o rural nos planos nacionais de turismo (1985-2011). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, n.º 53 (Suppl1). <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790053s01001>.
- COSTA, C. (2001), *An emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative analysis Between Town and Tourism Planning*. *International Journal of Tourism Research*, n.º 3, pp. 425-441.
- CUNHA, L. (2010), *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios*. *Fluxos e Riscos*, n.º 1, pp. 127-149.
- INE, (2024). *Estatísticas do Turismo 2023*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=646074543&DESTAQUESmodo=2. Acedido a 11 de julho de 2024.
- INE, (2022). *Conta Satélite do Turismo*
- TURISMO DE PORTUGAL (2023), *Conta Satélite do Turismo*. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/conta-satelite-do-turismo-2022>. Acedido a 11 julho 2024

- MACHADO, V. M. (2010). *Direito e Turismo como instrumentos de poder: os territórios turísticos*. Editorial Novembro. ISBN 978-989-8136-46-6
- RUSCHMANN, D. (1999), *Turismo e Planejamento Sustentável. A protecção do meio ambiente* (4ª ed.), Campinas, Papirus. ISBN 85-308-0439-2
- TURISMO DE PORTUGAL, (2021). *Plano para o Turismo + Sustentável 20-23*. <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sustentabilidade/plano-turismo-mais-sustentavel-20-23-pt-jun-2021.pdf>. Acedido a 8 de julho de 2024.
- SÁ, V. (2022). Um século de regionalização turística: dinâmicas de gestão regional do turismo português. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, n.º 16, e-2666. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2666>

ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA AO ESTUDO SOBRE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Filipa Alvim*

Uma Introdução à Antropologia e Cultura

A Antropologia estuda costumes, comportamentos, crenças, atitudes, ideias, conceitos, significados, valores, hábitos, tradições, práticas e relações sociais dentro e entre diferentes sociedades e culturas. É uma ciência humana e social, tal como a Sociologia. Pode-se afirmar que a Antropologia, irmã disciplinar da Sociologia, tem a Cultura como principal objeto de estudo. Assim sendo, a antropologia estuda a diversidade e diferença cultural entre povos distintos, quer nossos contemporâneos, quer também passados e extintos, nossos antepassados, habitantes, como outras espécies contemporâneas ou passadas, do planeta Terra. Neste momento em 2024, a ciência diz-nos que os humanos, a nossa espécie *Homo Sapiens* tem 300 000 anos de vida e somos naturais do que hoje conhecemos como o Sahara, no norte de África, o maior deserto quente atual.

A Antropologia nasceu no século XIX. O estudo do Homem, como lhe chamaram então. Sir Edward Tylor, académico inglês que viveu entre 1832-1917, foi um dos primeiros antropólogos a definir este campo disciplinar, quando publicou a obra clássica *Cultura Primitiva*, em 1871. Definiu permanentemente o conceito de Cultura como sendo o estudo de todas as normas, regras, etiquetas, morais, crenças, religiões, folclores (tal como nos diz outro autor clássico, desta vez da Escócia, Sir James Frazer

* Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). E-mail: Filipa.carvalho@uevora.pt

[1854-1941], na sua obra *O Ramo Dourado*, publicado em 1894¹⁾, mas também o estudo das histórias populares (que é outra forma muito literal de traduzir para o inglês folclore / folklore / folk lore); e ainda o estudo das leis, da coesão social e da jurisdição (tal como também dirá Émile Durkheim mais claramente em *Da divisão do trabalho social* (1893), as *Regras do método sociológico* (1895), *O suicídio* (1897) ou na sua obra de carácter mais antropológico, *As formas elementares de vida religiosa* [1912]); a economia e as trocas de bens (tal como também afirmará *Ensaio sobre a Dádiva* de Marcel Mauss); a biopolítica, a sexualidade e até a linguística (*idem* Michel Foucault, com obras monumentais como *Vigiar e Punir* [1975], *História da Sexualidade* [1976], *As Palavras e as Coisas* [1966] ou ainda numa das suas conferências intitulada “Verdade e Subjetividade” [1993]). Todos estes elementos ou estruturas (desde as regras, as etiquetas e as normas ou aquilo que chamamos “normal”, à moral, à lei, à economia, à política, à educação, à religião, aos mitos, às crenças, à biopolítica e finalmente à linguística) formam a base de qualquer sociedade, ainda que possam ter formas tão distantes e distintas das nossas próprias que, mesmo involuntariamente, o etnocentrismo revela-se pela ignorância e desconhecimento sobre o Outro cultural, ou das outras culturas.

Embora desatualizada como está, a Escola Evolucionista do século XIX teve o mérito de pensar criticamente a religião e o pensamento religioso, pondo-o em causa e gerando um antagonismo absoluto entre a ciência e a religião. Tal como Charles Darwin (1809-1882), conhecido pela sua *Origem das Espécies* publicada pela primeira vez em 1859, obra naturalista ou, como hoje lhe chamamos, biológica, também Tylor é evolucionista, mas, ao invés de Darwin, está interessado na origem e evolução da espécie humana, e

1. O *Ramo Dourado* de James Frazer é traduzido do original *The Golden Bough: A Study in comparative Religion*, um estudo sobre folclore e totemismo. De acordo com a tríade canónica da Escola Evolucionista (há sempre três etapas ou fases nos Modelos de análise dos cientistas sociais evolucionistas, talvez como provocação à Santíssima Trindade cristã [o Pai, o Filho e o Espírito Santo]), esta obra defende que a evolução do pensamento e do conhecimento humano se processou em três etapas elementares e distintas: a magia, a religião e, finalmente, a ciência. À semelhança de Lewis Morgan, outro clássico da antropologia, evolucionista, desta feita norte-americano (1818-1881), na sua principal obra *A Sociedade Primitiva*, publicada em 1971, também Frazer sustentava que a humanidade teria atravessado uma primeira fase caracterizada por um pensamento do tipo mágico (que se baseava na primeira etapa selvagem de Morgan); teria depois passado para uma fase religiosa (ou a segunda etapa da barbárie, de Morgan) e, finalmente, para uma fase de pensamento científico (ou a terceira etapa da civilização, de acordo com o Modelo aqui comparado em três etapas). A título de curiosidade, Frazer recebeu o título de Cavaleiro da Coroa Britânica em 1914.

não dos outros animais. Quer isso dizer que ambos creem que as espécies naturais – a fauna, a flora e a humanidade –, todas tiveram uma origem e foram-se desenvolvendo até ao modelo e aparência que hoje reconhecemos como sendo a fauna, a flora e a humanidade. Tylor publica a sua obra magistral, a *Cultura Primitiva* em 1871, cuja tese e definição de cultura é apresentada no primeiro parágrafo desta introdução, e é até hoje considerado um dos pais fundadores da Antropologia Cultural. Continuamos a recorrer-lhe a si e à sua obra para conselho. Hoje, todavia, o conceito de primitivo é entendido como sendo insultuoso, o que permite e até exige à cultura a criação de novas ideias que se transformam em palavras, que se transformam, por sua vez, em conceitos, significados e símbolos na linguagem chamada de corrente.

Há ainda a linguística, o estudo da forma como pensamos que gera a forma como comunicamos (seja verbal, facial ou corporalmente). Cada cultura tem a sua própria língua, descendente de uma língua antepassada, cuja forma e significados são passados de geração em geração, com palavras, sons fonéticos, expressões, formas verbais, histórias e contos. A nossa língua portuguesa tem origem no latim, tal como todas as outras línguas latinas (o espanhol, o italiano, o francês, o romeno). Dado que cada cultura tem a sua língua e linguagem verbal e histórica, existem ao mesmo tempo, agora, várias línguas que coexistem e se expressam através de sons, tons, património imaterial em forma de palavras, significados, símbolos ou signos, o que por sua vez gera diferentes formas de pensar, sentir, falar, comunicar, agir e reagir. Isso significa que cada cultura tem as suas próprias narrativas, discursos e histórias.

Cada grupo partilha uma identidade cultural. Essa identidade pode ser nacional, regional, habitacional (por exemplo, pode-se ser urbano ou rural); pode ser ainda a identidade etária ou de geração, religiosa, política, de classe social, económica, artística, sexual, linguística, etc.. Para partilhar determinada identidade cultural é necessário compartilhar uma visão do mundo e de si próprio, dentro do coletivo, do grupo ou do movimento e fazer parte de alguma forma da comunidade imaginada, tal como desenhada por Benedict Anderson no seu livro de 1983, sobre o nascimento e desenvolvimento do nacionalismo. Nem todos os residentes ou naturais de um país são nacionalistas. Mas para fazer parte do grupo de pertença dos nacionalistas é preciso partilhar a visão do mundo, profundamente arcaica, de que todos os que não da sua nacionalidade são

inferiores, quer do ponto de vista moral e ético, quer também do ponto de vista tecnológico. É um estranho absurdo, que gera e implica o etnocentrismo – essa ideia de que a nossa cultura é sempre melhor do que as outras, mais outra ideia absurda. Gera ainda sentimentos de racismo e xenofobia, sentimentos, esses sim, inferiores e desatualizados. Isto para dizer que é necessário partilhar a mundivisão do grupo de pertença, é preciso pertencer à comunidade. Por exemplo, todos (tendencialmente) torcemos por Portugal quando a Seleção de futebol vai competir em provas internacionais (pense-se no recente Euro 2024), ainda que nem todos sejamos verdadeiramente adeptos, fãs ou sequer simpatizantes deste desporto. Em períodos de jogos internacionais da UEFA ou desportos semelhantes, a exaltação nacional (sem se ser nacionalista, claro está) é cultivada. De repente, fazemos todos parte do mesmo grupo ou comunidade, todos tendemos a torcer pela nossa Seleção. O padrão e modelo da criação dos grupos de pertença é também objeto de estudo de Claude Lévi-Strauss, que viveu e trabalhou com várias populações indígenas e nativas quer do Brasil, com os Originários do Brasil, quer com as multidões da Índia.

Claude Lévi-Strauss é um antropólogo francês (1908-2009), considerado um dos pais da Antropologia Estruturalista, que defende que o grupo de pertença cria, cultiva e molda os indivíduos até serem a imagem da sociedade em que estão inseridos. Devem, para a sua sociedade desenvolver-se e prosperar, adotar as visões do mundo dessa particular sociedade, construindo a partir daí a sua identidade social e individual. Entre as obras mais notórias para a discussão em curso, destacaria *Tristes Trópicos* (1955) sobre as suas viagens e etnografia entre povos originários do Brasil e, depois, da Índia; destacaria, ainda, *Pensamento Selvagem* (1962) e *Cru e o Cozido* (1964), ambos sobre a estruturação de diferentes formas de pensar, sobre o que é o pensamento, o saber e conhecer. Acho as *Mitológicas* (1964), sobre a passagem da natureza para a cultura (e a que pertence o *Cru e Cozido*) de leitura incontornável, mas é porque eu própria adoro mitos e lendas (o que não tem de ser necessariamente um gosto partilhado com quem está a ler. Os gostos subjetivos também são culturalmente construídos, mas pertencem ao grupo de subjetividade individual, singular, para os momentos em que pensamos ou exclamamos “sou mesmo eu”).

A partilha da identidade cultural implica todas as estruturas elementares das sociedades. Desde a forma como um bebé nasce. Em conformidade com as culturas, o normal é nascer ou no hospital, ou na clínica, ou

em casa, ou no apartamento ou na cabana de palha ou na casa de adube, ou de pedra, ou de rocha; com a mãe protegida, com o pai a ajudar no momento do parto; ou com a mãe protegida, escondida de olhares outros que não de mulheres, dado que este mistério e toda a poluição e sangue envolvidos no processo são tabus do seu sexo e género femininos. Para que exista, a identidade cultural implica ainda a forma como nos relacionamos uns com os outros, dentro de uma sociedade, de acordo com os estatutos sociais, as etnias, as religiões, a economia, a classe social, o género, a faixa etária ou geração (Douglas, 2017 [1966]), a nacionalidade (Hobsbawm, 1992 e 1994), os grupos desportivos ou artísticos, e o elemento estrutural que une a todos, a língua; até a forma como comemos, aqui no ocidente a tradição é comer com faca e garfo; mas no extremo oriente a norma é comer com pauzinhos. Ambas as formas são construções culturais legítimas. A forma como, finalmente, falamos, sentimos, desejamos, agimos, pensamos, sonhamos (estou novamente a pensar em Durkheim e n' *As Regras do Método Sociológico*), tudo isto é produto da cultura. De qualquer cultura, em qualquer parte do tempo cronológico e do espaço geográfico, desde que existam pessoas, primeiras e últimas representantes da espécie *Homo Sapiens*.

Como qualquer outra ciência, a Antropologia tem uma epistemologia, isto é, uma forma de pensar e fazer, de acordo com a teorias antropológicas e os métodos específicos da disciplina. O objeto de estudo da antropologia é a cultura. A cultura implica todas as formas de organização e estratificação social dentro das sociedades. A cultura, com as suas diferentes estruturas, existe em qualquer sociedade, seja considerada moderna, contemporânea e global, ou seja entendida como arcaica ou tradicional. Onde existem pessoas, desde que existem pessoas, existe cultura.

O núcleo metodológico na antropologia é a etnografia, ou seja, a recolha de dados empíricos através de trabalho de campo com recurso à observação participante. Os métodos antropológicos valorizam a imersão no terreno e a observação participante. Lembremos Bronislaw Malinowski e os *Argonautas do Pacífico Oeste* de 1922, com prefácio de James Frazer, resultado do seu estudo e estada com a tribo Kiriwina, das Ilhas Trobriand na Melanésia, então apelidados de primitivos (sejamos honestos, hoje em dia também o são, embora prevaleça neste momento, na História, e até ver, o politicamente correto, não ofensivo ou entendido como insultuoso). Ou pensemos n' *Um Diário do Sentido Estrito do Termo* de 1967, e a necessidade

do contacto direto, participante, com os grupos sociais que habitam os espaços e lugares em estudo. Os lugares foram definidos por Marc Augé, antropólogo francês (1935-2023), como sendo identitários, relacionais e históricos (Augé, 1999). Assim sendo, todos os lugares são sociais.

Se o trabalho de campo decorrer durante muito tempo (a partir de seis meses pode ser muito tempo para viver todos os dias e a todos os momentos com tribos, clãs ou grupos sociais outros [às vezes, até acontece com a família direta, quanto mais]), pode criar antipatia e gerar agressividade e etnocentrismo, como *Um Diário do Sentido Estrito do Termo* demonstra. Isto é, só damos valor a uma casa de banho, com banheira e chuveiro, com torneiras e água corrente, fria e quente, lavatório, etc., quando não a temos durante algum tempo. Aí sim, passamos a dar valor ao que temos e tomamos por adquirido. Nada é adquirido *ad aeternum*. As pessoas são a base do estudo antropológico. As pessoas são finitas. Mas a cultura passa de geração em geração. “E quem conta um conto, acrescenta um ponto”, como diz o ditado popular. Portanto, a cultura permanece, se tiver capacidade de se ir recriando, reinventado cumulativamente e adaptando aos novos tempos (Lévi-Strauss, 1952). Sem essa capacidade, tal como as pessoas, também as culturas morrem e deixam de existir.

A cultura implica todas as formas de organização e estratificação social dentro das sociedades. A cultura, com as suas diferentes estruturas, existe em qualquer sociedade, seja considerada moderna, contemporânea e global, ou seja entendida como arcaica ou tradicional. Onde existem pessoas, desde que existem pessoas, existe cultura. A cidadania, parte estrutural da cultura, é, porém, uma criação recente na história da humanidade.

A Cidadania, o Desenvolvimento e os Direitos Humanos Universais:

A cidadania é ter o estatuto de cidadão. O estatuto de cidadania dá direito a viver, residir, trabalhar, pagar impostos e votar num país ou vários países (com dupla nacionalidade, por exemplo). Continuo a crer que a humanidade demonstrará ter sido alvo de desenvolvimento, não enquanto assumir que o desenvolvimento é apenas tecnológico, mas quando adotar a cidadania global, quando podermos dizer livremente “somos cidadãos do mundo”, como dizia Plutarco, Sócrates e Marx. T. H. Marshall, outro incontornável dos estudos sobre cidadania, sobretudo com “Citizenship e

Social Class” (2009 [1950]), tenta lembrar-nos que os cidadãos tem direitos e deveres, públicos e privados, e não são uma máquina de trabalho forçado. A cidadania implica igualdade humana e social básica e pertença a uma comunidade com direitos civis, políticos e sociais (Marshall, 2009: 149). Todos têm, teoricamente, os mesmos direitos e os mesmos deveres.

A cidadania é definida pela CIG – Comissão para a Igualdade de Género² como a promoção da igualdade social e da liberdade de mulheres e homens, com base na não-discriminação em função do sexo. A CIG defende:

a igual visibilidade, empoderamento, participação e responsabilidade de mulheres e de homens em todas as esferas da vida pública e da vida privada. Esta igualdade concretiza-se no igual acesso e possibilidade de usufruto dos recursos e na igual distribuição destes por mulheres e homens. Significa aceitar e valorizar de igual modo as diferenças de mulheres e de homens e os vários papéis que desempenham na sociedade.

Trata-se, pois, da ideia de que todos os seres humanos, independentemente do sexo, são livres de desenvolver as suas aptidões pessoais, de prosseguir as suas carreiras profissionais e de fazer as suas escolhas sem limitações impostas por estereótipos, preconceitos e conceções rígidas dos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres (CIG, 2024)³.

Em *The City*, publicado pela primeira vez em 1921, Max Weber analisa as origens da cidadania moderna e revela que remontam às cidades medievais tardias da Europa do Norte e Central, onde os sujeitos foram substituídos pelos cidadãos ao ritmo do desenrolar da modernidade, estabelecendo uma cultura urbana secular que coexiste com ideias cristãs de obrigação política, que substituiu os laços de filiação local e tribal (Weber, 1958). Estas relações são também objeto de estudo de Georg Simmel, Émile Durkheim, George H. Mead, e mais tarde Talcott Parsons (Silva, 2011). Todavia, o conceito de cidadania toma a forma como hoje a conhecemos no século XX e está iminentemente ligado aos Direitos Humanos

2. Ver site em <https://www.cig.gov.pt/area-a-cig/enquadramento/> (consultado pela última vez a 18.07.2024).

3. Aceder em: <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/enquadramento/> (consultado pela última vez a 18.07.2024).

Universais, como estabelecido na Declaração da ONU – Organização das Nações Unidas⁴, em 1948.

Os Direitos Humanos Universais são também recentes na História, nascidos no pós-Segunda Guerra Mundial. É nesta Declaração Universal que se proclama que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Artigo 1) e que:

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (Artigo 2). Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Artigo 3).

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas (Artigo 4)⁵.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é fruto do pós-Segunda Guerra Mundial, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro 1948. Desde então, o dia internacional do Homem ou o dia dos Direitos Humanos Universais é a 10 de Dezembro. Estamos em 2024. Ainda não atingimos, nem concretizámos esses Direitos que se pretendem universais para todos os povos e indivíduos.

À semelhança dos Direitos Humanos Universais, também o conceito de Desenvolvimento é um produto do pós-II Guerra. Segundo Gilbert Rist, em *The History of Development: From Western Origins to Global Faith* (2002), a força do discurso do “desenvolvimento” advém do seu poder de seduzir,

4. Ver site em <https://unric.org/pt/> (consultado pela última vez a 19.07.2024).

5. Aceder em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (consultado pela última vez a 19.07.2024).

em todos os sentidos: encantar, agradar, fascinar, sonhar, mas também abusar, desviar-se da verdade, e até enganar. O desenvolvimento tem um valor exemplar. As imagens associadas a si, e as práticas que implica, variam de um extremo ao outro, dependendo da adoção do ponto de vista do “agente de desenvolvimento” – comprometido em trazer a felicidade que deseja para os outros – ou o ponto de vista do “desenvolvido” – quem é forçado a modificar as suas relações sociais e a sua relação com a natureza para deixar a margem e ser-lhe permitido entrar no novo mundo prometido, desenvolvido.

O conceito de desenvolvimento, desde a Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, à Idade das Luzes, à contemporaneidade, esteve sempre ligado à ideia de espalhar uma mesma forma de vida ou, por outras palavras, colonizar a cultura e a sociedade.

Quando observamos de perto, porém, vemos que as aparentes inovações do desenvolvimento são apenas variações de um único tema que permitem aos vários atores sociais afirmar a sua legitimidade dentro deste campo. Além da obrigação banal de se adaptar às mudanças no ambiente internacional, cada um deles sente uma necessidade urgente de se distinguir de teorias ou declarações rivais no “mercado do desenvolvimento”, de modo a impulsionar as fortunas da sua linhagem intelectual ou da sua instituição particular. Pode-se dizer que o “mosaico do desenvolvimento” se baseia na variedade de formas e tonalidades que servem para realçar o *design* geral. Assim, se certos fragmentos ou mosaicos são deixados de fora do *design*, isso impede a compreensão do padrão geral.

Crescem os problemas de falta de igualdade, de exclusão social, de conflitos e guerras, de dívida, de crises ambientais, que têm consequências no Norte também. Carolyn Nordstrom analisa a política da guerra e leva-nos, numa viagem etnográfica, em Angola por exemplo, da sobrevivência da zona de guerra para as vastas redes extraleais que alimentam a guerra e a especulação internacional, através dos escritórios e dos corretores do poder, revelando as realidades visíveis e ocultas dos conflitos no século XXI. Em *Shadows of War: Violence, Power and International Profiteering in the Twenty-First Century* (2004), Nordstrom fundamenta a sua discussão acerca do conceito de desenvolvimento com base nas suas pesquisas etnográficas, os seus trabalhos de campo com recurso à observação participante, realizados nos epicentros da violência política em vários continentes. Os seus protagonistas são os perpetradores e as vítimas da guerra, os vilões,

os heróis silenciosos e as famílias normativas que vivem as suas vidas em contextos de violência. A guerra reconfigura as nossas noções mais básicas de humanidade, demonstra a autora, que revela como a indústria bélica está enredada em lutas sobre os próprios fundamentos do Estado soberano, sobre a elaboração de impérios económicos legais e ilegais (que coexistem, até por exigência dos mercados globais financeiros) e, finalmente, sobre pesquisas inovadoras para a paz.

Para pensar a ideia de desenvolvimento é preciso pensar no paradigma do neoliberalismo e da globalização (Rist, 2002; Nordstrom, 2004). Rist é perentório: A objetividade do desenvolvimento é ilusória e falaciosa, porque coloca em jogo o conceito de desenvolvimento do Norte desenvolvido com o resto do mundo “em vias de desenvolvimento”. É, portanto, um ponto de partida, uma agenda. Não é universal. A intenção de eliminar a pobreza, por exemplo, parece ser universal. Mas a moralidade desse ponto de partida não encontra realização no terreno, senão através de pequenas missões que nunca conseguem verdadeiramente atingir o objetivo. Trata-se de uma batalha cultural (Rist, 2002).

De acordo com os cânones contemporâneos da cidadania e do desenvolvimento, ninguém deve ser discriminado por causa da sua naturalidade, nacionalidade, raça ou etnia, crenças religiosas, classe social, profissão ou vocação profissional (Weber, 2015), sexo e género.

Todavia, nem todas as pessoas têm direito a ter direitos ou são consideradas cidadãs. Jonathan Xavier Inda, antropólogo e professor de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Illinois⁶, utiliza o conceito de não-cidadãos para identificar os grupos e indivíduos das margens, excluídos dos direitos e deveres da cidadania (2005 e 2006), à semelhança de *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada* (2001) de Loïc Wacquant, ou de *Sex at the Margins* (2007), de Laura Agustín. Por motivos de etnia, nacionalidade, naturalidade, religião, atividade profissional, classe social, sexo e género, há pessoas que não são consideradas cidadãs, colocadas à margem da lei pela sociedade. Os pobres, os imigrantes sobretudo em situação irregular, e as prostitutas são exemplos de não-cidadãos e não-cidadãs, discriminadas e tratadas como seres inferiores e fora da lei, por motivos de classe social, nacionalidade, profissão, sexo e género.

6. Ver a página do autor no site em <https://uicollaboratory.uic.edu/7150-jonathan-xavier-inda> (consultado pela última vez a 15.06.2024).

Ao contrário da cidadania, do desenvolvimento e dos Direitos Humanos Universais, o Tráfico de Seres Humanos e a escravidão são elementos estruturais da história, subalternando os seus não-cidadãos, marginalizando-os e tornando-os permanentemente vítimas sem voz própria.

Tráfico de Seres Humanos

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) é um fenómeno antigo que não deixa de existir, e é visto hoje como um “problema crucial por governos e entidades que defendem os direitos humanos” (Piscitelli, 2008: 34). É representado como escravidão moderna, exploração, exclusão, discriminação e violência social, institucional e cultural. Existe dentro de grupos sociais nas margens. Os marginais ou os mais vulneráveis são-no porque têm outra cor da pele, ou porque nasceram num país considerado pobre ou em desenvolvimento, ou acreditam noutra religião ou sistema mágico-religioso. Os marginais ou os mais vulneráveis são sempre as classes sociais mais pobres, nacionais e transnacionais, com origem em qualquer dos hemisférios, norte e sul. As e os marginais ou as e os mais vulneráveis existem em todas latitudes e longitudes.

O TSH é definido pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, como sendo:

- a. O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a extração de órgãos;

- b. O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c. O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração deverão ser considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo;
- d. Por “criança” entende-se qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos (Artigo 3)⁷.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como o Protocolo de Palermo, em particular para o que nos interessa aqui, o seu Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, data de 2000. A história do conceito atual de TSH remonta ao séc. XIX, com a eliminação da escravatura negra e a imediata criação, em formato de substituição do escravagismo, do pânico moral da escravatura branca. A Comunidade Internacional tem criado vários instrumentos de sensibilização, conhecimentos e combate ao TSH. Todos esses instrumentos foram reinventados e integrados no Protocolo de Palermo, que é o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional. Foi aprovado pela Assembleia-Geral da ONU em 2000, e entrou em vigor em 2003. Portugal é um dos países que o ratifica em 2000⁸.

O Protocolo é complementado por outros três protocolos que abordam áreas específicas do crime organizado, a saber, o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças; o Protocolo Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por

7. Aceder ao Protocolo de Palermo em: <https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/Protocolo-de-Palermo.pdf> (consultado pela última vez a 2.07.2024).

8. Ver link: <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-das-nacoes-unidas-contra-criminalidade-organizada-transnacional-o> (consultado pela última vez a 2.07.2024).

Via Terrestre, Marítima e Aérea; e o Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições⁹. Ainda de acordo com a ONU, na sua “Mensagem sobre o Dia Mundial contra o Tráfico de Seres Humanos”¹⁰ em 2024, existem cerca de 72% vítimas mulheres e meninas:

O tráfico de pessoas é um crime atroz que afeta todas as regiões do mundo. Cerca de 72% das vítimas de tráfico humano detetadas são mulheres e meninas e, de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a percentagem de crianças vítimas deste crime duplicou entre 2004 e 2016. A maior parte das vítimas é traficada para exploração sexual, seguindo-se o tráfico de pessoas para trabalho forçado, o recrutamento de menores para servirem como crianças-soldados e outras formas de exploração e abuso.

O tráfico de pessoas é crime público em Portugal. Quer dizer que qualquer pessoa pode denunciar o caso às autoridades. As histórias que se ouvem neste âmbito são chocantes. Evocam imagens de pessoas sequestradas, aprisionadas, violentadas, exploradas. Em 2011, durante a realização de uma pesquisa sobre o tema, entrevistei vários atores sociais, individuais, institucionais, nacionais e internacionais, envolvidos no combate ao TSH, nomeadamente um agente da PSP, que reflete o tipo de narrativas que estamos habituados a associar com este assunto. O meu interlocutor da PSP conta como três jovens do leste europeu, que costumavam operar então diariamente na noite, na zona do Técnico em Lisboa, foram aí certa vez interpeladas pela polícia, numa atividade fiscalizadora de rotina, para confirmar a sua situação regular no país. A reação das mulheres não foi de grande contentamento, mas a situação confirmou-se, estavam em situação regular. Os agentes deixaram as mulheres em paz, mas umas semanas depois, quando regressam para a sua atividade fiscalizadora, não as encontram. Quando procuram saber o que se passa junto das outras trabalhadoras do sexo que atuavam na zona, descobrem que as três jovens de leste desapareceram. Depois da investigação do caso, o meu interlocutor revela:

9. Ver no link: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html> e <https://unric.org/pt/mensagem-sobre-o-dia-mundial-contra-o-trafico-de-seres-humanos/> (consultado pela última vez a 2.07.2024).

10. Aceder à “Mensagem” em <https://unric.org/pt/mensagem-sobre-o-dia-mundial-contra-o-trafico-de-seres-humanos/> (consultado pela última vez a 2.07.2024).

Fomos buscá-las a uma casa onde estavam sequestradas. Uma delas estava inclusivamente amarrada à cama. As pessoas que as estavam a explorar ficaram presas. Ou seja, conseguimos afastar-lhes o perigo que existia. Independentemente de elas depois, se calhar, se sujeitarem...Acaba por ser um círculo vicioso (Entrevista Departamento de Investigação Criminal da PSP, 16.02.2011).

Este é o tipo de histórias que associamos ao tráfico de pessoas. Depois da realização de uma etnografia junto de trabalhadoras do sexo e potenciais vítimas de tráfico para fins de exploração sexual em Lisboa, entre 2009 e 2013, verifiquei que a esmagadora maioria das histórias desta comunidade ou grupo social é distinta da narrativa acima. Há, é certo, histórias chocantes, mas em 39 entrevistas semiestruturadas à comunidade, encontrei apenas uma história de tráfico – bem entendido, de autorrepresentação de TSH para fins de exploração sexual, foco da investigação (Alvim, 2018).

Quando se fala sobre tráfico de pessoas, e devido às narrativas, discursos e histórias que a sabedoria popular, a comunicação social, o conhecimento científico e legislativo têm divulgado há mais quatro milhares de anos (Ver *Épico de Gilgamesh*, circa 2000 a. C., com reedição recente de 2017 pela editora Assírio e Alvim), e sobretudo há uma centena de anos (desde o séc. XIX, com a escravatura branca), as nossas mentes morais associam imediatamente o tráfico com a exploração sexual de mulheres e meninas (Piscitelli, 2008; Lorenzo e Alvim, 2011 e 2012; Sacramento e Alvim, 2022). Todavia, o Movimento internacional do Trabalho do Sexo, nomeadamente a ESWA – European Sex Workers`Rights Alliance, que é composta por trabalhadoras, trabalhadores e trabalhadorxs do sexo, refuta a visão miserabilista da prostituta vítima de tráfico e lenocínio, sem agência e autodeterminação. A ESWA, como as restantes organizações internacionais de trabalhadorxs do sexo, advoga a regulamentação legal do trabalho sexual. Um dos seus motes é “trabalho sexual é trabalho”¹¹.

Embora o TSH para fins de exploração sexual seja o mais conhecido (lembremos a “Mensagem sobre o combate ao tráfico de seres humanos” da ONU [2024]), os dados empíricos dos relatórios nacionais e transnacionais desenham uma história diferente. Em Portugal, a agência do Estado

11. Aceder ao site da ESWA, disponível em <https://www.eswalliance.org/> (consultado pela última vez a 17.07.2024).

para o estudo e monitorização deste tema é o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, sob a tutela do Ministério da Administração Interna.

Quando entramos no *site* oficial do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH)¹², encontramos uma última Notícia, de Dezembro de 2023, que anuncia a formação de 152 profissionais no combate à exploração sexual. É curioso que, quando se tenta entrar no *site* oficial do OTSH, surja um aviso de *link* “inseguro” (o que aconteceu agora mesmo, enquanto escrevo, esta quinta-feira, no dia 18 de Julho de 2024)¹³.

O último *Relatório anual* do OTSH é relativo a 2021 e registou 318 sinalizações. Nesse último relatório, à semelhança dos anos anteriores, o tráfico para fins de exploração laboral é maior do que para fins de exploração sexual, com 80% dos casos sinalizados, dos quais 74% dizem respeito à exploração na agricultura, sobretudo no Alentejo, com 63% do total de sinalizações (OTSH, 2021: 12¹⁴).

À data de apuramento dos dados, as autoridades competentes confirmaram 6 vítimas (adultas) de TSH “Em Portugal”. Os tipos de tráfico confirmados foram: Laboral (5) e Mendicidade Forçada. Não foram confirmadas vítimas menores. A maioria é do sexo masculino (23) e independentemente do sexo, alvo de tráfico para fins de exploração Laboral” (OTSH, 2021: 12).

Em 2021, Portugal registou um total de 318 sinalizações de potenciais casos de tráfico de pessoas, o que representa um aumento de 38,9% (ou mais 89 casos registados) face a 2020. Sinalização não é igual a confirmação. Ou seja, se alguém for sinalizado, quer dizer que houve uma denúncia. Relembro que o TSH é um crime público. Qualquer pessoa que suspeite estar perante um caso desta natureza deve denuncia-lo às autoridades competentes, através do número de emergência 112 ou através do número de telefone 964 608 288, como indicado pelo Estado Português¹⁵.

12. Ver no link: www.otsh.mai.gov.pt (consultado pela última vez a 2.07.2024).

13. Entrar no *site* oficial do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, disponível em www.otsh.mai.gov.pt (consultado pela última vez a 18.07.2024).

14. Relatório do OTSH de 2021, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH_Trafico-de-Seres-Humanos_Relatorio-Anual-2021_FINAL.pdf (consultado pela última vez a 18.07.2024).

15. Ver *site* oficial do Estado Português, disponível em <https://eportugal.gov.pt/servicos/pedir-apoio-para-as-vitimas-de-trafico-de-pessoas> (consultado pela última vez a 19.07.2024).

Embora exista TSH para fins de exploração sexual em Portugal, o país que mantém o seu carácter de origem (recrutamento) e, sobretudo de destino¹⁶. Mantém, parece-me claro como residente em Portugal, o seu carácter de “placa giratória” ou porta de entrada na Europa. Dentro de fronteiras, o TSH para fins de exploração laboral é quantitativamente maior que o sexual.

Afinal, de acordo com o *Relatório do OTSH* (2021), e, portanto, com o Estado Português, as maiores ocorrências detetaram-se no Alentejo: o distrito de Évora regista 63 sinalizações e Beja regista 34, todas no campo da exploração laboral (OTSH, 2021: 12). Esse tem sido o padrão nos últimos anos. Como há pouco afirmei, a maior exploração no campo do TSH não é sexual, de mulheres e meninas. É de homens e mulheres no campo da exploração laboral, sobretudo homens em explorações agrícolas na região do Alentejo.

O tráfico de seres humanos e a escravatura são elementos estruturais da história, subalternando permanentemente os seus não-cidadãos. Existem, porém, vários organismos e instrumentos legais e jurídicos para o combate ao fenómeno. Estas leis anti tráfico não estão a cumprir o dever de defender todos os indivíduos dentro dos estados-nação, desde logo, Portugal.

Fica assim claro que os conceitos de cidadania, desenvolvimento e direitos humanos universais necessitam de maior enfoque e implementação na vida concreta dos novos escravos, as vítimas de TSH, sobretudo laboral, agrícola e de carácter masculino. A academia pode ajudar a mudar o mundo. Utilizando as ferramentas da etnografia, a metodologia preferencial da antropologia, é possível compreender que a única forma de eliminar algum dos tipos de TSH é através do diálogo e da cooperação entre as potenciais vítimas (quer laborais, quer sexuais) e as autoridades no terreno.

No que diz respeito ao tráfico sexual, como sequer conceber conhecer o mundo prostitucional sem o contacto, diálogo e cooperação entre as autoridades e quem povoa de facto esse mundo, xs trabalhadorxs do sexo, vulgarmente conhecidas como prostitutas, e os seus Movimentos? Em Portugal, temos a Rede sobre o Trabalho Sexual e o Movimento dxs trabalhadorxs do sexo, por exemplo. O conceito de trabalho sexual nasce na década de 1970, criado por Carol Leight, precisamente com o objetivo de criar igualdade e

16. De acordo com os dados do OTSH e da Organização Oikos, disponível em <https://www.oikos.pt/traficosereshumanos/trafico-de-seres-humanos/o-trafico-de-seres-humanos-em-portugal> (consultado pela última vez a 19.07.2024).

respeito com as prostitutas marginalizadas, até do ponto de vista semântico. Leight, trabalhadora do sexo e ativista norte-americana, propõe o conceito com o objetivo de reivindicar a legitimidade, a destigmatização e a normalização do trabalho sexual, procurando atribuir algo inexistente neste campo: direitos humanos e laborais para todxs (Clemente, 2023 e 2024; Miller, 2020; Oliveira, 2024; Silva & Ribeiro, 2010). Sem atribuir igualdade e cidadania às margens não é possível eliminar a exploração.

Referências

- AGUSTÍN, Laura M. (2007), *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*, Londres, Zed Books.
- ALVIM, Filipa (2018), *Só muda a moeda”: representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal*, Beau Bassin, Novas Edições Acadêmicas.
- ANDERSON, Benedict (2016), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Nova Deli, Vedams eBooks (P) Ltd. [1983].
- AUCÉ, Marc (1999), *Os Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, trad. Miguel Serras Pereira, Editora 90 [1992].
- BORDONARO, Lorenzo e Alvim, Filipa, 2011, “Tráfico de mulheres em Portugal: a construção de um problema social” in Silva, Pedro Gabriel, Sacramento, Octávio e Portela, José (Orgs), *Etnografia e Intervenção Social: Por uma praxis reflexiva*, Lisboa: Colibri, pp. 61-83.
- BORDONARO, Lorenzo e Alvim, Filipa, 2010, “The greatest crime in the world’s history”: uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres”, in Silva, Manuel Carlos e Ribeiro, Fernando Bessa (Orgs), *Mulheres da Vida. Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e Políticas*, Ribeirão: Edições Húmus Lda, pp. 51-73.
- CLEMENTE, Mara; Sierra-Rodríguez, Alba e Cairns, David (2024), “Anti-trafficking professionals and institutionalized violence in Spain: An exploratory study”, *Social Sciences*, disponível em <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/anti-trafficking-professionals-and-institutionalized-violence-in-spain-an-exploratory-study/104441> (consultado pela última vez a 19.07.2024).
- CLEMENTE, Mara (2023), “Na luta e em luta contra o tráfico: Organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico”, *Sociologia On Line*, disponível em <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/na-luta-e-em-luta-contra-o-trafico-organizacoes-de-mulheres-e-feministas-no-campo-portugues-do/97230> (consultado pela última vez a 19.07.2024).

- DOUGLAS, Mary (2017), *Understanding Social Thought and Conflict*, Nova Iorque, Berghahn Books [1966].
- DURKHEIM, Émile (1999), *Da Divisão do Trabalho Social*, trad. Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes Editora Lda. [1893].
- DURKHEIM, Émile (2004), *Regras do Método Sociológico*, trad. Eduardo Lúcio Nogueira, Queluz de Baixo, Editorial Presença [1895].
- DURKHEIM, Émile (2014), *O Suicídio*, trad. Andréa Stahel M. da Silva, São Paulo, Edipro Edições [1897].
- DURKHEIM, Émile (2009), *As formas elementares de vida religiosa: O Sistema Totémico na Austrália*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Martins Fontes Editora Lda. [1912].
- ÉPICO DE GILGAMESH (2017), trad. Francisco Luís Parreira, Lisboa, Assírio & Alvim [circa 2000 a. C.].
- FOUCAULT, Michel (1993), “Verdade e subjectividade (Howison Lectures)”, *Revista de Comunicação e linguagem*, nº 19, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 203-223.
- FOUCAULT, Michel (2004), *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, trad. Raque Ramalhete, Petrópolis, Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel (1999), *História da Sexualidade*, trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Albuquerque, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (1999), *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes Editora Lda.
- FRAZER, James George (1894), *The golden bough; a study in comparative religion*, Nova Iorque e Londres, Macmillan and Co.
- HOBBSAWM, Eric (1992), *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOBBSAWM, Eric (1994), *Era dos Extremos: O breve Séc. XX: 1914-1991*, trad. Marcos Santarrita Companhia das Letras, São Paulo.
- INDA, Jonathan Xavier (2005), *Anthropologies of modernity: Foucault, governmentality and life politics*, Malden, Blackwell Publishing Ltd.
- INDA, Jonathan Xavier (2006), *Targeting Immigrants. Government, Technology, and Ethics*, Malden, Blackwell Publishing.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1955), *Tristes Trópicos*, Paris, Editora Plon.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1962), *Pensamento Selvagem*, Paris, Editora Plon.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1964), *Mitológicas*, Paris, Editora Plon.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978), *Argonautas do Pacífico Oeste*, trad. Anton P. Carr e Lígia Mendonça, São Paulo, Abril Cultural [1922].
- MALINOWSKI, Bronislaw, *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*, trad. Celina Falck, Rio de Janeiro e São Paulo, Editora Record, disponível em Um Diário no Sentido Estrito do Termo (ufsc.br) (consultado a 18.07.2024).

- MARSHALL, T. H. (1950), *Citizenship and Social Class*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAUSS, Marcel (2018), *Ensaio Sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Ubu Editora [1925].
- MILLER, Amarna (2020), *Guia Ético para falar sobre trabalho sexual nos media*. trad. Agência Piaget para o Desenvolvimento. Vila Nova de Gaia: APDES
- MORGAN, Lewis (s/d), *A Sociedade Primitiva I*, Lisboa, Presença [1877].
- NORDSTROM, Carolyn (2004), “A First Exploratory Definition of the Shadows”, *Shadows of War: Violence, Power and International Profiteering in the Twenty-First Century*, California, University of California Press, pp. 105-118.
- OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS (2021), *Relatório Anual Estatístico 2021*, Ministério da Administração Interna, disponível em: www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH_Trafico-de-Seres-Humanos_Relatorio-Anual-2021_FINAL.pdf (consultado pela última vez a 2.07.2024).
- OLIVEIRA, Alexandra e Aguiar, Maria Livia (2024), “The street people”: other challenges and perspectives in health, public policies, and communication”, *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v18i1.4238> (consultado pela última vez a 2.07.2024).
- ONU (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (consultado pela última vez a 18.07.2024).
- PISCITELLI, Adriana (2008), “Entre as máfias e a ajuda: A construção do conhecimento sobre tráfico de pessoas”, *Cadernos Pagu*, 31, pp. 29-63.
- PROTOCOLO DE PALERMO, disponível em: <https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/Protocolo-de-Palermo.pdf> (consultado pela última vez a 15.06.2024).
- RELATÓRIO DO OTSH DE 2021, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH_Trafico-de-Seres-Humanos_Relatorio-Anual-2021_FINAL.pdf (consultado pela última vez a 18.07.2024).
- RIST, Gilbert (2002), “Definitions of Development”, *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*, Londres e Nova Iorque, Zed Books, pp. 8-24.
- SACRAMENTO, Octávio e Alvim, Filipa, 2022, “De emigrantes a vítimas de tráfico: mobilidades e prostituição no espaço transatlântico”, *Revista Antropolítica*, disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41840/31863#content/cross_reference_3 (consultado pela última vez a 18.07.2024).
- SILVA, Filipe Carreira da (2011), *Citizenship. Encyclopedia of Consumer Culture* (Vol. 3). London: Sage.
- SILVA, Manuel C., e Ribeiro, Fernando B. (orgs.), 2010, *Mulheres da Vida, Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e Políticas*, Ribeirão: Edições Húmus.

- SIMMEL, Georg (1950), “The Metropolis and Mental Life”, *The Sociology of Georg Simmel*, trad. Kurt Wolff, Glencoe, Free Press, pp. 409-424.
- TYLOR, Edward (1920), *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*, Londres, John Murray Publishing House [1871].
- WACQUANT, Loïc (2001), *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro, Editora Revan.
- WEBER, Max (1958), *The City*, trad. Don Martindale and Gertrud Neuwirth, Glencoe, Free Press, [1921].
- WEBER, Max (2015), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença [1904].

Sites:

- COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO, disponível em <https://www.cig.gov.pt/> (consultado pela última vez a 18.07.2024).
- ESWA, disponível em <https://www.eswalliance.org/> (consultado pela última vez a 17.07.2024).
- GOVERNO PORTUGUÊS, E-Portugal, disponível em <https://eportugal.gov.pt/servicos/pedir-apoio-para-as-vitimas-de-trafico-de-pessoas>
- INDA: <https://uicollaboratory.uic.edu/7150-jonathan-xavier-inda> (consultado pela última vez a 15.06.2024).
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, disponível em (consultado pela última vez a 2.07.2024). <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-das-nacoes-unidas-contra-criminalidade-organizada-transnacional-o> (consultado pela última vez a 2.07.2024).
- ONU, disponível em <https://unric.org/pt/mensagem-sobre-o-dia-mundial-contra-o-trafico-de-seres-humanos/> e <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html> (consultado pela última vez a 2.07.2024).
- UNICEF, disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (consultado pela última vez a 19.07.2024).

TROCAS CULTURAIS E INTERAÇÃO NO ÂMBITO DO TURISMO RURAL

Áurea Rodrigues*

1. Introdução

O turismo rural refere-se a viagens para áreas rurais que oferecem aos visitantes a oportunidade de vivenciar e apreciar o campo, sua cultura, património e estilo de vida (Rosalina et al., 2021). Ao contrário do turismo tradicional, que frequentemente se concentra em centros urbanos e atrações populares, o turismo rural incentiva a exploração de ambientes menos desenvolvidos e mais naturais. Tipicamente, envolve hospedagem em alojamentos rurais, participação em atividades locais e interação com a comunidade local (Ruiz-Real et al., 2022). Esta forma de turismo é cada vez mais popular, pois os habitantes urbanos buscam experiências autênticas, tranquilidade e uma conexão mais profunda com a natureza e estilos de vida tradicionais (Yachin & Ioanides, 2020).

O intercâmbio cultural e a interação desempenham um papel fundamental no turismo rural, enriquecendo tanto visitantes quanto comunidades locais. Essas interações envolvem a partilha de tradições, costumes, culinária e folclore, promovendo entendimento mútuo e apreciação. Os visitantes ganham insights sobre as práticas culturais únicas e o património das áreas rurais que visitam, enquanto os locais beneficiam economicamente e socialmente das atividades turísticas. Esse intercâmbio não apenas preserva a identidade cultural, mas também promove a diversidade cultural e a tolerância entre diferentes comunidades (Wu et al., 2023).

* Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS). Email: aor@uevora.pt

No turismo rural, o intercâmbio cultural ocorre naturalmente através de várias atividades, como estadias em residências locais, passeios guiados, demonstrações de artesanato e festivais locais. Os visitantes frequentemente têm oportunidades de participar de tarefas quotidianas como agricultura, pesca ou produção de artesanato, o que aprofunda sua apreciação pela vida rural (Rosalina et al., 2021). Essas interações não apenas educam os visitantes, mas também capacitam as comunidades locais ao mostrar suas habilidades e tradições a um público global (Dionisio & Nisi, 2021).

Além disso, a interação cultural no turismo rural promove o desenvolvimento sustentável ao incentivar a preservação de recursos culturais e naturais. As comunidades são incentivadas a proteger seu património e ambiente, pois estes se tornam ativos valiosos para atrair turistas. Iniciativas locais frequentemente surgem para promover práticas sustentáveis, como agricultura orgânica, alojamento *eco-friendly* e conservação do património cultural, garantindo assim a viabilidade de longo prazo dos destinos de turismo rural.

A importância do intercâmbio cultural e da interação no turismo rural vai além dos benefícios económicos. Ela fomenta o diálogo intercultural e o respeito mútuo, desconstruindo estereótipos e promovendo a cidadania global. Ao experimentar diferentes estilos de vida de perto, os visitantes desenvolvem empatia e apreciação pela diversidade cultural, contribuindo para um mundo mais interconectado e harmonioso.

O turismo rural serve como uma porta de entrada para experiências culturais autênticas, oferecendo uma plataforma para trocas significativas entre visitantes e comunidades locais. Ele celebra o rico tecido das culturas e tradições rurais, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável e fomenta o entendimento global. À medida que o mundo valoriza cada vez mais a autenticidade e a conexão, o turismo rural está posicionado para desempenhar um papel vital na promoção do intercâmbio cultural e no enriquecimento mútuo.

O propósito deste capítulo centra-se em explorar o conceito de turismo rural, enfatizando a importância do intercâmbio cultural e da interação entre turistas e comunidades rurais. Visa também analisar os benefícios, desafios e dinâmicas dessas interações, proporcionando uma compreensão abrangente de como o turismo rural pode promover a preservação cultural, o desenvolvimento económico e o entendimento mútuo entre diferentes culturas.

2. Perspetivas teóricas utilizadas para analisar o intercâmbio cultural e a interação

A troca cultural e as interações sociais no contexto do turismo são influenciadas por várias teorias e estruturas-chave. Uma teoria fundamental é a Teoria da Aculturação, que examina como indivíduos e grupos se ajustam e se adaptam a um novo ambiente cultural. Desenvolvida por investigadores como Milton Gordon (1964) e John Berry (2005), esta teoria destaca os processos de assimilação cultural, integração, separação e marginalização. No turismo rural, a teoria da aculturação ajuda a entender como turistas e comunidades locais influenciam as culturas e práticas sociais um do outro, levando a diferentes graus de troca cultural e adaptação (Berry, 2005; De-Juan-Vigaray et al., 2021).

Outra estrutura significativa é a Teoria do Contacto Intergruppal, formulada por Gordon Allport (1954). Esta teoria postula que, sob certas condições, o contato interpessoal pode reduzir o preconceito entre membros de grupos maioritários e minoritários. No turismo rural, essa estrutura sugere que interações significativas entre turistas e residentes rurais podem promover a compreensão mútua e reduzir estereótipos culturais. Fatores como *status* igual, metas comuns, cooperação entre grupos e apoio das autoridades são essenciais para um intercâmbio cultural eficaz, conforme a teoria do contato intergruppal (Allport, 1954; Tomljenović, 2010).

A Teoria da Troca Social, proposta por George Homans (1961), também é relevante para entender a troca cultural e as interações sociais no turismo rural. Esta teoria postula que o comportamento social é resultado de um processo de troca visando maximizar benefícios e minimizar custos. No contexto do turismo rural, tanto turistas quanto moradores locais envolvem-se em trocas onde os turistas procuram experiências autênticas e os locais beneficiam economicamente e culturalmente. O valor percebido dessas trocas determina o nível de envolvimento e a sustentabilidade da interação ao longo do tempo (Doğantekin, 2022; Homans, 1961).

Por último, a Teoria do Capital Cultural, de Pierre Bourdieu (1980), fornece conhecimento sobre como os ativos culturais são trocados e valorizados em interações sociais. O capital cultural inclui recursos não económicos que permitem mobilidade social, como educação, idioma e conhecimento cultural. No turismo rural, os turistas trazem o seu capital cultural, que pode ser trocado pelo capital cultural local, resultando numa

experiência mutuamente enriquecedora. Esta troca não apenas aprimora a compreensão cultural de ambas as partes, mas também pode contribuir para a preservação e promoção do património cultural local (Ahmad, 2013). A Tabela 1 esboça as principais teorias e estruturas relacionadas à troca cultural e interações sociais, juntamente com suas definições.

Tabela 1. Principais teorias relacionadas com a troca cultural e interações sociais no turismo rural

Teoria/ Referen- cial teórico	Definição	Referência
Teoria da Aculturação	Examina como indivíduos e grupos se ajustam e se adaptam a um novo ambiente cultural, com foco na assimilação, integração, separação e marginalização.	(Berry, 2005)
Teoria do Contacto Intergrupal	Postula que o contato interpessoal sob certas condições pode reduzir o preconceito entre grupos, enfatizando a igualdade de status, objetivos comuns, cooperação e apoio da autoridade.	(Allport, 1954)
Teoria da Troca Social	Propõe que o comportamento social é resultado de um processo de troca que visa maximizar benefícios e minimizar custos, aplicado para compreender as interações e envolvimento no turismo.	(Homans, 1961)
Teoria do Capital Social	Explora como os bens culturais (educação, língua, conhecimento cultural) são trocados e valorizados nas interações sociais, contribuindo para a mobilidade social e o enriquecimento cultural.	(Bourdieu, 1980)

Fonte: elaboração própria

Essas teorias e estruturas oferecem coletivamente uma compreensão abrangente das dinâmicas envolvidas na troca cultural e interações sociais no turismo rural. Elas enfatizam a importância da adaptação mútua, do contato significativo, das trocas benéficas e do valor dos ativos culturais, todos cruciais para promover interações culturais positivas e sustentáveis.

3. Natureza das interações entre turistas e residentes rurais

3.1. Tipos de interação no âmbito do Turismo rural

No contexto do turismo rural, as interações entre turistas e residentes locais podem ser categorizadas em três tipos principais: transacionais,

relacionais e experienciais (Alves, 2019). Interações transacionais são principalmente trocas económicas onde os turistas compram bens ou serviços dos locais. Essas interações geralmente são de curto prazo e limitadas à própria troca, como comprar artesanato em um mercado ou pagar por acomodações. Embora transacionais, essas interações ainda podem ter significado cultural se os produtos ou serviços forem únicos para a cultura local (Lin & Morais, 2009).

As interações relacionais vão além das transações simples e envolvem a construção de relacionamentos entre turistas e residentes locais. Essas interações frequentemente se desenvolvem ao longo de visitas repetidas ou estadias prolongadas e podem incluir atividades como refeições partilhadas, conversas pessoais ou participação em eventos comunitários. As interações relacionais são caracterizadas por um nível mais profundo de envolvimento e entendimento mútuo, promovendo laços mais fortes e trocas culturais entre visitantes e anfitriões (Kwenye & Freimund, 2016).

As interações experienciais focam nas experiências e atividades compartilhadas em que turistas e locais participam juntos. Isso pode incluir participação em festivais tradicionais, atividades agrícolas ou workshops culturais. As interações experienciais proporcionam aos turistas experiências imersivas que permitem um maior apreço pela cultura local, enquanto os locais se beneficiam da oportunidade de compartilhar seu modo de vida e tradições com visitantes de fora (Scott, 2018).

3.2. Fatores que influenciam a natureza das interações

Vários fatores influenciam a natureza das interações no turismo rural, incluindo a duração da estadia, as motivações dos turistas e as atitudes locais. A duração da estadia desempenha um papel crucial na determinação da profundidade das interações; estadias mais longas geralmente permitem interações relacionais e experienciais mais significativas, enquanto visitas mais curtas podem limitar as interações a trocas transacionais. (Kumar & Valeri, 2022). As motivações dos turistas também afetam o tipo de interação. Turistas que procuram experiências culturais autênticas têm mais probabilidade de se envolver em interações relacionais e experienciais, enquanto aqueles interessados principalmente em relaxar ou passeios podem limitar seu envolvimento a interações transacionais

(Park & Yoon, 2009). As atitudes locais em relação aos turistas impactam significativamente a qualidade e a natureza das interações. Comunidades acolhedoras e abertas ao intercâmbio cultural têm mais possibilidade de facilitar interações positivas e significativas. Por outro lado, se os locais perceberem os turistas como intrusivos ou desrespeitosos, as interações podem ser limitadas ou tensas. Além disso, o nível de preparação e a infraestrutura para acomodar turistas podem influenciar a experiência geral e a qualidade das interações (Tang & Xu, 2023).

3.3. Exemplos de interações positivas e negativas

Estudos de caso de vários destinos de turismo rural ilustram interações tanto positivas quanto negativas. Um exemplo positivo pode ser visto nas aldeias rurais da Toscana, na Itália, onde os turistas participam de aulas de culinária, degustações de vinho e festivais locais (Colombini, 2015). Essas interações experienciais enriquecem o entendimento dos turistas sobre a cultura toscana, ao mesmo tempo em que proporcionam benefícios económicos e orgulho cultural para a comunidade local. O respeito mútuo e o interesse entre turistas e moradores locais criam um ambiente harmonioso e enriquecedor para o intercâmbio cultural (Fanelli, 2020).

Por outro lado, interações negativas têm sido observadas em algumas áreas rurais onde o desenvolvimento turístico tem sido rápido e desregulado. Por exemplo, em partes do Sudeste Asiático, o fluxo de turistas para aldeias rurais às vezes levou à mercantilização das culturas locais, onde tradições são realizadas para exibição em vez de prática genuína (Mardatillah et al., 2019). Isso pode resultar em interações transacionais que parecem inautênticas para os turistas e exploradoras para os moradores locais. Além disso, se os turistas se comportam com falta de respeito ou desconsideram costumes locais, pode gerar tensão e ressentimento, diminuindo o potencial para um intercâmbio cultural positivo (Cohen, 2016).

Em conclusão, os tipos de interações no turismo rural — transacionais, relacionais e experienciais — são influenciados por vários fatores, como a duração da estadia, as motivações dos turistas e as atitudes locais. Interações positivas, caracterizadas pelo respeito mútuo e pelo genuíno intercâmbio cultural, podem beneficiar significativamente tanto os turistas quanto as comunidades locais. No entanto, interações

negativas, frequentemente resultantes de falta de respeito ou super comercialização, podem prejudicar o tecido social e a autenticidade cultural de destinos rurais. Compreender essas dinâmicas é crucial para fomentar práticas turísticas sustentáveis e enriquecedoras que beneficiem todas as partes envolvidas.

4. Impactos do Turismo no âmbito das trocas culturais e da compreensão mútua

O intercâmbio cultural no turismo rural oferece uma infinidade de benefícios tanto para os turistas quanto para os residentes rurais, enriquecendo as experiências de ambas as partes (Boukas, 2019). Para os turistas, participar do intercâmbio cultural promove uma maior conscientização cultural, permitindo-lhes obter um entendimento mais profundo e uma apreciação por diferentes estilos de vida. Essa exposição pode desafiar noções preconcebidas e ampliar perspectivas, levando a visões de mundo mais empáticas e informadas. Além disso, os turistas frequentemente experimentam crescimento pessoal através dessas interações, desenvolvendo uma maior sensibilidade cultural e respeito pela diversidade (Pung et al., 2020).

Para os residentes rurais, o intercâmbio cultural traz partilha de conhecimentos e oportunidades para o desenvolvimento económico e social (Kim & Shim, 2018). A interação com turistas pode introduzir novas ideias, habilidades e práticas que podem beneficiar a comunidade local. Por exemplo, aprender sobre práticas de turismo sustentável ou novas técnicas agrícolas pode melhorar os meios de subsistência locais (Látková & Vogt, 2012). Além disso, os benefícios económicos do turismo podem levar a melhorias na infraestrutura e nos serviços, o que pode melhorar a qualidade de vida dos residentes. A entrada de receitas turísticas muitas vezes ajuda a apoiar negócios locais, indústrias artesanais e esforços de preservação do património cultural (Timothy, 2015).

Apesar de seus benefícios, o intercâmbio cultural no turismo rural não está isento de desafios e limitações. Um desafio significativo é o potencial para interações superficiais. Visitas de curto prazo e envolvimento superficial podem resultar em interações que carecem de profundidade e falham em fomentar um entendimento genuíno (Zhang et al., 2022).

Os turistas podem experimentar apenas uma versão curada da cultura local, perdendo os aspectos autênticos e nuances da vida cotidiana. Isso pode levar a um entendimento superficial e uma apreciação limitada da cultura anfitriã, reduzindo o potencial para um intercâmbio cultural significativo.

Outro desafio é a mercantilização cultural, onde tradições e costumes locais são comercializados para atender à procura dos turistas (Coronado, 2014). Quando as práticas culturais são realizadas para exibição em vez do seu contexto original, elas podem perder sua autenticidade e significado. Essa mercantilização pode levar à diluição do património cultural e criar um distanciamento entre as práticas culturais verdadeiras dos residentes e as experiências dos turistas. Além disso, pode promover um relacionamento transacional onde o foco principal se torna o ganho financeiro em detrimento do enriquecimento cultural mútuo (Wu et al., 2023).

No longo prazo, o intercâmbio cultural sustentado pode ter efeitos profundos no entendimento mútuo e nos relacionamentos entre turistas e residentes rurais. Quando turistas e locais envolvem-se em interações repetidas e significativas, isso pode levar ao desenvolvimento de relacionamentos duradouros e a um respeito mútuo mais profundo (Huo et al., 2023). Esses relacionamentos podem fomentar um diálogo contínuo e colaboração, contribuindo para a coesão social e o entendimento intercultural (Lane & Kastenholz, 2018).

Para comunidades rurais, o intercâmbio cultural a longo prazo pode reforçar um senso de orgulho em sua herança e tradições. Pode motivar esforços para preservar práticas culturais e garantir que sejam transmitidas às gerações futuras (Butler et al., 2022). O reconhecimento e a apreciação dos turistas podem validar a importância dos costumes locais e incentivar sua continuidade. Essa preservação da cultura beneficia tanto a comunidade local quanto os futuros turistas, que podem continuar a vivenciar e aprender com práticas culturais autênticas (Ruhanen & Whitford, 2021).

Garantir que o intercâmbio cultural no turismo rural seja sustentável e ético é crucial para maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos. Práticas de turismo sustentável focam no equilíbrio entre as necessidades dos turistas e das comunidades locais, garantindo que o desenvolvimento turístico não prejudique o ambiente cultural ou natural. Isso inclui respeitar costumes locais, envolver comunidades no planeamento turístico e promover comportamentos turísticos

responsáveis. Ao priorizar a sustentabilidade, o turismo rural pode proporcionar benefícios a longo prazo sem comprometer a integridade das culturas locais (Liu et al., 2023).

Considerações éticas também são primordiais no intercâmbio cultural. Os turistas devem abordar as interações culturais com respeito e humildade, reconhecendo que são convidados na comunidade. É essencial evitar práticas exploradoras e garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de maneira equitativa entre os residentes locais. Práticas éticas de turismo promovem confiança e boa vontade, criando uma base para um intercâmbio cultural positivo e significativo (Della Lucia et al., 2021).

Um dos desafios contínuos no intercâmbio cultural é equilibrar influências modernas com a preservação de práticas tradicionais. À medida que as áreas rurais se tornam mais expostas a culturas globais através do turismo, pode haver uma tensão entre a adoção de conveniências modernas e a manutenção de modos de vida tradicionais. Esse equilíbrio é delicado, pois a modernização pode trazer melhorias nos padrões de vida, mas também pode ameaçar a continuidade das tradições culturais (Shen & Chou, 2022).

Comunidades que conseguem navegar esse equilíbrio muitas vezes o fazem integrando elementos modernos em suas práticas culturais de uma maneira que respeite e preserve seus valores essenciais. Por exemplo, incorporar novas tecnologias em artesanatos tradicionais ou práticas agrícolas pode aumentar a produtividade ao mesmo tempo em que mantém a significância cultural. Esse enfoque permite que comunidades rurais se beneficiem da modernização sem perder sua identidade cultural (Maziliauske, 2024).

Empoderar as comunidades locais para participar ativamente no planejamento e tomada de decisões do turismo é crucial para o intercâmbio cultural sustentável. Quando os residentes têm voz no desenvolvimento e gestão do turismo, garante-se que suas necessidades e preocupações sejam abordadas. A participação comunitária promove um senso de propriedade e controle sobre o processo turístico, levando a resultados mais positivos tanto para os turistas quanto para os residentes (Moayerian et al., 2022).

Programas que oferecem treino e recursos para que os locais se envolvam em atividades turísticas podem aumentar o empoderamento da comunidade. Isso inclui oportunidades para que os residentes se tornem guias turísticos, anfitriões ou empreendedores no setor de turismo. Empoderar

a comunidade dessa maneira garante que elas não sejam apenas receptoras passivas do turismo, mas participantes ativos e beneficiários, levando a um intercâmbio cultural mais significativo e sustentável (Ohe, 2020).

Em conclusão, o intercâmbio cultural no turismo rural oferece benefícios significativos, incluindo uma maior conscientização cultural e partilha de conhecimentos. No entanto, também apresenta desafios como interações superficiais e mercantilização cultural. O intercâmbio cultural a longo prazo pode promover um entendimento mútuo e relacionamentos duradouros, desde que seja abordado com considerações de sustentabilidade e ética. Equilibrar modernidade com tradição e empoderar comunidades locais são essenciais para garantir que o intercâmbio cultural seja significativo e benéfico para todos os envolvidos.

5. Gestão de diferenças culturais e conflitos potenciais

As diferenças culturais e conflitos em ambientes de turismo rural frequentemente surgem de várias fontes, incluindo normas e práticas culturais divergentes, barreiras linguísticas e expectativas variadas. Os turistas podem inadvertidamente violar costumes e tradições locais, resultando em mal-entendidos e tensões (Rosalina et al., 2021). Por exemplo, o que pode ser considerado comportamento aceitável em uma cultura pode ser visto como desrespeitoso ou intrusivo em outra. Códigos de vestimenta, práticas religiosas e comportamentos sociais são áreas onde tais diferenças frequentemente se manifestam, causando atrito entre turistas e residentes locais (Lin et al., 2021).

Outra fonte comum de conflito é a disparidade económica. O fluxo de turistas pode levar ao aumento dos preços de bens e serviços, o que pode beneficiar alguns locais, mas afetar negativamente outros, especialmente aqueles que não lucram diretamente com o turismo. Esse desequilíbrio económico pode criar ressentimento em relação aos turistas e àqueles que os atendem. Além disso, os turistas frequentemente têm mais renda disponível do que os moradores locais, levando a disparidades visíveis que podem exacerbar sentimentos de desigualdade e tensão (Fang et al., 2021).

Estratégias eficazes para gerir e mitigar conflitos culturais em ambientes de turismo rural incluem treinamento em sensibilidade cultural tanto para turistas quanto para moradores locais. Esse treinamento pode ajudar

os turistas a entender e respeitar os costumes e tradições locais, reduzindo a probabilidade de gafes culturais. Da mesma forma, os locais podem se beneficiar ao aprender sobre as culturas de seus visitantes, promovendo o respeito mútuo e a compreensão. Esta formação pode ser oferecida através de brochuras, workshops e sessões de orientação realizadas por órgãos de turismo locais ou organizações comunitárias (Hurst et al., 2021).

O envolvimento comunitário é outra estratégia crucial. Envolvendo os residentes locais no planejamento do turismo e nos processos de tomada de decisão garante que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas. Isso pode ser alcançado através de reuniões comunitárias regulares, pesquisas e inclusão de representantes locais em comitês de turismo. Quando os moradores locais se sentem ouvidos e respeitados, é mais provável que vejam o turismo de forma positiva e cooperem na criação de um ambiente harmonioso para o intercâmbio cultural (Bichler, 2021).

Implementar mecanismos de resolução de conflitos é essencial para lidar com disputas que surgem. Estabelecer canais claros de comunicação e mediação pode ajudar a resolver conflitos de maneira amigável. As autoridades locais e operadores de turismo podem criar linhas diretas, balcões de reclamação ou oficiais de ligação comunitária para lidar com queixas. Esses mecanismos devem ser acessíveis e transparentes, garantindo que tanto os turistas quanto os locais sintam que suas preocupações são levadas a sério e tratadas prontamente (Kumar & Valeri, 2022).

As autoridades locais desempenham um papel crucial em fomentar interações positivas ao criar políticas que apoiam um turismo sustentável e respeitoso. Elas podem aplicar regulamentações que protegem a cultura e o ambiente local, como restringir o acesso a locais sagrados ou limitar o número de turistas durante as temporadas de pico. As autoridades também podem facilitar programas de treinamento e iniciativas de envolvimento comunitário, garantindo que o desenvolvimento do turismo esteja alinhado com os valores e necessidades da comunidade (Olowookere et al., 2022).

Os operadores de turismo têm a responsabilidade de educar seus clientes sobre os costumes locais e as expectativas antes de sua visita. Isso pode ser feito através de *briefings* pré-viagem, materiais informativos e guias locais que possam fornecer contexto cultural e orientação. Os operadores também devem colaborar com as comunidades locais para desenvolver experiências turísticas que sejam respeitosas e benéficas para todas as

partes. Ao promover práticas de turismo responsável, os operadores podem ajudar a mitigar conflitos potenciais e melhorar a experiência geral para turistas e moradores locais (Pu et al., 2023).

Os próprios turistas têm um papel significativo em fomentar interações positivas. Eles devem abordar as suas viagens com mente aberta e disposição para aprender e respeitar a cultura local. Ações simples, como aprender algumas frases no idioma local ou observar costumes locais, podem contribuir muito para construir boas relações. Os turistas também devem estar cientes de seu impacto, tanto cultural quanto ambiental, e se esforçar para minimizar quaisquer efeitos negativos que sua presença possa ter (Lin et al., 2021).

A colaboração eficaz entre autoridades locais, operadores de turismo e turistas é essencial para um turismo sustentável. As autoridades devem trabalhar com os operadores para criar e implementar diretrizes que promovam sensibilidade cultural e sustentabilidade ambiental. Os operadores podem apoiar esses esforços fornecendo aos turistas as informações e ferramentas necessárias para aderir às normas e regulamentos locais. Por sua vez, os turistas devem agir como viajantes responsáveis, respeitando tanto o meio ambiente natural quanto o património cultural dos lugares que visitam (Graci, 2020).

Investir na educação das futuras gerações sobre a importância da sensibilidade cultural e do turismo sustentável é crucial. Escolas e programas comunitários podem incorporar lições sobre diversidade cultural, respeito e benefícios do turismo. Ao promover uma compreensão e apreciação precoce das diferenças culturais, as comunidades podem construir uma base para interações mais harmoniosas no futuro. Esta abordagem pro-ativa garante que tanto os residentes atuais quanto os futuros estejam preparados para interagir positivamente com os turistas (Bowen & Dallam, 2020).

Em conclusão, enquanto as diferenças culturais e os conflitos são inevitáveis em ambientes de turismo rural, eles podem ser gerenciados e mitigados através de esforços estratégicos focados em educação, envolvimento e colaboração. As autoridades locais, os operadores de turismo e os turistas têm um papel vital a desempenhar na promoção de interações positivas. Ao promover a sensibilidade cultural, envolver as comunidades no desenvolvimento do turismo e implementar mecanismos eficazes de resolução de conflitos, é possível criar uma experiência turística que seja

enriquecedora e respeitosa para todos os envolvidos. Práticas de turismo sustentável e responsável não apenas beneficiam turistas e moradores locais, mas também ajudam a preservar o património cultural e ambiental de destinos rurais para as gerações futuras.

6. Exemplos de trocas culturais conflituosas e bem-sucedidas

O Panamá, é um país da América do Sul que tem várias iniciativas de turismo comunitário que têm prosperado. Em Achiote, os moradores locais têm assumido papéis ativos na condução de passeios de observação de aves, alojamento em casas familiares e realização de oficinas culturais para turistas. O envolvimento da comunidade no planeamento e operação do turismo garantiu que as interações culturais sejam significativas e respeitosas. Os turistas participam de atividades diárias, como cozinhar refeições tradicionais e aprender sobre costumes locais, promovendo conexões mais profundas e respeito mútuo. Esse modelo não apenas preservou tradições locais, mas também proporcionou benefícios económicos, reduzindo a migração dos jovens para áreas urbanas em busca de emprego (Dabby et al., 2017; Addins, 2013; Holmes et al., 2017).

Em contraste, as comunidades Maias em Yucatán, no México, enfrentaram desafios com a mercantilização cultural devido ao turismo em massa. O rápido desenvolvimento de resorts turísticos e atrações levaram à comercialização de rituais e cerimónias tradicionais maias, que agora são frequentemente realizados fora de contexto para entretenimento turístico. Essa mercantilização causou ressentimento entre alguns membros da comunidade, que sentem que sua cultura está sendo explorada. Além disso, o fluxo de turistas sobrecarregou os recursos e infraestrutura locais, resultando em degradação ambiental e agravando as tensões entre turistas e residentes (Azcárate, 2020; Taylor, 2018).

Da história de sucesso de Achiote, surgem várias boas práticas. Em primeiro lugar, o envolvimento da comunidade no planeamento e operações do turismo é crucial. Quando os moradores locais são capacitados para liderar atividades turísticas, podem garantir que as interações culturais sejam genuínas e benéficas. Em segundo lugar, a educação e o treino tanto para turistas quanto para os locais desempenham um papel vital. Fornecer formação em sensibilidade cultural para os turistas e

habilidades de gestão do turismo para os locais ajuda a superar lacunas culturais e a aprimorar o entendimento mútuo. Por último, práticas de turismo sustentável que respeitam tanto os recursos culturais quanto os ambientais são essenciais. Ao promover um turismo ecologicamente correto e culturalmente respeitoso, Achiote criou um modelo que beneficia tanto os residentes quanto os visitantes.

Das dificuldades enfrentadas pelas comunidades maias em Yucatán, podem-se extrair várias lições importantes. Os riscos da mercantilização cultural destacam a necessidade de que o desenvolvimento turístico priorize a preservação da integridade cultural. Envolvendo as comunidades locais nos processos decisórios e garantindo que se beneficiem economicamente, pode-se mitigar sentimentos de exploração. Além disso, abordar os impactos ambientais através de práticas de turismo sustentável é crucial para manter a viabilidade a longo prazo tanto dos recursos culturais quanto naturais. Implementar regulamentações que limitem o número de turistas e façam a gestão do uso dos recursos pode ajudar a prevenir os efeitos negativos observados em Yucatán.

Estes dois exemplos sublinham a importância de equilibrar benefícios económicos com preservação cultural e sustentabilidade ambiental no turismo rural. Envolvendo comunidades locais, fornecendo educação e treino, e adotando práticas sustentáveis, os destinos podem promover intercâmbios culturais positivos e mitigar conflitos. Aplicar essas lições globalmente pode ajudar outras comunidades rurais a navegar pelas complexidades das interações culturais no turismo, assegurando que tanto turistas quanto moradores locais se beneficiem de trocas significativas e respeitadas.

Em conclusão, embora o potencial para conflitos exista no turismo rural, as experiências de Achiote e Yucatán demonstram que a troca cultural bem-sucedida é alcançável. Através de planeamento cuidadoso, envolvimento comunitário e práticas sustentáveis, o turismo rural pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação cultural e o desenvolvimento económico. Aprendendo tanto com sucessos quanto com desafios, os envolvidos podem criar experiências turísticas enriquecedoras que respeitem e celebrem a diversidade cultural.

7. Conclusão

O turismo rural envolve viagens a áreas do campo que proporcionam aos visitantes a oportunidade de vivenciar e apreciar a natureza, cultura, patrimônio e estilo de vida locais. Diferentemente do turismo tradicional, que frequentemente se concentra em centros urbanos e atrações populares, o turismo rural incentiva a exploração de ambientes naturais menos desenvolvidos. Geralmente inclui hospedagem em alojamentos rurais, participação em atividades locais e interação com a comunidade. Esta forma de turismo está se tornando cada vez mais popular, à medida que os moradores urbanos buscam experiências autênticas, tranquilidade e uma conexão mais profunda com a natureza e estilos de vida tradicionais.

A troca cultural e a interação desempenham um papel crucial no turismo rural, enriquecendo tanto os visitantes quanto as comunidades locais. Essas interações envolvem a partilha de tradições, costumes, culinária e folclore, promovendo entendimento mútuo e apreciação. Os visitantes adquirem conhecimento sobre práticas culturais únicas e o patrimônio das áreas rurais que visitam, enquanto os moradores locais se beneficiam economicamente e socialmente das atividades turísticas. Esta troca não apenas preserva a identidade cultural, mas também promove a diversidade cultural e a tolerância entre diferentes comunidades.

No turismo rural, a troca cultural ocorre naturalmente através de diversas atividades como estadias em casas de família, passeios guiados, demonstrações de artesanato e festivais locais. Os visitantes frequentemente têm a oportunidade de participar de tarefas cotidianas como agricultura, pesca ou produção de artesanato, o que aprofunda sua apreciação pela vida rural. Essas interações não apenas educam os visitantes, mas também capacitam as comunidades locais ao mostrar suas habilidades e tradições para um público global.

Além disso, a interação cultural no turismo rural promove o desenvolvimento sustentável ao incentivar a preservação de ativos culturais e recursos naturais. As comunidades são incentivadas a proteger seu patrimônio e meio ambiente, pois esses se tornam ativos valiosos para atrair turistas. Iniciativas locais frequentemente surgem para promover práticas sustentáveis, como agricultura orgânica, alojamentos eco-friendly e conservação do patrimônio cultural, garantindo assim a viabilidade a longo prazo dos destinos de turismo rural.

A troca cultural e as interações sociais no contexto do turismo são influenciadas por várias teorias e estruturas-chave. A Teoria da Aculturação, examina como indivíduos e grupos se ajustam e se adaptam a um novo ambiente cultural. No turismo rural, essa teoria ajuda a entender como turistas e comunidades locais influenciam as culturas e práticas sociais uns dos outros, resultando em diferentes graus de troca cultural e adaptação.

A Teoria da Troca Social, postula que o comportamento social é o resultado de um processo de troca que visa maximizar benefícios e minimizar custos. No turismo rural, tanto turistas quanto moradores locais participam de trocas onde os turistas buscam experiências autênticas e os locais se beneficiam economicamente e culturalmente. O valor percebido dessas trocas determina o nível de envolvimento e a sustentabilidade da interação ao longo do tempo.

A Teoria do Contato Intergrupal sugere que interações pessoais podem reduzir preconceitos entre grupos. No turismo rural, interações entre turistas e residentes promovem compreensão mútua e reduzem estereótipos culturais. Para um intercâmbio eficaz, igualdade de status, metas compartilhadas, cooperação entre grupos e apoio das autoridades são essenciais. Por último, a Teoria do Capital Cultural explora como ativos culturais são valorizados e trocados em interações sociais. No contexto do turismo rural, os turistas trazem seu capital cultural, como educação e conhecimento, que pode ser trocado pelo capital cultural local. Essa troca enriquece ambas as partes, promove a compreensão cultural e pode ajudar na preservação do património local.

Apesar dos benefícios, o turismo rural enfrenta desafios como interações superficiais e mercantilização cultural. Visitas de curto prazo muitas vezes resultam em interações que carecem de profundidade, e a comercialização das tradições locais pode levar à perda de autenticidade. Práticas de turismo sustentáveis e éticas são cruciais para maximizar os benefícios e minimizar impactos negativos. Isso inclui respeitar costumes locais, envolver comunidades no planeamento turístico e promover comportamentos responsáveis dos turistas.

Desta forma, o turismo rural serve como uma porta de entrada para experiências culturais autênticas, oferecendo uma plataforma para trocas significativas entre visitantes e comunidades locais. Ele celebra a rica tapeçaria das culturas e tradições rurais, promovendo o desenvolvimento

sustentável e fomentando o entendimento global. À medida que o mundo valoriza cada vez mais autenticidade e conexão, o turismo rural está posicionado para desempenhar um papel vital na promoção da troca cultural e enriquecimento mútuo.

Pesquisas futuras devem se concentrar em explorar os impactos de longo prazo do turismo rural na preservação cultural e no bem-estar das comunidades. Estudos devem investigar como diferentes comunidades rurais se adaptam às pressões do turismo e as estratégias que empregam para equilibrar benefícios econômicos com integridade cultural. Além disso, as pesquisas devem examinar o papel da tecnologia em potencializar ou prejudicar as trocas culturais no turismo rural. Compreender essas dinâmicas ajudará a desenvolver políticas e práticas melhores que apoiem experiências de turismo rural sustentáveis e enriquecedoras.

Referências

- AHMAD, R. (2013). Working with Pierre Bourdieu in the tourism field making a case for 'third world' tourism. *Cultural Studies*, 27(4), 519-539.
- ALLPORT, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- ALVES, H., Campón-Cerro, A. M., & Hernández-Mogollón, J. M. (2019). Enhancing rural destinations' loyalty through relationship quality. *Spanish Journal of Marketing-ESIC*, 23(2), 185-204.
- AZCÁRATE, M. C. (2020). *Stuck with tourism: Space, power, and labor in contemporary Yucatán*. University of California Press.
- BERRY, J. W. (2005). Acculturation: Living successfully in two cultures. *International journal of intercultural relations*, 29(6), 697-712.
- BICHLER, B. F. (2021). Designing tourism governance: The role of local residents. *Journal of Destination Marketing & Management*, 19, 100389.
- BORDIEU, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31, 2-3.
- BOUKAS, N. (2019). Rural tourism and residents' well-being in Cyprus: towards a conceptualised framework of the appreciation of rural tourism for islands' sustainable development and competitiveness. *International Journal of Tourism Anthropology*, 7(1), 60-86.
- BOWAN, D., & Dallam, G. (2020). Building bridges: overview of an international sustainable tourism education model. *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, 20(3), 202-215.

- BUTLER, G., Szili, G., & Huang, H. (2022). Cultural heritage tourism development in Panyu District, Guangzhou: community perspectives on pride and preservation, and concerns for the future. *Journal of Heritage Tourism*, 17(1), 56-73.
- COHEN, E. (2016). Ethnic tourism in mainland Southeast Asia: the state of the art. *Tourism Recreation Research*, 41(3), 232-245. <https://doi.org/10.1080/02508281.2016.1188485>
- COLOMBINI, D.C. (2015) Wine tourism in Italy, *International Journal of Wine Research*, 29-35, DOI: 10.2147/IJWR.S82688
- CORONADO, G. (2014). Selling culture? Between commoditisation and cultural control in Indigenous alternative tourism. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(1), 11-28.
- DABBY, S., Murdock, E., Benedetti, A., Maduro, C., & Spalding, A. (2014). Tourism Development as a Supplemental Livelihood Strategy: A comparative analysis of community-based tourism organizations in Panamá, acessado em 10/07/2024 de https://www.mcgill.ca/pfss/files/pfss/tourism_development_as_a_supplemental_livelihood_strategy_o.pdf
- DE-JUAN-VIGARAY, M. D., Garau-Vadell, J. B., & Sesé, A. (2021). Acculturation, shopping acculturation, and shopping motives of international residential tourists. *Tourism Management*, 83, 104229.
- DELLA LUCIA, M., Dimanche, F., Ciudici, E., Camargo, B. A., & Winchenbach, A. (2021). Enhancing tourism education: The contribution of humanistic management. *Humanistic management journal*, 6, 429-449.
- DIONISIO, M., & Nisi, V. (2021). Leveraging Transmedia storytelling to engage tourists in the understanding of the destination's local heritage. *Multimedia Tools Applications* 80, 34813-34841. <https://doi.org/10.1007/s11042-021-10949-2>
- DOĞANTEKIN, A. (2022). *Social Exchange Theory and Tourism*. In Cursoy, D. & Çelik, S. (Eds) *Routledge Handbook of Social Psychology of Tourism* (pp. 61-67). London, UK: Routledge.
- EDDINS, E. A. (2013). *A sustainable livelihoods approach to volunteer tourism: the roles of the host community and an alternative break program in Achote, Panama* (Doctoral dissertation, Colorado State University).
- FANELLI RM. (2020). SEEKING GASTRONOMIC, Healthy, and Social Experiences in Tuscan Agritourism Facilities, *Social Sciences*. 9(1), 2. <https://doi.org/10.3390/socsci9010002>
- FANG, J., Gozgor, G., Paramati, S. R., & Wu, W. (2021). The impact of tourism growth on income inequality: Evidence from developing and developed economies. *Tourism Economics*, 27(8), 1669-1691.
- GORDON, M. M. (1964). *Assimilation in American life: The role of race, religion, and national origins*. Oxford University Press, USA.

- GRACI, S. (2020). *Collaboration and partnership development for sustainable tourism*. In Saarinen, J. (Ed) *Tourism and Sustainable Development Goals, Research on Sustainable Tourism Geographies* (pp. 232-249). London: Routledge.
- HOLMES, I., Kirby, K. R., & Potvin, C. (2017). Agroforestry within REDD+: experiences of an indigenous Emberá community in Panama. *Agroforestry Systems*, 91, 1181-1197.
- HOMANS, G.C. (1961), *Social Behavior: Its Elementary Forms*, Harcourt, 1961.
- HUO, T., Yuan, F., Huo, M., Shao, Y., Li, S., & Li, Z. (2023). Residents' participation in rural tourism and interpersonal trust in tourists: The mediating role of residents' perceptions of tourism impacts. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 54, 457-471.
- HURST, C. E., Grimwood, B. S., Lemelin, R. H., & Stinson, M. J. (2021). Conceptualizing cultural sensitivity in tourism: A systematic literature review. *Tourism Recreation Research*, 46(4), 500-515.
- KIM, N., & Shim, C. (2018). Social capital, knowledge sharing and innovation of small-and medium-sized enterprises in a tourism cluster. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 30(6), 2417-2437.
- KUMAR, S., & Valeri, M. (2022). Understanding the relationship among factors influencing rural tourism: a hierarchical approach. *Journal of Organizational Change Management*, 35(2), 385-407.
- KWENYE, J. M., & Freimund, W. (2016). Domestic tourists' loyalty to a local natural tourist setting: Examining predictors from relational and transactional perspectives using a Zambian context. *Tourism Management Perspectives*, 20, 161-173.
- LANE, B., & Kastenholz, E. (Eds.). (2018). *Rural tourism: new concepts, new research, new practice*. London, UK: Routledge.
- LÁTKOVÁ, P., & Vogt, C. A. (2012). Residents' attitudes toward existing and future tourism development in rural communities. *Journal of travel research*, 51(1), 50-67.
- LIN, C. H., & Morais, D. B. (2009). Transactional versus relational patronizing intentions. *Annals of Tourism Research*, 36(4), 726-730.
- LIN, J. H., Fan, D. X., Tsaur, S. H., & Tsai, Y. R. (2021). Tourists' cultural competence: A cosmopolitan perspective among Asian tourists. *Tourism Management*, 83, 104207.
- LIU, Y. L., Chiang, J. T., & Ko, P. F. (2023). The benefits of tourism for rural community development. *Humanities and Social Sciences Communications*, 10(1), 1-12.
- MARDATILLAH, A., Raharja, S.J., Hermanto, (2019). Riau Malay food culture in Pekanbaru, Riau Indonesia: commodification, authenticity, and sustainability in a global business era. *Journal of Ethnic Foods*, 6, 3. <https://doi.org/10.1186/s42779-019-0005-7>
- MAZILIAUSKE, E. (2024). Innovation for sustainability through co-creation by small and medium-sized tourism enterprises (SMEs): Socio-cultural sustainability benefits to rural destinations. *Tourism Management Perspectives*, 50, 101201.

- MOAYERIAN, N., McGehee, N. G., & Stephenson Jr, M. O. (2022). Community cultural development: Exploring the connections between collective art making, capacity building and sustainable community-based tourism. *Annals of Tourism Research*, 93, 103355.
- OHE, Y. (2020). *Community-based rural tourism and entrepreneurship*. Springer Singapore.
- OLWOOKERE, A., Chidi, E., & Ayeni, O. (2022). Tourism and sustainable development: Effects on the local communities. *International Journal of Innovative Science and Research Technology*, 7(3), 824.
- PARK, D. B., & Yoon, Y. S. (2009). Segmentation by motivation in rural tourism: A Korean case study. *Tourism Management*, 30(1), 99-108.
- PU, P., Cheng, L., Samarathunga, W. H. M. S., & Wall, G. (2023). Tour guides' sustainable tourism practices in host-guest interactions: when Tibet meets the west. *Tourism Review*, 78(3), 808-833.
- PUNG, J. M., Gnoth, J., & Del Chiappa, G. (2020). Tourist transformation: Towards a conceptual model. *Annals of Tourism Research*, 81, 102885.
- ROSALINA, P.D., Karine Dupre, K. & Ying Wang, Y. (2021). Rural tourism: A systematic literature review on definitions and challenges, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 47, 134-149, <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2021.03.001>.
- RUHANEN, L., & Whitford, M. (2021). *Cultural heritage and Indigenous tourism*. In *Indigenous Heritage* (pp. 1-13). Routledge.
- RUIZ-REAL, J. L., Uribe-Toril, J., de Pablo Valenciano, J., & Gázquez-Abad, J. C. (2022). Rural tourism and development: Evolution in Scientific Literature and Trends. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 46(7), 1322-1346. <https://doi.org/10.1177/1096348020926538>
- SCOTT, N., & Gao, L. (2018). *Tourism products and experiences*. In Cooper, C., Volo, S., Gartner, W.C. & Scott, N. (Eds) *The SAGE handbook of tourism management*, 191-206.
- SHEN, J., & Chou, R. J. (2022). Rural revitalization of Xiamei: The development experiences of integrating tea tourism with ancient village preservation. *Journal of Rural Studies*, 90, 42-52.
- TANG, M., & Xu, H. (2023). Cultural integration and rural tourism development: A scoping literature review. *Tourism and Hospitality*, 4(1), 75-90.
- TAYLOR, S. R. (2018). *On being Maya and getting by: Heritage politics and community development in Yucatán*. University Press of Colorado.
- TIMOTHY, D. J. (2015). *Cultural heritage, tourism and socio-economic development*. Sharpley, R. & and Telfer, DJ (2015), *Tourism and Development: Concepts and Issues*. Channel View Publications, Bristol, UK.
- TOMLJENOVIC, R. (2010). *Tourism and Intercultural Understanding or Contact Hypothesis*, Revisited in Omar Moufakkir, O. & Ian Kelly, I. (Eds) *Tourism, Progress and Peace* (pp.17-35), Oxfordshire, UK: CABI

- WU, M. Y., Tong, Y., Li, Q., Wall, G., & Wu, X. (2023). Interaction rituals and social relationships in a rural tourism destination. *Journal of Travel Research*, 62(7), 1480-1496.
- YACHIN J.M. & IOANNIDES, D. (2020). Making do” in rural tourism: the resourcing behaviour of tourism micro-firms, *Journal of Sustainable Tourism*, 28(7), 1003-1021, DOI: 10.1080/09669582.2020.1715993
- ZHANG, Y., Guo, Y., & Ji, L. (2022). Going somewhere or for someone? The Sense of Human Place Scale (SHPS) in Chinese rural tourism. *Tourism Management*, 91, 104530.

A SOCIOLOGIA E AS ABELHAS. ESTÓRIAS CONECTADAS.

Ema Pires*

Ricardo de Campos**

Daniel Rodrigues***

O céu das hortas é maior do que o mundo: [...]

Vamos aos figos e passamos a vida: [...]

e ainda não temos a cegueira de ser grandes.

Cal, José Luís Peixoto (2007, 231-232)

Em novembro de 2021, a Assembleia da República de Portugal aprovou uma Recomendação “ao Governo [com] medidas para a preservação e conservação dos polinizadores e dos seus habitats em território nacional” (D.R 245/2021, 52-53). A celebração de sessenta anos de ensino da sociologia em Évora, inspira-nos para, neste texto, discutirmos processos sociais de transformação de paisagens e seus impactos societais. A nossa pesquisa

* Ema Pires, antropóloga, é Professora Visitante na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (Brasil), estando vinculada aos Programas de *Antropologia Social* (mestrado e doutorado), ao Programa Interdisciplinar de Performances Culturais (mestrado e doutorado), e ainda ao Programa de Arte e Cultura Visual (mestrado e doutorado). Em Portugal, é investigadora associada do IHC.UÉvora/In2Past e Professora Auxiliar (com nomeação definitiva) no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. Convive com abelhas desde 2020.

** Ricardo Luiz Sapia de Campos, sociólogo, é professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR e desenvolve pesquisa sobre os temas: políticas públicas, economia agrícola e rural, desenvolvimento local, agricultura alternativa, ecologia, agroecologia, trabalho e in=migração em contexto internacional. Atua como professor e pesquisador no CNN – Centro de Ciências da Natureza do Campus Universitário de Lagoa do Sino, Estado de São Paulo (Brasil).

*** Daniel Nunes Rodrigues é sociólogo, com trabalho nas áreas da sociologia do património cultural, etnografia e antropologia do espaço. Licenciado em Sociologia (2010) e com mestrado em Sociologia (2016) pela Universidade de Évora. Entre os seus interesses académicos, destacam-se processos de patrimonialização, práticas culturais, música e construções identitárias. Integra o corpo gerente da S.F.U.M. “Os Amarelos”, onde também é coordenador da escola de música e saxofonista. Lecciona atualmente no projeto Educarte, ministrado a alun@s de 1º Ciclo, na sua terra natal.

decorre de atividades na Universidade de Évora e em espaços universitários congêneres, entre 2019 e o momento atual. Tendo um título improvável para uma homenagem aos sessenta anos da licenciatura em sociologia – A Sociologia e as Abelhas – é nosso objetivo discutir as conexões entre ambas as categorias.

[Preâmbulo] Sociologia, Extensão Rural, e trilhos disciplinares no sul de Portugal

Caminhando sobre trilhos pisados por tantas outras pessoas antes de nós, o presente texto associa-se à celebração do aniversário 60 anos do ensino da sociologia em Évora. Sessenta anos de continuidades e descontinuidades, de colegialidade e ensino-aprendizagem. A sociologia que hoje celebramos aqui, é herdeira de todas as pessoas que antecederam o período contemporâneo. Começando a ser ensinada em Évora na década de 1960 (Silva e Costa, 2013), o ensino desta ciência social é fruto da ação coletiva de uma ‘pequena colmeia de atividade’: alguns sacerdotes jesuítas que, a convite de um proprietário e benemérito da região, se instalaram na cidade e fundaram uma instituição que seria foi precursora dos atuais estudos de sociologia na Universidade de Évora. (Dois dos autores deste texto conheceram e/ou foram alunos de um desses sociólogos pioneiros, o Professor Augusto da Silva. Este texto é (também) tributário da convivência de quase duas décadas com este sociólogo, no departamento de Sociologia da Universidade de Évora. Escrevemos no ano em que passam 50 anos sobre a revolução de 25 de abril de 1974. A descolonização dos territórios ultramarinos trouxe à Universidade de Évora, professores e funcionários que seriam reintegrados na função pública e que se tornaram quadros da Universidade, e do departamento de sociologia. Com a revolução do 25 de abril, a descolonização, e a posterior entrada de Portugal, na década de 1980, na União Europeia (então chamada de Comunidade Económica Europeia) a paisagem sociocultural do Alentejo transforma-se e a formação em sociologia continua a democratizar o acesso de discentes, reformata-se e adapta-se a novos contextos e desafios sociais.

Desde o início dos estudos sociológicos na Universidade de Évora que as pessoas docentes se dedicaram a iniciativas de ‘extensão rural’, nome

que designa atividades de apoio a processos socioeconómicos em curso na região Alentejo. Talvez (também) devido a esse facto, a configuração do corpo docente do departamento até ao final do século XX seja tão pluridisciplinar. Como espelho dessas linhas de interface com o território envolvente, a ‘colmeia’ do departamento de sociologia assim constituído acolhia pessoas com formações académicas diversificadas: sociólog@s, antropólog@s, engenheir@s agrícolas, agrónom@s, demógraf@s, comunicólog@s, jornalistas, engenheir@s zootécnic@s, entre outras pessoas, numa diversidade pluridisciplinar que dialogava com o território do Alentejo numa temporalidade coeva com os processos sociais de transformação do mundo rural envolvente.

Mutatis mutandis, no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, a chegada do século XXI assiste à abertura de uma nova licenciatura no Departamento de Sociologia: Turismo e Desenvolvimento (Turismo é a designação atual do curso). Em anos recentes, políticas universitárias de racionalização, especialização e competição por recursos, aliadas à normal passagem do tempo, promoveram a saída de docentes (por aposentação, e outras causas), e é acompanhada de um crescimento dos recrutamentos em recursos humanos em duas áreas científicas dominantes (a Sociologia e o Turismo). A este crescimento exponencial dos recrutamentos em Turismo não é alheia a paisagem do capitalismo envolvente da região, com a transformação do turismo numa das atividades economicamente mais rentáveis no país. No momento em que escrevemos estas páginas (julho de 2024), o número de recursos humanos docentes do Departamento de sociologia é equitativo em número, face ao número de docentes de turismo: dos catorze docentes de carreira, sete são da área científica do turismo. Como em todos os processos de transformação, mudando a composição, mudam as agendas, e mudam as próprias noções de serviços de extensão à comunidade envolvente.

Sul de Portugal: seareiros intelectuais, entre abelhas

Na mesma década em que a sociologia começava a ser ensinada em Évora, o Alentejo dos Anos 1960, era descrito por José Cutileiro, que dissecou os mundos sociais do trabalho rural em quatro grupos socioprofissionais. À distância do tempo, poderíamos dizer, recuperando as categorias

socioprofissionais propostas por Cutileiro (2004) para o Alentejo, que o trabalho de exercício da sociologia é hoje, de uma certa maneira, um lugar habitado por pessoas na condição de *seareiros* intelectuais. Anteriormente, no tempo dos nossos avós, as *praças de jorna* eram para os jornaleiros e seareiros, hoje os mecanismos de recrutamento laboral obedecem a outras agendas, cujas redes e colmeias de atividade ficam de fora da presente análise.

Parafraseando a parábola bíblica de que uma árvore se conhece pelos seus frutos, é da acção do conjunto de *alumnae* do curso de sociologia que podemos atestar a vitalidade destas *colmeias*: 60 anos de curso de sociologia (e 20 anos de curso de turismo) colocaram nos territórios centenas de pessoas que, na sua condição de *alumni / alumnae* atestam no quotidiano dos dias, quais as manifestações e evidências do que é e ensina o departamento de sociologia de Évora. O sociólogo Daniel Rodrigues é uma dessas pessoas. As atividades que realiza podem ser inseridas na longa tradição de ‘extensão rural’ comparáveis àquelas que o departamento onde estudou realizou durante décadas na região Alentejo. Desse facto daremos conta nas próximas páginas.

Como a sociologia e as abelhas nos ensinam a pensar (n)o Mundo?

Pretende-se com essa discussão dar perspetiva aos tempos longos e lentos de ensinar, aprender e aplicar sociologia, no interface com processos sociais de transformação de paisagens. Associando-nos à celebração, construímos este texto a partir de uma *assemblage* de estórias, que passamos a enunciar. Estórias conectadas que apresentam as abelhas como barómetros da vida na terra, organizadas em colmeias de atividade que são inspiração para a prática da sociologia, e espelham o seu aparecimento/desaparecimento como metáfora da fragilidade da condição humana.

Abrindo janelas analíticas micro-sociológicas e etnográficas, na próxima secção exploramos as estórias que dois sociólogos e uma antropóloga tecem com/sobre as abelhas nos seus respetivos contextos: Ema, Ricardo e Daniel conhecem-se há mais de uma década, mas nunca pensaram sobre abelhas até serem instigados para a escrita deste texto coletivo. As pessoas que aqui escrevem têm em comum a formação universitária

em ciências sociais e a vivência rural dos seus progenitores, com origens familiares localizadas no sudeste brasileiro e no centro-sul de Portugal, respetivamente. As micro-estórias que se seguem, nas próximas secções, entrelaçam-se na vida quotidiana das pessoas e do ecossistema a que pertencem, e repercutem nos modos de imaginar o lugar da sociologia e das abelhas no(s) seu(s) mundo(s).

Estória 1 # Daniel e as abelhas polinizadoras, Sul de Portugal.

A vida de Daniel está conectada com o mundo das abelhas. Como acima referimos, numa continuidade com o que em décadas pretéritas era o trabalho de prestação de serviços (extensão rural) que o Departamento de Sociologia realiz(a)ou no Alentejo, o sociólogo dá apoio a uma associação de apicultores. Em contacto com os apicultores, conta-nos que as colmeias são usadas para prestação de serviços de polinização, sendo pagos aos apicultores os serviços respetivos. No baixo Alentejo, a polinização acontece em particular em campos agrícolas de Olivais e amendoais intensivos. A vida destas colmeias é impactada pelas condições do ecossistema, e as características fitossanitárias do lugar onde são colocados os insetos para realizarem o trabalho.



Figura 1. Amendoal intensivo às portas da Escola Primária de Alfundão.

Fonte: Lusa, 13 de julho 2019

A imagem de abertura desta secção, publicada pela agência Lusa em 2019, mostra-nos em primeiro plano uma localidade, e em segundo plano na imagem um denso arvoredado em encosta adjacente à localidade. Um amendoal intensivo às portas de uma aldeia do distrito de Beja. Sabemos que, em resultado das necessidades da espécie humana, o paradigma agrícola tem exercido modificações na paisagem. As barreiras físicas de outrora, próprias da morfologia dos territórios, foram dissipadas pela mecanização, que permitiu o cultivo fora de zonas específicas.

O Alentejo de outrora (séc. XX), embora detivesse uma prática reduzida de culturas de regadio na proximidade de linhas de água, paisagisticamente era predominantemente rural, sendo constituído por vastas planícies, onde reduzidas áreas florestais e de mato contrastavam com extensas áreas de cultura de sequeiro.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1 de janeiro 1986), o país, enquanto estado membro, começou a beneficiar de auxílios financeiros. A introdução da PAC (Política Agrícola Comum), permitiu investimentos nas explorações e a progressiva mecanização do sector, o que reduziu a dependência de mão de obra assalariada e criou,

simultaneamente, um sector subsidiário, pouco sensível às necessidades do local, às populações e morfologia dos territórios, estando, essencialmente, comprometido com o mercado internacional.

Numa procura por uma resposta em quantidade e de acordo com as exigências do mercado internacional, tornou-se necessário implementar alterações ao modelo agrícola do Alentejo, transitando-o para um modelo de maior rentabilidade, que integrasse culturas de sequeiro e regadio, para as quais contribuíram os investimentos financeiros da Comunidade Europeia aos empreendimentos hidráulicos do Estado Português.

A paisagem alentejana sofreu um grande impacto com a construção da Barragem de Alqueva (EFMA), projeto que agregou uma reserva de água doce capaz de produzir energia hidroelétrica, abastecer populações e explorações agrícolas, atrair investimento turístico, ao mesmo tempo que impactou com alterações nos agregados populacionais, na fauna e flora. Hoje, a Albufeira de Alqueva apresenta um espelho de água de 250 km² (25 000 h²), com capacidade de armazenamento de cerca de 4150 hm³ e uma capacidade útil de 3150 hm³. A sua área de influência direta encontra-se distribuída por 20 concelhos dos Distritos de Beja, Évora, Setúbal e Portalegre (Edia, 2024)

Com a disponibilidade de água proporcionada pelo EFMA, a paisagem é redesenhada e observam-se alterações provocadas pelo surgimento de áreas de culturas agroindústrias intensivas e superintensivas. A agricultura de regadio afirma-se no território e a morfologia da paisagem deixa de ser critério para o tipo de cultura, sendo possível observar culturas de regadio em territórios afastados das linhas de água perenes, podendo a mesma espécie ocupar um cabeço, um terreno dentro de uma aldeia, ou próximo a uma escola primária (Imagem n.º1), mesmo que os Planos Diretores Municipais (PDM) prevejam faixas de proteção sanitárias para a implementação destes projetos.

De acordo com o Anuário Agrícola de Alqueva 2023, dos 130 mil hectares regados, o somatório da área de olival e de amendoal ocupa cerca de 94.894 (ha), o que corresponde a cerca de 73% da área de regadio. De acordo com dados do INE, referentes às estatísticas da produção vegetal para o ano 2023, o Alentejo apresenta cerca de 31 526 (ha) de amendoal, dos quais 23 859 (ha) estão nos perímetros de rega do Alqueva, e cerca de 203 972(ha) de olival, entre os quais 71 035 (ha) estão implementados no respetivo perímetro, o que justifica o impacto do EFMA na paisagem e

nos usos contemporâneos do espaço rural. Embora exista uma predominância empresarial portuguesa na exploração e pose da terra, a presença de fundos de investimento de países como Espanha, Estados Unidos ou Inglaterra, estão cada vez mais a assumir a exploração do território, sendo possível identificar que, 46,46% do investimento em amendoal no EFMA, em 2023, foi proveniente de investimento Espanhol e Norte Americano, contraponto com os 40,56% do investimento português (Edia, 2024).

A paisagem alentejana, a partir da qual nos era possível contemplar uma multiplicidade de espécies arbóreas, tornou-se, com os novos usos do solo, predominantemente preenchida por monoculturas de regadio, que não permitem uma regeneração adequada do solo e recorrem ao uso elevado de quantidades de água. Este modelo de agroindústria, assente em variedades de culturas de grande performance, depende da aplicação de agroquímicos, tais como pesticidas, herbicidas, fungicidas e inseticidas, responsáveis pela contaminação do solo, das águas superficiais e aquíferos, com consequências nas populações, na vida animal e no equilíbrio do ecossistema.

As paisagens homogeneizadas, de que o amendoal é exemplo, carecem da ação de polinizadores, uma vez que a maioria das variedades populares de amêndoa não é auto-fértil. A ação polinizadora das abelhas melíferas (*apis melifera*) traduz-se numa fecundação mais rápida das plantas, comparativamente à ação natural do vento ou de outros polinizadores, revelando-se lucrativa para a agroindústria, na medida em que aumenta a sua produtividade num curto espaço de tempo. Para maximizar a rentabilidade das culturas, estas agroindústrias recorrem ao arrendamento de colmeias, aliciando os apicultores com rendimentos imediatos (os valores variam entre os 35€ a 60€ por colmeia, com uma aplicação variável que pode ir de 3 a 10 colmeias por hectare), desprovidos da incerteza e instabilidade associada à produção do mel, assim como aos processos de compra e venda do produto e seus derivados.

Através da prática da transumância, que compreende a movimentação de colmeias muito bem povoadas para os pomares em período de floração das árvores frutíferas (Martinho et al., 2022), as abelhas podem ficar expostas a agentes químicos de contacto, ou sistémicos. Os agroquímicos de contacto atuam externamente na planta, enquanto que os sistémicos circulam através da seiva por todos os tecidos vegetais, aumentando o seu tempo de ação (Simões, 2005). Devido à ação forrageira das

abelhas, de coleta de néctar, pólen, propólis e água, estas são expostas a riscos de envenenamento, com consequências diretas na mortandade das colmeias (Campos, 2023).

Uma prática saudável da polinização obriga a realização de tratamentos inseticidas apenas antes da floração, o que nem sempre é respeitado por parte do agricultor, sacrificando-se a população de abelhas em prol de uma indústria agrária que procura, a curto prazo, retirar um máximo de proveito económico, apoiando-se num setor apícola fragilizado, e sem olhar aos recursos utilizados e ao sistema ecológico afetado em seu proveito.

Estória 2 # Ema e as abelhas, em lugares euro-mediterrânicos (Marselha, Mó, Chança)

A primeira vez que me encontrei com as abelhas, enquanto categoria epistémica, aconteceu em junho-julho de 2019, numa visita técnica ao MUCEM (Museu das civilizações euro-mediterrâneas), localizado em Marselha, sul de França. Fomos até lá no âmbito do projeto exploratório “Ruralidade e diversidade cultural no mediterrâneo” (projeto exploratório desenvolvido no Labex-Med / IDEMEC / Universidade de Aix-en-Provence). A visita incluía uma reunião com o curador da coleção de *Ruralidade e Alimentação* daquela instituição. O curador do museu manifestou interesse em conhecer a situação das abelhas nos territórios onde fazíamos pesquisa.

Alguns meses depois desse encontro, várias partes do mundo entraram gradativamente em confinamento obrigatório, situação decorrente da pandemia de SARS-COV. Saí com a família para um lugar no concelho de Proença a Nova de onde os parentes maternos são originários. Durante esses meses, comecei a acompanhar pessoas da aldeia nas suas incursões à floresta em busca de mel e para cuidar das colmeias. Continuei a acompanhar estas atividades, de modo extensivo, ao longo de 2021 e até maio de 2022. A imagem infra, documenta uma dessas viagens, realizada com vizinhos e familiares, para crestar as colmeias, ver como estão as abelhas, e colocar armadilhas contra a vespa asiática, a principal predadora da abelha comum naquela região da beira interior.



Figura 2. Caminhando na floresta. 2020. Fotografia de Ema Pires, Mó/Alvito da Beira.

Em primeiro plano na imagem, vemos quatro pessoas adultas, (uma mulher e três homens), apicultores amadores. Todas estas pessoas são residentes fora da aldeia. Eu acompanhei esta e outras visitas em 2020 e 2021 e pude também interagir com os insetos e com os humanos. Menos de quatro anos passados sobre a data em que esta fotografia foi tirada, regresso à mesma aldeia e recebo dos moradores a informação de que “Já (quase) não há abelhas!”. As predadoras naturais (vespas asiáticas) e os incêndios que devastaram a região, trouxeram a condição de ser uma terra vazia, e uma floresta vazia de insectos polinizadores. Em apenas 4 anos, o balanço de desequilíbrio do ecossistema não poderia ser mais preocupante.

Apeadeiro-Estação de Chança. A segunda micro-estória que aqui trago é passada em Junho de 2024, no edifício (emparedado) e abandonado do apeadeiro-estação de comboios de Chança, localizado no concelho de Alter do Chão. O edifício fica hoje localizado no envolvente de um olival intensivo. Escrevemos sobre a paisagem envolvente desta estação num outro lugar (Campos e Pires, 2021). Na reentrância de uma das portas do edifício, a única porta que não foi selada com cimento e tijolos, uma

colmeia de abelhas autóctones portuguesas instala-se no tecto e constrói uma colmeia com mais de meio metro de altura. O som da colmeia e sua intensa atividade é audível a metros do edifício. Um funcionário da empresa pública que gere o edifício, informou-nos que viria alguém no dia seguinte com experiência para tirar e levar a colmeia. Em redor da casa-apeadeiro, um deserto verde de olival super-intensivo contempla-nos em silêncio.



Figura 3. Estação da Chança, Alter do Chão. Fotografia de Ema Pires, 2024

Na imagem acima, o edifício apresenta duas portas, uma das quais está emparedada. A colmeia está localizada por detrás da porta de cor escura, à esquerda (a única entrada que ainda não foi selada com cimento). Nas imediações do edifício, o olival super-intensivo cresce em altura e extensão; o uso de plásticos, e de produtos fitossanitários também é uma realidade.

Estória 3 # Ricardo e abelhas jataí, guardiãs do ecossistema no Sudeste do Brasil

Ricardo cresceu numa pequena cidade do sudeste do Brasil. Santa Adélia, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo, foi colonizada no século XIX por imigrantes europeus e antes disso foi terra de passagem de bandeirantes ibéricos. Foi terra de produção de café mas hoje tem uma paisagem agro-industrial de extensos canaviais destinados à produção de açúcar. A principal empresa da região, a Usina C. exporta açúcar para todo o mundo. No território rural do município, os proprietários de terra agrícola de alta rentabilidade, quase todos alugam os terrenos para a plantação de cana, recebendo uma renda em troca, paga pela empresa canavieira. A desertificação do campo e o êxodo rural é um processo com décadas, intensificados pela monocultural paisagem canavieira, e acompanhando a tendência global de outros territórios rurais. Localizado a 11 kms da localidade, o sítio Córrego do Negro é um dos poucos lugares habitados da região. Ali vive em continuidade uma pessoa, e os seus animais (20 vacas e bezerros, duas éguas, dois cães). No alpendre da casa, uma caixa de abelhas jataí foi colocada há anos. Em redor da pequena propriedade, não há hoje outros residentes, e todas as terras estão destinadas à produção de cana. Em continuidade, a empresa canavieira realiza trabalhos na região e usa pesticidas regulamentados pela lei brasileira. Por vezes, são usados na região aviões para aplicação desses produtos, impactando a vida dos rios, árvores e outros seres vivos. A presença de abelhas jataí na propriedade agrícola de ‘córrego do negro’ é um portal de preservação da natureza, pela sua condição de espécie protegida ao abrigo da proteção de animais em vias de extinção, pelas instituições brasileiras.

Estórias Entrelaçadas: Crise ambiental, sociologia clássica e abelhas...

Karl Marx, clássico da sociologia, ou “pai fundado” como prefere Antony Giddens (1998), aponta:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas

colmeias. Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha, é que ele construiu o favo na sua cabeça antes de construí-lo na cera. (MARX, 1988, p. 202).

A equação simples tem desdobramentos profundos. A conexão objetiva da organização coletiva das abelhas é diferente do reconhecimento de coletividade dos trabalhadores. As abelhas executam o seu trabalho de forma objetiva e concreta, ou em outras palavras, fazem o que têm de fazer sem saber nem o porquê, nem o sentido, e nem mesmo o resultado final do seu trabalho. O trabalho humano, por definição, inverte esta relação, já que o homem social concebe a cadeira, o carro, o liquidificador ou o telefone, antes de construí-lo objetivamente.

O *homo economicus* faz escolha racional neutralizando os seus impulsos egocêntricos. O indivíduo inserido no contexto da práxis social coopera, objetivando gerir a escassez de recursos disponíveis. Coopera, concorrendo ao mesmo tempo, lembrando neste particular um outro pensador, Georg Simmel, de quem falaremos adiante. O objetivismo mecanicista da abelha nada tem a ver com a racionalidade, seja ela funcional ou não, do ser humano. Na base da formação da própria economia política, a ação humana é conduzida por uma potência diferente daquela da organicidade da abelha. Se de fato somos, como lembra Marx, “animais sociais”, nos singularizamos de toda e qualquer outra espécie animal pelo uso da razão. Decidimos cooperar por “decisão racional” de gerir melhor os recursos e viver melhor. Mesmo considerando, como fazem os pensadores fisiocratas do século XVII, que a escassez de recursos justificaria o excesso de concorrência para ter acesso a estes bens. Como se sabe Marx pensava o “homem total” como potencia ou devir, ou seja, como aquele que “poderia”, ou “viria” a potencializar a sua própria “condição humana”. O homem que pesca pela manhã, caça de tarde, e discute teoria literária a noite é o avesso do operário-massa do auge do industrialismo do século XX, experimentado com o sistema científico de organização do trabalho (taylorismo/fordismo).

Durkheim, por sua vez afastava a ideia da sociedade como soma de individualidades, apostando na organicidade social formada por sistemas. Para este autor, só existe fato social, donde a consciência e a moral se materializam através do direito e de sistemas de leis identificáveis materialmente. Para o autor de a *Divisão do Trabalho Social*, a sociedade se

forma e aperfeiçoa através do desenvolvimento da “consciência coletiva”, conjunto de crenças, sentimentos e valores comuns e partilhados, funcionando de maneira orgânica. Organicidade que integra sem se opor às individualidades. O indivíduo ou a própria noção de individualidade, em última instância, nasce da sociedade. O pensamento de Durkheim é extremamente sociológico, já que o indivíduo nasce da sociedade e é “portador da sociedade”. Não há individualidade separada da coletividade em Durkheim, o que existe é introjecção da sociedade no indivíduo. Qualquer anomia é representada pelo distanciamento, ou desencaixe do indivíduo da coletividade social. O mais íntimo do indivíduo é sociedade, o próprio egocentrismo é manifestação de anomia social. Resultando, portanto, que a condição humana é a construção de singularidades (individualidades) partilhadas. As próprias individualidades são sociais.

A propósito dos clássicos, Max Weber, o “sociólogo da cultura” entendia a sociedade a partir das ações individuais, ou “ação social” movida pela razão, e, no sentido da relação com o outro. A ação social tem um sentido e uma finalidade determinada por quem a pratica, mas o sentido último desta ação tem a ver como o outro a recebe, e sobretudo com o resultado da ação. Ao que se deu o nome de sociologia compreensiva. Os catalizadores da mudança social, porém do construto da sociedade dependem de valores, crenças e ideias, portanto de elementos do mundo da cultura. Importa, portanto, a ação do sujeito, ou mais propriamente o sentido da ação do sujeito, ou melhor ainda, o sentido que o sujeito que recebe dá à ação. Para Weber, por exemplo, foi a liberdade de decisões da ética calvinista de estirpe protestante, que favoreceu o surgimento do capitalismo; do mesmo modo, que foi a ética racional da acumulação desenvolvida pelo histórico do capitalismo que favoreceu o surgimento da ética protestante. Portanto, a sociedade é uma espécie de singularidades partilhadas.

Georg Simmel, amigo de Weber, e com quem deve ter travado longos diálogos, era um “sociológico”, *hasta la medula*, apesar de normalmente não ser reconhecido como tal. Tinha na base do seu pensamento o apriorismo de base kantiana, que implicava considerar sempre aspectos inexplicáveis da origem da sociedade. Este apriorismo rendeu ao autor a alcunha de *outsider* ou noutros casos de filósofo, mas nunca de sociólogo. Na base da “sua sociologia” este autor considerava o homem essencialmente como “animal social”, no construto da base de uma sociabilidade, sem a qual este mesmo homem seria um nada, ou seja, não existiria. Implica dizer

doutro modo, que para Simmel o homem “mais perfeito” ou melhor, ou mais “bem acabado dos homens”, sozinho ou isoladamente, não existia, era um “nada”, senão na interação com os outros. A figura do sábio eremita era um nada para Simmel. O homem só existe como “homem social”. O que define e cria a sociedade não é a ação, mas o resultado da ação com relação ao outro. Daí o surgimento da sociologia de grupo donde o resultado sempre depende da interação travada na mobilidade interativa dos membros do grupo. A sociedade para Simmel se constituía na base de intensa e complexa rede de interação e sociabilidade impossível de ser explicada na sua totalidade, senão em fragmentos, sendo que o “homem real” é um conteúdo que não pode ser apreendido em sua totalidade. A base apriorística do pensamento deste autor resulta no entendimento, segundo o qual, “as coisas são assim por que assim são”. O conflito, e assim a rede de interação humana sempre existiram desde tempos imemoráveis, não fazendo sentido, senão para a filosofia, buscar explicação, de parcelas desta micro realidade social. A base apriorística do pensamento de Simmel afastaram este autor da sociologia, “ciência do empirismo”.

A sociologia, como se sabe é uma ciência da sociedade, construída dentro da sua própria caixa, por isso carregada de acertos condicionados à forma que estabeleceu para “ser ciência”, mas é também permeada de limitações dada a estreiteza desta própria forma. A sociologia é uma ciência nova, neta das luzes e filha do urbanismo industrialista do século XIX, mas já envelheceu para o fluxo das consciências individuais e coletivas, já que como sabemos o capitalismo industrial promoveu aceleração da história. Sobre este envelhecimento pensamos, aqui na posição “magistral do homem social”, como senhor da história e do tempo, e, da “consciência cultural” produzida e assimilada como se opondo a natureza. A visão cartesiana de uma natureza opositora e coisificada que deve ser vertida, domada e suplantada pela cultura foi radicalizada, como se sabe, pela chamada sociedade industrial. O mundo das abelhas, do qual pouco entendemos, mas muito convivemos é representativo desta oposição. Desde há alguns anos cientistas (não sociólogos) têm apontado para a singularidade e “personalidade das abelhas”, quando, abelhas, submetidas a um mesmo contexto, mostram comportamentos diferentes: umas são mais ousadas, outras, preferem retroagir, outras permanecem na colmeia, etc.

A “sociedade das abelhas”, e neste particular das chamadas “abelhas-jataí (*Tetragonisca angustula*), conhecidas como “abelhas indígenas sem

ferrão”, ou abelhas de ferrão atrofiado é um exemplo para pensarmos a conexão entre abelhas e sociologia. Elas (as abelhas) alimentam-se do polen das flores, produzindo o chamado “mel dos anjos”, considerado dos mais ricos em antibacterianos que existe. Como todas as abelhas, elas são fundamentais para a polinização das plantas, sendo também resistentes e facilmente adaptáveis, além de facilmente encontradas por toda a América Latina. Nas cidades, florestas, pastos e capoeiras, cerrados, mata atlântica e noutros ecossistemas, em descampados, montanhas e vales. Fazem as suas colmeias em muros de tijolos, paredes, pau oco, mourões de porteiras, esteios de barracões, medidores de luz, ninhos abandonados de pássaros, etc. São muitas vezes transplantadas para caixas de madeira ou papelão, cabaças, ou mesmo garrafas de plástico.



Figura 4. Caixa de abelhas jataí. 2023. Santa Adélia, Brasil. Fotografia de Ricardo de Campos

As abelhas jataí são semelhantes a todas as demais abelhas. Lembrando que no Brasil são catalogadas mais de 400 espécies delas. São importantes tanto quanto para a polinização das flores, para a produção de alimentos,

e conseqüentemente para a vida na terra. São mais sutis que qualquer outra espécie de abelhas e acabam por se confundir com outros pequenos insetos, apesar de não chatearem ninguém nem mesmo pousando na pele, não fazem barulho, nada. Têm a singularidade de serem sociáveis, terem ferrão atrofiado, e sendo assim gozam da simpatia e convivência da sociedade humana. Isso faz que com que estas “abelhinhas esvoaçantes” estejam sempre rodeadas de seres humanos. Elas adaptam-se facilmente aos mais diferentes meios, existindo ainda o hábito no meio rural do interior do Estado de São Paulo, as pessoas terem estas abelhas como uma espécie de talismã. Alguns acreditam que elas trazem sorte para quem as tem.

Não gozam do status das demais abelhas pelo simples fato de produzirem uma quantidade pequena de mel, ainda que reconhecidamente de qualidade superior. Interessantemente, diferem das “abelhas nobres”, que produzem mel para o “mercado” por consumirem quase todo o mel que produzem. “Tirar mel de jataí”, significa partilhar uma quantidade pequena de mel que deve ser retirado na época certa – sempre no final da primavera, caso contrário corre-se o risco de se deparar com favos vazios e uma grande quantidade de cera. Há quem crie, o tenha alguns “caixotes” de abelha jataí para comercialização de mel, mas interessadamente o negócio nunca vai pra frente, apesar do valor superior deste “néctar dos deuses”. É difícil fazer escala na produção e na venda, somado a um outro fator, elas precisam estar a uma distância considerável entre colmeias, caso contrário entram em atrito e acabam por se aniquilar na competição por recursos escassos, pois ao contrário das colmeias de abelhas mais nobres que de forma supersônica voam umas dezenas de quilômetros por dia em busca de pólen, as abelhas-jataí são gregárias, ficam por perto e dormem muito cedo.

Das abelhas sabe-se, e as jataí são também abelhas, que são extremamente coletivas, competindo pelo pólen como forma de gerir a escassez dele. Mais interessante é que as abelhas operárias não reconhecem qualquer rainha ou candidata (princesa) que adentre a colmeia. Estas são imediatamente e sumariamente exterminadas. E, quando a rainha fica velha e inoperante, as próprias operárias acabam por matá-la. E mais interessante ainda, quando a rainha morre quer seja de “morte matada” ou de morte morrida, as operárias conservam “sob armas” as mais recentes larvas depositadas pela rainha para substituí-la, na condição de rainha.

Com o fluxo das alterações climáticas, o impacto da industrialização da agricultura trouxe novos desafios às abelhas, e se neste particular destaco as abelhas jataí, e, por um lado por gostar muito delas, por outro, por serem uma espécie de primo pobre das restantes abelhas, já que produzem pouca reserva de mel, fazendo com que não sejam uma alternativa económica tão interessante quanto as abelhas com ferrão. Devendo se considerar que pelo fato de conviverem amistosamente com os humanos, já que não picam, ou não têm ferrão, conforme já se disse, e se adaptarem à adversidade do ambiente, conseguem passar despercebidas. O maior desafio que as abelhas jataí têm encontrado em contexto de extrema urbanização, principalmente no Estado de São Paulo, é a busca por alimento. Faço um paralelo com as abelhas, estas com ferrão, em Portugal, mais no centro do país, e que têm sido, em contextos variados, praticamente extintas dada a presença hostil e agressiva das invasoras vespas asiáticas. No Alentejo as asiáticas tem chegado com certa parcimónia, ainda não se constituem num problema ambiental como tem acontecido no centro do país.

A sociedade humana, assim como as abelhas, sabe-se que “enxama”, ferve. Assim como sabe-se que as abelhas têm uma organização social. Não pode deixar de causar surpresa e espanto que existem papéis sociais entre as abelhas: as operárias trabalham, as rainhas põem ovos e se reproduzem e os zangões fecundam. A melhor comida é reservada à rainha.

Devendo lembrar que a convivência e associação entre homens e abelhas é imemorável. A bíblia faz referência a elas, na Idade Média a associação já era intensa, mas acredita-se que na Mesopotâmia em 5000 AC elas já eram cultivadas. Na rasteira de destruição que o industrialismo tem promovido desde o seu surgimento deve se lembrar que a “sociedade humana” depende das abelhas para polinização das plantas e garantia da produção de alimentos. E, que apesar, e para além disso temos promovido a destruição de abelhas, principalmente via letalidade do uso de pesticidas – venenos – na agricultura que não só matam as abelhas como atingem sistema imunológico e central, fazendo com que elas se tornem vulneráveis a doença, ou produzindo uma espécie de “Alzheimer nas abelhas” fazendo com que elas voem perdidas sem conseguir voltar para a colmeia.

Voltamos a Marx, e neste particular sem grandes diferenças com os outros clássicos da sociologia. Será mesmo que a capacidade de

mentalização e projeção humana que concebe o objeto (carro, sociedade, ambiente, casa, vacina, etc.), antes dele existir pode se opor à mecanicidade das abelhas? Será mesmo que a nossa sensibilidade parametrada pela racionalidade instrumental projetiva é mesmo superior aquela das abelhas? A natureza é definida pela sociedade que vivemos como sendo aquilo que se opõe a cultura.

Seríamos nós, enquanto sociedade humana, uma grande colmeia de egoístas, orientados pela avareza e por sentimentos mesquinhos donde apenas o resultado coletivo não intencional da nossa ação poderia gerar resultados satisfatórios? Era assim que pensava Adam Smith na órbita dos liberais do século XVIII. Era este o espírito que animava Bernard Mendeville no mesmo século XVIII quando escreveu o clássico e polémico livro “A Fábula das Abelhas”, enaltecendo a ideia de “vícios privados, benefícios públicos”, comparando justamente a sociedade humana com a colmeia de abelhas. Enquanto as abelhas produzem o maravilhoso mel não por quererem fazê-lo, e nem mesmo movidas por boas intenções, mas como resultado do esforço coletivo de vícios privados; nós também seres (humanos) egoístas e carregados de vícios, mesquinhos que somos acabamos produzindo bons resultados na medida em que somos animados pelos vícios privados e egoístas da nossa condição humana.

Pórtico de saída, por mundos com mais abelhas e sociologias

As micro-estórias que aqui trouxemos alicerçam pontos em comum, para pensarmos a existência das abelhas e da sociologia, apesar da variação geográfica dos territórios versados. Nas últimas décadas, a viragem epistemológica para paradigmas analíticos multiespecíficos tem discutido dimensões alternativas da relação entre animais e ciências sociais (Guillo, 2015). Emmanuel Gouabault e Claudine Burton-Jeangros (2010) evocam as análises de Ulrich Beck para mostrar a relação entre animais em risco e o riscos sociais que o próprio planeta enfrenta. Outras autoras abordam a relação entre humanos e abelhas do ponto de vista ontológico e mitológico (Kropej, 2019), e etnográfico (Armstrong, 2016). Como lembra Kori Armstrong:

The natural habitats of insect pollinators are threatened through emerging environmental challenges such as habitat fragmentation, climate change, deforestation, decreasing dietary diversity, and the challenges of less wild-flower availability (Armstrong, 2016: 7).

Sabemos que as abelhas “appear to be sick and dying from living within the late modern global capitalist landscape” (Moore & Kosut 2012: 29-30). Na aceção destas autoras: “Undoubtedly, the advancements of modern technological culture and its inevitable effects, including urbanization, jet travel, factory farming, use of pesticides, and most recently climate change, have threatened the survival of the bee’ (Moore & Kosut 2012: 29). Corroboramos, na linha argumentativa desenvolvida por Moore e Kosut, considerar “bees as a cultural portal to illuminate basic components of social behavior, as well as the relationship between humans and non-humans” (Moore & Kosut 2012: 31). Inspirando-nos adicionalmente em epistemologias contra-hegemónicas, com António Bispo dos Santos e Ana Mumbuca, pensamos na continuidade do que somos e o que recebemos da Terra e a ela devolvemos, como metáforas dos ecossistemas que, em (des)equilíbrio, calibram os voos das abelhas com a nossa própria condição de fragilidade humana. As micro-estórias que aqui trouxemos, são ilustrativas disso mesmo. Numa encruzilhada entre crise ambiental e paisagens em transformação, as abelhas inspiram-nos a ser agentes de polinização em defesa de mundos sociais e ecossistemas socio-bio-diversos e equilibrados.

Referências Bibliográficas

- ARMSTRONG, Kori Nadine, “Being with Bees: An Anthropological Study on Human-Animal Relations in Southern Beekeeping” (2016). Master’s Theses. 190. https://aquila.usm.edu/masters_theses/190
- AZÓIA, J. (2021). *Consequências da intensificação do regadio na Paisagem do Alentejo*. [Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade de Évora]. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/29093/1/Mestrado-Arquitetura_Paisagista-Joao_Miguel_Queiroz_do_Nascimento_Azoia.pdf
- BISPO DOS SANTOS, A. (2022) *A terra dá a terra tira*. São Paulo: Ed. Perspetiva

- CAMPOS, M. (2023). *Rastreio de Agentes Patogénicos Presentes na População Adulta da Espécie Apis mellifera no Efetivo Apícola Nacional* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa – Faculdade de Medicina Veterinária]. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/27755/1/Rastreio%20de%20agentes%20patog%C3%A9nicos%20presentes%20na%20popula%C3%A7%C3%A3o%20adulta%20de%20Apis%20mellifera%20no%20efetivo%20ap%C3%ADcola%20nacional.pdf>
- CAMPOS, Ricardo de. & Pires, Ema (2021) “Vidas rurais, olivais e transformação da paisagem: Alentejo, 2020”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 61, pp. 225-238, (Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/29239>, <https://revistataeonline.weebly.com/uacuteltime-volume.html>)
- CUTILEIRO, José (2004) *Ricos e Pobres no Alentejo*, Livros Horizonte, ISBN: 9789722412964
- GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- GOUABAULT, E. & Burton-Jeangros, C. (2010). L’ambivalence des relations humain-animal : Une analyse socio-anthropologique du monde contemporain. *Sociologie et sociétés*, 42(1), 299–324. doi:10.7202/043967ar
- GUILLO, Dominique (2015) «Quelle place faut-il faire aux animaux en sciences sociales ? Les limites des réhabilitations récentes de l’agentivité animale », *Revue française de sociologie* 2015/1 (Vol. 56), p. 135-163. DOI 10.3917/rfs.561.0135
- KROPEJ, M. (2019). “Bees and Beekeeping from the Perspective of the Ontological Turn. *Studia Mythologica Slavica*. acesso em 22 de Julho de 2024, disponível em https://www.academia.edu/98274119/Bees_and_Beekeeping_from_the_Perspective_of_the_Ontological_Turn
- MARTINHO, C., Ferradeira, C., Catita, J., & Faustino-Rocha, A. (2022). APICULTURA: REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Lusófona de Ciência e Medicina Veterinária*.
- MARX, Karl. *O Capital: o processo de produção do capital*. Livro I, vol. I e II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
- MOORE, Lisa. J., & KOSUT, Mary. (2012). “Bees, Borders and Bombs: A Social Account of Theorizing and Weaponizing Bees”, In Ryan Hediger, ed. *Animals and War: Studies of Europe and North America*. Boston, MA: Brill Press. ISBN: 978-90-04-24174-9, pp. 27-43
- MUMBUCA, Ana (2023) *Voo das abelhas da terra*.
- PIRES, Ema e Campos, Ricardo (2021) “Sobre muros de xisto, javalis e árvores: modos possíveis de habitar numa aldeia do interior de Portugal” *Revista Memória em Rede*, v. 13, p. 151-165 DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v13i24.20459>
- SILVA, Augusto da & COSTA, Rosalina (2013). “Évora, 1964: Contributos para a História da Institucionalização da Sociologia em Portugal”. *População e Sociedade*, 21: 185-195. (ISSN: 0873-1861-18)

SIMÕES, J. (2005). Utilização De Produtos Fitofarmacêuticos na Agricultura. Sociedade Portuguesa de Inovação

Outras referências bibliográficas:

DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 245/2021, Série I de 2021-12-21, páginas 52 – 53
Resolução da Assembleia da República n.º 336/2021

EDIA, (fevereiro de 2024). Anuário Agrícola de Alqueva 2023, 1-225. https://www.edia.pt/wp-content/uploads/2024/03/Anuario_Agricola_Alqueva_2023_i.pdf

INE, (2023). Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS – 2024) e Espécie, Estatísticas da produção vegetal. *Portal do INE*. Consultado a 20.07.2024 em <https://www.ine.pt>

LUSA, (2019), “Histórias de quem vive com receio da exposição a pesticidas no Alqueva”, *Público*, 13 de julho. Consultado a 05.07.2024 em <https://www.publico.pt/2019/07/13/local/noticia/historias-vive-receio-exposicao-pesticidas-alqueva-1879787>.

MUCEM: Museu das Civilização Europeias e Mediterrânicas https://www.mucem.org/collections/explorez-les-collections/object?uri=http://data.mucem.org/c/3035777&&object_pos=&object_max=

SILVA E COSTA, 2013; Kosut

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA EM ÉVORA 1964-2024

HERANÇA, DESENVOLVIMENTO E PERSPETIVAS foi pensado e organizado enquanto ponto de encontro intelectual e emocional por ocasião da efeméride que assinala 60 anos desde a criação da primeira licenciatura em Sociologia em Portugal. No conjunto, reúne um total de catorze artigos escritos por atuais e antigos docentes do curso de sociologia em Évora, a partir daquilo que é a sua experiência necessariamente diversificada de docência, investigação e extensão à comunidade, mas também das perspetivas que se colocam perante um futuro em aberto. E é tanto nas linhas quanto nas entrelinhas e notas de rodapé desses textos que se encontram os tempos e os modos em que se efetivou, assim como os rostos de quem a protagonizou ao longo de sessenta anos.

ISBN 978-989-9213-46-3



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia